

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ – UEM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – PPA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

MARCO ANTONIO DAMASIO FILHO

**O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA E AS PERSPECTIVAS DE
TERRITORIALIZAÇÃO, DESTERRITORIALIZAÇÃO E RETERRORIZAÇÃO
(T-D-R): UMA ANÁLISE DO CONDOMÍNIO RESIDENCIAL IRAJÁ, NO DISTRITO
DE IGUATEMI, EM MARINGÁ-PR**

MARINGÁ-PR

2018

MARCO ANTONIO DAMASIO FILHO

O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA E AS PERSPECTIVAS DE
TERRITORIALIZAÇÃO, DESTERRITORIALIZAÇÃO E RETERRORIZAÇÃO (T-D-
R): UMA ANÁLISE DO CONDOMÍNIO RESIDENCIAL IRAJÁ, NO DISTRITO DE
IGUATEMI, EM MARINGÁ-PR

Dissertação de Mestrado em Administração
entregue ao Programa de Pós-graduação em
Administração da Universidade Estadual de
Maringá (UEM), como requisito para a obtenção
do título de Mestre em Administração.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Priscilla Borgonhoni
Chagas.

MARINGÁ-PR

2018

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR, Brasil)

D155p Damasio Filho, Marco Antonio
O programa minha casa minha vida e as perspectivas de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (T-D-R): uma análise do condomínio residencial Irajá, no distrito de Iguatemi, em Maringá-PR / Marco Antonio Damasio Filho. -- Maringá, PR, 2018.
228 f.: il. color.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Priscilla Borgonhoni Chagas.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2018.

1. Produção do espaço urbano - Iguatemi (PR). 2. Território - Iguatemi (PR). 3. Territorialização - Iguatemi (PR). 4. Desterritorialização - Iguatemi (PR). 5. Reterritorialização - Iguatemi (PR). I. Chagas, Priscilla Borgonhoni, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Administração. Programa de Pós-Graduação Administração. III. Título.

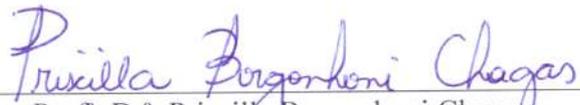
CDD 23.ed. 658

MARCO ANTONIO DAMASIO FILHO

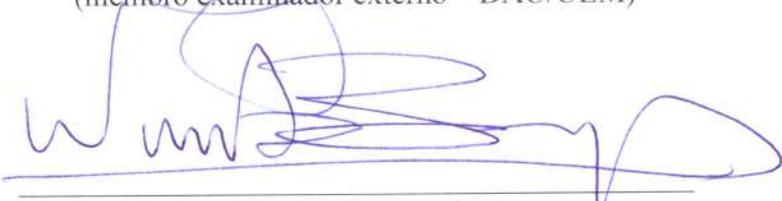
**“O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA E AS PERSPECTIVAS DE
TERRITORIALIZAÇÃO,
DESTERRITORIALIZAÇÃO E RETERRORIZAÇÃO (T-D-R): UMA
ANÁLISE DO CONDOMÍNIO RESIDENCIAL
IRAJÁ, NO DISTRITO DE IGUATEMI, EM MARINGÁ-PR”**

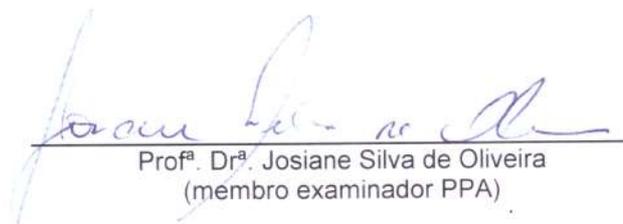
Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Administração, do Programa de Pós-Graduação em Administração, da Universidade Estadual de Maringá, sob apreciação da seguinte banca examinadora:

Aprovado em 25 de maio de 2018


Prof.^a. Dr.^a. Priscilla Borgonhoni Chagas
(presidente)


Prof.^o. Dr.^a. Beatriz Fleury e Silva
(membro examinador externo – DAU/UEM)


Prof. Dr. William Antonio Borges
(membro examinador PPA)


Prof.^a. Dr.^a. Josiane Silva de Oliveira
(membro examinador PPA)

MARINGÁ
2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço à **Deus**, inteligência suprema do universo, que embora seja uma força muito além de minha compreensão, mostrou-se muito maior do que eu julgava conhecer. Dedico este trabalho à minha **família**, que partilhou comigo durante o período de mestrado, as vitórias, os tropeços, as angústias e satisfações. À minha mãe, **Lilian Mazur Gimenes**, todo o carinho e preocupação dispensados ao longo de toda uma vida e a inabalável esperança de que eu iria atingir meus objetivos. Ao meu pai, **Marco Antonio Damasio**, que mesmo à distância não poupou esforços para me auxiliar e me incentivar a continuar a caminhada e nunca duvidando de minhas capacidades. Às minhas irmãs, **Rute Helena Damasio** e **Jennifer Mainardes Damasio**, que para mim figuram como símbolos de esforço, perseverança e otimismo na busca pelos seus objetivos. Aos meus avós paternos, **Walmor Damasio** e **Rute Mendes de Carvalho**, minha gratidão pelo incentivo e carinho externados de forma constante. Aos meus avós maternos, **Luvise Gimenes** e **Flávia Estanislava Mazur Gimenes**, que de um outro plano me assistem e me enviam seus pensamentos de carinho e de amor. À **Celina Rizzo Takeyama**, por todo o carinho que me fora endereçado ao longo de grande parte do mestrado, me apoiando, me incentivando ao aprimoramento pessoal e acadêmico e principalmente, acreditando em meu potencial quando até mesmo eu tive dúvidas.

Deixo aqui também expresso o meu sincero agradecimento aos **professores do Programa de Pós-graduação em Administração – PPA**, da **Universidade Estadual de Maringá**, pela oportunidade de absorver conhecimentos e intercambiar experiências extremamente valiosas para o crescimento pessoal e profissional. Em especial, registro uma gratidão enorme à minha orientadora, a professora Dr^a **Priscilla Borgonhoni Chagas**, que mesmo nas horas difíceis, em nenhum momento duvidou de minha capacidade, me apoiando e incentivando ao desenvolvimento do pensamento crítico ao longo de toda a dissertação. Ao professor Dr. **Márcio Pascoal Cassandre**, com quem tive oportunidades ímpares de aprendizado e conhecimento ao longo da disciplina de Teoria das Organizações, que certamente foi um divisor de águas em minha vida acadêmica. À professora Dr^a **Elisa Yoshie Ichikawa**, com quem tive a oportunidade de compreender e desenvolver minhas ideias em relação ao projeto de pesquisa ao longo da disciplina de Seminários de Dissertação em Estudos Organizacionais. À professora Dr^a **Josiane Silva de Oliveira**, com quem tive a oportunidade de realizar o estágio de docência e também de participar da disciplina de Tópicos Especiais em Estudos Organizacionais, que me permitiram ampliar os horizontes em relação ao campo e sujeitos de pesquisa. Ao professor Dr. **William Antonio Borges**, pelos apontamentos, reflexões

e por todas as considerações feitas na banca de qualificação, que muito me auxiliaram no desenvolvimento do trabalho. À professora Dr^a **Beatriz Fleury e Silva**, que gentilmente aceitou participar como membro avaliador externo em minhas bancas de qualificação e defesa, e que além disso, me auxiliou grandemente no decorrer da pesquisa, com seus escritos, sugestões, ideias e considerações feitas na banca de qualificação.

Meus agradecimentos também ao Me. **Bruhmer César Forone Canonice**, que foi meu professor nos tempos de graduação, pela seriedade e dedicação com que desenvolve seu trabalho no PPA, e pelo respeito que me endereçou ao longo do período de mestrado. Aos meus colegas do mestrado, em especial os veteranos da turma de 2015, **Hugo Minoru Kitazawa**, **Fábio Marques da Silva** e **Thaís Ribeiro Gomes**, com quem tive a oportunidade de dialogar e aprender sobre o início da vida acadêmica e temas de pesquisa em comum. Aos amigos de turma, contemporâneos de 2016, deixo meu agradecimento especial ao **Renan Carlos Klichowski**, **Steffi Aline Stark Becker**, **Gabriela Porfírio Jacomino**, **Jéssica Syrio Callefi**, e **Elisa Mirales**, com os quais partilhei a maior parte das experiências na estrada acadêmica até agora e que pretendo levar para a vida. Aos calouros da turma de 2017, meu agradecimento geral a turma pelas conversas, pelos debates e principalmente pelo auxílio nas horas de dificuldade, em especial à **Elisângela Vieira**, à **Bárbara Johann Borges**, ao **Luís Fernando Moreira da Silva** e ao **Felipe Violi Monteiro**, pela parceria e auxílio dispensados na reta final do curso.

Por fim, mas não menos importante, meu agradecimento especial aos amigos **Rômulo Gimenez Moreira**, **Cláudia Regina Gasparino Parisato**, **Poliana Ferreira de Oliveira**, **Solange Tarosso**, **Renata Viotto**, **Rafael Carmona Gil**, **Murilo de Carvalho Marassi**, **Ronaldo Pimenta de Oliveira Jr.**, **Jonatas Fernandes de Oliveira** e ao primo e amigo **Walmor Damasio Neto**, com os quais eu tive incontáveis oportunidades de crescimento ao longo de toda uma vida. A todos vocês, minha eterna gratidão pela preocupação e pelo carinho que me foram endereçados ao longo de todo o tempo de mestrado.

Espero honrar a todos aqueles que contribuíram com a minha formação e crescimento pessoal e profissional, demonstrando dedicação e amor pela carreira acadêmica e procurando contribuir com os meus semelhantes com a mesma dedicação que cada um de vocês endereçou a mim. Seguro de que cada experiência vivida é bagagem que nunca se perde, finalizo os agradecimentos evocando um fragmento da mensagem do espírito André Luiz, psicografada pelo médium Francisco Cândido Xavier, que assinala que “Uma existência é um ato, um corpo, uma veste, um século, um dia. E a morte... a morte é um sopro renovador. Mas não vou sofrer com a ideia da eternidade, é sempre tempo de recomeçar! ”.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo compreender como ocorreram os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (T-D-R) dos moradores, a partir da produção do espaço urbano ocasionada por investimentos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), no Condomínio Residencial Irajá no distrito de Iguatemi, no município de Maringá-PR. A concepção da cidade enquanto organização dá ensejo ao desenvolvimento do presente estudo, uma vez que buscar-se-á considerar as intervenções dos indivíduos no processo de produção do espaço urbano, sob a ótica da Administração. Na presente pesquisa, estabelece-se a concepção de território como sendo produto da transformação do espaço natural em espaço produzido. Neste contexto, as perspectivas de territorialização (T), desterritorialização (D) e reterritorialização (R), representam as interações individuais e coletivas dos indivíduos com os territórios, sendo a territorialização, uma apropriação territorial; a desterritorialização, a perda ou saída de um determinado território; e a reterritorialização, o processo de readaptação ou readequação dos indivíduos em relação aos territórios. A partir da intervenção no espaço urbano, o Estado busca alterar o espaço das cidades a partir de interesses entre os demais agentes produtores do espaço, por meio de políticas públicas vinculadas a parcerias público-privadas, no presente trabalho representadas pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), onde as premissas de reprodução do capital influenciam no contexto urbano em benefício de um grupo de agentes e em detrimento de outros. A perspectivas T-D-R apresentam-se a partir de uma análise material e imaterial, onde são consideradas diferentes dimensões do território, tais como a econômica (E), política (P), cultural-simbólica (C), e natural (N); ao qual serão analisados os relatos dos moradores do Condomínio Residencial Irajá, localizado no distrito de Iguatemi, em Maringá-PR. Para tanto, foram coletados dados a partir de entrevistas semi-estruturadas e analisados por intermédio do método de análise interpretativa de dados qualitativos. A partir do estudo, verificou-se que as motivações dos indivíduos quanto ao processo de mudança não necessariamente se encontram em alinhamento com as suas percepções sobre tal processo, ou seja, grande parte dos moradores opta por adquirir sua casa própria, porém, alguns deles não se sentem contentes com o processo de mudança e preferem as antigas residências. Com relação às questões de reterritorialização, verifica-se que os indivíduos têm feito críticas direcionadas à estrutura do local, no que diz respeito à qualidade do material e dos serviços prestados. Além disso, observa-se que a opção por uma estrutura construída a partir do modelo vertical, denota uma possível estratégia de economia de recursos em sua construção. Por fim, quanto às questões de territorialização, observou-se que os indivíduos, apesar de residirem em região distante do centro da cidade e do distrito de Iguatemi, não se sentem segregados. Em relação à segurança do local, verifica-se que apesar do registro de casos no local, o assunto é tratado como problema social e em muitos casos aparenta ser minimizado por parte dos entrevistados. Desta forma conclui-se de que a produção do espaço urbano por meio de políticas públicas pode impactar nos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (T-D-R) dos indivíduos.

Palavras-chave: Produção do Espaço Urbano. Território. Territorialização. Desterritorialização. Reterritorialização.

ABSTRACT

The objective of this study is to understand how the processes of territorialization, deterritorialization and reterritorialisation (TDR) of the residents occurred, starting from the production of the urban space caused by the investments of the My Home My Life Program (PMCMV), in the Condomínio Residencial Irajá in the district of Iguatemi, in the city of Maringá-PR. The conception of the city as an organization gives rise to the development of the present study, since it will seek to consider the interventions of the individuals in the process of production of the urban space, from the perspective of the Administration. In the present research, the conception of territory is established as being product of the transformation of the natural space into space produced. In this context, the perspectives of territorialization (T), deterritorialization (D) and reterritorialization (R), represent the individual and collective interactions of individuals with the territories, with territorialization being a territorial appropriation; deterritorialization, loss or exit from a given territory; and the reterritorialization, the process of readaptation or readjustment of the individuals in relation to the territories. From the intervention in the urban space, the State seeks to change the space of the cities based on interests among the other agents producing the space, through public policies linked to public-private partnerships, in the present work represented by the My Home My Life Program (PMCMV), where the premises of reproduction of capital influence in the urban context for the benefit of one group of agents and to the detriment of others. The T-D-R perspectives are based on a material and immaterial analysis, where different dimensions of the territory are considered, such as economic (E), politics (P), cultural-symbolic (C), and natural (N); to which will be analyzed the reports of the residents of Condomínio Residencial Irajá, located in the district of Iguatemi, in Maringá-PR. For that, data were collected from semi-structured interviews and analyzed through the method of interpretative analysis of qualitative data. From the study, it was verified that the individuals' motivations regarding the process of change are not necessarily in line with their perceptions about this process, that is, a large part of the residents choose to acquire their own house, but some of them are not happy with the process of change and prefer the old residences. With regard to reterritorialisation issues, it can be verified that the individuals have made criticisms directed to the structure of the place, with respect to the quality of the material and the services rendered. In addition, it is observed that the option for a structure built from the vertical model, denotes a possible resource-saving strategy in its construction. Finally, regarding the issues of territorialization, it was observed that individuals, although living in a region far from the city center and the Iguatemi district, do not feel segregated. Regarding site security, it is verified that despite the registration of cases in the place, the subject is treated as a social problem and in many cases seems to be minimized by the interviewees. In this way it is concluded that the production of the urban space through public policies can impact on the processes of territorialization, deterritorialization and reterritorialization (T-D-R) of the individuals.

Keywords: Urban Space Production. Territory. Territorialization. Desterritorialization. Reterritorialization.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Posição geográfica de Maringá.....	82
Figura 2: O Distrito de Iguatemi.....	83
Figura 3: Conjunto Residencial Irajá e Albino Meneguetti.....	85
Figura 4: Metacategorias da Pesquisa.....	111
Figura 5: O Condomínio Irajá e a distância para os serviços básicos de Iguatemi.....	151
Figura 6: Metacategoria Desterritorialização.....	197
Figura 7: Metacategoria Reterritorialização.....	199
Figura 8: Metacategoria Territorialização.....	203

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Prédio da Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná (1950)	77
Imagem 2: Companhia de Melhoramentos Norte de Paraná, (2011)	78
Imagem 3: Rua Chapecó em Iguatemi (2018)	132
Imagem 4: Muro traseiro do Residencial Irajá “decorado por moradores”	143
Imagem 5: Ponto de ônibus em frente ao Condomínio Irajá.....	151
Imagem 6: Problemas na estrutura do condomínio.....	171
Imagem 7: Condomínio Residencial Irajá (reformas realizadas e em andamento)	173
Imagem 8: Limites entre Conjuntos Residencial Irajá e Albino Meneguetti.....	180
Imagem 9: Vista interna do pátio e portões de acesso.....	185
Imagem 10: Portões de entrada e guarita de vigilância.....	186
Imagem 11: Condomínio Residencial Irajá (entrada) 2011/2018.....	194

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Conceitos de Territorialidade e T-D-R.....	56
Quadro 2: Dimensões de análise.....	91
Quadro 3: Entrevistados Condomínio Residencial Irajá.....	96
Quadro 4: Entrevistados Prefeitura Municipal de Maringá.....	97
Quadro 5: Tarefas de Análise Interpretativa de Dados Qualitativos.....	98
Quadro 6: Codificação e Categorização dos Dados.....	100
Quadro 7: Metacategorias e Categorias de Pesquisa.....	100
Quadro 8: Agrupamento de Unidades.....	101
Quadro 9: Categoria Motivações Para a Mudança (MPM).....	120
Quadro 10: Categoria Percepções Sobre a Mudança (PSM).....	130
Quadro 11: Categoria Relacionamento com a Vizinhança (RVZ).....	140
Quadro 12: Categoria Percepções Sobre o Acesso a Serviços Básicos na Região (SBR).....	150
Quadro 13: Categoria Percepções Sobre o Local (PSL).....	158
Quadro 14: Categoria Opiniões Sobre a Estrutura (OSE).....	167
Quadro 15: Categoria Percepções Sobre a Segurança (PSS).....	179
Quadro 16: Quadro 16 - Categoria Perspectivas Sobre o Futuro (PSF).....	191

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Roubos e Furtos em Maringá (17ª AISP).....	181
---	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNH – Banco Nacional da Habitação
CEF – Caixa Econômica Federal
CMN – Conselho Monetário Nacional
CMNP – Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná
COHABS – Companhias Estaduais de Habitação
CRAS – Centro Regional de Assistência Social
CTNP – Companhia de Terras Norte do Paraná
DICT – Desenvolvimento Institucional e Cooperação Técnica
DPH – Departamentos de Produção Habitacional
DUAP – Departamento de Urbanização de Assentamento Precários
EPCN – Econômica, Política, Cultural e Naturalista
FAR – Fundo de Arrendamento Residencial
FCP – Fundação Casa Popular
FDS – Fundo de Desenvolvimento Social
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FNHIS – Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
IAPS – Institutos de Aposentadoria e Pensões
IPTU – Imposto Predial Territorial Urbano
ISS – Imposto Sobre Serviços
MCid – Ministério das Cidades
MPM – Motivações Para a Mudança
OGU – Orçamento Geral da União
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PAR – Programa de Arrendamento Residencial
PCS – Programa Crédito Solidário
PlanHab – Plano Nacional de Habitação
PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida
PSE – Percepções Sobre a Estrutura

PSF – Perspectivas Sobre o Futuro

PSL – Percepções Sobre o Local

PSM – Percepções Sobre a Mudança

PSS – Percepções Sobre a Segurança

RVZ – Relacionamento com a Vizinhança

SASC – Secretaria de Assistência Social e Cidadania de Maringá

SBR – Percepções Sobre o Acesso os Serviços Básicos no Local

SFH – Sistema Financeiro de Habitação

SFI – Sistema Financiamento Imobiliário

SNH – Secretaria Nacional de Habitação

SNHIS – Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social

T-D-R – Territorialização, desterritorialização e reterritorialização

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO, O TERRITÓRIO E A POLÍTICA HABITACIONAL BRASILEIRA.....	22
2.1 O ESPAÇO.....	24
2.2 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E AS CIDADES CAPITALISTAS.....	27
2.2.1 As cidades capitalistas e o conceito de organização-cidade.....	32
2.3 O TERRITÓRIO E SUAS PERSPECTIVAS	43
2.4 A TERRITORIALIDADE E OS PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO, DESTERRITORIALIZAÇÃO E RETERRORIZAÇÃO (T-D-R)	52
3 AS POLÍTICAS HABITACIONAIS NO BRASIL.....	58
3.1 O INÍCIO DAS POLÍTICAS HABITACIONAIS NO BRASIL.....	58
3.2 O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV)	64
4 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM MARINGÁ.....	73
4.1 O INÍCIO DA COLONIZAÇÃO E A INFLUÊNCIA DO CAPITAL.....	73
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	80
5.1 DE POVOADO RUAL ÀS ASPIRAÇÕES DE EMANCIPAÇÃO: AS ORIGENS E O DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO DE IGUATEMI.....	80
5.2 O CONDOMÍNIO RESIDENCIAL IRAJÁ.....	84
5.3 A DEFINIÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA.....	86
5.3.1 A Aproximação ao campo de estudo.....	87
5.3.2 A construção dos objetivos de pesquisa.....	88
5.4 CARACTERÍSTICAS GERAIS DA PESQUISA.....	89
5.4.1 A abordagem de pesquisa.....	89
5.4.2 Instrumentos de coleta, produção e categorização de dados.....	90
5.5 ANÁLISE DOS DADOS.....	91
5.5.1 O conceito de dados.....	92
5.5.2 A análise dos dados qualitativos.....	93
5.5.3 O método da análise interpretativa.....	96
6. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS.....	102
6.1 OS SUJEITOS DA PESQUISA.....	102

6.1.1 Os indivíduos por trás dos dados: os moradores do Conjunto Residencial Irajá...	103
6.2 AS PERSPECTIVAS T-D-R NO CONDOMÍNIO RESIDENCIAL IRAJÁ: UMA ANÁLISE INTERPRETATIVA DE DADOS QUALITATIVOS.....	111
6.2.1 Desterritorialização.....	112
6.2.1.1 Motivações para a Mudança (MPM).....	113
6.2.1.2 Percepções Sobre a Mudança (PSM).....	126
6.2.2 Reterritorialização.....	136
6.2.2.1 Percepções Sobre de Relacionamento com a Vizinhaça (RVZ).....	137
6.2.2.2 Percepções sobre Serviços Básicos na Região (SBR).....	145
6.2.3 Territorialização.....	153
6.2.3.1 Percepções Sobre o Local (PSL).....	155
6.2.3.2 Percepções Sobre a Estrutura (PSE).....	164
6.2.3.3 Percepções Sobre a Segurança (PSS).....	175
6.2.3.4 Perspectivas Sobre o Futuro (PSF).....	188
6.3 UMA SÍNTESE ANALÍTICA: O PMCMV E AS PERSPECTIVAS DE T-D-R DOS MORADORES DO CONDOMÍNIO RESIDENCIAL IRAJÁ.....	194
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	213
REFERÊNCIAS.....	219
ANEXOS.....	227

1 INTRODUÇÃO

O espaço, dotado de inúmeras significações (LEFEBVRE, 2000) é produzido e se transforma em território (RAFFESTIN, 1993) por meio da atuação de agentes de produção do espaço (CORRÊA, 2014; VASCONCELOS, 2014), que visam influenciá-lo a partir de suas aspirações e interesses individuais ou coletivos. Em decorrência da produção do espaço, formam-se as cidades (ROLNIK, 1988), os aglomerados territoriais que tem como pano de fundo a atuação dos diferentes agentes produtores, os quais são representados por diferentes grupos de indivíduos, que buscam participar das decisões relacionadas ao espaço, tornando a cidade palco de disputas.

Por agentes produtores do espaço, pode-se compreender em linhas gerais, os grupos participantes das decisões no espaço, e segundo Corrêa (2014), podem ser os promotores imobiliários, os produtores fundiários, os grupos sociais excluídos e o Estado. Neste cenário, a influência dos agentes é diversificada, dada a sua forma de atuação no contexto geral de produção do espaço, ou seja, variando de acordo com a sua representatividade no meio em que se insere.

Ao Estado, em função de sua possibilidade de elaborar normas, caberia o papel de realizar uma gestão adequada do espaço urbano, de modo a controlar a expansão do território de modo a não negligenciar as necessidades dos demais agentes produtores do espaço urbano. Todavia, o interesse comum entre agentes permite que os mesmos possuam maior capacidade de atuação e de produção do espaço urbano, onde inclusive, inúmeros mecanismos forjados no clientelismo podem ser formados (CORRÊA, 2014).

Desta forma, quando os interesses do Estado beneficiam somente determinadas parcelas dos indivíduos produtores do espaço, a disputa pelo espaço torna-se ainda mais desigual, visto que a autonomia de cada agente produtor do espaço passa a ser mensurada pelo grau de influência que a mesma pode exercer sobre os demais agentes, incluindo o próprio Estado (CORRÊA, 2014).

Como produto do espaço, emerge o conceito de território, evidenciando tais relações de produção do espaço a partir de um mecanismo em que influencia e é influenciado pelos indivíduos que nele habitam (RAFFESTIN, 1993). Assim, o território seria também, produto e produtor de contribuições históricas e sociais. Além disso, considera-se o território a partir de uma dupla perspectiva: material e imaterial; onde, Vale, Saquet e Santos (2005), o mesmo

pode ser desdobrado em quatro dimensões distintas: a econômica (E), política (P), cultural-simbólica (C), e natural (N).

As perspectivas T-D-R, conceitos inicialmente discutidos na Geografia, mas que atualmente tem sido objeto de estudos de variadas áreas do conhecimento, estão ligados à apropriação, perda e ressignificação dos territórios para os indivíduos (RAFFESTIN, 1993).

Ao processo de identificação e apropriação do território por parte dos indivíduos, ou grupos de indivíduos, denomina-se territorialização (T). Chamar-se-á desterritorialização (D), ao movimento de perda de significados, saída de um indivíduo ou grupo de indivíduos de um determinado território, seja fisicamente ou simbolicamente. Por fim, o mecanismo de readaptação dos indivíduos à um novo território ou a modificações em um mesmo território, por fatores diversos, causando-lhe mudanças físicas, espaciais ou simbólicas., denominar-se-á como reterritorialização (R) (HAESBAERT, 2007b).

Vinculada à concepção de território, a cidade teve seu surgimento a partir das aglomerações populacionais em torno de recursos naturais, visando possuir um melhor acesso aos mesmos, na busca pela conquista de vantagens para a sobrevivência. Este processo influenciou posteriormente, na criação das grandes comunidades que vieram a se formar os territórios feudais (ROLNIK, 1988).

Como conjunto de ações coletivas de diferentes grupos sociais, a cidade tem sido objeto de estudos que tratam de sua organização. Recentemente, estudos que versam sobre uma perspectiva não funcionalista e que considera os aspectos simbólicos das cidades têm ganhado espaço (SARAIVA; CARRIERI, 2012; VIEGAS; SARAIVA, 2015). A concepção de cidade enquanto organização (HONORATO; SARAIVA, 2016), dá ensejo ao desenvolvimento do presente estudo, uma vez que buscar-se-á considerar as intervenções dos diferentes grupos sociais no contexto urbano, bem como analisar a cidade a partir de um olhar que vá além das concepções urbanísticas e de administração pública, considerando-a como local de construção de identidades e do desenvolvimento de fenômenos sociais simbólicos complexos (COIMBRA; SARAIVA, 2013).

Atrelado ao desenvolvimento das cidades no Brasil, analisa-se brevemente o desenvolvimento das políticas habitacionais no Brasil a partir de uma perspectiva histórica, verificando que não raramente os interesses do Estado estavam entrelaçados com interesses dos demais agentes, todavia, não necessariamente atuando de forma a garantir o uso do espaço das cidades de forma igualitária, mas, ligado à interesses que eram provenientes de

operações de clientelismo entre os setores públicos e privados, o que pode ser denominado como empresariamento urbano (CORRÊA, 2014).

Assim, verifica-se que o espaço urbano, no Brasil, sempre esteve pautado a partir de uma lógica de mercantilismo, ou seja, sendo valorado a partir de seu valor de troca e não de uso (RIBEIRO, 2015). Tal lógica – pautada na ótica capitalista e nos mecanismos de reprodução do capital – não apenas não resolveram as problemáticas relacionadas à uma produção igualitária e participativa do espaço, mas acentuaram-nas ainda mais.

A existência de políticas públicas vinculadas às propostas de reprodução do capital, deram ensejo ao um crescimento territorial desordenado. A valorização e especulação imobiliária, por sua vez, ao encarecerem o espaço urbano, foram o estopim para que surgissem inúmeros casos de segregação espacial e marginalização social. Em outras palavras, o que restava aos agentes que possuíam menores capacidades de influenciar o espaço, eram as porções que interessavam menos aos preceitos capitalistas, geralmente as periferias (ROLNIK, 1988).

A partir disso, compreende-se que as políticas públicas de acesso à moradia, em tese, surgem como uma tentativa de aproximação de Estado com o seu real objetivo, o de proporcionar uma gestão espacial mais democrática. Todavia, pode-se verificar que, apesar dos avanços nesse sentido, a lógica de produção do espaço vinculada a interesses de grupos específicos e com a chancela do Estado continua.

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) é parte de uma política pública que teve por objetivo a construção de casas populares para a população de baixa renda, e principalmente, incentivar as empresas do ramo da construção civil no país (CARDOSO, ARAGÃO E ARAÚJO). Surgindo como uma tentativa de retomada de premissas voltadas à habitação para a população de baixa renda, o PMCMV, criado em 2009, O PMCMV pode ser considerado um marco na política habitacional brasileira, devido ao número de moradias construídas ao longo de suas fases (BONDUKI, 2009).

A sua lógica de funcionamento, contudo, permanece claramente alinhada a interesses de determinados agentes produtores do espaço, onde por sinal, os maiores beneficiados não são necessariamente os integrantes da população ao qual tal programa se destina. Em outras palavras, apesar de ser configurado como um programa pautado na construção e viabilização de moradias para a população de baixa renda, pode-se verificar que o programa atende primariamente aos objetivos das empresas do ramo de construção civil (CARVALHO; STEPHAN, 2016).

Desta forma, ao mesclar-se duas iniciativas distintas, sendo estas a iniciativa privada e as políticas públicas em um mesmo programa, pode-se verificar que há um choque de concepções que se traduzem de um lado, pela ótica produtivista e empresarial; e de outro, pelas necessidades da população. Desta forma, são refletidas nas questões territoriais, as influências da produção capitalista do espaço.

Em Maringá, a ideia de produção do espaço vinculada aos interesses do capital ocorre desde antes da sua fundação, em 1947, onde na época em que fora colonizada pelas intervenções da Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), já se era perceptível uma postura de coadjuvante por parte do Estado, à medida que, sob o argumento de facilitar o planejamento urbano local e visando a expansão e adequação dos preceitos da globalização, o governo proporcionava incentivos à empresa colonizadora (RODRIGUES E CORDOVIL, 2014).

Com o passar do tempo, o desenvolvimento da cidade a partir dos sistemas de comércio e ferrovia se acentuaram e o modelo cidade-jardim ora implantado, visava mais o beneficiamento e cultivo do algodão do que propriamente a integração entre cidade e campo. Desde então, já eram formuladas as diferenciações entre áreas comerciais e residenciais, o que, segundo Rodrigues e Cordovil (2014), consiste em uma herança ligada aos primórdios de sua fundação, vinculada aos preceitos de reprodução do capital.

Mais tarde, em 1967, é fundado o distrito de Iguatemi, sendo o 5º distrito de Maringá e se juntando a Floriano, Ivatuba, Paiçandu e Floresta, que eram até então, distritos de Maringá. A instalação da Usina de Açúcar Santa Terezinha pode ser considerada um divisor de águas, bem como o Posto de Atendimento Agropecuário, que posteriormente se tornaria a fazenda experimental da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Com o crescimento do local, a ideia de emancipação começa a ser fomentada, à medida que o distrito passa a evidenciar maior representatividade econômica. No entanto, apesar disso, os efeitos de uma segregação simbólica podem ser sentidos em parte da população local. Em termos de distância, o distrito de Iguatemi fica a aproximados 14 km da cidade de Maringá, estando mais afastado das regiões centrais do município do que dos municípios vizinhos.

Localizado em Iguatemi, o Condomínio Residencial Irajá, inaugurado em 16 de setembro de 2011 com 108 unidades habitacionais e fora construído a partir de obras financiadas pelo PMCMV (MARINGÁ, 2018). A partir desse fato, entram em contexto as

perspectivas de produção do espaço urbano e dos impactos da expansão territorial nos indivíduos residentes no local.

Tendo em vista as problemáticas relacionadas à produção do espaço urbano a partir do Programa Minha Casa Minha Vida e os seus impactos nos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (T-D-R) dos moradores do Condomínio Residencial Irajá, tem-se como questão de pesquisa: como ocorreram os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (T-D-R) dos moradores, a partir da produção do espaço urbano ocasionada por investimentos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), no Condomínio Residencial Irajá no distrito de Iguatemi, no município de Maringá-PR?

A partir do questionamento acima, têm-se como objetivo geral do presente trabalho, o de Compreender como ocorreram os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (T-D-R) dos moradores, a partir da produção do espaço urbano ocasionada por investimentos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), no Condomínio Residencial Irajá no distrito de Iguatemi, no município de Maringá-PR. A partir do objetivo geral, tem-se os seguintes objetivos específicos:

- a) Entender de que maneira o Programa Minha Casa Minha Vida influenciou na vivência dos moradores do distrito de Iguatemi, mais precisamente no Conjunto Residencial Irajá;
- b) Analisar de que forma os residentes do Conjunto Residencial Irajá estão construindo os movimentos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, a partir da produção do espaço urbano no local.

Como justificativa da pesquisa, estabelece-se a relevância do pensamento pautado na cidade como território e como organização, no sentido de uma abordagem que visa o pensamento das cidades a partir de uma perspectiva macro-societal (SARAIVA; CARRIERI, 2012; HONORATO; SARAIVA, 2016) e na ideia de que a obtenção do conhecimento a respeito de como se desenvolvem os processos de produção do espaço urbano: palco onde se desenvolvem as sociedades; contribui para uma melhor gestão das mesmas, de forma que tais processos se desenvolvam levando em conta as especificidades de seu território de implantação (MAC-ALLISTER, 2004).

Acredita-se que obter o conhecimento de como os moradores do Conjunto Residencial Irajá, se desterritorializaram e se reterritorializam, bem como se relacionam com o espaço em que vivem, possa contribuir na compreensão de tais mecanismos no contexto urbano. Todavia, mais do que isso, considera-se como principal contribuição do presente trabalho a de fomentar discussões que dão ensejo à reflexão a respeito da cidade como organização, em que ao abordar as questões relacionadas aos processos de T-D-R, possa-se compreender em que medidas as decisões tomadas no contexto urbano tendem a influenciar na vivência das pessoas. Esta compreensão, por sua vez, poderia influenciar os gestores públicos a novas formas de pensar e tomar decisões mais igualitárias no âmbito das cidades.

Outro ponto a ser ressaltado é o de que o presente trabalho busca contribuir com discussões que abordam as relações da produção do espaço na cidade de Maringá e que abarcam as perspectivas de (T-D-R), tais como as desenvolvidas por Oliveira (2016), denominado “*Intervenções urbanas a partir de investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC): a reterritorialização dos moradores do entorno da obra Contorno Norte de Maringá-PR*”; e de Gonçalves (2016), intitulado “*Os processos de (des)(re)territorialização dos ex-moradores do Bairro Santa Felicidade: uma intervenção urbana a partir do PAC*”. Entende-se que o que vem a justificar a relevância da presente pesquisa é que a mesma busca a compreensão de como políticas públicas impactam na territorialização dos moradores do local pesquisado, o Condomínio Residencial Irajá, em Iguatemi, visando uma ampliação da autonomia dos municípios no que diz respeito às políticas habitacionais, no contexto local.

Nos últimos anos, no Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais (CBEO), variadas pesquisas que tem como abordagens o espaço e o território, as quais podem ser citadas, “Planejamento urbano e território vivido: construindo um ideal de cidade verde” elaborado por Mostagi e Mansano (2015); “O processo de territorialização a partir de uma política pública: o caso dos moradores contemplados pelo PMCMV no Conjunto Habitacional Pioneiro José de Oliveira no distrito de Florianópolis-PR” de autoria de Silva et. al (2015); “A reterritorialização, pelos moradores, do entorno da obra Contorno Norte de Maringá-PR” de Oliveira e Chagas (2015), e “O espaço como dimensão de análise no estudo de organizações alternativas: uma proposta baseada em Guerreiro Ramos, Henry Lefebvre e Milton Santos”, de autoria de Parada (2015).

Além destes, outros artigos como o de Coelho (2012), que versa sobre os processos de resistência de moradores em relação ao Plano Diretor de Florianópolis; o de Brulon e Peci

(2015), que versa sobre o hibridismo social em favelas; e o de Mariani e Arruda (2010), que aborda o tema da territorialidade e do desenvolvimento territorial em empreendimentos solidários em Corumbá-MS, poderiam ser elencados como exemplos de pesquisas que abordam a dinâmica do território, dentro dos Estudos Organizacionais, estando estes, vinculados a proposta multidisciplinar acima citada, na qual pautar-se-á do mesmo modo, a presente pesquisa (ENGELMANN; PERRONE, 2006).

Desta forma, por meio de uma perspectiva relacionada aos Estudos Organizacionais, o presente estudo avança no sentido de estabelecer uma relação entre a cidade como espaço produzido e como território, a partir de diferentes perspectivas de análise, onde são consideradas tanto as influências dos indivíduos sobre o território, quanto as do território para com os indivíduos.

Além disso, a concepção de cidade-organização dá ensejo a contribuições na área de gestão pública, uma vez que, ao demonstrar os impactos e as influências sofridas pelos indivíduos a partir da adoção de determinadas políticas públicas, poder-se-á influenciar os administradores públicos à compreensões mais profundas e a decisões mais igualitárias no contexto urbano.

O presente trabalho está estruturado em sete seções ou capítulos. No primeiro deles, estabelece-se a presente introdução, e a discussão dos aspectos gerais da pesquisa. No segundo capítulo são apresentados os principais aspectos teóricos a partir da revisão de literatura sobre o espaço e a produção do espaço urbano, bem como dos escritos sobre o território e sobre a formação das cidades. No terceiro capítulo discute-se aspectos inerentes as políticas habitacionais no Brasil e ao PMCMV. No quarto capítulo são discutidas a origem e produção do espaço urbano no município de Maringá, bem como a formação do distrito de Iguatemi. No quinto capítulo são apresentados de forma detalhada, os procedimentos metodológicos empregados na pesquisa. No sexto capítulo são apresentados os dados coletados no campo, a partir dos quais são realizadas as análises, à luz das obras discutidas na revisão da literatura sobre o tema. No sétimo e último capítulo, por fim, serão explicitadas as considerações finais da pesquisa.

2 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO, O TERRITÓRIO

A cidade tem sido objeto de estudos de diferentes pesquisadores, os quais abordam-na a partir de diferentes perspectivas. No presente estudo, analisa-se a cidade como produto da intervenção dos indivíduos, por meio da apropriação do espaço. Para isso, serão realizadas discussões em torno dos conceitos de espaço, do território e suas dimensões, da produção do espaço urbano e das políticas habitacionais brasileiras, com destaque para o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

Além disso, serão discutidas também as diferentes dimensões do território enquanto produto da intervenção humana no espaço a partir de uma perspectiva pautada pelos Estudos Organizacionais, buscando compreender sobre se estabelecem as relações entre os indivíduos e o território, tanto em níveis materiais quanto simbólicos.

O espaço, de acordo com Lefebvre (2000), apresenta aspecto vago em relação à definição de uma ciência própria, ou seja, é termo considerado e possui conceito definido em áreas distintas. Lefebvre (2000), sugere que o espaço, a partir de sua inconclusividade, representa também, algo a nível da sociedade inteira, influenciando e sendo influenciado por ela, ou seja, modificando e sendo modificado por ela. Essa relação entre espaço e sociedade, na visão de Lefebvre (2000), representa a projeção em campo, ou em terreno, das condições preexistentes na sociedade, portanto, assim pode-se considerar que o espaço seja produzido pelas condições sociais, mas também produtor, à medida que é apropriado pelos indivíduos, de diferenciadas maneiras. Deste modo, em sociedades capitalistas a influência do capital torna-se consequência na produção do espaço urbano, que passa a ser configurado pelos indivíduos de modo a reproduzir o sistema no qual tal sociedade se insere (LEFEBVRE, 2000).

O conceito de produção do espaço emerge de forma a designar as interações entre os indivíduos e o espaço, de modo que os primeiros passam a moldar o espaço a partir de necessidades materiais ou simbólicas (ROLNIK, 1988; RAFFESTIN, 1993). Assim, tem-se o ensejo de abordar a transformação do espaço em território, que nada mais é do que a intervenção no espaço original feita pelos indivíduos que o territorializam. A esse respeito, Raffestin (1993) conceitua o espaço como prisão original e o território como sendo a prisão criada pelos indivíduos.

Assim como há uma indefinição no conceito de espaço, dadas as diferentes abordagens do qual este pode ser objeto, o território, por sua vez – apesar de apresentar

definição a qual se acredita ser menos vaga se comparada à definição de espaço – abarca diferentes visões possíveis acerca de seu significado, podendo este se apresentar em níveis materiais e simbólicos e, mais do que isso, coexistir em ambos os níveis em um determinado local, de acordo com os indivíduos que dele se apropriam (HAESBAERT, 2007a; SAQUET, 2013).

Relacionada a isso, considera-se a questão da formação das cidades enquanto produto da intervenção do homem no espaço (ROLNIK, 1988), ou seja, partindo da produção do espaço (LEFEBVRE, 2000), da transformação deste em território (RAFFESTIN, 1993). As cidades podem ser consideradas o produto da projeção no terreno dos ditames sociais, relacionada à intervenção dos indivíduos e a da apropriação da cidade por eles, tanto em níveis simbólicos quanto materiais. Considerando o proposto por Lefebvre (2000), deste modo, chega-se à conclusão de em sociedades capitalistas, as cidades passam a ser transformadas de maneira consonante ao sistema no qual se inserem, ou seja, o capitalista (ROLNIK, 1988).

À medida que o espaço é produzido, Correa (2014) e Vasconcellos (2014) advertem para a problemática da presença de diversos agentes de produção do espaço. Estes agentes, representando as diversas estâncias da sociedade, moldam o espaço de acordo com os seus interesses, tendo como objetivos, obter maiores vantagens sobre os demais, tendo o espaço urbano como palco (CORRÊA, 2014). Empresas, grandes produtores fundiários, grupos sociais e o Estado, por exemplo, podem ser conceituados como agentes produtores do espaço.

Desta forma, o território passa a representar diferentes significações para os diversos indivíduos envolvidos no processo de apropriação, que o territorializam, ou seja, atribuem ao espaço, diversas conotações. A medida que um indivíduo se apropria de um determinado território, Raffestin (1993) denomina como territorialização; sendo que, no momento da perda de um território, ou da mudança de significado, o mesmo chama desterritorialização, e por fim, ao readaptar-se a novos territórios, ou aos mesmos, porém atribuindo-lhes diferentes significados, o autor apresenta o conceito de reterritorialização.

A partir disso, apropriando-se dos conceitos de territorialização (T), desterritorialização (D) e reterritorialização (R), bem como as diferentes dimensões do território aliadas às distintas perspectivas de produção do espaço urbano, tem-se o ensejo, no presente trabalho, de discutir estudos relacionados à temática do espaço e do território, bem como os aspectos inerentes à formação das cidades, bem como a realização de uma pesquisa referente à produção do espaço urbano e a relação desta com as políticas habitacionais motivadas pelo governo

federal, tais como o programa de aceleração do crescimento (PAC) e o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), as quais serão melhor exemplificadas nas subseções seguintes.

2.1 O ESPAÇO

O espaço tem sido objeto de estudo de várias áreas distintas, com por exemplo, a Geografia, a Matemática, a Sociologia, a Filosofia. Assim, naturalmente, o mesmo desdobrar-se-ia em uma série de concepções igualmente distintas, onde cada uma das áreas de estudo prestaria a ele, a sua contribuição, e o conceberiam de acordo com sua epistemologia. Em decorrência disso, visões espaciais, naturais, sociais, e conceitos objetivos, como na matemática, ou abstratos como na astronomia, por exemplo, fariam do espaço algo com uma série de definições possíveis, e por isso, de certa forma, um algo indefinido (LEFEBVRE, 2000).

No transpor destas limitações, segundo Lefebvre (2000), alguns “malabaristas” se dispuseram a ultrapassar a parcelaridade dos estudos sobre o espaço, mas sem que proporcionassem uma solidez teórica suficiente para definir ou dar origem a uma “ciência do espaço”. Contudo, frente à essa visão parcelar do espaço, Lefebvre (2008, p. 37), sugere que “Nessa perspectiva, o espaço aparentemente insignificante, ou seja, neutro, não significaria de início sua insignificância, seu caráter vazio, e em seguida, através dessa neutralidade, desse vazio aparente, *alguma* coisa no nível da sociedade inteira, isto é, da sociedade capitalista? ”. Em outras palavras, o autor assinala que o aparente vazio, causado provavelmente pela inconclusividade do conceito, dando a ele ares de abstração, seria também, o que poderia representar a sua abrangência à toda à sociedade. Não seria o espaço, um espaço concebido, um espaço já integrado a um sistema pré-existente? Supondo isso, para encontrar então uma lógica para tal sistema, não se deveria partir dele, mas tê-lo como objetivo e, neste contexto, o espaço teria um importante papel.

Lefebvre (2000, p. 27), denomina como “projeção no terreno” a reprodução de conceitos existentes na sociedade, ou os chamados modos de produção. A esse respeito, Carlos (2014), assinala que, na Geografia, a relação dos indivíduos com o espaço é imanente da constituição da sociedade, e que a sua produção ocorre de acordo com a apropriação dele pelos indivíduos. Nesta relação dialética, a sociedade é produzida pelos indivíduos, mas também é produtora, por meio de condições historicamente definidas. Neste sentido, o espaço ganha também um viés social, a partir de constituições históricas no qual é modificado pelos

indivíduos, porém, modifica-os, de modo a permanecer em relação constante com estes. Desta maneira pode-se compreender que as modificações no espaço, a partir das influências dos seres são as que dão forma as relações sociais e, portanto, aos territórios. Assim, esse processo de formação de territórios a partir de intervenções dos indivíduos pode ser chamado de territorialização (RAFFESTIN, 1993).

Raffestin (1993) conceitua o espaço como sendo a prisão original, pois já vem de uma condição pré-existente, enquanto que o território seria a prisão que os homens constroem para si. Porém, na produção do espaço pelo homem cria-se a dicotomia que dá ensejo a discussão a respeito do uso e valor do território. A priori, o homem territorializa o espaço segundo os seus objetivos, fortemente vinculados com a sua sobrevivência. Desta forma, o mesmo molda e administra os recursos naturais – e por que não espaciais – tendo em vista a facilitação do seu modo de vida, extraindo do espaço os recursos que necessita. Porém, Lefebvre (2000), chama a atenção para o que o mesmo designa como algo que poucas pessoas se recusariam a admitir como questões influenciadoras na produção do espaço. A influência do capital e do capitalismo.

A partir do modo capitalista de produzir e transformar o espaço, o mesmo passa a não ter mais somente o seu valor de uso nem ser valorizado pelos seus recursos e somente pelo que dele se pode extrair, mas além disso, passa a ser valorado de acordo com o seu valor de troca ou de venda (LEFEBVRE, 2000; CARLOS, 2014; RIBEIRO, 2015).

A respeito disso, Lefebvre (2000), aborda a centralização do poder no Estado e a produção do espaço de acordo com as lógicas dominantes, principalmente a do capital. Além disso, cita as influências do saber e do intelecto como fatores de reprodução da lógica dominante, ou hegemônica, que buscaria transformar a população em fragmentos subordinados a um único poder (o do Estado), onde para isso, seria necessária uma redefinição dos objetivos desta população, estando estes, vinculados aos objetivos maiores, os do centro do poder. Nesse tipo de modo de produção capitalista, Lefebvre (2000) pontua a respeito do trabalho onde faz uma divisão entre o trabalho do conhecimento e o trabalho material. A lógica de acumulação do capital que transforma o espaço em mercadoria, transforma também as relações de trabalho (SANTOS; SILVEIRA, 2006).

Para que se tornasse menos complexo o controle da população, faz-se necessário modificar seus objetivos, fazendo com que estes fossem coincidentes com os que eram aspirados para o poder. Introduzindo a ideologia do capital e tornando homogênea a população, com objetivos igualmente homogêneos, seria mais fácil suprimir as resistências e

controlar a sociedade. Para tal, era necessário identificar e definir uma lógica comum a todos, capaz de ser aplicada igualmente e com força necessária para redefinir os objetivos daqueles os quais se pretendia guiar por um determinado caminho, por um determinado objetivo conduzido pelo poder, o que seria também, responsável por redefinir e reorganizar o espaço. Segundo Lefebvre (2000, p. 45):

O Estado se consolida a escala mundial. Ele pesa sobre a sociedade (as sociedades) com todo o seu peso; ele planifica, organiza “racionalmente” a sociedade com a contribuição de conhecimentos e técnicas, impondo medidas análogas, senão homólogas, quaisquer que sejam as ideologias políticas, o passado histórico, a origem social das pessoas no poder. O Estado esmaga o tempo reduzindo as diferenças [...] se põe e se impõe como centro estável, definitivamente, de sociedades e espaços (nacionais) (LEFEBVRE, 2000, p. 45).

Assim, pode-se perceber que nesta perspectiva, o Estado subjuga as diferenças entre os povos buscando imprimir uma forma hegemônica e homogênea de administrar o espaço. O conceito de espaço é então, utilizado e transformado de acordo com uma lógica dominante, a do poder do Estado, que de acordo com Corrêa (2014), teria a função de gerir o espaço de acordo com as necessidades dos demais componentes do social. Faz-se oportuno esclarecer que tal espaço é ora considerado a partir de uma perspectiva ampla, onde é possível que ocorra o enlace entre as várias dimensões do mesmo, que se perpassam no contexto social. Assim, as lógicas hegemônicas podem ser difundidas em níveis locais, nacionais, continentais e mundiais.

Deste modo, tais lógicas podem ser passadas ou impostas entre localidades ou entre nações, raças, gêneros, etc., onde a produção centralizada do espaço dar-se-ia tendo em vista a homogeneização de uma determinada posição e sua disseminação no contexto geral social. A esse respeito, Quijano (2005), aborda o conceito de colonialidade do poder, onde assinala a centralização do poder em determinadas sociedades que a partir de suas regras e de suas perspectivas, impõe à outras seu modo de vida e de relações sociais, entre eles o próprio conhecimento, em um processo que desconsidera as especificidades locais em localidades consideradas inferiores ou menos desenvolvidas, em detrimento da replicação de realidades que “dão certo” em locais desenvolvidos, mas que não atendem as especificidades locais, uma vez que os modos de vida e os objetivos que se têm são distintos (QUIJANO, 2005; IBARRA-COLADO, 2006).

A partir disso, discute-se que o espaço passa a ser gerido de acordo com as prioridades eleitas pelo estado de acordo com a ótica capitalista, o que em muitos casos, pode fazer com que os interesses daqueles que nele se inserem sejam negligenciados.

2.2 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E AS CIDADES CAPITALISTAS

A sociedade e o espaço são conceitos interligados. Ao se produzir, a sociedade provoca intervenções no espaço ao passo que, ao mesmo tempo, é moldada por este. A relação espaço-sociedade, além disso, considera os aspectos históricos ao longo do tempo (CARLOS, 2014).

Na visão de Carlos (2014, p. 53) “A sociedade se apropria do mundo enquanto apropriação do espaço-tempo determinado, aquele de sua reprodução, num momento histórico definido”. Desta forma, trabalha com a ideia da produção do espaço como condição fundamental para a vida humana (CARLOS, 2014). A produção do espaço, então, se dá a partir da intervenção dos indivíduos na sociedade, a partir de suas iniciativas individuais e coletivas em transformar o espaço (ROLNIK, 1988). Contudo, essa transformação passa por mais de uma dimensão, como assinala Carlos (2014), que vão desde a dimensão material até a simbólica.

Além das dimensões materiais, representadas pela ideia da produção do espaço feita pelo homem que, ligado ao solo, o produz de acordo com as suas necessidades (RAFFESTIN, 1993); destaca-se a dimensão simbólica da produção espacial, no sentido de que as necessidades que movem o homem a produzir o espaço, subordinam-se a outros interesses, de ordem imaterial. Neste processo, pode-se citar a transformação do espaço em mercadoria (CARLOS, 2014), de forma que o seu significado passa a ser o de troca e não o de uso (RAFFESTIN, 1993).

Neste contexto, a cidade, segundo Viegas e Saraiva (2015), pode ser concebida como a vida social organizada de diferentes grupos de atores sociais. A esse respeito, destacam que a maior parte dos estudos sobre cidades estão relacionados com a perspectiva funcionalista, mas que recentemente, estudos que versam sobre uma perspectiva não funcionalista da cidade têm ganhado espaço (VIEGAS; SARAIVA, 2015).

As cidades podem ser consideradas como conjuntos de ações coletivas, dotadas de uma identidade cultural; conceitos que vão além das dimensões físicas da mesma, passando por uma ideia simbólica e subjetiva do que pode ser entendido como cidade. A cidade então,

teria uma condição de instabilidade onde constantes movimentos de reajuste dão-lhe uma condição fragmentada, difícil de se analisar como um todo (VIEGAS; SARAIVA, 2015).

Como já mencionado anteriormente, o espaço se produz historicamente, de forma objetiva e subjetiva. Para abordar o contexto da produção do espaço no Brasil, assim faz-se necessário recorrer aos escritos históricos e relatos que contam como se deu esta produção. A regulamentação da posse da terra, ocorrida em 1850, com a promulgação da Lei de Terras, foi o que veio instalar os mecanismos de compra e venda. Assim, modificaram-se também as relações entre o trabalho e a terra, uma vez que os indivíduos, que antes eram relativamente autônomos para territorializarem o espaço, agora são impedidos de a usarem livremente, assim, se viam obrigados a comprá-la, o que deu a terra, o valor de mercadoria, e fez de sua comercialização um negócio extremamente rentável e contribuía com a lógica da acumulação do capital (RIBEIRO, 2015).

Nesse processo, além do Estado surgiram em decorrência do capital, outras maneiras de se inserir no processo de acumulação. Outros entes inseridos no processo de reprodução da lógica capitalista iriam, ao seu turno, modificar o espaço e o produzirem de acordo com os seus interesses. Na visão de Corrêa (2014, p. 43):

A produção do espaço, seja o da rede urbana, seja o intraurbano, não é o resultado da “mão invisível do mercado”, nem de um estado hegeliano, visto como entidade supraorgânica, ou de um capital abstrato que emerge de fora das relações sociais. É consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade. (CORRÊA, 2014, p. 43).

Por esta afirmação, pode-se compreender que o conflito de interesses entre os indivíduos, ora considerados como agentes de produção do espaço, venha a dinamizar e a produzir o espaço social urbano. Deste modo, entende-se como necessária a conceituação e contextualização de quem são e como se formam tais agentes, bem como os seus objetivos individuais e coletivos. Corrêa (2014) assinala como tipos de agentes os proprietários fundiários e dos meios de produção, bem como os promotores imobiliários, os grupos sociais excluídos e o Estado.

Neste contexto, Vasconcelos (2014) detalha os conceitos de agentes, formulado por Corrêa (2014), abordando o conceito de atores e agentes. Os primeiros, são aqueles que agem em uma ou mais instâncias, em dependência um relacionamento com outras entidades em uma determinada ação. Entende-se que o que diferencia os agentes de atores é a capacidade

que o agente tem de agir por conta própria e de forma voluntária. Desta forma, Vasconcelos (2014, p. 91-92) elenca como agentes de produção do espaço urbano:

- 1) Agentes vistos como indivíduos, como famílias ou ainda grupos ou movimentos sociais;
- 2) Agentes vistos como empresas, associações ou outras instituições coletivas (como contratos, normas etc.);
- 3) Agentes privados ou públicos (limites do privado; papel normativo e outros do público);
- 4) Agentes legais ou ilegais (ou “formais” ou “informais”) (Direito, regulamentação);
- 5) Agentes hegemônicos ou dominantes, ou dominados (poder, economia, cultura etc.);
- 6) Agentes visíveis ou invisíveis (ex. decisões tomadas por agentes do mercado financeiro);
- 7) Agentes móveis ou imóveis (ex. mobilidade dos empresários, dos residentes);
- 8) Agentes examinados segundo suas ações locais, regionais, nacionais ou globais (escala);
- 9) Agentes centrais ou periféricos (em diferentes escalas);
- 10) Agentes internos ou externos à cidade (decisões locais ou decisões externas);
- 11) Agentes revolucionários ou reformistas (na sociedade com reflexos nas cidades);
- 12) Agentes transformadores ou “conservadores” das cidades (ex. agentes imobiliários, defensores do patrimônio);
- 13) Agentes ativos ou passivos (cidadania, participação política, movimentos sociais);
- 14) Agentes estáveis ou efêmeros (ex. igreja, organizadores de eventos);
- 15) Agentes difusores ou receptores (da técnica, da cultura etc.);
- 16) Agentes articulados ou desarticulados (noção de redes);
- 17) Agentes unifuncionais ou plurifuncionais (vários papéis ou funções exercidas por um agente);
- 18) Agentes sociais, culturais, econômicos, políticos etc. (plurifuncionais);
- 19) Agentes religiosos ou seculares;
- 20) Agentes atuais ou pretéritos. (VASCONCELOS, 2014, p. 91-92).

Com a intervenção ou interferência destes no espaço urbano, são edificadas obras, estradas, cultiva-se os campos, formam-se centros urbanos, as cidades, com áreas comerciais e industriais, sendo estas dotadas de significados diversos e que culminam por alterar a perspectiva do território em que são realizadas, produzindo o espaço. Considerando, segundo Corrêa (2014, p. 43), que “Os agentes sociais de produção do espaço estão inseridos na temporalidade e espacialidade de cada formação socioespacial capitalista”, pode-se compreender e relacionar que seus objetivos de formação, alteração ou produção do espaço estejam também, ligados ao contexto em que se inserem, ou seja, o capitalista.

Assim, compreende-se também que, à medida que as modificações realizadas pelos agentes tenham como objetivo, segundo Corrêa (2014), a satisfação de necessidades criadas por eles mesmos, pode-se compreender que a influência capitalista possa ser diretamente

responsável, ou determinante para as intervenções destes agentes em seu espaço, em sua territorialidade.

Pode-se verificar que os agentes, para buscarem seus objetivos, alteram o espaço de acordo com seus interesses. Para tanto, utilizam-se de estratégias que visam a modificação do espaço. A esse respeito, Corrêa (2014, p. 45) assinala que:

A terra urbana pode ser objeto de interesse de promotores imobiliários, de empresas industriais, do Estado e de outros agentes. Práticas espaciais como a esterilização da terra, fragmentação e remembramento, assim como loteamentos descontínuos na periferia, podem ser comuns a diferentes agentes sociais. O espaço produzido, refletirá essas estratégias e práticas espaciais. (CORRÊA, 2014, p. 45).

No que diz respeito aos papéis do Estado capitalista, Corrêa (2014) caracteriza-o como responsável por um conjunto de possíveis ações, dentre elas, estabelecer leis e normas sobre a produção e utilização do espaço; taxar as propriedades e edificações, as atividades produtivas, aos quais o diferencial entre as taxas refletem e condicionam a diferenciação do espaço urbano; proporcionar as condições de produção do espaço à outros tipos de agentes, por meio de sistemas de trânsito e de energia elétrica, água e esgoto; controlar o mercado fundiário, apropriando-se de espaços que possam ser trocados com outros agentes sociais; investir na produção imobiliária residencial em determinados locais do espaço intraurbano para determinados grupos sociais; e tornar-se produtor de unidades industriais próximas ou afastadas umas das outras. A esse respeito, Silva (2015, p. 46-47), afirma que:

Caberia ao Estado, através de suas ações, regulações e investimentos públicos, dotar maior ou menor preço às localizações, bem como sua valorização, contudo, só na aparência que o Estado age de forma independente e norteador da iniciativa privada, pois o que ocorre é mesmo o inverso, sendo aliado do privado em seus interesses. (SILVA, 2015, p. 46-47).

Partindo de tais pressupostos, identifica-se a pluralidade dos papéis dos distintos agentes de produção do espaço urbano, que se relacionam entre si e nesta arena de conflitos, criam vínculos, identificam e estabelecem objetivos em comum, onde entram em cena a negociação de tais objetivos a serem atingidos conjuntamente em um meio onde, segundo Corrêa (2014, p. 46), “a corrupção não é estranha”.

Por esta afirmação, pode-se compreender que existe dentro do contexto social, uma série de fatores pelos quais os agentes, por mais distintos que sejam, negociam. Seguindo a lógica de que a propriedade, segundo Corrêa (2014), constitui um bem que é valorizado por

todos os grupos de agentes, organizados ou não, por sua vez, em meio ao jogo de interesses, terminará em estabelecer-se como uma das problemáticas sociais, para uma enorme parcela da população. Neste ponto, vislumbra-se a perspectiva de segregação, uma vez que os grupos sociais excluídos, mesmo constituindo-se como um dos agentes produtores do espaço, não necessariamente, terão a mesma relevância que os demais agentes, sendo os seus objetivos possivelmente negligenciados pelo Estado (CORRÊA, 2014).

Em uma outra análise, entende-se que o posicionamento de determinados agentes no território não influenciaria somente no que diz respeito às mudanças ocorridas no espaço físico do local. Vale, Saquet e Santos (2005) versam sobre diferentes dimensões de compreensão do território, dividindo entre as abordagens econômicas, políticas, culturais e naturais. Ao se considerar o espaço urbano como parte do tecido territorial, pode-se apropriar e vislumbrar a definição de dimensões similares a estas, que se mostram presentes na disputa entre os agentes produtores do espaço.

Alguns agentes, empresas de grande porte, por exemplo, podem ser instrumentos de produção do espaço em seus aspectos sociais. As chamadas *company towns* (CORRÊA, 2014), podem instalar-se em determinados locais do espaço urbano fazendo com que estes locais sejam dependentes destas corporações para a manutenção das atividades no local, o que Corrêa (2014), denomina como apropriação simbólica não apenas do espaço, mas também da sociedade ali presente. Entende-se que o mesmo mecanismo se dê em sentido contrário, quando tais corporações expandem suas instalações fabris, por exemplo, ou criam novas unidades produtivas em espaços considerados distantes das regiões centrais dos municípios, levando até tais regiões periféricas, estruturas que contribuem para a mudança populacional por meio da porção de indivíduos que parte de regiões centrais dos espaços sociais até elas, no sentido de buscar novas oportunidades.

Entende-se que este tipo de mecânica populacional possa contribuir para a expansão dos territórios, porém, um olhar mais atento sobre o fato revela uma possível política de manipulação do espaço, passiva de enquadramento no rol das estratégias dos agentes, neste caso específico, representado pelas grandes empresas, que em conjunto com demais forças provenientes de agentes que partilham dos mesmos objetivos ou se beneficiariam com tais mudanças, poderiam provocar a marginalização de grupos sociais específicos.

O Estado poderia entrar em negociação com a iniciativa privada para disponibilizar parcelas urbanas para que a mesma cumpra com seus objetivos, o que pode ser denominado como o de empresariamento urbano. Entende-se por empresariamento urbano, a chancela do

Estado para a atuação de entes que visam o interesse privado, no espaço público. Ou seja, entende-se por empresariamento urbano, a atuação de entes que visam aplicar uma lógica empresarial, própria da iniciativa privada, no espaço das cidades (CORRÊA, 2014). Além disso, o conceito de empresariamento urbano, estaria vinculado à mudança do valor da terra no contexto urbano (CARLOS, 2014).

Sobre as questões relacionadas à influência do capital no contexto das cidades, desenvolvem-se na seguinte seção, discussões relacionadas as cidades capitalistas e o conceito de organização cidade.

2.2.1 As Cidades Capitalistas e o Conceito de Organização-Cidade

A condição fragmentada do termo “cidade” faz com que seu conceito tenha sido trabalhado e pensado em diversas áreas do conhecimento, tais como a Geografia, a Arquitetura, História, Antropologia, Sociologia e Administração, que analisam o seu conceito de forma ampla ou específica, de acordo com as suas dimensões (MAC-ALLISTER, 2004). Inclusive na concepção de Mac-Allister (2004, p. 172):

O que parece justificar a abordagem do objeto cidade como objeto de estudo na administração como campo de conhecimento é o fato de ser este um objeto de atuação da administração como campo profissional, a ponto de haver administradores atuando no que se designa como "administração municipal", "administração urbana", "gestão urbana" etc. (MAC-ALLISTER, 2004, p. 172)

A partir disso, busca-se no presente trabalho, efetuar uma análise do o espaço urbano e da cidade a partir de um ponto de vista subjetivo, que juntamente com uma postura crítica inerente dos Estudos Organizacionais, leva em conta os aspectos de interesse social. Segundo Mac-Allister (2004) e Viegas e Saraiva (2015), a cidade vista como organização também se insere neste contexto empresarial, desvinculando-se dos interesses coletivos. No presente estudo buscar-se-á trabalhar em consonância à ideia de cidade enquanto organização, em contexto que se aproxima do conceito dado por Mac-Allister (2004, p. 174) onde considera a cidade como:

[...] uma "organização social", tal como qualquer outra organização social - real ou concreta, virtual, fictícia ou metafórica, dinâmica e processual, ocorrendo no tempo e no espaço -, que, particularmente, consiste em um conjunto de organizações, teias organizacionais, redes organizacionais ou redes de ações e ainda indivíduos não organizados, isto em grandes dimensões e de alta complexidade (MAC-ALLISTER, 2004, p. 174).

A cidade, todavia, teve em sua história, uma série de transformações que a fizeram se tornar uma organização social (MAC-ALLISTER, 2004). A transformação do espaço em território, produzido a partir das intervenções humanas no espaço definem a forma com que se dará a apropriação do mesmo (RAFFESTIN, 1993). Contudo, o que caracteriza a ligação dos indivíduos com o território? Como se desenvolvem os grandes aglomerados de pessoas, que com o tempo, ao produzirem o espaço onde habitavam, passaram a constituir as cidades?

Rolnik (1988) relaciona a ligação dos indivíduos com o território a partir de algumas dimensões. Dentre elas, a função na qual a autora denomina cidade como ímã corresponde à união de pessoas em torno de um determinado local a partir de um motivo em comum. A partir deste motivo em comum, as pessoas se ajuntaram nos arredores dos templos e começaram a desenvolver suas culturas, antes mesmo de os elegerem como local permanente para moradia e trabalho. Para Rolnik (1988, p. 13) “Plantar o alimento, ao invés de coletá-lo ou caçá-lo, implica definir o espaço vital de forma mais permanente”. Em outras palavras, as cidades, enquanto palco das ações, decisões e intervenções dos seres no espaço, segundo Harvey (2015), são resultado das vontades e desejos dos seres humanos e da busca pela aplicação desta vontade, transformando o local onde se vive para esse fim. Segundo Carlos (2007, p. 19)

[...] não raro, a cidade vem sendo pensada ora como quadro físico (um simples mapa aberto na prancheta), ora como meio ambiente urbano (e, nesta dimensão, “naturalizada”), e em ambos os casos, ignora-se o conteúdo da prática socioespacial que lhe dá forma e conteúdo (CARLOS, 2007, p. 19).

Contudo, ao se pensar a cidade, entende-se necessário assimilar-lhe as condições de ordem simbólica e não somente se limitar à sua estrutura física, geográfica. A respeito disso, Saraiva (2009, p. 103) assinala que:

A cidade, assim, é mais do que um aglomerado de pessoas sobre um dado espaço geográfico; tem uma dinâmica processual coletiva alimentada continuamente por componentes individuais e culturais que implicam a construção de uma identidade local, o que se refere à cidade em si e a gestão desse complexo (SARAIVA, 2009, p. 103).

Desta forma, entende-se que compreender a cidade enquanto organização, não está limitado à comparação da mesma ao contexto de gestão, mas ir além, compreendendo os aspectos sociais e simbólicos, bem como o envolvimento destes, com os indivíduos.

Na visão de Coimbra e Saraiva (2013), o conceito de organização cidade se desenvolve a partir da junção de estruturas formais e simbólicas, onde se desenvolvem

fenômenos sociais simbólicos complexos. De acordo com Honorato e Saraiva (2016), estudar a cidade é uma tarefa que exige investigação atenta por parte do pesquisador, no intuito de considerar as diferentes dimensões da vida humana no contexto urbano.

A cidade passa a ser constituída como local permanente de trabalho e moradia, a partir do excedente gerado pela força de trabalho de seus indivíduos, ao passo que no sentido inverso, é ela mesma que influencia na produção de excedentes em função de sua organização enquanto cidade (ROLNIK, 1988).

Com base em sua dimensão espacial, a cidade passa a ser vislumbrada a partir de um processo econômico-social onde era o território onde se realizava o processo de produção do capital e onde se produziam as relações capitalistas (PESAVENTO, 2007).

Além da produção excedente, acumulam-se também conhecimentos e a carga histórica das transições e mudanças ocorridas no local. A origem da escrita, então, entra em cena com a função de perpetuar estas mudanças, registrando e transformando as lembranças na história dos povos, dando ao fato de viver em um determinado local, uma nova característica (ROLNIK, 1988). Além dos registros em documentos, a própria formação da cidade serve como memória do que a cidade fora um dia.

Obras e construções consideradas históricas guardam consigo a herança do tempo e das contribuições daqueles que as projetaram, fazendo com que fossem reconhecidas mesmo com o passar do tempo. Ainda assim, a mudança de concepções sobre o que representavam tais construções no passado frente ao que hoje significam, denota a capacidade de ressignificação deste território (ROLNIK, 1988), ou como Raffestin (1993) chamaria, uma capacidade reterritorialização.

Além disso, a vida em coletividade traz consigo uma série de fluxos a serem regulados no cotidiano dos indivíduos (LOPES, 1998). Segundo Rolnik (1988) as cidades, mesmo não sendo grandes metrópoles, possuem uma série de regras e ordens que impõe os caminhos e as formas de seguir, delimitando o que é ou não é permitido. Por exemplo, a sinalização de trânsito, a legislação urbana, uma faixa de pedestres. Isso gera uma necessidade de administração da vida urbana no sentido de que há sempre a necessidade de organização da vida coletiva nas cidades, o que a seu turno gera a necessidade de um poder urbano que zele pelo cumprimento de tais normativas, visando a manutenção da ordem no local. A respeito disso, Rolnik (1988, p. 21) assinala que:

A relação morador da cidade/poder urbano pode variar infinitamente em cada caso, mas o certo é que desde sua origem cidade significa, ao mesmo tempo, uma maneira de organizar o território e uma relação política. Assim, ser habitante de cidade significa participar de alguma forma da vida pública, mesmo que em muitos casos esta participação seja apenas a submissão a regras e regulamentos (ROLNIK, 1988, p. 21).

Desta forma, as questões políticas presentes no contexto territorial e das cidades são historicamente marcadas pela centralização do poder, à despeito de serem decididos interesses de toda a sociedade (ROLNIK, 1988). Na idade média, segundo Rolnik (1988) as cidades eram fortemente cercadas por grandes muros que visavam a proteção do território. Todavia, os mesmos muros eram responsáveis por intimidar os moradores que viviam dentro dos seus limites.

Na época, o rei era o grande responsável pela tomada de decisões sobre o que controlava, decidindo sobre as questões que implicavam diretamente sobre a vida de seus súditos. Da mesma forma, o poder de um rei era medido por meio de sua força de dominação e manutenção territorial. (ROLNIK, 1988; SAQUET, 2013). As escalas hierárquicas nas cidadelas medievais demonstravam um processo de reprodução de um sistema de dominação que se auto sustentava. A grandiosidade dos palácios representava também a sua diferenciação dos súditos, separando nobres e plebeus, o que permitia à alta classe possuir privilégios provenientes do trabalho excedente de toda a sua sociedade (ROLNIK, 1988).

A aglomeração de pessoas em um determinado local dá ensejo à especialização do trabalho e o sistema de trocas entre os indivíduos. Segundo Rolnik (1988), a partir do momento em que os indivíduos não precisam mais produzir itens para seu próprio uso para sobreviverem, obtendo-os por meio de troca, tem-se estabelecido o mercado. A partir disso, pessoas de determinadas localidades passarão a buscar o trabalho especializado de outras, o que culmina em um processo de identificação e da criação de uma identificação entre as cidades e o mercado que nela se desenvolve.

A esse respeito, Rolnik (1988, p. 35), assinala que com o aumento desenfreado das cidades graças à expansão mercantil surgiram os grandes impérios europeus, que com o surgimento dos centros comerciais fizeram com que uma grande quantidade de pessoas abandonasse os feudos em que habitavam, buscando melhores condições de vida.

Ao afluir para as cidades, os camponeses se libertavam do regime de servidão, não mais se submetendo ao vínculo com a terra e com o senhor que lhes roubava o trabalho, a comida e o tempo. Assim, para o servo, ir para a cidade, mesmo que não representasse necessariamente felicidade, saúde ou prosperidade, significava

concretamente uma libertação. Solto das amarras que o prendiam ao senhor feudal, o servo perdia também o acesso à terra e, portanto, à subsistência - o que lhe conferia a dupla condição de livre e despossuído. (ROLNIK, 1988, p. 35).

Com o aumento da população que se aglomerava nas cidades mercantis houve também, aumento na mão-de-obra disponível. O trabalho que antes era desenvolvido em troca de moradia e das terras e entregue para o senhor feudal começou a ser vendido nos grandes centros urbanos. Com isso, ocorre a expansão comercial da força de trabalho dos artesãos, e surgem as figuras dos grandes mercadores que passaram a controlar a produção artesanal e a ditar as regras aos produtores dos bens.

Nesse contexto, Da Silva (2009, p. 180) sugere que a cidade poderia ser considerada como um polo de atração, fragmentado e articulado:

É nesse espaço fragmentado e articulado que surge a cidade como polo de atração. As suas benesses e atrativos superam o simples desejo de melhoria de vida e bem-estar social, ao mesmo tempo que a cidade é repulsiva excludente, pois a urbanização nos mostra o lado cruel do espaço ao vislumbrarmos a especulação proveniente dos grupos detentores do solo e do capital (DA SILVA, 2009, p. 180)

A partir disso, verifica-se como característica da formação das cidades a centralidade, que torna-se um conceito importante na formação dos grandes centros, pois, de acordo com Silva (2010, p. 94) demonstram:

[...] importância relativa de um lugar em relação à região do seu entorno, ou ainda, o nível de oferecimento de funções centrais por parte de uma determinada cidade para si mesma e para sua região. Neste sentido, corresponde ao excedente na oferta de bens e serviços por parte de uma localidade central em comparação com as demais (SILVA, p. 94, 2010).

Com a reorganização do espaço nas cidades medievais, segundo Rolnik (1988, p. 39) “a terra urbana, que era comunalmente ocupada, passa a ser uma mercadoria - que se compra e vende como um lote de bois, um sapato, uma carroça ou um punhado de ouro”, ou seja, a cidade e o seu espaço passam a ser comercializados, diferentemente de antes, onde os indivíduos tinham direito de ocupá-la. Além disso, em decorrência da monetarização das terras, cria-se um quadro de exclusão social, já que os ricos e nobres poderiam se instalar nas regiões mais centrais e conseqüentemente mais valorizadas, ficando àquelas mais distantes e de difícil acesso, relegadas àqueles que não possuíam condições de adquirir terras mais caras, sendo estes, forçados a se exilarem nas regiões marginais e periféricas dos grandes centros.

Com a mercantilização crescente, a segregação e a separação dos locais de moradia e de trabalho aumentaram nos grandes centros, uma vez que a corte, o poder do Estado e os que a eles estavam ligados por funções desempenhadas a serviço de tais órgãos, bem como àqueles que tinham fortuna e poder ligados a tais instituições, passaram a trabalhar nestes lugares que ficavam instalados em regiões centrais, sendo necessário que os mesmos se deslocassem, pois residiam em lugares mais distantes. Assim, regiões delimitadas como residência e outras como local de trabalho, iniciaram a demarcação do espaço (ROLNIK, 1988).

Atualmente, mesmo com metrópoles com características altamente descentralizadas, o controle exercido pelo poder público, com o acréscimo dos avanços tecnológicos, transfigurou-se dos muros da idade média para os bancos de dados e transações digitais. De uma forma ou de outra, os cidadãos são controlados em seu cotidiano sem a necessidade de fronteiras físicas para delimitação do poder (ROLNIK, 1988).

As questões de segregação do espaço, segundo Rolnik (1988) e Villaça (1998), estão presentes em grande parte das cidades do país. Em cada um dos grandes centros urbanos, nota-se as divisões dos bairros, demarcando os lugares e as funções sociais de cada um deles na cidade. Assim, surgem os bairros nobres e populares, os bairros industriais, as zonas de comércio e de diversão, assim como os cortiços e as favelas. Contudo, entende-se como necessário compreender que esta prática de segregação e de atribuição funcional a cada parte do território da cidade, carrega consigo uma carga que vai além da espacial, a simbólica.

Na luta pela apropriação do espaço urbano, os movimentos sociais em prol da realização de causas civis dão ao espaço urbano e ao território a sua função política. Segundo Rolnik (1988), os espaços públicos comuns e cotidianamente ocupados, ganham outro significado ao simbolizarem lugares de luta e de rebelião contra o poder urbano. Tal poder simbólico, também pode ser notado quando, em dias de festas e grandes comemorações, as praças, ruas e locais públicos, lotados de pessoas, deixam transparecer as divisões e as classes hierárquicas socialmente construídas, mas que cotidianamente passam despercebidas.

A respeito disso, Maricato (2009, p. 279), cita como históricas as questões ligadas à segregação habitacional nas cidades. Segundo a autora:

[...] uma elite local, associada aos interesses internacionais, travou a possibilidade do desenvolvimento de uma burguesia nacional. Essa elite, fortemente ligada à propriedade privada da terra, manteve uma relação de subordinação histórica internacional que é também de dependência ou mais exatamente de

interdependência. O grau de autonomia sempre foi muito pequeno e o mercado interno, desimportante. (MARICATO, 2009, p. 279)

A esse respeito, Harvey (2015), cita as grandes disparidades entre comunidades pelo mundo afora, o que pontua como sendo permeadas ao mesmo tempo, pelo luxo e pelo caos, ao passo que, em um mesmo espaço existem condições e populações distintas, que se utilizam do espaço de maneiras diferentes, o que demonstra influência das possibilidades individuais. Conforme assinala Maricato (2009, p. 278), pode-se identificar uma “simbiose entre modernização e atraso”, onde padrões de construção e leis de parcelamento e ocupação do solo, contrastam fortemente com uma realidade pautada pela ilegalidade urbana.

A influência do capital na formação das cidades, segundo Rolnik (1988), denota uma aproximação entre as camadas mais privilegiadas da população e o Estado. Segundo Rolnik (1988), a concepção de cidade e de Estado estão atualmente tão profundamente ligadas, que é incomum a dissociação entre ambos os conceitos a se imaginar o urbano.

No contexto atual, a segregação do espaço, atrelada à transformação do mesmo em mercadoria, está presente nas sociedades brasileiras de maneira evidente (ROLNIK, 1988). Não somente estabelecida de forma violenta ou explícita, as “muralhas” que separam os povos são, em muitos casos, formadas por fronteiras simbólicas, mas que deixam clara a diferenciação entre partes do mesmo território e conseqüentemente da população que nele habita (ROLNIK, 1988).

Além disso, os cenários do chamado desenvolvimento público são diferenciados à medida que a população é alocada em determinadas regiões, ou seja, a chegada de recursos e de infraestrutura local, estão subordinadas à posição espacial, mas principalmente simbólica, a partir do que representam tais regiões para a política urbana. A respeito disso, Rolnik (1988, p. 41)

Não se vê vitrinas de mármore, aço escovado e neon na periferia, nem lama ou falta d'água no Leblon (Rio), Savassi (Belo Horizonte) ou Boa Viagem (Recife). É como se a cidade fosse demarcada por cercas, fronteiras imaginárias, que definem o lugar de cada coisa e de cada um dos moradores (ROLNIK, 1988, p. 41).

Esta segregação, todavia, não fica circunscrita as delimitações espaciais, estando presente em espaços comuns, ou seja, cujo significado varia de acordo com fatores de ordem social (ROLNIK, 1988). Assim, torna-se necessário a compreensão de que os territórios das cidades podem ser multiterritorializados por diversos atores, sendo da mesma forma, segregado de acordo com o seu uso e aqueles que o fazem.

Além disso, a segregação é fruto da intervenção do capital no sistema de terras, uma vez que, como o mencionado, ao atribuir valor a terra a mesma terá um preço de compra, o que leva a compreensão de que o poder de morar em um determinado lugar ou em outro está diretamente ligado ao poder de compra deste espaço vivencial para a construção da moradia (ROLNIK, 1988).

Isso leva à compreensão de que, para morar nas regiões dotadas de maior desenvolvimento, cuja infraestrutura atende aos padrões de comodidade e os serviços atendem às necessidades da população, será necessária uma maior necessidade de utilização de recursos, ao passo que aqueles que não os possuem, serão destinados à regiões onde as condições de moradia serão proporcionalmente ligadas à sua capacidade de compra de terras, ou seja, as regiões mais baratas e que poderão dispor de recursos disponíveis mais limitados em várias instâncias. Segundo Rolnik (1988, p. 52) “do ponto de vista político, a segregação é produto e produtora do conflito social. Separa-se porque a mistura é conflituosa e quanto mais separada é a cidade, mais visível é a diferença, mais acirrado poderá ser o confronto”.

A relação entre a cidade e o Estado, segundo Rolnik (1988) é tão intrinsecamente incorporada pelos indivíduos que este parece ser parte indispensável para a constituição do cenário urbano. Na formação das cidades, o capital e as formas de produção capitalista existiam de forma a beneficiar a classe abastada, já que na mudança do panorama feudal para o do patriarcado, a elite dominante e que detinha o poder estava diretamente ligada ao capital. Assim, os esforços daqueles que detinham o poder era o de maximizar o capital mantendo-o ligado ao poder das esferas dominantes (ROLNIK, 1988).

Assim, a organização territorial realizada pelo Estado, que por sua vez, era formado por indivíduos que eram detentores do capital, era realizada de modo a facilitar a quantificação e valoração, sendo divididas em lotes. Uma vez que a cidade era fruto dos investimentos dos representantes do Estado, em contrapartida, deveria ser também capaz de retribuir tais investimentos em forma de retorno ao capital investido. Assim, iniciam-se as estratégias de planejamento urbano (ROLNIK, 1988).

Atualmente, segundo Rolnik (1988) a lógica de investimentos em determinadas regiões da cidade permanece. A construção de hospitais, parques, creches e de outros aparatos de infraestrutura, motivados pelo Estado, funcionam como formas de valorização do espaço urbano, onde a transformação de terrenos vazios em edificações servem para produzir localizações mais valorizadas, dando ensejo ao que Rolnik (1988) classifica como especulação imobiliária. Deste modo, os vazios urbanos e terrenos sem edificações são,

muitas vezes mantidos por seus proprietários na esperança de uma eventual valorização futura (ROLNIK, 1988).

Além disso, a questão da segregação pode apresentar-se “de cima para baixo”, ou seja, a ideia de segregação para determinadas pessoas de altas classes sociais pode representar um ideal de exclusividade, ou de homogeneidade, como apresenta Do Rio Caldeira (1997), ao analisar anúncios imobiliários em condomínios de luxo na cidade de São Paulo. Segundo ela (p. 160) “A imagem que confere maior status e, portanto, a mais sedutora é a de uma comunidade fechada e isolada, um ambiente seguro no qual se pode usufruir dos mais diversos equipamentos e serviços e, sobretudo, viver apenas entre iguais”. Ao segregar a si mesma dos demais indivíduos da cidade, uma parcela da população ostenta a exclusividade de viver fora da cidade, que representa os inconvenientes da heterogeneidade social.

As iniciativas de modernização das cidades, contudo, assim como o ocorrido nas cidades medievais, tem sua lógica reproduzida nos dias atuais, uma vez que as intervenções urbanas nem sempre contemplam as necessidades dos moradores do local, nem mesmo considerando-os como maiores interessados no processo. Na visão expressada por Rolnik (1988, p. 65) “Geralmente estas operações não beneficiam os antigos ocupantes das regiões atingidas; pelo contrário, estes são expulsos, literalmente, ou através dos mecanismos sutis do mercado especulativo de terras urbanas”. Faz-se perceptível então, que tais intervenções no tecido urbano, tem objetivos econômicos e políticos relacionados à terra e às modificações do espaço urbano, ao mesmo tempo que negligenciam os aspectos culturais e simbólicos dos indivíduos.

De certa forma, a configuração territorial urbana segue determinados padrões de desenvolvimento. Rolnik (1988, p. 67), assinala que “a própria rede pública de serviços de educação e saúde tem funcionado como campo de exercício de um poder urbano que vigia e disciplina.” Entende-se esta disciplina, como sendo a que se torna fio condutor das operações orquestradas pelo Estado, no sentido de atender ao modelo de sociedade almejada, sendo esta a que está de acordo com os preceitos do capital. Na concepção de Maricato (2006, p. 213):

Uma parte da cidade é regulada por abundante e detalhista legislação (zoneamento, código de edificações, lei de parcelamento do solo, além das rigorosas leis de proteção ambiental) enquanto que em outra parte tudo é permitido (MARICATO, 2006, p. 213).

A partir disso, locais que estejam destoantes do padrão almejado pelo planejamento Urbano do Estado, são considerados, assim, como locais irregulares, ou como assinala Rolnik

(1988, p. 67), “subnormais”, sendo estes, marginalizados pela sociedade (ROLNIK, 1988). Juntamente com esses locais, sua população permanece também estigmatizada por esta sociedade, ao passo que, o mesmo mecanismo que o Estado cria para balizar suas operações, no sentido de criar uma cidade valorizada, é o que impede os indivíduos que nela se inserem, de possuírem casas adequadas a este modelo. Desta forma, pode-se refletir: como poderão as populações que não se encontram em vantagens aos demais, sejam elas de ordem econômica e financeira, competir pelo espaço? Como poderão estas, alterar o espaço de acordo com os seus desejos; considerando que isso lhe é de direito?

A população com menores condições financeiras tem como recurso a adoção de locais de menor valor aquisitivo, ou seja, os locais condicionados pelo estado como irregulares, ou ilegais. Nestes espaços públicos, apesar da precariedade, os moradores buscam se inserir na sociedade de formas compatíveis às suas condições, fator que inclusive, pode ser encarado como possível justificativa para o seu crescimento (ROLNIK, 1988).

Este crescimento, baseado em uma ocupação “ilegal” do espaço público, tem se constituído como uma ameaça ao capital, no sentido de que se mostra como alternativa ao modelo imposto por ele e orquestrado pelas intervenções do Estado. A esse respeito, Rolnik (1988, p. 69) assinala que:

Do ponto de vista do capital, a favela ou cortiço, contradição do sistema que a reproduz e rejeita, é território inimigo, que deve ser eliminado. É inimigo do capital imobiliário porque desvaloriza a região; da polícia, porque em seus espaços irregulares e densos é difícil penetrar; dos médicos, porque ali, espaço sem saneamento, proliferam os parasitas que se reproduzem nos esgotos a céu aberto (ROLNIK, 1988, p. 69).

Estas afirmações dão ensejo à reflexão de que tais contradições em meio ao espaço homogeneizado representem para o capital não somente uma ameaça no sentido de que tais formas de urbanização e utilização do solo possam ocorrer como alternativa ao modelo preponderante, mas também ameaça quando se constitui como uma forma que demonstra uma realidade que deixa claros os problemas sociais alheios ao controle ou ao interesse da gestão capitalista do Estado.

As questões de segregação nas cidades brasileiras segundo Torres et. al. (2003) é semelhante, onde a pobreza tende a ser altamente concentrada em termos espaciais, e isso estaria relacionado mais relevantemente à existência de desigualdades e injustiças na distribuição da renda e dos serviços públicos, do que propriamente na simples separação dos grupos sociais.

Aliadas a isso, se configuram reivindicações feitas pela população marginalizada, no sentido de que exista um reconhecimento destes enquanto cidadãos, em um contexto onde também devam ser incluídos nos planos das políticas públicas relacionadas à infraestrutura e aos serviços públicos de qualidade, no que diz respeito à uma condição digna de habitabilidade (ROLNIK, 1988). Assim, para Rolnik (1988, p. 69) “O Estado aparece como a possibilidade de obtenção da mercadoria casa ou cidade a um preço menor do que o do mercado, e a perspectiva de legalização. ”

A partir disso, se constituem inúmeros movimentos sociais visando o bem-estar coletivo, no sentido de reivindicarem junto ao Estado, melhores condições de vida e do direito como cidadãos. Harvey (2015) versa sobre a influência dos movimentos sociais coletivos, visando o direito à cidade e reivindicando a parte que lhes compete enquanto cidadãos, em termos de influência na tomada de decisões e respeito de como moldar o espaço; o que dá ensejo ao entendimento de que a cidade é um palco de lutas, onde os cidadãos, para terem os seus direitos assegurados, devem considerar a possibilidade do conflito e não necessariamente em evita-lo.

Como já mencionado anteriormente, o Estado possui uma postura de agente de produção do espaço, no sentido de criar e administrar oportunidades para os demais agentes envolvidos no processo de ocupação do espaço. Neste contexto, no entendimento de Borges e Sela (2013, p. 6):

Como agente produtor do espaço urbano, o Estado pode atuar diretamente como grande industrial e consumidor de espaço e de localizações específicas, proprietário fundiário e promotor imobiliário (como foi enquanto BNH, COHAB, etc.), sem deixar de ser também um agente de regulação do uso do solo, o alvo dos chamados movimentos sociais urbanos (BORGES; SELA, 2013, p. 6).

A ação de movimentos sociais aliado às reivindicações do capital, segundo Rolnik (1988) dão ensejo a práticas homogeneizadoras por parte do Estado. Em outras palavras, no intuito de atender às populações que reivindicam melhores condições de habitação e também ao capital, que busca a normatização e padronização do espaço urbano, seguindo modelos que deem retornos satisfatórios aos investimentos realizados na cidade, o Estado lança mão de estratégias de legalização do espaço ou de “regularização”, que buscam adequar estes espaços de forma a atender ao modelo imposto pela configuração urbana capitalista.

Deste modo, além de recuperar territórios divergentes o Estado executa sua função de gestor do espaço urbano a partir de políticas habitacionais desenvolvidas para atender às

solicitações dos movimentos sociais e dos indivíduos desprovidos de vantagens na luta pelo território (ROLNIK, 1988).

A *pari-passu* destas possíveis políticas de marginalização por parte de determinados agentes, estão as concepções de poder expostas por Maquiavel e Raffestin (SAQUET, 2013), de que os territórios estariam atrelados às relações de poder, pelo qual neste caso, os agentes entrariam em constante conflito e onde os que são dotados de maiores possibilidades frente aos demais e se sobressaem. Além disso, pode-se verificar também que em meio a política de marginalização populacional e social, existe também aquela em que são criadas demandas que visam atender a oferta criada por estes agentes, tais como por exemplo, a demanda por empregos de determinadas funções, o cultivo e disseminação de novas culturas.

Segundo Corrêa (2014), o Estado teria papel importante nesta questão, uma vez que poderia criar a infraestrutura necessária para a satisfação de tais objetivos que lhe seriam benéficos, mas que também poderiam beneficiar aos demais agentes. De forma sintética, pode-se afirmar que tais alterações no espaço urbano tendem a formar determinados territórios, onde predominam as condições oriundas de sua produção, em que tais políticas de produção do espaço criam ou recriam determinados territórios, de acordo com as lógicas que motivam tais alterações, podem dar margem à exclusão e a segregação social. Contudo, para melhor compreender como se dão tais alterações e como é a relação entre a produção do espaço e os indivíduos, que invariavelmente são afetados por esta produção, julga-se necessário abordar as diferentes perspectivas do território, uma vez que, no presente trabalho, considera-se que este seja o palco e o resultado das alterações e da produção do espaço.

Assim como o espaço, entende-se que compreender o território como um conceito abrangente e multifacetado, dotado de dimensões simbólicas e materiais, auxilia no processo de compreensão de suas nuances.

2.3 O TERRITÓRIO E SUAS PERSPECTIVAS

O território, conceito originalmente formulado na Geografia, tem em sua trajetória, distintas posições que lhe contribuíram para a definição e desenvolvimento do tema. Juntamente com os conceitos de território, têm-se como primordial a discussão de outros conceitos que lhe partilham os caminhos teóricos e que são, assim como ele, objetos de diferenciadas concepções acerca de seu significado, dentre eles, o espaço, já discutido anteriormente. Porém, o que diferencia o espaço do território?

Para Raffestin (1993), o território e o espaço não são equivalentes, preconizando uma abordagem onde o território seria o produto do espaço. Em outras palavras, entende-se por tal afirmação que o espaço seja o espaço natural, cujas intervenções feitas pelo homem ainda não ocorreram e portanto, não o transformaram em um território. Tal concepção dá ensejo ao pensamento de que o espaço é anterior ao território, no sentido de que lhe serviria de base para a sua formação. Raffestin (1993, p. 144), ao afirmar que “O espaço é, de certa forma, ‘dado’ como se fosse uma matéria-prima”, suscita a ideia de que o território somente torna-se um território, a partir do momento em que deixa de ser o espaço, no sentido de matéria-prima, ao qual, passa por uma transformação, motivada por uma intenção de dele apoderar-se. Tal fato de se apoderar do espaço marca as relações de poder, onde são construídas também, as estratégias de proteção e manutenção do território a partir do controle de pontos, delimitação de áreas, motivadas por tais relações (RAFFESTIN, 1993).

Para Raffestin (1993), o território é uma produção a partir do espaço, onde até mesmo as representações que se fazem a partir dele, motivadas por um conhecimento, no sentido de revelar uma imagem desejada do mesmo, podem ser consideradas uma produção. Raffestin (1993) defende a ideia de que os indivíduos, apesar de aspirarem pela universalidade, buscam a divisão territorial do espaço como forma de diferenciarem-se de seus vizinhos. Esta divisão territorial se estabelece por meio de estratégias formuladas pelos indivíduos, nem sempre identificáveis em se tratando do espaço concreto; onde estes indivíduos se distribuem de acordo com fatores como a distância e a acessibilidade, que por sua vez, também podem não estar representadas como aspectos concretos, mas temporais, psicológicos e econômicos (RAFFESTIN, 1993).

A diferenciação territorial de que fala Raffestin (1993), não se dá somente em sentido espacial/funcional, mas reproduzindo a lógica hierárquica da sociedade em que se estabelece, mantendo a ordem segundo os interesses dominantes na mesma. Isso torna possível de identificar relações de poder em meio ao campo de produção do espaço, ao passo que a produção do espaço, o que Raffestin (1993) denomina de territorialização, ou seja, a construção de um território passa pelas preferências do grupo dominante que o irá territorializar.

Por outro lado, os territórios não são construídos de espaços neutros e de aparente esterilidade. Segundo Raffestin (1993, p. 153) “Todos nós elaboramos estratégias de produção, que se chocam com outras estratégias em diversas relações de poder”. Isto dá a entender uma disputa por território em meio a uma relação de poderes, o que vai ao encontro

da perspectiva dos agentes de produção do espaço urbano, elencados por Corrêa (2014) e Vasconcellos (2014).

A respeito das concepções de espaço e território, Santos e Silveira (2006, p. 19), por sua vez, assinalam que, “Para alguns, o território viria antes do espaço; para outros, o contrário é que é verdadeiro”, ao evidenciar a possível confusão por parte de alguns teóricos que buscam delimitar o conceito. Para Santos e Silveira (2006, p. 19), o território significa a extensão apropriada e usada do espaço, reservando uma conotação política ao significado de território, ao afirmar que o mesmo seria “um nome político para o espaço de um país. Em outras palavras, a existência de um país supõe um território”. Todavia, Santos e Silveira (2006) assinalam que nem todo o país é necessariamente composto por um território, nem de um Estado, no que se entende por um viés de territorialidade, de um pertencimento e identificação dos indivíduos com a sua nação; mas, ao falar de Estado, torna-se praticamente impossível dissociar sua existência de um território específico. A partir disso, dissociam-se para Santos e Silveira (2006) as concepções de território e território usado.

Segundo Santos e Silveira (2006), compreende-se que o que o mesmo denomina de território, esteja aproximado da concepção de espaço desvelada por Raffestin (1993), ao passo que o território usado de Santos e Silveira (2006), seria equivalente ao conceito de território de Raffestin (1993). Entende-se que isto se dê em função da analogia do território com o seu uso, no caso de Santos e Silveira (2006), ou com a intervenção humana, de Raffestin (1993), o que modifica o espaço “original”, transformando-o em território.

Ficam evidentes as diferenças nas posições teóricas dos autores, ao identificar-se que Raffestin (1993) aborda prioritariamente as questões relacionais de poder, marcadas em um território; e Santos e Silveira (2006), dá foco às questões do uso do território. Além disso, Santos e Silveira (2006), chamam a atenção à historicidade do conceito, ou seja, o que o autor chama de “periodização”, que são as diversas formas de uso em cada um dos períodos, marcadas pelos contextos individuais de cada nação, a história global, o comportamento do Estado e as especificidades regionais. Desta forma, unem-se as perspectivas atuais às históricas, as quais Santos e Silveira (2006, p. 20) denominam como “o peso diverso da novidade e das heranças”.

Para Santos e Silveira (2006), o território é o construtor do pano de fundo das nações desde os tempos históricos até o momento atual. Assim, em cada uma das épocas, molda de acordo com as técnicas disponíveis as organizações e o trabalho. De acordo com Santos e

Silveira (2006, p. 21), “A divisão territorial do trabalho cria uma hierarquia entre lugares e redefine, a cada momento, a capacidade de agir das pessoas, das firmas e das instituições. ”

A partir deste pressuposto, entende-se que neste mecanismo de distribuição do trabalho esteja implícita uma produção do espaço, ou distribuição territorial, que privilegia a constituição de formas distintas de trabalho, a partir da identificação de cada um dos seus tipos, com o local onde serão desenvolvidos. Não se percebe, em Santos e Silveira (2006), uma referência clara à produção do espaço, nem aos preceitos do capital, a tangenciarem tais divisões. Porém, para Santos e Silveira (2006, p. 21):

O uso do território pode ser definido pela implantação de infra-estruturas, para as quais estamos igualmente utilizando a denominação sistemas de engenharia, mas também, pelo dinamismo da economia e da sociedade. São os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e financeira, que, juntamente com o alcance e a extensão da cidadania, configuram as funções do novo espaço geográfico. (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 21).

Em decorrência dessas afirmativas, compreende-se que há desde sempre, influência no território usado de acordo com a disposição dos recursos e sistemas que o moldam a partir de suas conveniências, em cada momento histórico. Outro ponto indispensável nesta análise, para Santos e Silveira (2006) é o do papel das formas geográficas materiais e das formas sociais, políticas e jurídicas, envolvidas atualmente pela ciência e informação, bem como a associação do povoamento de acordo com a ocupação econômica, de movimento de homens, capitais, serviços, produtos, mercadorias, mensagens e ordens, o que nos dá ensejo à admitir a influência da economia, do capital nas questões de povoamento, o que relacionado ao ponto anteriormente abordado, das configurações de distribuição do espaço, tende à aproximar nossas reflexões teóricas, do presente objeto de pesquisa.

As abordagens do território, porém, não estão restritas aos contextos políticos e relacionais, possuindo uma série de correntes de pensamento que tratam dos conceitos de acordo com as suas perspectivas teóricas. De acordo com Haesbaert (2007a), o conceito de território é amplamente utilizado não somente na Geografia, mas em áreas como a Ciência Política e Antropologia, cujas abordagens dependem da posição filosófica ao qual se afilia o pesquisador. As diferenças entre estas abordagens podem ser agrupadas de modo geral, segundo Haesbaert (2007a), em dois binômios, sendo estes, a) o binômio materialismo e idealismo, onde se contrapõe as perspectivas materialistas, de ordem naturalista e seus vínculos com a sociedade, frente à proposta idealista, em que se privilegiam as dimensões

sociais, sendo estas a econômica, política e cultural. O segundo binômio, b) diz respeito à historicidade do conceito, onde duas posições se destacam, i) uma posição advoga no sentido de que a sua historicidade está ligada à generalidade de qualquer sociedade ou se conserva características específicas de grupos sociais ou períodos distintos, ii) seu caráter absoluto, físico ou concreto; ou relacional, onde prevalece a perspectiva social-histórica, como uma relação.

Em outra categorização básica, Vale, Saquet e Santos (2005) haviam delimitado uma espécie de síntese de noções sobre o território, que seria dividida em quatro vertentes, sendo estas a econômica (E), a política (P), a cultural (C) e a natural (N), denominada abordagem (EPCN). Segundo Vale, Saquet e Santos (2005, p. 13) tais dimensões

[...] condicionam e são condicionadas na dinâmica territorial. Na dimensão econômica, sucintamente, o território é discutido como produto da divisão territorial do trabalho; na dimensão política ou jurídico-política, compreende-se o território como um espaço delimitado e controlado, no qual se exerce um poder, na maioria das vezes, relacionado ao Estado e, na cultural ou simbólico-cultural, o território é visto como um produto de apropriação/valorização simbólica (VALE; SAQUET; SANTOS, 2005 p. 13).

Além disso, a visão natural do território está ligada à aspectos climáticos e do solo, o que o condiciona a uma combinação de relações territoriais complexas (SAQUET, 2007). Assim, uma coexistência entre ambas as abordagens do território fica evidenciada ao se considerar as diferentes esferas de análise e de que forma estas se sobrepõe umas às outras, uma vez que as mesmas não são consideradas excludentes umas às outras, estado vinculadas ao contexto territorial em que estão inseridas (VALE; SAQUET; SANTOS, 2005).

Como posicionamento na presente pesquisa, opta-se por desenvolvê-la, tendo em vista estas quatro perspectivas (EPCN), porém, procurando compreender a cada uma, de acordo com a sua relevância em termos do objeto de pesquisa.

De acordo com Saquet (2013), percebe-se a influência das questões políticas e relações de poder, já advindas de um contexto que se desenvolveu no século XV, a partir de questões inerentes às políticas de dominação nas cidades-Estados gregas, em cidades romanas e em cidades italianas medievais, tais como Florença, Milão, Veneza, Gênova e Pisa, que possuíam a soberania territorial. No Século XVI, a ideia de poder a como atributo dos Estados ou reinos é difundida segundo doutrinas políticas que vêm a reforçar tal concepção, que contribui com a formação de um novo conceito a respeito de território, estando este a partir de

então, relacionado às questões políticas e de poder, não mais circunscrito ao significado de porção de terras.

A respeito disso, Saquet (2013, p. 27), cita território como “receptáculo de investimentos econômicos feitos por pessoas”, introduzindo o contexto mercantilista desenvolvido no decorrer dos séculos XVII e XVIII, que contribuiria para a ideia de território além de habitat do homem.

Desta forma, acredita-se que seja evidenciada a posição de território como origem e receptáculo da vontade do homem, onde em decorrência da expansão mercantilista, difundiram-se as ideias a respeito da apropriação do território como vantagem competitiva, ora representada pela utilização e apropriação de recursos espaciais, pertencentes ao território, como uma forma de vantagem competitiva mais propriamente comercial, mas também a respeito da recepção dos recursos conquistados pelo homem, a partir de suas atividades econômicas.

A abordagem econômica, segundo Haesbaert (2004), enfatiza as relações do espaço e das relações econômicas, onde o território aparece como fonte de recursos e engajado na disputa de classes sociais, na relação de capital e trabalho como produto da divisão territorial. A esse respeito, pode-se citar a obra de Santos e Silveira (2006), que aborda a valorização da historicidade bem como da relação entre a divisão do território com a do trabalho e capital. Segundo Haesbaert (2007a), a abordagem econômica era pouco difundida há época em que fora elaborada tal classificação.

A figura de Maquiavel, de acordo com Saquet (2013), prestou importantes contribuições sobre a ideia de poder como relações de dominação, oriundo de um rompimento com a ideia de poder relacionado com a vontade divina. Tais relações de dominação, citadas por Maquiavel, dizem respeito a conquista e apropriação, bem como as formas de ocupação do território, ora concebido não somente como espaço, mas como conjunto de leis e costumes. Saquet (2013, p. 28) assinala, a respeito de Maquiavel, que:

Entre os elementos centrais de sua narrativa estão as relações de dominação de homens por outros homens no processo de conquista e permanência no comando de um principado ou área/território. E essa é uma formulação que se fará presente no período que o sucedeu [...] especialmente, a partir dos séculos 18 e 19, [...] com a formação dos Estados-Nações, com o colonialismo e o imperialismo. (SAQUET, 2013, p. 28).

De acordo com Saquet (2013), este movimento fora o que motivou desenhos sociais distintos, bem como as novas práticas de dominação territorial, a partir da revolução industrial

na França e nos Estados Unidos, ocorridas no século XVIII, o que culminaria em uma relação definitiva da soberania nacional e da população territorial, reforçado por um sistema de mercado estando cada vez mais integrado a um sistema internacional bem estruturado, processo que se estenderia no decorrer dos séculos XIV e XX. Segundo Saquet (2013), ao evidenciar a postura de Jean Gottmann, foi o progresso tecnológico, por meio da criação de armamentos de guerra e dos meios de comunicação, o que determinou o fim da função de abrigo ao significado de território, estando agora ligados como estados, mas sem perderem a sua individualidade.

Tal ponto remete à postura de Maquiavel, onde a defesa dos territórios era fator importante para a soberania das nações. Por este motivo, compreende-se também que cada estado-nação, ciente dos recursos ambientais, naturais e geográficos, esforce-se pela manutenção destes sob o seu controle, uma vez que, a tomada de tais recursos por outros povos, causaria uma alteração na formação do estado, tanto nos aspectos territoriais, quanto populacionais.

A vertente política se refere às relações de poder em geral, ou juridicamente instituído, sendo a mais difundida (HAESBAERT, 2007a). Nesta abordagem o território é visto como um espaço delimitado e sob o controle de um determinado poder, poder este que é comumente, mas não exclusivamente, relacionado ao poder do Estado. Pode-se compreender que autores como Raffestin (1993) e Sack (1986), por exemplo estejam de acordo com tal abordagem, uma vez que admite que o território é composto por relações de poder que delimitam e exercem controle sobre ele.

De acordo com Saquet (2013), além das abordagens sobre o território como estado-nação, havia também apropriações da geografia que eram provenientes de conceitos das ciências naturais, dentre elas destacando-se a de Friedrich Ratzel, que baseado nas concepções de território como algo ligado à área e aos recursos naturais e proveniente da biologia, buscou uma abordagem geopolítica para analisar os efeitos do território e seus recursos sobre o homem, tanto sobre o seu corpo e espírito, quanto a favorecer ou inibir a expansão de grupos étnicos, além de condições que favorecem a miscigenação ou isolamento e influenciar na constituição de cada povo, de acordo com os recursos naturais ali presentes, partindo deste ponto a identificação do povo com seu território. Deste modo, vislumbra-se a característica de algo presente no conceito de território, que é além dos indivíduos, evidenciando aos poderes políticos do Estado, bem como os recursos naturais como formadores dos caracteres da população.

Na visão de Saquet (2013, p. 31) “A sociedade se transforma em estado para garantir a posse e proteção dos recursos de que necessita, como solo, água e alimentos.” Deste ponto, considera-se clara a ideia de estado como protetor dos recursos naturais, além de uma forte ligação entre o solo e sociedade. Porém, as abordagens de Ratzel estando fundamentadas em pressupostos metodológicos e filosóficos positivistas, ligado às ciências naturais, mantém a centralidade de sua análise no solo, ainda que tenha tentado, segundo Saquet, (2013), avançar nas abordagens acerca do homem, abarcando os aspectos culturais e econômicos, Ratzel não consegue avançar em suas concepções, mantendo primordialmente a sua visão naturalista. De acordo com Carlos, (2014, p. 59), “Na Geografia, a noção de espaço, com muita dificuldade supera a sua condição de objetividade pura”. A estas abordagens, Haesbaert (2004), denomina como naturalistas, pois estão relacionadas aos estudos do território como recursos naturais, e a relação dos indivíduos com o seu meio de vida, seu habitat natural.

Posteriormente, segundo Saquet (2013), novas abordagens acerca dos significados de território surgiram, distanciando-se de Maquiavel e Friedrich Ratzel. Dentre elas, destacam-se as concepções de Foucault, que caracterizava as relações de poder, também abordadas por Ratzel e Maquiavel, por uma outra perspectiva, a da multiplicidade de relações sociais, que são em sua essência, heterogêneas, variáveis e que vão além da atuação do Estado, estando presentes nos contextos familiares, religiosos, acadêmicos e profissionais. Assim, o território assumiria diversas características dotadas de complexidade, modificadas a partir da mudança das concepções acerca do significado de poder.

Outro entendimento acerca das relações de poder é evidenciado por Saquet (2013), que compreende as relações de poder como utilização do espaço, bem como o movimento de grupos sociais que ultrapassam as atribuições do Estado. Esta abordagem aproxima-se da que Raffestin (1993) fizera, no sentido de que o poder seria estabelecido por meio de relações cotidianas, estando presente nas relações do Estado, das instituições e nas demais relações que se consolidam no cotidiano, e de acordo com Saquet (2013, p. 33), “visando a dominação sobre os homens e as coisas”, o que poderia ser chamado de trunfos do poder. Desta maneira, percebem-se distintas concepções de território e territorialidade.

Neste contexto, é possível compreender que as relações de poder possuem importantes papéis dentro do território, pois de acordo com Saquet (2013), são as relações de poder que organizam e configuram as territorialidades e os territórios, demonstrando-se em forma de leis, normas que visam a regulação e a dominação social. Em uma abordagem cultural, também denominada por autores como Haesbaert (2004) e Souza (2009), de

simbólico cultural, privilegia-se uma visão focada nos aspectos simbólicos do território, estando relacionados a cultura e os movimentos sociais.

Segundo Saquet (2013) os significados de território atrelados às relações de poder somente surgiram à medida que a geografia passou a abandonar os significados de território como paisagem, oriundos da geografia positivista e baseada nas ciências naturais, considerando os significados de território como espaço, nos anos 1950.

Posteriormente, a partir da década de 1980, viu-se em cheque os pressupostos de área, homogênea e estável na geografia, substituindo-se por uma nova dinâmica que abrange as relações como centro de sua análise, para que possa ser capaz de analisar as possibilidades e arranjos sociais mais complexos, os quais não podem ser analisados a partir das concepções provenientes de forma exclusiva, das ciências naturais (SAQUET, 2013).

Assim, acredita-se que a adoção de uma posição que leva em conta as diferentes dimensões do território (EPCN), seja a mais adequada para a presente pesquisa, uma vez que o presente trabalho busca analisar as relações do território com a produção do espaço urbano das cidades e os impactos sobre as questões de territorialização, desterritorialização e reterritorialização dos indivíduos pesquisados. A partir disso, buscar-se-á operacionalizar os conceitos discutidos por Haesbaert (2007a) a respeito das dimensões políticas e culturais do território com as relações de poder inerentes à esta constituição, conforme assinala Raffestin (1993).

Conforme assinala Raffestin (1993), a ligação entre os indivíduos e o território está imersa em um contexto de relações de poder entre eles e a sociedade. Esta relação de poder que tende a reproduzir as lógicas dominantes da sociedade, dá ensejo à discussão sobre como se constituem os territórios e de que forma se apropriam e fazem uso dele os diferentes grupos de indivíduos, que irão constituir com ele vínculos, denominados por Haesbaert (2007b) como territorialidade, bem como a sua ação modificadora e que também modifica os seres, estando estes em um processo de adaptação ao espaço, transformando-o em território.

As abordagens relacionadas ao território têm ganhado espaço nos últimos anos. De acordo com Damasio Filho et al. (2017), no Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais (CBEO), desde 2013, ano em que foi realizada a primeira edição do evento, trabalhos que envolvem as discussões do espaço e território têm sido realizados.

Nesse período, portanto, alguns trabalhos como o de Silva et al. (2016); que aborda e o processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, vinculado ao PMCMV e sob o olhar do construcionismo social, bem como a pesquisa de Oliveira e Chagas

(2016); que trata a respeito da reterritorialização dos moradores de bairros próximos ao Contorno Norte de Maringá, podem ser citados, uma vez que a abordagem utilizada nos mesmo assemelha-se à que se pretende utilizar na presente pesquisa, estando a mesma relacionada à construção de uma discussão de fenômenos que impactam nas dimensões do território, estando estes ligados à produção do espaço urbano a partir de intervenções governamentais.

Outro ponto relacionado a presente abordagem, diz respeito à compreensão dos conceitos relacionados às perspectivas de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, bem como a territorialidade. Tais conceitos dizem respeito à forma como os indivíduos constroem e se relacionam com o território (HAESBAERT, 2007b) e serão mais amplamente discutidos na próxima seção.

2.4 A TERRITORIALIDADE E OS PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO, DESTERRITORIALIZAÇÃO E RETERRITORIALIZAÇÃO (T-D-R)

Como já mencionado anteriormente, a transformação do espaço em território dá-se a partir da intervenção humana sobre o mesmo, onde a mesma modifica-o de acordo com os seus interesses, territorializando-o. Assim, os indivíduos criam vínculos com este território, agora familiar, no qual irão desenvolver suas relações familiares e sociais, constituindo uma relação com este território específico. O conceito de territorialidade, propriamente debatido na geografia, têm suscitado um debate entre distintas áreas, que fazem do seu estudo uma forma de conceber a realidade do social, vendo através das variadas dimensões do termo. Na concepção de Haesbaert (2007a, p. 43)

O debate sobre os processos de *des-re-territorialização*, ou seja, sobre a criação e o desaparecimento de territórios, constitui, podemos afirmar, um dos mais relevantes na última década e promoveu uma espécie de diálogo oculto entre a Geografia e as demais ciências sociais, preocupadas cada vez mais com a dimensão espacial da sociedade. (HAESBAERT, 2007a, p. 43).

A partir deste fato, considerando a possibilidade de se trabalhar com as distintas abordagens do território, pode-se conceber que esta modificação não se dê apenas no sentido de território natural, onde os seres realizam a demarcação de seu habitat, mas muito além disso. Esta apropriação é, em muitos casos, simbólica, ou afetiva, uma vez que se pode considerar como um território, toda a apropriação feita do espaço por um indivíduo, por

exemplo, uma rua, uma casa, ou até mesmo, um cômodo de uma casa (SACK, 1986), podendo, também, ser política ou econômica (HAESBAERT, 2007a). Assim, a territorialidade seria o efeito de uma intervenção no espaço realizada pelos indivíduos, que o tornam familiar, a qual envolveria relações de poder. De acordo com Sack, (1986 p. 3), a territorialidade “é uma estratégia humana para afetar, influenciar e controlar.”

Neste sentido, o ato de alterar o espaço primitivo ou matéria-prima em espaço de vida e das relações entre os seres, poder-se-ia ser chamado de territorialização. Entende-se que a territorialização ocorra de acordo com a transformação ou apropriação do espaço por parte dos indivíduos. Esse processo não necessariamente está vinculado às abordagens políticas e naturais, estando, de acordo com Haesbaert (2007a), relacionada com motivações afetivas e/ou simbólicas. Segundo Haesbaert (2007a, p. 50) na Geografia “a leitura cultural ou simbólica é minoritária”. Assim, pode-se compreender que o debate sobre novas conceituações sobre o tema, vinculadas às ciências sociais tenham importante papel na evidenciação sobre estes aspectos. Segundo Souza (2009), autores como Michel Foucault e Deleuze e Guattari, contribuíram para auxiliar na formação de perspectivas distintas da naturalista, e fomentar novas discussões a respeito, amadurecendo o conceito.

Neste contexto, os processos de desterritorialização se dão como mecanismo de perda ou retirada de um indivíduo de um determinado território. Esse conceito, inclusive, não estaria necessariamente vinculado à saída geográfica dos indivíduos de determinados espaços, mas também quando estes espaços se dissolvem, deixam de existir, ou modificam-se de forma tão substancial, que perdem o vínculo adquirido junto aos indivíduos, ainda que estes estivessem ainda inseridos nele, como se o território deixasse os indivíduos.

Haesbaert (2007a), cita como formas de desterritorialização, que vão da fixidez à fluidez dos territórios, englobando as influências de outros conceitos como o de rede. A esse respeito, segundo Haesbaert (2007a), existe a oposição entre os territórios, que para alguns autores poderiam significar uma visão mais tradicional de organização do espaço, e as redes, que significariam a descontinuidade e a fluidez das relações. Já para outro grupo de autores, tanto as redes quanto os territórios são distintos, no sentido de que se completariam a partir de um binômio em que as redes podem ser, tanto um elemento fortalecedor do território, quanto um elemento que provocaria a sua desestruturação e conseqüentemente, um tipo de desterritorialização. Por fim, para outros, a ideia de rede estaria subordinada ao território no sentido de que toda relação social seria também uma relação territorial e a sua constituição seria elemento integrador (HAESBAERT, 2007a).

A partir disso, torna-se menos complexo compreender os diferentes tipos de desterritorialização, propostos por Haesbaert (2007a). Como diferentes versões da desterritorialização, estão: *a*) desterritorialização como domínio das redes, que não é nada mais do que a perda da fixidez e da estabilidade do território, que ao ser perpassado pelas redes, perderia sua instabilidade, portanto, desconstituindo-se; *b*) a desterritorialização como perda de referências espaciais, de relações materiais, onde pode-se citar o *cyber* espaço, onde os contatos face a face e bem como a territorialidade se perde em meio a fluidez das relações.

Haesbaert (2007a, p. 60), adverte ainda que mesmo sem a materialidade dos contatos a territorialização “pode se manter mesmo sem sua base material, como é o caso dos migrantes em diáspora que, em sua mobilidade carregam ‘geografias imaginárias’[...]virtuais fomentadores de novas construções espaciais”. Nesse sentido, nota-se a territorialidade como atributo móvel, uma vez que estaria mais ligada à representação dos locais para os indivíduos e às suas experiências ali vivenciadas, do que necessariamente no local em si; *c*) desterritorialização como perda de poder relacionado ao controle social do espaço, ou seja, o enfraquecimento dos Estados-nação; *d*) desterritorialização como deslocalização econômica, o que representa o desvencilhar do território, por parte de grandes corporações transnacionais, as quais, livres de um contexto local podem ter chance de se instalarem em inúmeras localidades, onde em contrapartida, passarão elas também a influenciar no contexto local de onde se insiram; *e*) desterritorialização causada pela crescente homogeneização do planeta, o que diz respeito aos aspectos simbólico-culturais e de identidade, relacionadas à desterritorialização. Nesta perspectiva, a partir da globalização, tende-se a valorizar a homogeneização de culturas, contudo, os fatores que dizem respeito às especificidades locais, que inevitavelmente se perdem neste processo de homogeneização (HAESBAERT, 2007a).

Além destas perspectivas, Haesbaert (2007a), lança luz sobre a problemática da desterritorialização chamada “do alto”, em contrapartida à desterritorialização “para baixo”. A chamada desterritorialização para cima, ou desterritorialização pelo *cyber* espaço, relaciona-se à imaterialidade do espaço, onde ocorreria uma desterritorialização à medida que ocorreria a perda de referências espaciais, a partir de uma concepção de território como base sólida para as relações humanas e este, desfazer-se-iria com a virtualização destas relações.

Segundo Haesbaert (2007a), tal processo de desterritorialização “do alto” carrega tal conotação em função de que estaria fortemente relacionada às classes sociais mais privilegiadas que têm acesso e que poderiam usufruir da tecnologia, desmaterializando as relações, e vivendo em um hibridismo, onde poderiam dispor de uma multiterritorialidade

ligada à flexibilidade e a uma mobilidade opcional. No caso da desterritorialização “para baixo”, estas perspectivas se invertem e tal dimensão da desterritorialização representa também a mais elementar, pois significa a perda de terra, do território como abrigo, a privação do acesso à terra, estando ligada à perspectiva naturalista do território (HAESBAERT, 2007a).

No entanto, o autor propõe que sejam observadas duas outras perspectivas relacionadas a este tipo de desterritorialização, sendo elas a econômica: à medida que os movimentos sociais de agricultores em busca de terra tem suas reivindicações pautadas na figura da terra como trabalho e, conseqüentemente, do provimento de seu sustento; e a simbólico-cultural, em que pode ser considerado como exemplo o movimento indígena, no sentido de que esta desterritorialização não ocorreria tanto como a privação aos recursos naturais, nem à terra como meio de produção e sustento, mas a perda das referências simbólicas ligadas à terra, onde:

Mesmo exercendo o domínio sobre um determinado espaço, podem faltar ao grupo indígena, as referências territoriais de sua cultura, o próprio “imaginário geográfico” condensado simbolicamente em determinadas parcelas do espaço (um rio, uma cachoeira, um trecho de floresta – espaços de deuses ou dos espíritos de seus ancestrais) (HAESBAERT, 2007a, p. 67).

Na visão de Haesbaert, (2007a), o que os movimentos sociais e os indígenas têm em comum é que ambos fazem parte de uma perspectiva de precarização do espaço social, promovido pela lógica de acumulação do capital, que forma estes grupos de excluídos socialmente, desconsiderando as especificidades locais e culturais. A partir disto, destaca-se o caráter de segregação dos indivíduos que sofrem da desterritorialização “para baixo”, onde fica evidente que a desterritorialização, antes de significar a desconstrução de fronteiras territoriais, a desmaterialização do território, ou a cessação das distâncias, constitui um processo de exclusão socioespacial. Desta forma, compreende-se que para que exista um mundo em que ocorre uma vivência espacial mais integradora, seria necessário que as distintas escalas que o compõe fossem consideradas (HAESBAERT, 2004).

Quadro 1: Conceitos de Territorialidade e T-D-R

Territorialidade	Forma de identificação dos indivíduos com um determinado território, de forma física e principalmente simbólica.
Territorialização	O processo de identificação e apropriação de um ou mais territórios por parte dos indivíduos, ou grupos de indivíduos.
Desterritorialização	O movimento de saída de um indivíduo ou grupo de indivíduos de um determinado território, seja fisicamente ou por perda de significados.
Reterritorialização	O mecanismo de readaptação dos indivíduos à um novo território, ou a um mesmo território que fora modificado por algum fator específico, causando-lhe mudanças físicas, espaciais ou simbólicas.

Fonte: Haesbaert, 2007b (adaptado pelo autor).

Os processos de reterritorialização, por sua vez, ocorrem quando o indivíduo desterritorializado, encontra-se dentro ou adentrando em um novo território, ao qual passa a pertencer. Esse processo se dá, para alguns autores como Haesbaert (2007b), de forma automática, uma vez que os indivíduos, por mais dificuldades que encontrem ao integrarem-se em determinados territórios, a partir do momento em que o fazem, estão dando a ele as suas características pessoais e seus aspectos simbólicos, etc., por esta ser uma característica comportamental humana.

Atrelado aos conceitos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (T-D-R), Haesbaert (2007b), versa sobre a multiterritorialidade, no sentido de que esta seria a permanência de indivíduos em determinados territórios distintos de forma simultânea, o que os faz estarem vinculados a essa categoria. A esse respeito, o autor versa sobre as distinções entre o conceito de multiterritorialidade e o de múltiplos territórios. Para Haesbaert (2007b), a multiterritorialidade é uma experiência vivida em múltiplos territórios, a partir da sobreposição dos mesmos, em que os indivíduos vivem de forma simultânea em mais de um território distinto. Esta conceituação vai ao encontro da que fora evidenciada por Sack (1986), no sentido de que a territorialidade pode ser ligada ou desligada, havendo mais de uma territorialidade de acordo com o momento e a configuração do território. Territórios múltiplos seriam aqueles que oferecem um convívio de múltiplas territorialidades, ainda que possuindo tensões entre estes, porém integrantes de um mesmo território.

Em razão disso, pode-se conceber que, assim como o território, as dimensões de territorialidade e os processos (T-D-R) carregam consigo, dimensões concretas e abstratas, abarcando as perspectivas (E-P-C-N), sugeridas por Vale, Saquet e Santos (2005). Em relação ao objeto de estudo da presente pesquisa, vinculado às perspectivas de (T-D-R) vivenciadas

pelos sujeitos da mesma, analisadas a partir de programas governamentais de incentivo à moradia, como o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) que representa uma forma de produção do espaço; busca-se a compreensão sobre os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização dos moradores do Condomínio Residencial Irajá, coletados a partir dos relatos dos mesmos. Sobre os programas governamentais relacionados à política habitacional brasileira, destaca-se que o PAC o PMCMV não foram os primeiros a serem elaborados, tendo como antecessores, outros programas que visavam a produção e a organização do espaço.

A problemática sobre as questões de territorialização e territorialidade já foi objeto de pesquisas desenvolvidas nas áreas dos Estudos Organizacionais. Pesquisas como “O processo de territorialização a partir de uma política pública: o caso dos moradores contemplados pelo PMCMV no Conjunto Habitacional Pioneiro José de Oliveira no distrito de Floriano-PR” de autoria de Da Silva et. al. (2016); e “A reterritorialização, pelos moradores, do entorno da obra Contorno Norte de Maringá-PR” de Oliveira e Chagas (2015), retratam as relações presentes entre a produção do espaço e o território, bem como as questões de territorialização, desterritorialização e reterritorialização vinculadas a obras governamentais, tais como o (PAC) e o (PMCMV).

No capítulo seguinte do presente estudo, serão abordadas as questões vinculadas às políticas habitacionais no Brasil, onde serão analisados os aspectos históricos que envolveram, bem como a evolução de tais políticas, até os dias atuais.

3 AS POLÍTICAS HABITACIONAIS NO BRASIL

As políticas de incentivo à moradia no Brasil tiveram sua origem pautada em intervenções estatais na década de 1920, transformando-se em programa social com abrangência nacional em 1946 com a fundação do Fundação Casa Popular (FCP), e posteriormente cedendo espaço para a participação dos Estados por meio da atuação das Companhias Estaduais de Habitação (COHABS) e permanecendo até 1986, com a extinção do Banco Nacional de Habitação (BNH), o que gerou uma descontinuidade de políticas habitacionais no país, as quais passaram a ser geridas por iniciativas municipais (CARDOSO; ARAGÃO; ARAÚJO, 2011).

A partir disso, pode-se compreender que a questão da habitação no Brasil, tem uma história marcada por diversas iniciativas até a criação e implantação Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), orquestrados pelo governo federal e tendo em vista a diminuição do déficit habitacional. (RODRIGUES; MOREIRA, 2016).

3.1 O INÍCIO DAS POLÍTICAS HABITACIONAIS NO BRASIL

O desenvolvimento da política habitacional brasileira, segundo Ramos (2015), advém dos incentivos de uma intervenção estatal que se inicia a partir da década de 1920, com a promulgação do decreto que se destinava a construção de moradias para proletariados e operários, o que se intensificaria na década seguinte, a de 1930, com a industrialização e a expansão comercial que gerou a demanda de uma maior expansão das habitações populares, demandando também, uma maior intervenção do estado por meio de políticas públicas no setor habitacional, que antes funcionava de forma menos próxima do ambiente de mercado. É neste cenário que são criados os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPS) e que o Estado passa de uma posição quase totalmente ausente desde o período da república velha (1889-1930), para uma postura intervencionista que se estenderia e se regulamentaria a partir do Governo Getúlio Vargas, o qual também buscou a regulamentação acerca do trabalho (RAMOS, 2015).

A partir de então, passam a surgir as atividades industriais urbanas, que em breve iriam tomar o centro da produção nacional, que era predominantemente agrário e de exportação, fazendo surgir a necessidade de atender e proporcionar instalações para os

trabalhadores, os quais vinham suprir, com a sua força de trabalho, as demandas do mercado. Surge então a Fundação Casa Popular (FCP) em 1946, como tentativa de suprir tal demanda, como política habitacional no Brasil, porém, como frisa Ramos (2015), sem uma estratégia determinada e preestabelecida, bem como desprovida de recursos e de uma ação coordenada a outros órgãos o que culminou na ineficácia de sua ação (RAMOS, 2015).

Ainda que ineficiente, a criação da Fundação da Casa Popular, enquanto primeiro órgão nacional destinado exclusivamente à questão da moradia da população mais necessitada, já se configurava como um avanço. Pois a partir de então passou-se a reconhecer que era dever do Estado brasileiro enfrentar o dilema habitacional. Embora reduzida frente às necessidades de moradia, sua ação não foi desprezível. (RAMOS, 2015, p. 40-41).

Posteriormente, segundo Ramos (2015) em 1964, cria-se o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e o Banco Nacional da Habitação (BNH), que possuía abrangência nacional e metas definidas, bem como recursos próprios de financiamento habitacional que possuía em vistas, a partir de diretrizes governamentais, a formulação de políticas de habitação e de incentivo ao financiamento habitacional, onde o BNH possuía o objetivo de viabilizar o acesso à moradia às classes sociais mais populares, porém, em virtude de flutuações no mercado, sua política não atendeu a tais classes.

Na concepção de Ramos (2015, p. 42) é possível afirmar que “um dos principais avanços do SFH foi a política habitacional do BNH, consolidaram as bases para articular setor público, o agente financiador com o setor privado (executor da política habitacional)”. Isso representa o estabelecimento de relações entre o estado e o setor privado, em um cenário onde o Estado possuía um conjunto de exigências para a concessão do financiamento e propunha diretrizes para tal, como agente regulador do mercado.

Para Bonduki (2008, p. 74), por sua vez, a estratégia utilizada pelo BNH na elaboração de políticas habitacionais “beneficiou a construção civil que pôde contar com uma fonte de financiamento estável para a produção de unidades prontas, mas contribuiu pouco para enfrentar o problema que o órgão se propunha a resolver”. Para ele, a rigidez e a centralização das políticas, aliadas ao baixo nível de participação e a não elaboração de processos alternativos de criação de moradia, foram responsáveis pela exclusão de uma significativa parcela de indivíduos de baixa renda.

A opção por grandes conjuntos padronizados em regiões periféricas impactou severamente na qualidade desses empreendimentos e além disso, deu origem a uma grande desarticulação entre a política urbana e os projetos habitacionais (BONDUKI, 2008).

Segundo Bonduki (2008) devido ao caráter financeiro do SFH, no início da década de 80 o mesmo passou a ser alvo de um grande número de reclamações por parte da população. Pessoas ligadas ao movimento sem-terra e ao Movimento Nacional dos Mutuários, pessoas de baixa renda com dificuldades de pagamento das mensalidades, passaram a exigir uma série de mudanças no programa.

Após uma sensível redução no valor das prestações em função das críticas, iniciou-se um novo problema: um rombo no Sistema Financeiro Nacional, que iria se traduzir em severas consequências posteriores (BONDUKI, 2008).

Em 1986, ano no qual ocorreu a extinção do BNH, as Companhias de Habitação COHABS, órgãos que geriam as questões habitacionais em nível estadual, também entram em crise e acabam em sua maioria por serem extintas (CARDOSO; ARAGÃO; ARAÚJO, 2011).

Com a redução no valor das parcelas no BNH, acompanhado pela crise econômica nas décadas de 80 e 90, o SFH culminou por ficar sem recursos para a reposição do fundo, o que deu ensejo à busca de outras fontes de financiamento (BONDUKI, 2008). Na década de 1990, cria-se no governo de Fernando Henrique Cardoso, o Sistema Financiamento Imobiliário (SFI), que segundo Ramos (2015, p. 43) tinha como princípios básicos:

[...] a implementação da economia de mercado, a desregulamentação e a desoneração dos cofres públicos. As operações do SFI serão efetuadas segundo as condições de mercado, isto é, as condições livremente praticadas no mercado de financiamento imobiliário (RAMOS, 2015, p. 43).

Por esta afirmação, pode-se compreender que tal sistema, tendo em vistas a regulação do sistema de finanças e do setor habitacional nacional, proporciona as condições para que diversas instituições financeiras, dentre elas bancos públicos e privados tenham acesso ao mercado imobiliário, aliado a outras operações distintas de crédito poupança e sistema de hipotecas, ligadas ao Conselho Monetário Nacional (CMN). Tais estratégias também proporcionaram a possibilidade de políticas de seguro, provenientes de uma maior relação com o mercado de capitais secundário (RAMOS, 2015).

A CEF torna-se o principal agente financiador do Sistema de Financiamento Habitacional, absorvendo os recursos e atribuições do antigo BNH. Com a política habitacional ligada ao CMN, a produção habitacional teve sua produção habitacional limitada (BONDUKI, 2008).

Com o empobrecimento da população a partir da crise econômica da população no fim da década de 80 e início da década de 90, os problemas de moradia da população se

agravaram, causando a necessidade de uma intervenção governamental, no sentido de realizar parcerias com a sociedade, o que incluía diferentes níveis de governo, tais como os Municípios e os Estados, além da União. A partir desta fase, novos princípios e pressupostos passaram a ser adotados na questão habitacional (BONDUKI, 2008).

Este período de novas iniciativas relacionadas à habitação no Brasil, segundo Bonduki (2008, p. 77) pode ser caracterizado “como um período de transição, momento em que deixou de existir uma estratégia nacional para enfrentar a questão da habitação, vazio que foi ocupado de forma fragmentária, mas criativa, por Municípios e Estados”. Essa transição dá ensejo para que novas atribuições sejam transferidas aos Estados e Municípios, a partir da constituição de 1988, que fez da questão habitacional algo inerente aos três níveis de governo. A partir da redemocratização do país, os municípios ocuparam papel importante no que diz respeito às necessidades habitacionais locais, onde porta vozes de acordo com as necessidades específicas da população (BONDUKI, 2008).

Em 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso, os financiamentos de habitação e saneamento com base nos recursos do FGTS são retomados após um longo período de paralisação, todavia, de maneira alinhada aos pressupostos de centralização, e de maneira diferente do que ocorria no BNH (BONDUKI, 2008).

Tendo em vista tais condições, com a abertura do mercado de capitais secundário aliado a uma política de crédito favorável, ampliam-se as unidades habitacionais vendidas, expandindo-se o setor imobiliário no país. Contudo, tal política de concessão de créditos imobiliários tende a favorecer os grupos de maior poder aquisitivo. Tal afirmação vem ao encontro das afirmações capitalistas onde, neste caso, a movimentação do mercado imobiliário se dá por meio de uma população estável economicamente falando, o que daria margem ao empresariamento urbano e a negociação público-privada de espaços, pelos quais aqueles que possuem maior poder aquisitivo tem prioridade sobre os demais. Segundo Cardoso, Aragão e Araújo (2011, p. 2):

Entre 1986 e 2003, a política habitacional em nível federal mostrou fragilidade institucional e descontinuidade administrativa, com reduzido grau de planejamento e baixa integração às outras políticas urbanas. A sequência de programas desconexos, com pouca perspectiva de continuidade, fortaleceu práticas tradicionais das administrações locais, em que predominaram ações pontuais, muitas vezes acompanhadas de práticas clientelistas que não dialogavam com outras políticas de desenvolvimento urbano. (CARDOSO; ARAGÃO; ARAÚJO, 2011, p. 2).

A esse respeito, Silva (2015) aborda os pressupostos capitalistas que sempre envolveram a propriedade privada e as necessidades do capital que passaram a influenciar e organizar o espaço, direcionando a sua produção para a função mercantil.

No Brasil, segundo Silva (2015) o processo de produção do espaço urbano está diretamente ligado ao subdesenvolvimento e ao patrimonialismo como características de formação do país. Tal herança, de acordo com Silva (2015), seria proveniente da esparsa separação entre o público e o privado no país, fruto da colonização pela coroa portuguesa. Entende-se por esta afirmação, que as heranças da colonização foram relegadas aos povos que aqui se constituíram, ao reproduzirem tal prática, onde não raro tende-se a transformar os bens públicos em privados, ou seja, abrindo as portas para a negociação de bens públicos, com empresas privadas, ao desconsiderar a importância do que é público, denotando os traços de cunho patrimonialista.

Outras características consideradas marcantes expostas por Silva (2015), são o clientelismo e o corporativismo, em que ambos apresentam um cenário que busca atender determinadas classes sociais, bem como agentes de modificação do espaço. Deste modo, pode-se verificar as inerências ao estado de especulação imobiliária e de empresariamento urbano no país, a partir de mecanismos de valorização e desvalorização do solo, motivadas pelos agentes que por ela se interessam.

Embora benéficos à primeira vista, os programas elaborados pelo governo de Fernando Henrique Cardoso não foram suficientes para alavancar uma nova política habitacional, gerando efeitos prejudiciais nas visões sociais e econômicas (BONDUKI, 2008).

De acordo com Bonduki (2009, p. 9), o Projeto Moradia surge no ano 2000, visando atender ao déficit habitacional brasileiro, sendo estabelecido em três dimensões, sendo “gestão e controle social, projeto financeiro e urbano-fundiário – e o enfrentamento da questão não apenas no âmbito do governo federal, mas considerando o conjunto dos agentes que têm alguma responsabilidade no problema da habitação, em plano público e privado.” A partir do projeto, seria criado o Sistema Nacional de Habitação (SNH), onde atuariam de forma coordenada os três entes da federação (União, Estados e Municípios), sob a coordenação de um novo Ministério, o das Cidades.

Neste contexto, a gestão dos fundos destinados à habitação seria realizada pelo Conselho Nacional das Cidades e órgãos semelhantes nos estados e municípios que deveriam concentrar recursos para beneficiar a baixa renda. Como subsídios destes empreendimentos, figurariam recursos do Orçamento Geral da União (OGU) e do Fundo de Garantia por Tempo

de Serviço (FGTS), onde seria imprescindível retomar a produção habitacional pelo mercado, reativando o crédito imobiliário (BONDUKI, 2009).

Para que isso fosse possível, ao Projeto Moradia era necessária a aprovação do Estatuto da Cidade, tendo em vista a diminuição do valor da terra e o combate aos imóveis ociosos, pautados na valorização urbana; o que fez com que o relacionamento entre governo e o mercado fundiário (BONDUKI, 2009).

Em 2003 é criado o Ministério da Cidade (MCid), com o objetivo de enfrentar as problemáticas urbanas. Em outubro de 2003, fora realizada a primeira conferência nacional das cidades, contando com 2.500 municípios; o que viabilizou a criação do Conselho Nacional de Habitação, em 2004 (BONDUKI, 2009).

Apesar do avanço em relação à criação do Ministério das Cidades como novo ente responsável pela questão habitacional no Brasil desde os tempos do BNH, o MCid, apesar de ser o responsável pela questão habitacional, vê a CEF como principal agente financeiro do programa, estando subordinada ao Ministério da Fazenda, o que lhe atribui a função de aprovar e acompanhar os pedidos de financiamento habitacional (BONDUKI, 2008).

Os obstáculos na questão financeira passaram a impactar nas atividades do Projeto Moradia, a partir de restrições do setor econômico. Com a aprovação do Fundo Nacional de Habitação e Interesse Social (FNHIS) em 2004, as fontes de recursos para o Projeto Moradia passaram a contar apenas com recursos orçamentários, não contrariando assim a então política econômica nacional de geração de *superávit* primário (BONDUKI, 2008).

A partir de então, de acordo com Cardoso, Aragão e Araújo (2011), pode-se vislumbrar uma política habitacional mais consistente por parte de iniciativas governamentais, cuja gênese foi o Projeto Moradia, elaborado por iniciativas municipais vinculadas ao partido dos trabalhadores, por parte da Secretaria Nacional de Habitação (SNH), vinculada ao Ministério das cidades (MCid), reforçando a sua gestão em âmbito local, mas propondo uma integração com outros níveis de governo, mais propriamente com o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS).

Ainda, segundo o Ministério das Cidades (2016) os programas e ações da SNH são desenvolvidos pelos Departamentos de Produção Habitacional (DPH), Departamento de Desenvolvimento Institucional e Cooperação Técnica (DICT) e Departamento de Urbanização de Assentamento Precários (DUAP).

Enquanto as políticas habitacionais nacionais permaneceram vinculados estritamente ao FGTS, as alterações em relação a renda dos indivíduos não apresentaram níveis

substanciais. A partir de 2005, quando alterações relevantes ocorreram na área de financiamento habitacional de mercado e principalmente de interesse social, ensejando um direcionamento para áreas da população com renda mais baixa. Todavia, isso também permitiu uma maior captação de recursos provenientes do mercado, causando uma grande expansão no setor imobiliário, algo que era há tempos, uma reivindicação, tanto por parte dos movimentos de moradia, quanto das empresas do setor de construção civil, as quais iriam ter as suas atividades profundamente impactadas pelo novo cenário relacionado à política habitacional nacional (BONDUKI, 2008).

3.2 O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV)

O Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), fez com que os estados e municípios se adequassem às normas e adotassem uma estrutura de criação de conselhos locais de habitação, bem como os chamados planos locais de Habitação de Interesse Social (HIS), visando uma participação democrática nas decisões, programas e na implantação de projetos. Como elemento principal deste sistema estava o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), criado por iniciativa popular, tendo como objetivo o repasse de fundos para políticas de habitação. Segundo Cardoso, Aragão e Araújo (2011), entre 2006 e 2009, foram destinados ao FNHIS por volta de 4,4 bilhões de reais, o que beneficiou mais de 4.400 projetos de forma paralela.

O Plano Nacional de Habitação (PlanHab), segundo Bonduki (2009) ocupava uma posição de centralidade no contexto nacional das políticas de habitação, visando realizar um planejamento à longo prazo que pudesse suprir as necessidades do país dentro do prazo de quinze anos. De acordo com Bonduki (2009, p. 12);

O PlanHab resultou de amplo processo participativo, que envolveu todos os segmentos da sociedade durante dezoito meses. Suas propostas, estratégias de ação e metas, amplamente debatidas, consideraram a diversidade da questão habitacional, as variadas categorias de municípios, as especificidades regionais e os diferentes olhares de cada segmento social (BONDUKI, 2009 p. 12).

Neste contexto, a ampliação dos recursos para a habitação no Brasil foi centralizada no PlanHab, tendo em vista o atendimento pautado nos grupos e na sua capacidade de retorno ao fundo, em que o benefício iria para os mais pobres e aqueles que possuíam melhores condições de pagamento poderiam ter acesso a um fundo garantidor (BONDUKI, 2009).

Porém, a falta de capacidade financeira dos agentes envolvidos (prefeituras, estados e Caixa Econômica Federal, por exemplo) e a falta de condições das cadeias produtivas em atender as classes prioritárias, bem como o preço da terra, se configuraram como entraves na aplicação dos recursos (BONDUKI, 2009).

De acordo com o Ministério do Planejamento (2016a), em 2007 cria-se paralelamente o Programa de Aceleração do Crescimento, onde promove-se a retomada do planejamento de grandes obras de infraestrutura, social, urbana e energética do país, o que contribuiu para que o seu desenvolvimento se desse de forma acelerada e sustentável. Segundo Chagas, Carvalho e Marquesan (2015, p. 280):

No segundo mandato do Presidente Lula (2006-2010), o Programa de Aceleração do Crescimento veio dar concretude e direção à proposta de desenvolvimento do Governo que, como argumentaremos a seguir, não alterou a trajetória de reprimarização da pauta de exportações do país. Lançado em janeiro de 2007, o PAC constituiu o principal instrumento de política econômica para estimular o crescimento da economia nacional, por meio de ajustes estruturais e investimentos dirigidos para alguns setores da economia (CHAGAS; CARVALHO E MARQUESAN, 2015, p. 280).

Já, para Cardoso, Aragão e Araújo, (2011), o PAC veio privilegiar a urbanização de favelas, com forte visibilidade política, principalmente nos grandes centros urbanos, argumentando também que, num primeiro momento, os investimentos no PAC irão deslocar a centralidade do FNHIS uma vez que, diferentemente deste, o PAC não estaria sujeito a controle social de investimentos, nem a contingenciamentos, sendo os seus investimentos alocados de acordo com as decisões da presidência da república (CARDOSO; ARAGÃO; ARAÚJO, 2011).

Em decorrência da crise instaurada em 2008, novas mudanças são realizadas no PAC buscando minimizar os efeitos dessa sobre a estrutura do programa, onde foram adotadas medidas de manutenção de crédito para setores mais atingidos pela crise, bem como a manutenção dos investimentos na área de habitação. (CARDOSO; ARAGÃO; ARAÚJO, 2011).

Segundo Bonduki (2009, p. 12) “a crise econômica e a disposição do governo em dinamizar a construção civil atropelaram a construção do PlanHab, pactuado como uma estratégia de longo prazo”, mas aceleraram as decisões governamentais relacionadas a aplicação de recursos financeiros, que poderiam ocorrer de maneira muito mais lenta.

De forma antagônica, cria-se em 2009 o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), como sendo a maior iniciativa de acesso à casa própria já criado no país. O programa, consolidado pela lei nº N. 11.977, de 7 do dia julho de 2009, preveria diversas formas de atendimento às famílias que necessitam de uma moradia, considerando-se a localização do imóvel (cidade ou campo). Além disso, o programa atende à necessidade de geração de renda para os trabalhadores da construção civil e amplia a autonomia de municípios no que diz respeito à seleção de participantes do programa, principalmente na faixa 1 (CARDOSO; MELLO; JAENISCH, 2015).

Segundo Cardoso, Aragão e Araújo (2011), o PMCMV foi operacionalizado de forma majoritária a partir de recursos provenientes do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), em um montante no valor de 14 bilhões de reais, e de forma minoritária, em 500 milhões de reais, pelo Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), ambos administrados pela Caixa Econômica Federal (CEF).

Os recursos do FAR, já vinham sendo utilizados na produção de moradias para famílias de faixa salarial entre 3 e 6 salários mínimos, dentro do Programa de Arrendamento Residencial (PAR), de onde recebia recursos provenientes de do Orçamento Geral da União (OGU) e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Já o FDS, por sua vez, recebia investimentos do Programa Crédito Solidário (PCS), por meio de incentivo de cooperativas e associações (CARDOSO; ARAGÃO; ARAÚJO, 2011).

A esse respeito, o Ministério do Planejamento (2016b) assinala que “O programa Minha Casa, Minha Vida, lançado em 2009, representa um marco na política habitacional do país e vem sendo objeto de diversos aprimoramentos ao longo dos anos”. Para Moreira e Silveira (2015, p. 95), “Esse Programa, que se tornou o carro-chefe da política habitacional do país, surgiu como uma ação anticíclica para evitar o aprofundamento da economia interna na crise do *supprime*, em ebulição a partir de meados de 2008. ” Em decorrência disso, verifica-se que, além do atendimento à população, o PMCMV possuía como principal objetivo atender às empresas do ramo de construção civil no país.

O acolhimento da proposta do setor de construção civil se deu em função da crise que se instalava e do enfraquecimento do Ministério das Cidades, que o fez apostar na produção habitacional em larga escala (AMORE, 2015). Porém, os investimentos realizados pelo PAC e alocados no PMCMV, passaram a colidir com os objetivos de SNHIS, uma vez que, com a influência da lógica do capital, representada pelo atendimento às empresas de

construção civil, foram eliminados repasses destinados à provisão habitacional, e mais investimentos eram realizados no PMCMV (CARDOSO; ARAGÃO; ARAÚJO, 2011).

Com relação a este ponto, Cardoso, Aragão e Araújo (2011, p. 5) assinalam que:

A implementação de uma política habitacional regida por uma lógica empresarial trouxe reflexos diferenciados para a construção do espaço urbano, assim como para a eficácia da política de habitação como mecanismo de redução das desigualdades sócio espaciais (CARDOSO; ARAGÃO; ARAÚJO, 2011, p. 5).

Algumas premissas do PlanHab foram seguidas pelo PMCMV, contudo, somente após algumas mudanças que proporcionaram a diminuição do risco. A diminuição das restrições relacionadas às faixas de renda – que no PlanHab eram complexamente definidas, priorizando as classes mais necessitadas – No PMCMV, foram esticadas para faixas de renda superiores. Além disso, o Minha Casa Minha Vida centrou a produção de habitações prontas e feitas em larga escala, ao gosto das empresas da construção civil, o que denotou um distanciamento considerável das premissas adotadas pelo PlanHab (BONDUKI, 2009).

Desta forma, Bonduki (2009) considera que o PMCMV não adotou as mesmas estratégias que eram definidas como indispensáveis para o setor de habitação pelo PlanHab, o que causou o que o autor caracteriza como uma abordagem incompleta do planejamento desenvolvido pelo PlanHab. Isso, segundo ele, faz com que o PMCMV corresse grandes riscos, provenientes da geração de unidades habitacionais sem o devido preparo.

Sobre a forma de desenvolvimento do PMCMV, Amore (2015, p. 15), assinala que:

O “Minha Casa Minha Vida” é, antes de tudo, uma “marca”, sob a qual se organiza uma série de subprogramas, modalidades, fundos, linhas de financiamento, tipologias habitacionais, agentes operadores, formas de acesso ao produto “casa própria” – esta sim uma característica que unifica as diferentes experiências. (AMORE, 2015, p. 15).

Na visão de Bonduki (2009), em contrapartida, algumas estratégias do PlanHab que foram incorporadas no PMCMV, como o subsídio localização¹, por exemplo, podem ser consideradas positivas. Além disso, assinala que o governo federal tem possibilidades de limitadas de identificar e proporcionar uma localização adequada aos empreendimentos e que esse diagnóstico cabe aos municípios; a partir de uma adequada análise dos seus respectivos planos diretores (BONDUKI, 2009).

¹ Valor adicional a ser concedido aos empreendimentos de áreas mais centrais e consolidadas (BONDUKI, 2009 p.13).

Ao passo que entram em choque os interesses entre duas políticas distintas, mas que fazem parte de um mesmo programa governamental, torna-se complexo verificar a respeito do prevalecimento entre uma e outra. Seguindo a proposição feita por Corrêa (2014), a respeito dos agentes produtores do espaço urbano, considera-se que exista aqui, um embate entre agentes. De um lado, pode-se colocar os empreendedores imobiliários, beneficiados pela geração de emprego e de oportunidades para o setor da construção civil; de outro, temos os interesses sociais, representados pelos conselhos de habitação, onde há a participação da população no planejamento da cidade, ou ao menos, abre-se essa possibilidade.

Além destes, como elemento central na discussão a respeito da disputa entre os agentes, pode-se vislumbrar claramente a figura do governo, como entidade responsável por administrar o espaço (CORRÊA, 2014). A esse respeito, Corrêa (2014) cita as possibilidades de clientelismo formadas entre agentes, ao passo que, em termos de benefícios, chega-se ao fato de que há diferença entre os agentes.

Cardoso, Aragão e Araújo, (2011), citam que a busca pela lucratividade como missão das empresas, faz com que as mesmas se utilizem de estratégias para maximizá-lo. Uma delas, é a redução dos custos de produção ou de serviços prestados, uma vez que cabe à CEF, avaliar e definir o valor dos imóveis a serem construídos e o quanto irá ser gasto com o terreno, bem como, no restante do empreendimento.

Considerando a valorização imobiliária crescente nos grandes centros, assim como a valorização das regiões centrais em relação às regiões periféricas, devido à sua localização, Shimbo (2015) assinala que o próprio conceito de periferia teve que ser revisto, a partir da intervenção urbana e da expansão realizadas em torno de regiões consideradas “periféricas”. Contudo, adquirir terrenos que serão destinados à população contemplada no programa, em áreas mais distantes dos centros, constituem oportunidades de lucro, ao passo que o que se economiza na compra dos lotes é destinado à outra parte do empreendimento, ou se converte em lucro. Outro fator elencado por Cardoso, Aragão e Araújo, (2011), tem a ver com a padronização das unidades habitacionais, uma vez que a produção em escala é menos dispendiosa de mão-de-obra especializada, convertendo-se igualmente como mais uma vantagem estratégica.

Neste contexto, acredita-se que ainda que existam iniciativas de fomento ao crescimento da habitação no país, entende-se que, caso estas estejam ligadas às estratégias de especulação imobiliária, bem como ao clientelismo e o favorecimento do capital, frente as

condições específicas de bem-estar social, estas não irão retratar o devido fim a que foram criadas. Sobre isso, Cardoso, Mello e Jaenisch (2015, p. 73-74) assinalam que:

[...] cabe dizer que o PMCMV ao longo dos seus cinco anos de existência não se limitou a ser apenas um programa de provisão de moradia. Sua importância transcende a questão habitacional e sua implementação envolve uma trama complexa de agentes e interesses, atravessada por uma série de disputas, conflitos, arranjos, articulações e contrassensos, fato que ficou evidente já mesmo na sua origem (CARDOSO; MELLO; JAENISCH, 2015 p. 73-74).

Entende-se que a dimensão política do território, ora simbolizada pela política habitacional do PMCMV, fica evidente a partir da relação que se constitui entre a mesma e alguns agentes. Além disso, vantagens políticas conquistadas a partir da aceitação popular do programa, que podem ser elencadas como parcerias público-privadas ou até mesmo em forma de benefícios eleitorais, entram em jogo neste cenário. Segundo Amore (2015), os investimentos no PMCMV passaram a figurar como promessas que estavam presentes nos discursos de todos os candidatos à Presidência da República no ano de 2014, onde prometiam a manutenção e ampliação do programa no ano seguinte, em 2015.

Na visão de Bonduki (2009), apesar das distorções e lacunas presentes no PMCMV, o mesmo caminha na direção da construção de políticas públicas que vislumbram o direito a habitação. Todavia, é igualmente necessário retomar as medidas previstas no Plano Nacional de Habitação (PlanHab), tendo em vista uma melhor construção de políticas públicas a partir de suas diretrizes. De forma geral, defende que o programa não resolve o déficit de 7 milhões de unidades habitacionais, mas que houve, ainda assim, um elevado patamar de investimentos, o que era exigência antiga dos movimentos de reivindicação por moradia (BONDUKI, 2009).

Na concepção de Carvalho e Stephan (2016), no entanto, o Programa Minha Casa Minha Vida, criado como forma de frentear a crise econômica, representou uma política social de larga escala ao estimular a criação de oportunidades de emprego para o setor da construção civil, atendendo a demanda habitacional de baixa renda que o mercado não conseguia suprir.

Implementado de forma maciça no ano de 2010, o PMCMV estipulava como meta a construção de 1 milhão de moradias na área urbana, sendo 400 mil unidades destinadas à população com renda até 3 salários mínimos (com subsídio integral), e as outras 600 mil unidades, direcionadas as outras faixas de renda (de 3 a 6 e 6 a 10 salários mínimos). Cada uma das faixas de renda, portanto, estaria vinculada à um tipo específico de financiamento

habitacional. Em sua segunda versão (12.1214/2011) o PMCMV estabeleceu como meta até o ano de 2014, a construção de mais 2 milhões de unidades habitacionais (CARVALHO E STEPHAN, 2016).

De acordo com Carvalho e Stephan (2016), na primeira fase do programa, de 2009 a 2010, foram contratadas 1.005.000 moradias; e na segunda fase, que se iniciou em 2011, foram contratadas 3.012.848 unidades, sendo entregues por volta de 1,7 milhão de moradias, até o ano de 2014. Foram beneficiadas 6,4 milhões de pessoas, a partir de um investimento de R\$ 361,6 bilhões, onde 60% foram voltadas para a menor faixa de renda, ou seja, para a população de menores condições financeiras (CARVALHO E STEPHAN, 2016).

Apesar disso, com o passar do tempo e a evolução do programa, de acordo com Carvalho e Stephan (2016), alguns pesquisadores (Maricato, 2012; Rolnik e Klink, 2011; Penalva e Duarte, 2010; Hirata, 2009; Bonduki, 2009) têm evidenciado inconsistências na condução do mesmo, onde abordam a qualidade duvidosa das construções e a localização periférica dos empreendimentos, motivadas pelos “interesses especulativos do mercado de terras” (p. 287).

Em outras palavras, apesar da grande quantidade de habitações produzidas e do crescimento em gestão da produção habitacional brasileira, bem como o alinhamento dos objetivos do programa aos mercados globais e a relação entre os interesses públicos e privados, os resultados sociais têm se mostrado deficitários (CARVALHO E STEPHAN, 2016).

Para Tatagiba et. al. (2014), é necessário levar em consideração a alocação de recursos em obras que visam o atendimento às classes sociais de menor poder aquisitivo, viabilizando o acesso destas ao mercado habitacional. Contudo, esta medida de inclusão social não faz com que os problemas do programa desapareçam. Segundo Tatagiba et. al. (2014, p. 16)

As principais críticas em relação ao MCMV destacam: a) a desconsideração dos canais institucionais e participativos na elaboração e operacionalização do Programa; b) a desconsideração de questões relativas à reforma fundiária; c) a reprodução do padrão de segregação sócio espacial na localização dos novos empreendimentos; d) a baixa qualidade das moradias. Como motor dessa dinâmica está a centralidade conferida às grandes construtoras (TATGIBA et. al. (2014, p. 16).

Além disso, outras críticas feitas ao programa são as de que, segundo Tatagiba et al (2014), o Ministério das Cidades não ocupou papel relevante na concepção do mesmo, bem

como o Plano Nacional de Habitação, que fora ignorado, além do Estatuto da Cidade não ter sido utilizado como elemento definidor de investimentos. Mais do que isso, a não consulta ao Conselho das Cidades e a dispensa dos conselhos do Fundo Nacional de Habitação de interesse social (FHNIS), também foram alvo de reprovação por parte de analistas, especialistas no assunto (TATAGIBA et. al., 2014).

A desregulamentação e maleabilidade do fundo ao qual foram alocados os recursos (HIS) são também trazidos à baila, onde a crítica se baseia da impossibilidade do controle social, o que permitia ao governo, lançar mão de investimentos sem a necessidade da convocação/aprovação dos conselhos (TATAGIBA et. al., 2014).

Segundo Tatagiba et. al., 2014 p. 17:

Não existe, no desenho do MCMV, uma instância formal de interlocução dos representantes dos poderes públicos dos três níveis da federação. A arena formal prevista para exercer o acompanhamento e a avaliação do programa é um comitê composto por membros dos Ministérios do Planejamento, da Fazenda, da Casa Civil e das Cidades. Não há espaço de participação garantido aos representantes do poder público estadual ou municipal nem da sociedade civil, o que seria possível se o programa reconhecesse o papel do Conselho das Cidades (ConCidades) no SNHIS (TATAGIBA et. al., 2014, p. 17).

A partir disso, compreende-se que a atuação dos municípios pode ser considerada limitada, uma vez que, segundo Tatagiba et. al. (2014, p. 17)

O que se vê no caso do MCMV é que os estados e municípios não assumem a função de gestão [...] sua atribuição fundamental é a realização do cadastro, seleção e indicação à CEF das famílias que serão atendidas (TATAGIBA et. al. 2014, p. 17).

Desta maneira, pode-se compreender que a atuação do estado, e principalmente dos municípios, está subordinada à seleção das famílias e a indicação à Caixa Econômica Federal. Outro fator considerado agravante é o de que a iniciativa de propor as obras vinculadas ao PMCMV, além de não partirem do município, partem das construtoras que apresentam projetos diretamente à Caixa Econômica Federal (TATAGIBA et. al., 2014).

Este cenário destina um protagonismo do setor habitacional público ao setor privado, ou seja, vinculam-se sobremaneira as iniciativas das empresas do setor privado ao âmbito decisório de obras públicas. Assim, o investimento e construção de obras do PMCMV em uma ou outra localidade, dependeria do interesse de empresas, que ali vislumbrariam possibilidades de ganho, o que criaria uma situação onde se instalaria um processo de competição entre localidades, tendo em vista angariar para sua localidade o maior número de

investimentos, o que implica no oferecimento de maiores benefícios que incentivam a produção de unidades habitacionais em seu território. Tais benefícios podem se traduzir por desonerações, disponibilização de terrenos, etc. (TATAGIBA et. al., 2014).

Em âmbito nacional, a gestão do programa compete ao Ministério das Cidades, mas para os municípios, esse papel é desempenhado pelas empresas (TATAGIBA et. al., 2014). Segundo os autores, isso causa um estímulo à construção de unidades habitacionais sem que, necessariamente, estas estejam de acordo com o direito à cidade, “que pressupõe o direito à moradia digna para todos” (p. 18), ou seja, dando segmento ao um padrão denominado por Tatagiba et. al. (2014, p. 18) como de “segregação socioespacial”.

A partir disso, pode-se compreender que tendo em vista maior benefício, estas empresas incumbidas de gerenciar a construção de moradias populares vinculadas ao PMCMV, não necessariamente zelam pelo desenvolvimento das regiões onde se instalarão tais empreendimentos. Assim, segundo Tatagiba et. al. (2014 p. 18):

...não é incomum a construção de moradias em terrenos com infraestrutura precária e com grande dificuldade de acesso aos bens públicos, nas periferias das grandes cidades brasileiras, em áreas carentes de equipamentos e serviços públicos (TATGIBA, et. al., 2014, p. 18).

A partir disso, considerando a parte competente aos municípios no contexto habitacional, buscar-se-á discutir na próxima seção da pesquisa, como de desenvolveram as iniciativas relacionadas à habitação bem como a produção do espaço urbano em Maringá-PR. Além disso, posteriormente, serão abordadas as questões relacionadas às obras do Programa Minha Casa Minha Vida no município, especialmente as referentes ao Condomínio Residencial Irajá, no distrito de Iguatemi, onde serão também, discutidos aspectos relacionados à vivência dos moradores do local, tendo como base as obras que versam sobre as problemáticas de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (T-D-R).

4 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM MARINGÁ

Em um contexto menos amplo, conceituando a cidade de Maringá em relação às suas especificidades urbanas, busca-se compreender o histórico de suas flutuações em seu contexto de produção do espaço urbano.

Ao analisar os escritos que retratam a história da colonização de Maringá, extraídos do site oficial da prefeitura do Município, tem-se o ensejo de analisar, levando em conta a proposta do presente estudo, quais as influências do capital na produção do espaço local. Entende-se que, a partir disso, será possível verificar de que forma a cidade se tornou o que é atualmente e quais traços históricos demonstram continuidade de políticas.

4.1 O INÍCIO DA COLONIZAÇÃO E A INFLUÊNCIA DO CAPITAL

Segundo o site oficial do município (MARINGÁ, 2017), o município de Maringá inicia sua trajetória no ano de 1923 a partir de uma comitiva realizada por representantes da coroa inglesa, que chegaram ao Brasil com o intuito de negociar uma dívida que o país possuía junto aos credores ingleses. Nesta comitiva, além do ex-secretário de finanças do tesouro britânico, Edwin Samuel Montagu, estava também o 16º Lorde Lovat da Escócia, Simon Joseph Fraser, que possuía em mente o objetivo de identificar terras férteis para o cultivo de algodão, matéria-prima importante para a indústria têxtil britânica. A chamada *Missão Montage (ou Montagu)*, segundo Silva (2006) chegara ao Brasil a convite do Presidente Artur Bernardes com a missão de avaliar a economia brasileira e fazer contatos para desenvolver atividades econômicas de capital privado no país

Seguindo o “rastros” do café, a partir de visitas realizadas a fazendas no estado de São Paulo, Lorde Simon Fraser chega ao norte do Paraná, onde impressionado com as férteis terras vermelhas do local, decide realizar investimentos no cultivo de algodão e funda a empresa *Brazil Plantations Syndicate*, com sedes no Brasil e na Inglaterra. De acordo com Rodrigues e Souza (2015), a *Brazil Plantations* era a versão inglesa para o Brasil da *Sudhan Cotton Plantations Syndicate Limited*, empresa responsável pela exploração de algodão no Sudão, e que, devido à crise sudanesa, viu no Brasil um potencial destino a ser considerado. Segundo Rodrigues e Souza (2015), Lorde Simon Joseph Fraser era emissário da casa bancária *N. M. Rothschilds & Sons*, além de ser diretor da *Sudhan Cotton Plantations*

Syndicate Limited, e sua vinda para o Brasil em 1923 se justificava pela possibilidade de lucro.

Além do algodão, outra possibilidade de exportação visualizada por Lorde Simon Fraser era a de exportação da madeira extraída das florestas brasileiras (RODRIGUES; CORDOVIL, 2015). Um fato que deixa clara a autonomia dada às empresas britânicas em relação às terras e a colonização no estado do Paraná, é o de que, conforme Maringá (2017):

O governo do Paraná tinha muitos problemas e poucos recursos financeiros à disposição para solucioná-los. A saída foi concentrar os investimentos do Estado em setores mais carentes, como a melhoria da educação e da logística, confiando o processo de colonização do Paraná ao capital privado (MARINGÁ, 2017).

Vislumbra-se aqui que, de acordo com o exposto no site oficial da prefeitura de Maringá, a justificativa da aliança do Estado com o setor privado, representado pelas empresas inglesas, no processo de colonização das terras paranaenses, tenha sido a pouca disponibilidade de recursos financeiros por parte do governo, o que fez da aliança público-privada, algo inevitável.

A empresa responsável pela colonização do espaço paranaense, segundo Silva (2006) fora a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), também conhecida após a sua venda, como Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), fundada em 1925 que era sediada em São Paulo e funcionava como uma subsidiária da *Paraná Plantations Company*, que tinha sua sede em Londres e era a responsável pela compra de terras paranaenses (SILVA, 2006; MARINGÁ, 2017).

Para a ocupação da área correspondente à Maringá, a CTNP precisou negociar com outros atores, além do Estado. Um deles era a Companhia Marcondes de Colonização, que havia chegado em Maringá em 1922, com um projeto de ocupação das terras da região norte do Paraná. Porém, como não conseguiu atingir seus objetivos e cumprir com o estabelecido em negociação com o Estado, além de não possuir condições para continuar a colonização, acabou por vender as terras as quais era proprietária, para a CTNP (MARINGÁ, 2017).

Houve também uma série de confrontos com a população local da época, sendo estes os indígenas e demais ocupantes do local; sem falar nas implicações decorrentes das intervenções realizadas na mata, ao derrubarem as árvores e matarem os animais silvestres, algo que, na visão dos colonizadores, além de oferecer perigo era um sinal de atraso (SILVA, 2006).

A cidade de Maringá teve em sua origem uma história não tão pacífica quanto a demonstrada pelos relatos da CMNP e sustentada pela própria população local (SILVA, 2006). A partir de tais fatos históricos, pode-se verificar que uma série de conflitos marcaram a fundação do município de Maringá. Para Rodrigues e Cordovil (2014, p. 3)

A cidade de Maringá foi implantada pela loteadora Companhia Melhoramentos Norte do Paraná em uma porção do total de 550 mil alqueires da ação na região, cujo negócio consistiu num dos maiores empreendimentos imobiliários do mundo. Nesse contexto o empresariamento do desenvolvimento urbano da área é concebido por todos os moradores como a forma adequada, senão única, de ocupação do território e a segmentação social aí estabelecida é considerada como seu componente legítimo. Por isso, o recurso à segregação socioespacial serviu de estratégia para a contínua valorização imobiliária e se incorporou como mecanismo do desenvolvimento urbanoregional irradiado da cidade polo para o entorno regional, desde sua fundação em 1947, em nome de um planejamento urbano que, efetivamente, outorgou legitimidade à lógica dos negócios privados, em detrimento das necessidades sociais coletivas. (RODRIGUES; CORDOVIL, 2014, p. 3).

Por esta afirmação acerca do desenvolvimento do município de Maringá-PR, pode-se perceber o contraste pela qual se estabelece a cidade de Maringá-PR. Além das disputas por terras ocorridas no combate com os moradores locais desde a sua fundação, no ano de 1947, a cidade já se deparara com a realidade do empresariamento urbano, pelo qual, a partir da compreensão de Rodrigues e Cordovil (2014) fora designado com outro nome, o de gerenciamento ou planejamento urbano.

Tal conjunto de políticas fora dado de forma tão acentuada que a população concebia as intervenções da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, como sendo as melhores possíveis, senão as únicas. Este quadro demonstrava a postura coadjuvante do Estado, que por sua vez, não era necessariamente legítimo, uma vez que concedera, em meados da década de 1940, uma série de benefícios à empresa colonizadora, considerada como principal, senão única investidora nas terras do norte do Estado do Paraná (RODRIGUES; CORDOVIL, 2014).

Em decorrência disso, pode-se identificar que a região de Maringá foi alvo de investimentos que tinham suas origens na Inglaterra, ao qual se aliava a interesses de forças nacionais de desenvolvimento, fazendo com que houvesse um processo denominado por Rodrigues e Cordovil (2014) de globalização precoce, uma vez que na região foram aplicados investimentos visando a instalação de projetos capitalistas ingleses, em um país subdesenvolvido, o Brasil, na busca de obter ganhos, tanto com os empreendimentos imobiliários, quanto com a extração de recursos naturais, no caso de Maringá, mais

especificamente a madeira e o cultivo de algodão para exportação (SILVA, 2006). Na concepção de Rodrigues e Cordovil (2014, p. 4):

A gênese totalmente mercantil desse território consistiu num fértil terreno para a lógica neoliberal, pois se organizou um desenvolvimento urbano a partir dos preços da propriedade privada da terra, com garantia de retorno dos investimentos aos negociadores e formatação de uma concepção individualizante da sociedade. (RODRIGUES; CORDOVIL, 2014, p. 4).

Por estes pressupostos, entende-se que exista já uma herança desde os primórdios da fundação da cidade, dos princípios atrelados ao capitalismo, o que terminantemente determina quadros de segregação social e injustiça urbana, o que não permite que a maioria da população profissionalmente ativa da cidade resida na cidade em que vende sua força de trabalho, obrigando-os a se deslocarem diariamente para irem ao trabalho e retornarem dele, ao fim do expediente (RODRIGUES; CORDOVIL, 2014).

Isto se dá, na visão de Rodrigues e Cordovil (2014), em função de não haver uma regulação específica para tal, mas ao contrário, constituindo um processo de dominação da região metropolitana, pela parte central da cidade de Maringá-PR. Porém, advertem Rodrigues e Cordovil (2014, p. 5), que:

[...] essa origem acentuadamente mercantil mantém a região sob a constante tensão dos efeitos desestabilizadores numa sociedade legada ao mercado, pois, nenhuma sociedade consegue se manter apenas sob tais bases. Por isso, sua manutenção se ancora num estreito acordo entre as forças econômicas e políticas, não com o objetivo de implantar processos de redistribuição, mas para outorgar legitimidade ao processo desigual. (RODRIGUES; CORDOVIL, 2014, p. 5).

Deste modo, compreende-se que o corpo de leis, citado por Corrêa (2014), como instrumento do Estado para regulação dos espaços territoriais, distribuindo de forma a zelar pelos interesses dos demais agentes, neste caso, não atua no cenário referido visando tais objetivos, mas atuam conjuntamente com agentes do setor privado cujos interesses lhe trazem benefícios.

Em meados da década de 1930 começaram a ser negociados os lotes da região de Maringá, onde os compradores adquiriam as propriedades junto à CTNP que tinha sua sede em Londrina, e já eram autorizados a efetuar o desmatamento de seus lotes e preparar o terreno para a prática da agricultura. O povoamento da área de Maringá teve início por volta do ano de 1938, onde no início da década de 1940 começaram a ser construídas as primeiras edificações urbanas na região conhecida como Maringá Velho.

Tais construções, no entanto, eram erguidas de maneira rústica, tendo em vista a acomodação da grande quantidade de migrantes que começaram a chegar em Maringá. Apesar de rústicas, estas instalações urbanas não cresciam de maneira desordenada, mas ao contrário disso, segundo o historiador do município de Maringá, João Laércio Lopes Leal, obedeciam às normas estabelecidas pela CTNP, obedecendo um planejamento urbano elaborado por Aristides Souza Mello, diretor da Companhia de Terras Norte do Paraná, que projetou um pequeno povoado de seis quadras, com poucas casas e estabelecimentos do comércio. (MARINGÁ, 2017).

Apesar de sua emancipação como distrito de Mandaguari ter ocorrido por meio da Lei Estadual n.º 790, de 14 de novembro de 1951, que tornou Maringá independente do Município de Mandaguari (IBGE, 2017), o aniversário da cidade é comemorado até hoje como sendo o dia 10 de maio de 1947, data em que se instala na cidade o primeiro escritório da Companhia de Terras Norte do Paraná, comprada por investidores brasileiros e que agora passava a ser chamada de Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná, tendo em vista a comercialização de lotes na região denominada como Maringá Novo (Maringá, 2017).

Imagem 1. Prédio da Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná (1950)



Fonte: <http://www.maringahistorica.com.br/2015/07/pioneiro-antonio-labiak.html>, (2015). Acesso em 25/09/2017.

O escritório da Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná, conforme demonstra a figura acima, mesmo tendo sido comprado pelo grupo de investidores brasileiros, manteve sua denominação como Companhia de Terras Norte do Paraná até o ano de 1951, onde mudou de nome, e deu espaço à sigla CMNP.

Imagem 2. Companhia de Melhoramentos Norte de Paraná, (2011).



Fonte: <https://www.panoramio.com/photo/54170389>. Acesso em 25/09/2017.

Antes disso, em 1943 Maringá já era concebida como uma cidade planejada. O modelo de formação da cidade de Maringá foi, segundo Silva (2006) e Teodoro e Amorim (2010), inspirado no modelo cidade-jardim, que se trata de um modelo de espaço urbano que contemple uma interação entre cidade e natureza.

Com a contratação do engenheiro Jorge Macedo Vieira, da Companhia *City* de São Paulo, os projetos para a criação do município de Maringá começaram a tomar forma. A estrutura era baseada no modelo cidade-jardim de Ebenezer Howard, contendo porém, diferenças em sua estrutura. O modelo de Jorge Macedo Vieira se desenhava a partir de uma distribuição da cidade em torno de uma estrada de ferro, onde o sistema de comércio e de reprodução do capital se dava de forma autônoma, e não em forma de cooperativas, como no modelo de Howard (SILVA, 2006).

O projeto da cidade de Maringá é datado de 1943 e assinado pelo urbanista paulista Jorge de Macedo Vieira, adepto do conceito de “Cidade Jardim” elaborado pelo britânico Ebenezer Howard e responsável pelo projeto de inúmeros bairros de São Paulo. O traçado de Maringá foi desenhado com largas avenidas, canteiros que valorizavam o paisagismo e ruas que seguiam a inclinação natural do relevo o mais fielmente possível. Um fato interessante é que Jorge de Macedo Vieira nunca esteve em Maringá. O historiador do Patrimônio Histórico de Maringá, João Laércio Lopes Leal, conta que o urbanista recebeu a ajuda de Cássio Vidigal, diretor da Companhia de Terras Norte do Paraná e amigo de Jorge de Macedo Vieira dos tempos em que eles frequentaram a Escola Politécnica da USP (Universidade de São Paulo). E foi a partir de um planejamento desenhado por Cássio Vidigal e tendo como referência algumas fotos aéreas da cidade que Jorge de Macedo Vieira finalizou o projeto de Maringá (MARINGÁ, 2017).

A partir disso, entende-se que tal interação entre o urbano e o verde e a escolha pelo modelo de cidade-jardim, pode não haver se desenvolvido a partir de um pensamento pautado em qualidade de vida. Antes disso, o modelo visava principalmente beneficiar o cultivo do algodão para exportação para a Inglaterra. Assim, o pensamento que apregoava a relação do homem com o verde, visava em essência, afastar a ideia da violência e dos conflitos empregados na colonização (SILVA, 2006).

De acordo com Rego et al. (2004), a proposta de ocupação do norte do Paraná não se limitou à Maringá. Além dela, outras cidades no seu entorno foram parte do empreendimento que não necessariamente previam algum tipo de planejamento para o seu crescimento. Somente Maringá e Cianorte foram planejadas de acordo com o modelo “cidade-jardim”, deixando às demais decidirem sobre como seria o seu traçado. De forma geral, o critério a ser seguido na implantação de crescimento nestas cidades era acompanhar a linha férrea ou as estradas de rodagem. De acordo com Rêgo et al. (2004, p. 142):

Foram implantados pela Companhia 62 núcleos urbanos classificados em patrimônios (9), distritos (18), sedes de município (23) e sedes de município com sedes de comarca (12), afora outros 48 núcleos urbanos implantados por particulares nas terras da Companhia (REGO et al. 2004, p. 142).

Um destes distritos, posteriormente criado em 28/02/1967, a partir da Lei Municipal n.º 68, foi o distrito de Iguatemi e anexado ao município de Maringá, ao qual pertence até os dias atuais. Na seção de análise dos resultados e discussões do presente estudo, buscar-se-á discutir de maneira mais aprofundada sobre a formação e desenvolvimento do distrito de Iguatemi.

Na seção seguinte, discute-se os procedimentos metodológicos da pesquisa, onde são elencados os aspectos que contribuíram para a definição do objeto de estudo, bem como são apresentados os objetivos da pesquisa. Além disso, são abordados e discutidos os procedimentos pelos quais se estabelece o conceito de dados para a pesquisa, como ocorreu a seleção dos sujeitos e posteriormente, quais foram os instrumentos de análise utilizados.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Apresenta-se no presente capítulo a explanação acerca dos procedimentos metodológicos adotados, tendo em vista a problemática da pesquisa. Busca-se também, explicitar os procedimentos adotados de acordo com as fases da pesquisa.

Compreende-se que o fio condutor para a realização de uma pesquisa parta da intenção do pesquisador de conhecer um determinado aspecto em um contexto específico, que o possibilite ter maior compreensão sobre o objeto de estudo. Deste modo, à figura do pesquisador, na presente pesquisa, coube decidir o objeto de estudo, tendo como base o interesse de compreender uma situação dos moradores do Condomínio Residencial Irajá, pautado nas leituras realizadas nas disciplinas durante o decorrer do curso de mestrado, bem como alguns artigos escritos, que auxiliaram na compreensão do tema, aliado aos temas discutidos no referencial teórico. Além disso, o interesse do pesquisador, que surgiu após conversas com residentes do local, bem como as suas opiniões sobre o mesmo.

5.1 DE POVOADO RURAL ÀS ASPIRAÇÕES DE EMANCIPAÇÃO: AS ORIGENS E O DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO DE IGUATEMI

O distrito de Iguatemi é pertencente atualmente ao Município de Maringá-PR como zona 33, de acordo com o site oficial da prefeitura do município. De acordo como o último Censo realizado pelo IBGE, ocorrido em 2010, o local conta com 6969 moradores que estão distribuídos em 2295 residências, o que resultaria em uma média populacional simples de 3,24 habitantes. (MARINGÁ, 2017).

Fundado em 28/02/1967, a partir da Lei Municipal n. ° 68, o distrito de Iguatemi não conta com nenhum material oficial atualizado que contivesse maiores informações sobre como se desenvolveu a região desde então. Contudo, em uma entrevista feita juntamente ao historiador do Patrimônio Histórico do município de Maringá, João Laércio Lopes Leal foram discutidos aspectos que não estão registrados em livros, mas que fazem parte da história da formação do local.

Segundo João Laércio, o distrito de Iguatemi foi formado a partir do final da década de 1950, onde passou a ser o quinto distrito de Maringá, juntamente com os distritos de Floriano, Ivatuba, Paiçandu e Floresta. Posteriormente, após a emancipação dos distritos de

Floresta, Ivatuba e Paiçandu, ocorridas em 1960, permaneceram como distritos e ainda permanecem até os dias atuais, Floriano e Iguatemi.

No local onde formou-se o distrito de Iguatemi, antes mesmo de assim ser considerado, haviam famílias que ali residiam em sítios, chácaras e fazendas de pequeno porte, desde a década de 40, época em que Maringá ainda era considerado distrito de Mandaguari. Iguatemi, nesta época, era apenas um povoado. A alcunha de distrito rural de Maringá permanece até os dias de hoje, apesar do desenvolvimento de atividades relacionadas ao comércio de bens e serviços e de haver lá uma subsede da prefeitura de Maringá, a subprefeitura de Iguatemi.

Na década de 60, inclusive, João Laércio cita a instalação de uma empresa que segundo ele seria “*um divisor de águas*” na história do local: A Usina de Açúcar Santa Terezinha. Outro ponto mencionado pelo historiador que chama bastante à atenção é o de que, além de Iguatemi, a Usina Santa Terezinha teria também uma grande representação para o município de Maringá, visto que a renda proveniente das atividades da mesma (considerando o IPTU e ISS) teriam grande impacto positivo na arrecadação do município.

Assim, a economia passou a girar em torno das atividades da Usina Santa Terezinha, contudo, segundo João Laércio, outra instalação também era considerada importante na época: O Posto de Atendimento Agropecuário do Estado do Paraná, que posteriormente, se transformaria no que hoje em dia é a Fazenda Experimental da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Desta forma, o distrito de Iguatemi cresceu com o passar do tempo, o que fez com que o mesmo começasse a fomentar o ideal de emancipação. João Laércio cita o aumento da representatividade política do distrito, que nas últimas eleições elegeu pela primeira vez em sua história dois candidatos à vereadores. O historiador conta que vê o distrito como um lugar “*muito interessante*”, com uma “*dinâmica própria*” que faz com que muitos moradores de Maringá vendam suas propriedades, para residirem em Iguatemi. A tranquilidade também é citada como um aspecto a ser considerado, no que diz respeito ao distrito. Segundo João Laércio, apesar de já haverem sido noticiados casos de violência em Iguatemi, se comparada à Maringá este número poderia ser considerado pequeno.

Segundo João Laércio, a tendência que conduz à emancipação de Iguatemi como distrito e a transformação do mesmo em município pode ser considerada uma questão de tempo. De acordo com o mesmo, a “*pujança econômica*” do lugar é maior do que em muitos municípios já emancipados há tempos, na região. Todavia, argumenta que para que isso

aconteça será necessária uma negociação bem elaborada com o município de Maringá, para que não haja prejuízos para os dois lados, já que, devido às grandes somas pagas pelo comércio local aos cofres maringaenses, em especial as pagas pela Usina Santa Terezinha por exemplo, iriam representar um impacto considerável na economia de Maringá.

Ao abordar as questões territoriais, João Laércio assinala que apesar de ser distrito de Maringá, Iguatemi está mais próximo do município de Mandaguçu, ou seja, mesmo sendo distrito de Maringá, os 14 quilômetros que separam Iguatemi desta, configuram uma distância significativa em termos de acesso.

Na opinião do historiador, no futuro o desenvolvimento urbano local fará com que o município de Maringá cresça, fazendo com que a urbanização chegue a fazer com que as fronteiras entre ele e o distrito de Iguatemi sejam imperceptíveis. Todavia, pondera que as propriedades rurais que se localizam no percurso entre Maringá e Iguatemi, onde destaca-se a Vila São Domingos que também pode ser considerada como de grande relevância para o Município, dão uma demonstração de que esta infraestrutura urbana pode demorar a chegar à Iguatemi.

Figura 1 - Posição Geográfica de Iguatemi



Fonte: Google Earth (2017). Adaptado pelo autor.

Em relação à história da colonização de Maringá, João Laércio menciona a produção do espaço voltada ao lucro imobiliário e a forma de projeto da cidade, que desde o

zoneamento inicial buscou a separação dos bairros, reservando espaços para as pessoas mais pobres, como no caso da Vila Operária. Posteriormente, com a chegada dos recursos e da infraestrutura ao local, a então Vila Operária, ou Zona 3 passou a ter o seu espaço valorizado, o que fez com que as pessoas de poder aquisitivo menor fossem novamente direcionadas a espaços mais baratos, onde dá o exemplo do Jardim Alvorada, nascido como um projeto popular de habitação.

João Laércio denomina a cidade de Maringá como “*historicamente, uma cidade feita de expulsões*” ou “*muito ingrata para com aqueles que ganham menos*”. Nesse contexto, o historiador inclui o distrito de Iguatemi como uma dessas “*áreas de escape*”, onde pessoas que não possuem condições de adquirir propriedades em Maringá, optam por morar Iguatemi, devido ao preço da terra no distrito ser mais acessível.

Figura 2 - O Distrito de Iguatemi



Fonte: Google Earth (2017). Adaptado pelo autor.

O fato da terra possuir um preço mais acessível, inclusive, fomentou uma discussão a respeito da preferência pelos mesmos, no que diz respeito à construção de empreendimentos financiados por programas do governo, como o PMCMV, por exemplo. Questionado a respeito da sua opinião sobre a preferência de tais empreendimentos por locais mais distantes em relação ao centro da cidade, João Laércio assinala que o fato do preço ser mais acessível é sem dúvida o mais evidente. Aliado a isso, assinala que o intuito de empreendimentos desse

tipo no local está relacionado também com a resolução da questão da moradia no distrito de Iguatemi, uma vez que, apesar de alegar não possuir tais dados, o historiador entende que muitas pessoas moram em Iguatemi em casas alugadas, sendo beneficiadas por tais políticas habitacionais.

Para João Laércio, esse fato também serve como demonstração da capacidade de Iguatemi como “alívio social” do município de Maringá, já que existem áreas na cidade, “*que estão reservadas pelo capital, dentro de uma estratégia de valorização*”. O entrevistado defende a ideia de que “*ocupar uma área central (Maringá) e uma área na ponta (Iguatemi)*” seria uma estratégia de valorização por parte de construtoras da cidade, elegendo o setor do comércio imobiliário como o de maior destaque da cidade, uma vez que compreenderia uma cadeia de operações muito extensa, como a da construção civil.

Por fim, João Laércio cita as questões de segregação simbólica por parte da população de Maringá em relação à população de Iguatemi. Segundo o mesmo, há uma opinião por parte dos habitantes de Maringá, de que os residentes do distrito sejam considerados como de “*segunda categoria*” em termos de representatividade, se comparados à estes indivíduos que moram nas regiões mais próximas de Maringá, em função da distância que separa o distrito do município, portanto, não participando do dia-a-dia de Maringá. Embora não seja generalizada, essa impressão, contudo “*é forte e ela existe*” segundo as palavras de João Laércio. O mesmo acredita inclusive, que a própria população de Iguatemi tenha uma visão muito particular de si mesma e de Maringá, o que poderia ensejar novas pesquisas.

5.2 O CONDOMÍNIO RESIDENCIAL IRAJÁ

O local onde se desvelará a análise proposta no presente trabalho é o Condomínio Residencial Irajá, localizado no distrito de Iguatemi, empreendimento verticalizado, dividido entre 108 moradias, com uma média de 43 m² de espaço em sua maioria e realizado a partir dos investimentos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), sendo construído pela construtora Brassul.

O Condomínio Irajá é um exemplo de alteração no espaço urbano em que atuaram conjuntamente o governo e empresas privadas. Segundo a informação disponibilizada na página do sítio eletrônico da Prefeitura do Município de Maringá, o número de moradores do conjunto, estimado no momento da sua inauguração se considerada a média de habitantes por

residência no distrito de Iguatemi, que é de 3,24 pessoas por residência (MARINGÁ, 2017), é de aproximadamente 350 pessoas, o que demonstra um aumento de aproximadamente 5,02%, na população total do distrito de Iguatemi.

De acordo com a posição geográfica dos edifícios do Conjunto Residencial Irajá, verifica-se que o mesmo está em região afastada ao centro do distrito de Iguatemi, assim, como da cidade de Maringá (aproximadamente 14 km), podendo ser possível admitir que o mesmo ocupe uma posição marginalizada, ou seja, ficando às margens da região central do território em que se insere. Além disso, questiona-se a existência e eficiência dos serviços prestados, bem como ao acesso aos moradores dos conjuntos. A esse respeito, é necessário considerar também os aspectos subjetivos de como é a postura e as vivências de tais moradores, onde em seu cotidiano, enfrentam dificuldades de acesso às áreas mais estruturadas da cidade. Sem uma fase mais estruturada de análise e sem as percepções do pesquisador, não se evidenciará aqui, comentários pertinentes as fases posteriores da pesquisa, uma vez que, o presente trabalho tem como objetivos compreender como se constroem os processos de Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização (T-D-R), vivenciados pelos moradores do conjunto residencial Irajá, e vizinhança, a partir da intervenção de políticas públicas na produção do espaço local.

Figura 3 - Conjunto Residencial Irajá e Albino Meneguetti



Fonte: Ramos (2015, p. 130). Adaptado pelo autor.

5.3 A DEFINIÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

A partir de relatos de pessoas que residiam em locais próximos ao Conjunto Irajá, formou-se o interesse em compreender se as concepções acerca do local poderiam ser evidenciadas por meio da realização de uma pesquisa acadêmica.

Para buscar esclarecer sobre estas e outras questões mais, entende-se como necessário compreender algumas fases que antecederam e que acompanharam a realização da presente pesquisa. Dentre elas, destacam-se a pesquisa realizada anteriormente pelo pesquisador, a qual versava sobre obras do PMCMV em Maringá, que deram origem à construção do Condomínio Irajá, além da realização de outras pesquisas, transformadas em artigos ou relatos etnográficos que forneceram a oportunidade de obter um maior conhecimento, ainda que inicial, da vivência e da rotina dos indivíduos que habitavam o Residencial Irajá.

Como já mencionado acima, o elemento motivador inicial para a presente pesquisa surgiu de conversas informais com moradores da região. Isso se deu em função da opinião que era evidenciada por estes indivíduos sobre o local. O preconceito dos antigos moradores do local, pautava-se na origem dos novos moradores que passaram a ocupar os apartamentos e casas de duas construções realizadas por meio do Programa Minha Casa Minha Vida; o Conjunto Habitacional Albino Meneguetti e o Condomínio Residencial Irajá. Segundo relatos dos moradores, a justificativa para o preconceito se devia ao aumento da violência no Distrito de Iguatemi, desde a inauguração de ambos os conjuntos – em setembro de 2011. Era perceptível que nos relatos dos moradores estavam implícitas e às vezes explícitas, questões ligadas à vinda de muitas pessoas de fora do distrito de Iguatemi, que foram contempladas pelo Programa Minha Casa Minha Vida, e passaram a residir em dois conjuntos específicos: O Conjunto Residencial Albino Meneguetti e o Condomínio Residencial Irajá.

A partir disso, perscrutar a procedência dos fatos e as relações destes moradores “tradicionais” com os “recém-chegados” passou a ser uma questão que se formulou como possível de ser compreendida, por meio do contexto acadêmico.

Além disso, no decorrer da pesquisa, após definido o objeto de estudo obteve-se o ensejo de realizar outras pesquisas, principalmente ligadas aos trabalhos finais de disciplinas, que deram ensejo à produção de artigos que tiveram a sua temática voltada ao presente contexto de pesquisa, tendo em vista a incorporação de conhecimentos que poderiam surgir na prática. Assim, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com moradores do conjunto

Irajá nos períodos de agosto de 2016, onde buscou-se obter informações a respeito do cotidiano dos indivíduos residentes no Condomínio Residencial Irajá e posteriormente, no período de maio a julho de 2017, foram realizadas novas entrevistas, com o acréscimo de algumas técnicas relacionadas à pesquisa etnográfica, sendo elas, a observação participante e não participante.

Além disso, foi realizada também, uma pesquisa junto aos produtores imobiliários do local no mês de janeiro de 2017, onde fora buscado compreender como se desenvolvem as questões de valorização do espaço urbano em Maringá e no distrito de Iguatemi, além das relações desta com o governo do PMCMV.

5.3.1 A Aproximação ao campo de estudo

A partir das informações obtidas em pesquisas realizadas anteriormente, pode-se estabelecer contato com alguns moradores do local de pesquisa, o que viabilizou o processo de retorno ao campo na fase de coleta de dados da presente pesquisa. Além disso, entende-se que a presença do pesquisador no campo em mais de uma oportunidade, de tempos em tempos, auxiliou na convivência do mesmo com os moradores, uma vez que a sua presença passou a ser, se não considerada familiar, não mais estranha.

Destaca-se a permissão e intervenção do síndico do Condomínio que, em mais de uma ocasião e principalmente nas primeiras visitas ao local, concedeu permissão ao local e até mesmo, fez o convite aos moradores via telefone ou pessoalmente, para que participassem de uma pesquisa realizada para a conclusão de uma das disciplinas do mestrado, no mês de agosto de 2016, data da primeira visita do pesquisador ao local. Nas visitas seguintes sua intervenção foi mínima, uma vez que o acesso por parte do pesquisador se deu de forma mais natural e a abordagem dos moradores para a realização da pesquisa ocorreu pessoalmente, onde moradores que estavam no pátio, ou nas portas dos blocos e que tinham disponibilidade, eram convidadas a participar da pesquisa.

De forma geral, as visitas para a coleta de dados para as pesquisas que antecederam a esta, eram feitas em dias e horários alternados, sem que houvesse um padrão. Isso se deu em função de que tais visitas estavam vinculadas à um processo de observação participante, onde o contexto de pesquisa não envolvia questões pré-determinadas, estando pautado na observação e no diálogo livre junto aos moradores, apesar do amparo do referencial teórico, ao qual era relacionado às falas dos mesmos, a partir dos relatos. A coleta de dados para a

dissertação, por sua vez, se iniciou nos meses de maio, junho e julho de 2017, concomitantemente a elaboração de um ensaio etnográfico, como requisito para a conclusão de outra das disciplinas cursadas como requisito para a conclusão do mestrado.

Além dos diálogos obtidos junto aos moradores, foram entrevistados dois representantes da prefeitura de Maringá, sendo eles o responsável pelo setor de patrimônio histórico do município, o historiador João Laércio Lopes Leal; e o diretor de habitação de Maringá, o arquiteto Celso Márcio Lorin. A ambos foram feitas questões relacionadas a produção do espaço urbano na cidade de Maringá, além de outros assuntos que versam sobre parte da história do distrito de Iguatemi, bem como sobre a produção e o mercado imobiliário no município.

5.3.2 A construção dos objetivos de pesquisa

A partir das visitas realizadas anteriormente e das construções teóricas relacionadas aos conceitos de espaço urbano, territorialização, desterritorialização e reterritorialização, bem como as suas relações conjuntas com as iniciativas do PMCMV no distrito de Iguatemi, definiu-se então como objetivo geral do presente trabalho, o de *“Compreender como ocorreram os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (T-D-R) dos moradores, a partir da produção do espaço urbano ocasionada por investimentos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), no Condomínio Residencial Irajá no distrito de Iguatemi, no município de Maringá-PR”*; foram elaboradas questões de pesquisa, para melhor atender ao objetivo proposto, com a função principal de um melhor direcionamento, facilitando a compreensão a respeito do tema. São estas:

- a) *De que maneira o Programa Minha Casa Minha Vida influenciou na vivência dos moradores do distrito de Iguatemi, mais precisamente no Conjunto Residencial Irajá?*
- a) *De que forma os residentes do Conjunto Residencial Irajá estão construindo os movimentos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, a partir da produção do espaço urbano no local?*

No entanto, entende-se que uma pesquisa bibliográfica, tendo por base somente os dados oficiais disponibilizados pelos órgãos governamentais, veículos de comunicação e até mesmo de pesquisas acadêmicas já realizadas, não seriam suficientes para responder e

delimitar o caminho até os objetivos propostos. Deste modo, a seguir são apresentados outros instrumentos de coleta de dados e as características gerais da pesquisa.

5.4 CARACTERÍSTICAS GERAIS DA PESQUISA

Além do aporte teórico estudado e no qual procurar-se-á empregar no presente estudo, definindo como elemento norteador das concepções do pesquisador no que diz respeito ao seu posicionamento, julga-se necessário que o desenvolvimento do trabalho ocorra a partir de algumas características que melhor se adequam à sua natureza, assim como a busca pelos dados, de maneira a responder as questões propostas.

Assim, entende-se que para alcançar adequadamente aos objetivos propostos, é necessário que sejam definidas condições que melhor se enquadrem ao trabalho desenvolvido, tanto no que diz respeito à busca das obras que compõe o referencial teórico, quanto à forma na qual os dados foram coletados, selecionados e posteriormente, analisados.

5.4.1 A abordagem de pesquisa

Tendo como base as características gerais da presente pesquisa e considerando que na presente pesquisa buscar-se-á capturar e compreender, além dos dados oficiais, as impressões dos indivíduos acerca das questões pesquisadas, considera-se que a abordagem qualitativa venha a ser a mais adequada para a presente pesquisa.

Tal afirmação justifica-se tendo como base a afirmação de Vieira (2004, p. 17) onde o mesmo assinala que “A pesquisa qualitativa pode ser definida como a que se fundamenta principalmente em análises qualitativas, caracterizando-se, em princípio, pela não-utilização de instrumental estatístico na análise dos dados”.

De acordo com Denzin e Lincoln (2006, p. 17) a pesquisa qualitativa pode ser considerada “uma atividade situada que localiza o observador no mundo. Consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo.” Deste modo, a escolha de uma abordagem feita de forma qualitativa se traduz em função da busca por aspectos inerentes aos residentes na região pesquisada, expressos de forma objetiva, de acordo com a vivência dos mesmos, nos processos de territorialização, desterritorialização e territorialização dos moradores advindos das cidades vizinhas, e também daqueles que já residiam no local, ao

depararem-se com as mudanças ocorridas em seu território, bem como as visões de mundo inerentes ao contexto e universo pesquisados.

Assim, acredita-se que seja importante salientar que, por meio de métodos qualitativos de pesquisa, é possível obter não somente aspectos objetivos, mas também aqueles de ordem subjetiva, que se expressam por meio da entonação de voz, expressões faciais, sentimentos e relatos dos indivíduos participantes da pesquisa. Além disso, de acordo com Mozzato e Gryzbovski (2011), na pesquisa qualitativa, o investigador é o elemento principal da pesquisa e o maior interesse está no processo e não nos resultados.

5.4.2 Instrumentos de coleta, produção e categorização de dados

Visando responder as questões de pesquisa do presente trabalho, entendeu-se como importante demonstrar quais as fases do processo, bem como os elementos metodológicos a serem utilizados na busca da resposta de cada uma das questões de pesquisa.

Sendo assim, para responder à questão a respeito “*De que maneira os investimentos do Programa Minha Casa Minha Vida, influenciaram na vivência dos moradores do distrito de Iguatemi, mais precisamente no Conjunto Residencial Irajá?*”; foi realizado um levantamento de materiais secundários que possam atender a tal propósito, sendo a sua pesquisa realizada por meio de consultas bibliográficas.

Além disso, lançou-se mão do uso de entrevistas semiestruturadas, as quais foram utilizadas também para responder à questão seguinte, a respeito “*de que forma os residentes do Conjunto Residencial Irajá, estão construindo os movimentos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, a partir da produção do espaço urbano no local?*”, sendo as impressões e relatos dos moradores transcritos na íntegra, podendo assim, a pesquisa ser classificada como descritiva.

De acordo com Gaskell (2002, p. 64) “A compreensão dos mundos da vida dos entrevistados e de grupos sociais especificados e a condição *sine qua non* da entrevista qualitativa.” Deste modo, justifica-se a escolha do instrumento para a presente pesquisa, em função das condições do mesmo de oportunizar uma melhor compreensão acerca dos entrevistados, sendo os seus relatos posteriormente relacionados com as perspectivas teóricas abordadas no trabalho. O critério de seleção dos entrevistados pautou-se na disponibilidade dos moradores para responderem o questionário durante a visita do pesquisador ao campo de pesquisa.

As entrevistas foram realizadas de forma oral, com o auxílio de gravadores para auxiliar no processo de captação das impressões dos entrevistados, com o consentimento dos mesmos, que foram anteriormente consultados a respeito das gravações. Ressalta-se que aos sujeitos entrevistados na pesquisa serão atribuídos nomes fictícios, mantendo em sigilo os verdadeiros nomes destes por razões éticas e de segurança dos mesmos. Posteriormente, a terceira etapa foi a das análises e da interpretação dos dados obtidos no campo, listados na segunda fase do processo, onde utilizou-se o método da análise interpretativa de dados qualitativos.

De acordo com os conceitos de territorialidade, territorialização, desterritorialização e reterritorialização construídos de acordo com Haesbaert (2007b), procura-se estabelecer no presente estudo possíveis dimensões de análise, as quais serão analisadas de acordo com os relatos dos moradores entrevistados no Condomínio Residencial Irajá.

Quadro 2 - Dimensões de análise

Conceito	Definição do conceito	Conceito aplicado na pesquisa
Territorialização	O processo de identificação e apropriação de um ou mais territórios por parte dos indivíduos, ou grupos de indivíduos.	Movimento de apropriação do espaço urbano no condomínio, pelo qual os moradores realizam ao territorializarem o espaço do Condomínio.
Desterritorialização	O movimento de saída de um indivíduo ou grupo de indivíduos de um determinado território, seja fisicamente ou por perda de significados.	Forma na qual os moradores entrevistados compreendem a saída ou perda de território, ou seja, compreendem a troca do seu antigo local de moradia, pelo Condomínio Irajá.
Reterritorialização	O mecanismo de readaptação dos indivíduos à um novo território, ou a um mesmo território que fora modificado por algum fator específico, causando-lhe mudanças físicas, espaciais ou simbólicas.	Maneira pela qual os moradores do condomínio estão se readaptando ao novo território, desenvolvendo uma nova territorialidade em um novo local de vivência.

Fonte: Adaptado pelo autor de Haesbaert (2007b).

5.5 ANÁLISE DOS DADOS

Tendo em vista as características da pesquisa, busca-se efetuar a análise dos dados por meio do método da análise interpretativa de dados qualitativos (FLORES, 1994). Todavia,

para que seja realizada uma descrição de tal método, julga-se pertinente compreender, em primeiro plano, o conceito de dados na presente pesquisa, assim como a forma em que se desvelará a análise dos mesmos.

5.5.1 O conceito de dados

Segundo Flores (1994), os dados são conceituados por diferentes pesquisadores de áreas distintas. De acordo com Flores (1994), Bacon propõe que os dados são as manifestações aparentes aos nossos sentidos, o que vemos, ouvimos, ou seja, fruto da experiência simples e não da especulação. Correntes como o empirismo, tratam o dado como as propriedades realidade as quais o homem tem acesso, mais ou menos direto, de acordo com a sua percepção.

No caso dos empiristas indutivos, por exemplo, o dado é a base de uma racionalização que pode atuar como prova para apoiar a veracidade de uma teoria, o que dá origem ao pressuposto de que aos dados competia o papel de proporcionar a base empírica para o estabelecimento dos graus de probabilidade de uma teoria, o que seria o mesmo que dizer que, ainda que o conhecimento científico não seja um conhecimento provado, pode-se estabelecer um nível de probabilidade de que ele seja verdadeiro (FLORES, 1994).

Contudo, de acordo com Flores (1994, p. 15), Popper, por intermédio do “falsacionismo” aponta uma mudança neste contexto ao propor que os dados não poderiam chancelar uma determinada teoria como verídica, mas, ao contrário, seriam os responsáveis por refutá-la. Por isso, entende-se que um pressuposto teórico poderia ser considerado provisoriamente aceito até que fosse refutado por dados. Assim, abre-se o espaço para a construção de um conceito de dados que parte da suposição e da experiência especulativa do indivíduo (FLORES, 1994).

Mais adiante, ao versar sobre a posição fenomenológica dos dados, Flores (1994), destaca a posição questionadora da mesma sobre a percepção do indivíduo ser ou não considerada como parte integrante do mundo real. Assim, os dados ganhar conotação interpretativa, proveniente da interpretação da realidade por parte de cada indivíduo (FLORES, 1994).

A partir disso, soma-se ao conceito de dado a influência de instrumentos e da interação do pesquisador com os mesmos. Ou seja, cabe ao pesquisador entrar em contato com o contexto em que se produzirá o dado e registrá-lo como algo durável, uma vez que,

segundo Flores (1994, p. 15) “uma conduta ou um objeto presentes no campo de estudo não serão úteis se não são registrados e comunicados por meio de alguma forma de linguagem” então, para serem úteis, faz-se necessário que os dados sejam registrados a partir de alguma forma de linguagem. A isso, denomina de dados educativos.

Ao contrário do que o nome sugere (dado), não é algo facilmente acessado. Para Flores (1994) é necessária uma postura ativa do pesquisador a partir de um processo de elaboração do conteúdo a ser considerado dado. Desta forma, entende-se que o dado não é o fenômeno ou as realidades estudadas em si mesmas, mas a interpretação destas pelo pesquisador e os meios de suporte e comunicação ao qual elas são analisadas. “Portanto, o dado é de fato inseparável do processo que o registra e do meio que o comunica” (FLORES, 1994 p. 15). Este registro, segundo o autor, pode ser efetuado por meio de números e diferentes instrumentos de linguagem. Dados educativos, sob o ponto de vista de Flores (1994) correspondem a elaborações feitas pelo pesquisador aliadas aos processos de registro e comunicação utilizados por ele.

Deste modo, pode-se compreender que no processo de coleta de dados, o pesquisador deve desempenhar um processo de produção dos dados, de modo a expressar uma elaboração conceitual a partir da interpretação da realidade. Todavia, em algumas ocasiões os dados são produzidos pelos sujeitos da pesquisa, dando a entender que a forma como são captados faz parte das elaborações do pesquisador. Deste modo, de acordo com o objeto de pesquisa, vincula-se a forma de coleta de dados e as estratégias do pesquisador para compreendê-los (FLORES, 1994).

Influenciando as concepções do pesquisador, a posição teórica do mesmo ocupa uma posição de destaque no processo de coleta de dados. A respeito disso, Flores (1994, p. 18), assinala que “as concepções teóricas não somente influenciam no modo de explicar ou interpretar dos dados, mas determinam o que vamos considerar ‘dado’; informações que de uma perspectiva podem ser consideradas dados, poderiam ser ignoradas a partir de outra”. Assim, pode-se conceber a ideia de que o conceito de dado estaria subordinado ao embasamento teórico do pesquisador, bem como às características da pesquisa.

5.5.2 A análise dos dados qualitativos

Como já mencionado anteriormente, na presente pesquisa, parte-se do pressuposto de que os dados não possuem forma nem valor definido. Assim, é necessário encontrar

significados para os mesmos a partir de sua análise, em todas as etapas da coleta e produção dos mesmos (FLORES, 1994).

O conceito de análise, para Flores (1994) está relacionado ao conceito de pensamento e à comparação de modelos aplicados à realidade. Ou seja, o ato de analisar pode ser compreendido como a definição de componentes (ou categorias) enquanto partes de um todo, separá-las e investigar suas relações entre si e entre o todo, buscando uma forma de redução ou sintetização da ideia do todo. Em outras palavras, pode-se considerar o processo de análise como a elaboração de modelos conceituais explicativos da realidade, com o objetivo de compreender o todo (FLORES, 1994).

A análise dos dados é parte integrante de qualquer processo de investigação, apesar dos variados enfoques e paradigmas de pesquisa, sendo, inclusive, empregada tanto em dados materiais, quanto conceituais. Desta maneira, ao se conceituar análise, entende-se como importante assinalar que o processo de análise pode ocorrer em muitas ocasiões, como um processo intuitivo, flexível e espontâneo por parte do pesquisador na busca de definir um sentido para os dados coletados. Deste modo, o termo “análise” ora empregado, não condiz somente com os estágios finais da pesquisa, mas durante todo o seu transcorrer (FLORES, 1994).

Em pesquisas onde se utilizam diários de campo, por exemplo, as anotações feitas no intuito de expressar as opiniões, sensações e sentimentos do pesquisador, podem ser tomadas como exemplo de análises feitas no decorrer da pesquisa, o que vem rechaçar a ideia de que a fase de análise estaria estaticamente vinculada às fases finais da mesma, uma vez que, no campo de estudos, até mesmo no momento da coleta, podem surgir novos dados que suscitem novas hipóteses, que por sua vez, poderão implicar em alterações no planejamento inicial da pesquisa, demandado inclusive, novas formas de analisar os dados emergentes.

A partir disso, pode-se conceber que ainda que cada fase da pesquisa possa ser estudada de maneira separada das demais, a ideia do todo, ou seja, o seu caráter unitário deve ser sempre recordado. A esse respeito, Flores (1994, p. 36) assinala que:

O tipo de problema de investigação que se planteie, implica em um modo de conceituar o objeto de estudo a que se refere. De alguma maneira, nele vão implícitos o tipo de dados que necessitados e as estratégias analíticas adequadas para a sua resolução (FLORES, 1994, p. 36).

Por esta afirmação, pode-se compreender que até mesmo a definição das questões de pesquisa influencia na forma em que será contextualizado os objetos de estudo, bem como a

forma em que os dados serão recolhidos e analisados, já que, também se entende que, como o mencionado anteriormente, de acordo com o embasamento teórico a servir como referencial ao pesquisador, se dará o seu posicionamento perante a pesquisa.

Ao considerar os dados como sendo interpretações da realidade a partir da elaboração do pesquisador, em alguns casos, torna-se difícil compreender com clareza, onde termina a coleta de dados e onde começam as análises. Assim, os dados e as teorias, possuem a mesma natureza conceitual, sendo os dados, conceitos de primeira ordem e as teorias, conceitos de segunda ordem, a serem utilizadas para explicar os dados (FLORES, 1994).

No tocante ao método de análise qualitativa, Flores (1994) evidencia a ampla variedade de métodos existentes e que são amplamente utilizados, de acordo com a preferência do pesquisador. Assim, não é incomum aceitar a ideia de que para a pesquisa qualitativa não sejam definidos padrões de análise, uma vez que este trabalho varia de acordo com os recursos e as preferências do pesquisador, podendo ser denominado como artístico.

Além disso, há uma escassez de obras que abordam o método qualitativo de análise, o que se somada ao seu caráter interpretativo, pode constituir um elemento complicador para os pesquisadores qualitativos. Segundo Flores (1994, p 39), alguns fatores podem ser elencados como sendo complicadores da tarefa de definição do método, por parte do pesquisador, sendo estes:

- Indefinição dos métodos de análise.
- Importância do componente artístico na análise.
- Pluralidade de enfoques de investigação qualitativa.
- Escasso tratamento da análise na literatura sobre investigação.
- Falta de uma linguagem comum ao falar de análise (FLORES, 1994, p. 39).

Grande parte das críticas relacionadas à credibilidade na pesquisa qualitativa, provém do fato de que há um teor de privacidade ou de pessoalidade nos métodos de análise, aliados ao registro de dados realizado de maneira pouco detalhada. Isso, fez com que alguns pesquisadores se esforçassem por delimitar formas mais rigorosas e sistematizadas de análise de dados. Isso, por sua vez, foi alvo de críticas de outros pesquisadores qualitativos, que alegaram que ao definir padrões rígidos de análise poder-se-ia implicar em algo prejudicial ao processo de análise, por julgarem necessário o caráter intuitivo na pesquisa (FLORES, 1994).

5.5.3 O método da análise interpretativa

Apesar de não haver um método definido como estritamente qualitativo, ou que possa ser designado como indicado para a pesquisa qualitativa, ficando a escolha dos procedimentos metodológicos à cargo do pesquisador, destaca-se o método da análise interpretativa de dados qualitativos, a ser utilizado como instrumento de análise na presente pesquisa.

O método de análise interpretativa de dados qualitativos, segundo Flores (1994), não recorre a técnicas estatísticas de análise de dados, focando-se em preservar sua forma escrita ou verbal, tendo em vista a compreensão da realidade, porém, situando-se em uma posição que destaca o rigor metodológico, podendo ser reaplicável, afastando-se das tradicionais soluções individuais, baseadas na intuição e nas experiências pessoais.

Utilizou-se do método das análises interpretativas, para a definição de categorias que serão extraídas dos relatos dos moradores do Conjunto Residencial Irajá, bem como das entrevistas realizadas com os dois representantes da prefeitura do município de Maringá.

Na leitura inicial, os dados são capazes de auxiliar ao pesquisador, no sentido de obter uma noção a respeito do conteúdo e do direcionamento para a análise (FLORES, 1994). Todavia, para facilitar o processo de análise dos dados, Flores (1994) julga importante segmentar o texto em unidades temáticas, ou seja, fragmentos do texto que passam a constituir as categorias de análise da pesquisa. Ao segmentar um texto poderão surgir, a partir de um mesmo trecho, distintas categorias a se sobreporem entre si (FLORES, 1994).

Quadro 3 – Entrevistados Condomínio Residencial Irajá

Nome	Idade	Profissão	Nº Pessoas no apartamento
Luan	27	Encarregado operacional	3
Anderson	33	Mecânico	3
Joaquina	32	Trabalho externo	4
Camila	36	Trabalho externo	3
Paulo	75	Zelador	2
Aparecida	67	Aposentada	2
Nilton	74	Aposentado	2
Mauro	81	Aposentado	2
Joana	75	Recebe amparo saúde	2
Luzia	68	Aposentada	2
Gilda	66	Aposentada	2

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Para o presente estudo foram entrevistados dois grupos de indivíduos, tendo como objetivo responder às questões propostas na presente pesquisa. No primeiro grupo, representado pelo Quadro 3, elencou-se os indivíduos entrevistados no Condomínio Residencial Irajá, no intuito de compreender como se desenvolvem as perspectivas de territorialização, reterritorialização e desterritorialização (T-D-R), dos mesmos, em meio a um novo contexto vivencial, ou seja, visando atender à segunda questão de pesquisa do presente estudo.

O segundo grupo de entrevistados, corresponde aos sujeitos de pesquisa que estão vinculados ao poder público, representado pela Prefeitura Municipal de Maringá.

O primeiro deles, o historiador chefe do patrimônio histórico de Maringá, o Sr. João Laércio Lopes Leal, foi consultado a respeito de história e desenvolvimento do Distrito de Iguatemi, bem como o seu crescimento populacional e imobiliário. O segundo representante da Prefeitura de Maringá, o Sr. Celso Marcio Lorin, arquiteto, diretor de habitação de Maringá, foi consultado a respeito das políticas habitacionais em Maringá e o seu cenário atual, sendo realizadas questões inerentes ao PMCMV e ao relacionamento entre os entes governamentais que dão cabo ao planejamento e execução destes empreendimentos. Salienta-se que, ao contrário dos moradores do Conjunto Residencial Irajá, que tiveram seus nomes reais substituídos por nomes fictícios, aos representantes do poder público, foram utilizados seus nomes reais, mediante autorização dos mesmos.

Quadro 4 - Entrevistados Prefeitura Municipal de Maringá

Nome	Cargo
João Laércio Lopes Leal	Historiador – Chefe do Patrimônio Histórico de Maringá
Celso Márcio Lorin	Arquiteto – Diretor de Habitação de Maringá

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

No presente estudo, buscar-se-á definir categorias de análise, de acordo com contexto em que se insere o fragmento extraído dos relatos, que se enquadra em cada uma das perspectivas de análise elencadas na figura 1, ou seja, das dimensões T-D-R.

Além da elaboração de categorias, Flores (1994) aborda uma série de procedimentos a serem adotados nas análises de pesquisas qualitativas, segundo o método da análise interpretativa. Não necessariamente empregados em todas as ocasiões, dadas as

especificidades de cada pesquisa, não obedecendo ordem de execução, podendo ser executadas simultaneamente. De acordo com Flores (1994, p. 46), podem ser esquematizadas, de forma geral, as seguintes tarefas:

Quadro 5 - Tarefas de Análise Interpretativa de Dados Qualitativos

Fase	Processo executado		
Redução de dados	Separação de elementos	Identificação e classificação de elementos	Agrupamento
Disposição de dados	Transformação e disposição		
Obtenção e verificação de conclusões	Processo para extrair conclusões	Verificação de conclusões	

Fonte: Flores (1994, p. 46).

Na fase de redução de dados, a tarefa de separação dos elementos consiste na definição de unidades de caráter artificial, que podem ser espaciais e temporais e que surgem a critério do pesquisador de acordo com o tema pesquisado (FLORES, 1994).

A tarefa de identificar e classificar os elementos, por sua vez, consiste em examinar unidades de dados para encontrar componentes que possibilitem categorizá-las, de acordo com o seu conteúdo, podendo, para isso, serem atribuídos códigos para cada uma destas categorias. A definição de categorias, passa também, pelo posicionamento teórico ao qual se vincula a pesquisa, geralmente realizadas a partir de guias pré-definidos pelo pesquisador, tais como questionários por exemplo (FLORES, 1994).

Os sistemas de categorização, como já mencionado, cabem ao pesquisador, podendo ser elaborados intuitivamente a partir dos próprios dados. Há ocasiões em que as categorias, por sua vez, passam a ser mais do que parte do processo de análise, onde a sua definição passa a ser parte do processo de análise. Além disso, o processo de categorização pode ocorrer de modo que as categorias previamente definidas sofram alterações de acordo com os rumos da pesquisa e à medida que o pesquisador se familiariza com os dados (FLORES, 1994).

Na fase de disposição de dados, estes são ordenados em conjuntos a partir dos quais será capaz de se extrair conclusões. Na pesquisa qualitativa, nesta fase são empregadas tarefas sobre dados oriundos de registros verbais ou gráficos. Ainda assim, podem ser utilizadas tabelas e planilhas de modo a organizar os dados para facilitar a compreensão dos mesmos (FLORES, 1994).

Na fase de obtenção e verificação de conclusões são utilizados os dados provenientes da pesquisa, de onde foram extraídas as conclusões. Segundo Flores (1994) a análise dos dados pode ser chamada de conceito de segunda ordem, uma vez que são formadas a partir dos dados originais do campo, o conceito de primeira ordem. Nesta fase, emprega-se o processo para extrair conclusões, que são impressões obtidas pelo pesquisador durante toda a fase do processo de coleta de dados, conhecimentos adquiridos por este, em relação ao objeto de estudo.

No método interpretativo, lança-se mão da prática da comparação como instrumento norteador, o que permite delimitar discrepâncias e semelhanças existentes entre as unidades em cada categoria, bem como chegar a descoberta sobre quais são suas propriedades fundamentais. Além disso, a confrontação teórica, a abertura de parâmetros para a aplicação de outras teorias, o uso de analogias e a comparação com trabalhos de outros pesquisadores, também são práticas utilizadas em análises qualitativas (FLORES, 1994). Ainda na fase de conclusão, utiliza-se também, o concurso da verificação de conclusões, de modo a comprovar a confiabilidade das mesmas.

Ao se abordar um processo de análise na pesquisa qualitativa, deve-se levar em conta que não há um processo único para tal, variando de acordo com o pesquisador e os métodos de coleta utilizados. Todavia, de maneira geral, pode-se elencar fases que são seguidas por pesquisadores qualitativos, sendo estes: a leitura ou escuta repetitiva dos áudios dos discursos dos sujeitos; o agrupamento de dados de acordo com determinados pontos temáticos, o que se pode caracterizar como categorização; e as tentativas de conclusões, que se baseiam na presença ou ausência de elementos que constituem relações entre si, denotando tendências ou modelos (FLORES, 1994).

A partir disso, no presente trabalho, buscou-se obter a partir dos fragmentos coletados por meio de entrevistas semi-estruturadas junto aos representantes do município de Maringá e aos moradores do Condomínio Irajá, metacategorias, que tendo em vista o aporte teórico pautado nas obras que abordam os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (T-D-R) dos moradores do conjunto, vinculados à produção do espaço urbano no local, realizado na forma de obras vinculadas à políticas públicas de incentivo à moradia, nesse caso, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), nortearão o presente estudo.

Em outras palavras, busca-se compreender de que forma a atuação do setor público, a partir da construção de um empreendimento financiado pelo PMCMV, impacta na realidade dos moradores residentes no local. Para tanto, definiu-se as seguintes categorias:

Quadro 6 - Codificação e Categorização dos Dados

CÓDIGO	DEFINIÇÃO DA CATEGORIA
MPM	Motivações Para a Mudança
PSE	Percepções Sobre a Estrutura
PSF	Perspectivas Sobre o Futuro
PSL	Percepções Sobre o Local
PSM	Percepções Sobre a Mudança
PSS	Percepções Sobre a Segurança
RVZ	Relacionamento Com a Vizinhança
SBR	Percepções Sobre o Acesso aos Serviços Básicos na Região

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

A partir disso, pode-se definir unidades temáticas que, ainda que não excludentes, podem influenciar na criação de categorias. Nessa pesquisa, as tarefas de análise interpretativa de dados qualitativos, estão representadas pelos seguintes elementos:

Quadro 7 - Metacategorias e Categorias de Pesquisa

METACATEGORIAS	CATEGORIAS DA PESQUISA
Desterritorialização	MPM – Motivações para a Mudança PSM – Percepções Sobre a Mudança
Reterritorialização	PSL – Percepções Sobre o Local RVZ – Percepções Sobre o Relacionamento com a Vizinhança
Territorialização	PSE – Percepções Sobre a Estrutura PSS – Percepções Sobre a Segurança SBR – Percepções Sobre o Acesso aos Serviços Básicos na Região ² PSF – Perspectivas Sobre o Futuro

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Como é possível perceber, a ordem dos conceitos considerados como metacategorias do presente estudo, não seguem a ordem proposta pela sigla T-D-R. Isso se dá em função do fato de que na pesquisa serão apresentadas as categorias de acordo com o que se considera

² Para fins didáticos, na presente pesquisa denomina-se Serviços Básicos o conjunto de infraestrutura, equipamentos e serviços públicos disponíveis no local.

mais pertinente no que diz respeito à ordem em que tais processos ocorrerem no campo de pesquisa.

Na presente pesquisa, considerou-se que: a) os entrevistados que são moradores do Condomínio Residencial Irajá tiveram que enfrentar os processos de desterritorialização no ato da mudança de suas antigas moradias para o Irajá; b) readaptaram-se ao novo contexto vivencial na nova moradia; e c) passaram a construir suas territorialidades e a territorializarem o espaço no local. Desta forma, a ordem de discussões apresentada no capítulo de análise de dados, será a mesma apresentada no quadro 7.

Além da definição de metacategorias e de categorias, Flores (1994) versa sobre a constituição de grupos de indivíduos, nos quais serão separados os indivíduos participantes da pesquisa, a partir de elementos pré-definidos. Deste modo, na presente pesquisa, organizou-se o agrupamento dos indivíduos, a partir de dois fatores, sendo estes a idade e a ocupação.

Quadro 8 - Agrupamento de Unidades

GRUPO 1	Indivíduos com idade até 30 anos, que possuem ocupação externa e moram com a família
GRUPO 2	Indivíduos com idade entre 30 e 45 anos, que possuem ocupação externa e moram com a família
GRUPO 3	Indivíduos com idade acima de 60 anos, que possuem ocupação externa e moram com a família
GRUPO 4	Indivíduos com idade acima de 60 anos, que não possuem ocupação externa e moram com a família

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Tal agrupamento se apresenta desta forma, a partir do intuito de analisar as concepções inerentes à faixas de idade, e principalmente, de tempo de permanência no Condomínio e, além disso, compreender se tais aspectos poderiam explicitar determinadas tendências relacionadas ao posicionamento dos moradores no que diz respeito às diferentes questões da pesquisa. Importa salientar que o agrupamento acima fora originado a partir dos entrevistados da pesquisa, ou seja, não foram utilizados quaisquer métodos de separação ou de seleção de relatos tendo em vista o enquadramento em qualquer um dos grupos acima, mas ao contrário, o agrupamento surge a partir dos perfis de cada um dos moradores entrevistados.

A partir das explanações acerca dos procedimentos metodológicos, apresentar-se-ão no próximo capítulo da presente pesquisa, as análises e a interpretação dos resultados obtidos a partir da coleta de dados, realizadas em visitas ao campo de estudos. Além disso, serão transcritos também, relatos dos representantes do poder público do município de Maringá, que auxiliarão na compreensão dos contextos analisados no presente trabalho.

6. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Na presente seção, serão analisados os dados primários e secundários coletados, visando responder ao problema de pesquisa proposto da introdução do presente estudo. A partir dos dados coletados no campo de pesquisa, buscar-se-á a apresentação do desenvolvimento do distrito de Iguatemi e o estabelecimento de relações entre os conceitos de produção do espaço urbano a partir da intervenção de programas habitacionais do governo federal, especificamente o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) no local, bem como a compreensão dos conceitos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (T-D-R) no Conjunto Residencial Irajá.

6.1 OS SUJEITOS DA PESQUISA

O processo de aproximação dos indivíduos entrevistados na presente pesquisa não se deu em uma única ocasião. Conforme o mencionado no capítulo anterior, foram realizadas incursões prévias ao campo, visitas anteriores que serviram tanto como reconhecimento, como fonte de coleta de dados para outras pesquisas, realizadas anteriormente. Ao todo, foram realizadas três visitas ao campo, sendo a primeira delas no mês de agosto de 2016, seguindo-se de um período de observação participante, que ocorreu entre os meses de maio e julho de 2017 e posteriormente, de visitas realizadas em dezembro de 2017 e janeiro de 2018. Para a presente pesquisa, optou-se por utilizar os dados coletados nas visitas ocorridas ao longo do ano de 2017, por apresentarem um roteiro de entrevistas melhor elaborado, que atendia as aspirações da pesquisa.

Para melhor compreender os aspectos subjetivos presentes nas falas dos indivíduos e suas possíveis relações com os demais entrevistados, elaborou-se categorias tendo como base algumas informações pessoais dadas pelos mesmos, as quais poderiam auxiliar no processo de compreensão de fatores que poderiam influenciar nas análises dos dados, sendo estes, o sexo, a idade, a profissão/ocupação e a quantidade de pessoas residentes nos apartamentos. Os nomes dos entrevistados, foram substituídos por outros, de origem fictícia, para a preservação do anonimato dos mesmos.

Além disso, julga-se pertinente realizar uma breve apresentação dos entrevistados, para auxiliar na compreensão de relatos que possam ter origem, ou serem influenciados por experiências de vida individuais, de cada um dos moradores.

6.1.1 Os indivíduos por trás dos dados: os moradores do Conjunto Residencial Irajá

A pesquisa qualitativa, segundo Denzin e Lincoln (2006), consiste em práticas interpretativas que dão visibilidade ao mundo. Dito isso, considerando essa afirmação, vinculada à abordagem metodológica de pesquisa, aliada ao instrumento de coleta de dados (entrevistas semiestruturadas), bem como à maneira pela qual serão analisados os dados da pesquisa, a partir do método interpretativo de análises qualitativas, entende-se como importante considerar os indivíduos participantes da pesquisa não somente como “dados”, sem atribuir-lhes uma individualidade capaz de exprimir suas opiniões, mas buscar as possíveis causas ou aspectos que influenciaram em relação às mesmas.

Ainda que se entenda não ser possível compreender intimamente todos os aspectos do contexto vivencial dos indivíduos, julga-se como importante descrever, a partir de um breve resumo, em qual contexto se inserem cada um deles. Assim, serão destinadas as próximas seções para a apresentação de cada um dos sujeitos da presente pesquisa, aos quais foram atribuídos nomes fictícios, porém a idade e ocupação reais, serão mantidos, uma vez que tais itens correspondem a categorias a serem analisadas, a partir de suas ligações com as perspectivas de T-D-R.

Luan, 27 anos, Encarregado Operacional

Luan mora com seus pais no Condomínio Irajá há aproximados seis anos, tendo morado anteriormente no bairro Solo Rico, localizado também no distrito de Iguatemi por um ano e na cidade de Mandaguaçu, por dois anos. Segundo ele, os pais possuíam cadastro no PMCMV e a motivação para a mudança se deu pelo fato de seus pais não possuírem casa própria e pagarem aluguel. Ao ser perguntado sobre o que havia mudado para ele em si, afirma não ter havido mudança significativa.

Além disso, esclarece que tem preferência por casas ao invés de apartamentos, devido à liberdade que isso permite, dando o exemplo da possibilidade de escutar músicas em volumes mais altos, lavar o próprio carro e reunir-se com amigos, o que segundo ele, o fato de morar em apartamentos restringe. Apesar disso, Luan ressalta que vê os apartamentos como sendo mais seguros do que as casas e afirma que, de forma geral, gosta de morar no Residencial Irajá.

Mesmo vendo os apartamentos como locais mais seguros do que as casas, Luan conta o episódio ocorrido com seu pai, que teria tido um dos retrovisores da moto furtado por mais de uma vez. Além disso, assinala que o relacionamento com vizinhos é bom, apesar de alguns incômodos eventuais relacionados a barulho em apartamentos vizinhos. Na concepção de Luan, é mais uma questão de buscar compreensão e ter tolerância com os demais, para manter um bom relacionamento com todos.

Ao ser perguntado sobre possíveis melhorias no local, Luan faz críticas ao atual síndico, assinalando que, em seu ponto de vista, o síndico anterior demonstrava maior preocupação e interesse aos assuntos do condomínio. Sobre as questões de infraestrutura, Luan não vê problema na localização do condomínio, alegando que há ponto de ônibus na frente do local e conta que algumas pessoas que trabalham em Maringá, chegam mais rápido do que outras, que residem em bairros dentro da cidade. Luan não pretende se mudar do condomínio, ao menos por enquanto.

Anderson, 33 anos, Mecânico

Residente há aproximadamente cinco anos no Conjunto Residencial Irajá, Anderson mora em um apartamento juntamente com sua família. Anderson já residia no distrito de Iguatemi, tendo morado desde o nascimento com sua mãe, por um período de aproximados vinte e oito anos, em uma casa que lhes era própria. Anderson passa a residir no Condomínio Irajá a partir do momento em que sua esposa é contemplada com o apartamento, via cadastro no PMCMV.

Anderson trabalha como mecânico e afirma que a mudança para o local foi muito influenciada por questões financeiras, já que como casou-se, ao sair da casa da mãe teria que procurar uma casa de aluguel, o que impactaria na sua renda. Com a contemplação da esposa, a mudança para o Irajá lhe permite economizar.

Apesar disso, quando questionado, Anderson faz críticas tendo como base o que notou durante os cinco anos que reside no Irajá, mas afirma gostar do local, mesmo não o considerando o melhor lugar do mundo para se morar. Anderson não descarta a possibilidade de sair do local assim que tiver condições de comprar uma casa própria, devido à privacidade que isso acrescenta e que o mesmo afirmou não haver no Condomínio Irajá, em função da proximidade dos vizinhos por se tratar de um complexo de edifícios. Contudo, afirma ter um bom relacionamento com os vizinhos.

Além disso, o valor pago pelo condomínio é algo discutível por Anderson, já que, o mesmo afirma que não há estrutura que o justifique, uma vez que o mesmo considera o valor incompatível com a faixa de renda das pessoas que moram no local. Segundo ele, inclusive, o condomínio deveria se responsabilizar por eventuais furtos e problemas de segurança, que já ocorreram com outros moradores.

Joaquina, 33 anos, Trabalho externo

Joaquina mora há aproximadamente dois anos no Condomínio Irajá, tendo chegado de Portugal após um período de dez anos morando na região do Alentejo. Casada com um cidadão português, Joaquina tem cidadania europeia e mudou-se para o Irajá para permanecer próxima a mãe, que também mora no local.

Diferentemente dos demais moradores, Joaquina não é proprietária, algo que fica evidenciado nas suas falas a respeito do condomínio, onde geralmente, as críticas são duras. Pode-se compreender que um dos motivos para que isso ocorra é o de que Joaquina, ao não ser proprietária do apartamento onde reside e por morar a menos tempo do que os demais moradores entrevistados, não tenha construído laços significativos com o local, o que lhe permite uma visão mais crítica a respeito do mesmo e dos problemas nele encontrados.

É possível notar também que as críticas de Joaquina não estão restritas ao Condomínio Irajá, se estendendo ao contexto brasileiro. Pode-se entender que, a partir da experiência vivenciada em Portugal, local onde a mesma considera melhor desenvolvido em termos de estrutura, Joaquina tenha criado um padrão de comparação que difere das experiências dos demais.

Desta forma, apesar de ser brasileira, ao comparar os contextos vivenciados em Portugal e no Brasil, Joaquina se diz desapontada com o Brasil e afirma que pretende retornar o quanto antes à Portugal.

Camila, 36 anos, Trabalho externo

Camila mora há dezessete anos em Iguatemi, dos quais os seis últimos foram no Condomínio Irajá, juntamente com o marido e filho. Na visão de Camila, morar no Irajá é mais prático e cômodo devido à proximidade dos serviços básicos, uma vez que no local onde morava anteriormente, também localizado em Iguatemi, o acesso a esses serviços era mais

difícil por ser mais longe. Além disso, cita também a influência de estar morando em uma propriedade própria e não mais de favor ou tendo que pagar aluguel.

A respeito das questões de relacionamento com os vizinhos, Camila não vê problemas e caracteriza como bom, ressaltando que o maior problema é a intolerância de alguns moradores (pessoas idosas), que reclamam demasiadamente da atividade das crianças. Já, quanto as questões de segurança, salienta que não tem medo algum e que as vezes nem sequer tranca a própria casa à noite, devido à confiança na segurança do local, e que a vizinhança, apesar de reclamar do barulho, auxilia a cuidar da propriedade dos demais vizinhos. Todavia, cita que, ao contrário do clima de segurança que existe no Condomínio Irajá, no restante do distrito de Iguatemi as coisas não estão da mesma forma. De acordo com Camila, várias ocorrências de assaltos têm sido registradas na localidade, tendo essas, aumentado a partir da construção do Conjunto Habitacional Albino Meneguetti, outra obra financiada pelo PMCMV, que se avizinha ao Residencial Irajá. Para Camila, isso se dá devido ao grande número de pessoas de fora de Iguatemi que passaram a residir no local e que passaram a cometer esses delitos.

No que diz respeito à infraestrutura dos apartamentos, Camila critica o tamanho dos apartamentos (43 m²), bem como a qualidade do material utilizado na construção do apartamento por parte da construtora. Além disso, cita que houve economia na compra de material, o que impactou na qualidade da obra. No decorrer do tempo em que mora no Irajá, afirma ter tido que fazer reparos no seu apartamento devido à problemas de estrutura. Inclusive, cita que o marido optou por dispensar os reparos oferecidos pela construtora, apesar de estar dentro do prazo de garantia, por considerar o serviço oferecido como sendo de má qualidade. Segundo Camila, ela e o esposo realizaram as reformas necessárias.

Paulo, 75 anos, Zelador

Residente há seis anos no condomínio, Paulo mora com a esposa e anteriormente, residia também com uma filha, que se casou e há dois anos mudou-se para Curitiba. Antes do Condomínio Irajá, Paulo morou com a família no sítio, na estrada Centenário, localizada na região rural de Maringá e próxima de Iguatemi, por um período de sessenta e um anos. Paulo diz ter uma história longa, ao contar que perdeu os pais aos cinco meses de idade, sendo criado por uma família de amigos. Em 1966, pouco tempo depois da vinda da família para o Paraná, falece o pai adotivo de Paulo, que havia permanecido no Nordeste. Em 1968, falece a

mãe adotiva de Paulo, seguida da morte da irmã adotiva em 1970. De 1970 a 1980, Paulo viveu com um irmão, que morreu em 1980. Após isso, Paulo casou-se com a filha do primeiro casamento de seu cunhado.

Possuindo cadastro desde 1973, Paulo aguardava ser contemplado pelo PMCMV, e apesar de ter pelo sítio onde morava uma certa estima, dada a história que viveu no local, considerava-o precário. Segundo ele, apesar de ter trabalhado como posseiro, recebendo um salário para manter os cuidados da propriedade, não era viável permanecer no sítio, pois as despesas com manutenção de seu carro, devido ao terreno íngreme, estavam comprometendo o salário. Além disso, a distância de 9 km da propriedade em relação ao centro do distrito de Iguatemi, tornava difícil o acesso à serviços básicos. Após um ano da mudança para o Condomínio Irajá, Paulo arranhou um emprego como zelador, em um prédio em Maringá.

Paulo afirma que não voltaria tão facilmente a morar no sítio e que não se arrepende de ter se mudado para o Irajá. Ao contrário de outros moradores, defende o pagamento do condomínio, dizendo compreender que o valor pago não é suficiente para novas exigências. Apesar de gostar do local, Paulo afirma que na época em que foi contemplado gostaria de ter ganho uma casa, mas após pensar um pouco, aceitou o apartamento para não perder a oportunidade considerando as condições de moradia em que vivia.

Paulo afirma que “o coração nunca envelhece” e sonha em ter condições de comprar uma casa maior e melhor no futuro. Todavia, diz contentar-se com o que tem atualmente e não pretende sair do Condomínio.

Aparecida, 67 anos, Aposentada

Aparecida mora com o esposo no Condomínio Irajá há aproximados seis anos. Segundo ela, estar morando mais perto da cidade auxilia em alguns aspectos, mas atrapalha em outros. Natural de Astorga-PR, depois de morar por aproximados quarenta anos em várias propriedades rurais na região de Maringá, Aparecida assinala que prefere muito mais elas, se comparadas a cidade. Segundo ela, morar no sítio permite ter maior privacidade e liberdade, sem falar na economia financeira, em função da possibilidade de criar animais para alimentação e culturas de vegetais. Na visão dela, morar na cidade restringe isso e obriga os indivíduos a comprarem o que seria produzido a um menor custo no sítio, impactando na vida financeira.

Aparecida se diz uma moradora ativa, que reivindica suas necessidades junto ao síndico do condomínio e as autoridades locais. Segundo ela, um problema que existe no local é o da segurança, mas assinala que entende que isso é algo comum em todos os lugares, estando à cargo de Deus a proteção dos indivíduos. Além disso, aproveitando-se do ensejo fornecido pela presente pesquisa (e por outras pesquisas acadêmicas já realizadas), Aparecida expressa sua opinião, se mostrando muito preocupada com a reforma da previdência, e ao mesmo tempo revoltada com a baixa qualidade do ensino público no país e com a desvalorização do professor.

Nilton, 74 anos, Aposentado

Nilton, apesar de aposentado como trabalhador da Usina de Açúcar Santa Terezinha há aproximadamente dez anos, só interrompeu suas atividades recentemente, quando parou de fazer trabalhos informais em uma agropecuária local, por motivos de saúde, segundo ele, tendo resolvido descansar. Reside com a mulher no Conjunto Irajá há aproximadamente seis anos, morou anteriormente na Rua Chapecó, na região central de Iguatemi, no fundo da casa de um dos filhos, por cinco anos. Antes, morou em mais de um lugar no distrito de Iguatemi desde 1955 e como disse, desde “molecão”, viu o distrito crescer.

Nilton era cadastrado no PCMCV e como os demais, foi contemplado com um apartamento no Condomínio Irajá. Segundo ele, não notou muitas mudanças em relação ao antigo lar, em função de ter os mesmos recursos que possuía antes, tais como telefone, etc. Apesar de não ver problemas em morar no condomínio, Nilton não esconde a preferência por uma casa, mas afirma ser grato pelo que conseguiu. Nilton afirma aos risos que irá continuar a morar no condomínio, e que irá somente sair de lá, para ir para o parque (Cemitério Parque).

Mauro, 81 anos, Aposentado

Aposentado há vinte e um anos, como lavrador, Mauro e a esposa são residentes do distrito de Iguatemi há vinte anos, tendo morado os últimos seis no Condomínio Irajá e antes disso, sete anos na Rua Chapecó. Mauro afirma que tem cadastro no PMCMV há bastante tempo e estava aguardando uma das casas antes de ser contemplado com o apartamento.

O que foi significativo para a mudança foi o valor do aluguel, que pagava anteriormente e que agora, não paga mais. O mesmo não afirma ter percebido mudanças

significativas em relação aos lugares onde morou e o Irajá. Mauro elogia a vizinhança e diz não ter nada a acrescentar, pretendendo continuar morando no Conjunto Irajá daqui para frente e não pensando em vender no futuro, mesmo após passado o prazo de dez anos, que o permitiria.

Joana, 74 anos, Dona de casa

Joana reside no Condomínio Irajá há sete anos. Anteriormente, morou em diferentes endereços em Iguatemi. Joana afirma não ser aposentada em função de ter sido enganada por um sobrinho de seu ex-marido, que se aproveitou dela, cobrando-lhe ajudas de custo para conduzir o processo, porém, lhe conseguindo apenas uma espécie de “amparo”, no valor de um salário mínimo, com o qual sobrevive todos os meses. Joana conta que, recentemente seu filho, que trabalha em um supermercado em Maringá, passou a morar com ela, mas que antes sempre morou com o neto que ajudou a criar. Este, segundo ela, teria se casado e recentemente se mudado para Maringá.

Segundo ela, sua cabeça tem dificuldade de recordar algumas coisas de seu passado, o que a faz andar muito esquecida. Joana atribui tal fato aos sofrimentos que viveu ao longo de sua história. Em suas lembranças, Joana conta que perdera a mãe muito cedo, aos seis anos de idade, sendo criada por uma irmã mais velha. Afirma ter também perdido o seu pai e os seus irmãos que também faleceram, exceto uma irmã mais nova, com quem não tem contato. Além disso, conta que fora casada com um homem que possuía problemas de alcoolismo e lhe agredia durante um longo tempo até a separação dos dois. Quanto aos filhos, Joana afirma ter apenas um atualmente, mas recorda que os seus outros dois filhos faleceram, um deles por motivo de doença e a outra, em um acidente automobilístico.

Em relação à sua vida no Condomínio Irajá, Joana afirma que não gosta muito do local, devido ao movimento e a bagunça que afirma existir. Além disso, conta que já houve desentendimentos com vizinhos e que já foi incomodada por pessoas da vizinhança, que lhe ofenderam e lhe disseram besteiras. Apesar disso, diz que procura se dar bem com todos. No que diz respeito ao motivo da mudança, Joana cita o alto valor do aluguel, fato que atribui ao crescimento do distrito de Iguatemi. Por fim, assinala que, na realidade preferia uma casa e que somente aceitou a mudança para o Condomínio Irajá para sair do aluguel e pagar algo próprio.

Luzia, 68 anos, Aposentada

Luzia mora no Condomínio Irajá há aproximados seis anos juntamente com seu filho que é portador de necessidades especiais. Em seu relato, Luzia conta que morava anteriormente no Jardim Alvorada, mas que resolveu se mudar para o Irajá para poder economizar, visto que o aluguel em Maringá estava muito caro para os padrões da família, o que exigia que Luzia necessitasse de ajuda de sua filha mais velha, que morava em Maringá com o esposo. Mudando-se para o Residencial Irajá, Luzia aponta que registrou uma economia. Luzia afirma que no início não sabia a respeito dos apartamentos, somente das casas, mas que não reclama do apartamento e não demonstra preferência pelas casas, assinalando que acha o lugar muito bom para se morar e que não gostaria de mudar-se para outro local.

Perguntada sobre a segurança no local, Luzia diz que não acha o condomínio um lugar seguro. Segundo ela, já houve registro de furto dentro do condomínio, mas que a polícia foi acionada e o caso resolvido.

Gilda, 66 anos, Aposentada

Residente há seis anos no Condomínio Residencial Irajá, Gilda morava em outras residências no distrito de Iguatemi, algumas delas pagando aluguel. Cadastrada nos programas sociais do governo, Gilda gostaria de conseguir uma casa, mas afirmou estar feliz no apartamento.

Segundo a moradora as pessoas do local têm muito conforto e uma vizinhança admirável, inclusive no que diz respeito às questões de segurança, onde afirma que a segurança são os próprios moradores. Apesar disso, cita que há problemas com a violência no local ao se referir às “bocas de fumo” existentes no condomínio, mas afirma não querer se envolver, pois alega nunca ter sido prejudicada por tal fato.

Além disso, algo que atrapalha a tranquilidade no local é a presença dos jovens, que de acordo com Gilda, atormentam os demais moradores, tendo ocasionado a saída de um dos moradores mais antigos do local, devido a uma agressão. Gilda lamenta a saída do vizinho, e atribui à “molecada” do lugar a responsabilidade pelo incidente.

Logo que se mudou para o local, Gilda morou sozinha por um tempo, mas atualmente mora com a filha, que residia em outra localidade vizinha e pagava aluguel. De

acordo com a moradora, o fato de sua filha ter vindo morar com ela auxilia a ambas, ao passo que o apartamento de Gilda permite à filha ter menos gastos com moradia e em contrapartida, a filha lhe presta auxílio nas tarefas do dia-a-dia.

6.2 AS PERSPECTIVAS T-D-R NO CONDOMÍNIO RESIDENCIAL IRAJÁ: UMA ANÁLISE INTERPRETATIVA DE DADOS QUALITATIVOS

Considerando os aspectos inerentes à análise interpretativa, explicitados por Flores (1994), definir-se-ão metacategorias pautadas no referencial teórico referente às perspectivas de territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

Figura 4 - Metacategorias da Pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Uma vez que, a partir da metodologia interpretativa de Flores (1994) o uso de metacategorias se dá a partir da definição de unidades temáticas que tem relação com os dados da pesquisa, mas que seguem um mote, ou um fio condutor na forma de ideias que emergem da pesquisa em contexto amplo e que abarcam em si mesmas, subcategorias relacionadas aos aspectos específicos que se desdobram a partir das metacategorias.

6.2.1 Desterritorialização

Segundo Haesbaert (2007a), desterritorialização³ tem seu significado atrelado a contextos objetivos e subjetivos dos indivíduos e também dos próprios territórios, uma vez que, estes possuem características próprias, que se entrelaçam e se intercalam no processo de apropriação territorial. Assim, desterritorializar-se significa mais do que a saída dos indivíduos de um determinado território, mas inclui fatores como a perda ou mudança de significado de um determinado território para os indivíduos, o que pode ocasionar um processo de desterritorialização. Assim, no presente trabalho busca-se compreender esses processos a partir das falas dos indivíduos entrevistados, sendo estes, os moradores do conjunto Irajá. Para tanto, utiliza-se do auxílio da metodologia da análise interpretativa de dados qualitativos e de sua forma de categorização dos dados, das falas dos entrevistados.

Conforme o apregoado por Haesbaert (2007a) a desterritorialização não significa apenas a destruição do território conhecido ou familiarizado, nem a simples mudança de local de vivência. Ao se considerar a desterritorialização em níveis simbólicos e culturais, além da dimensão material, considera-se que este processo se apresente em níveis muito mais íntimos e específicos, de acordo com cada indivíduo.

Apesar disso, considera-se também o fato de que mesmo tendo havido um impacto emocional proveniente do processo de mudança de território, este não foi suficientemente preponderante no sentido de influenciar na escolha ou decisão de mudar ou não, o que leva a crer que além dos aspectos subjetivos, entrem em cena outros aspectos de ordem material que venham a impactar de maneiras distintas, exercendo mais efetivo poder de influenciar na escolha dos indivíduos.

Vale, Saquet e Santos (2005) sugerem atribuir aos territórios quatro diferentes (não excludentes) dimensões, sendo estas; (E) econômica, (P) política, (C) cultural e (S) simbólica. A partir disso, busca-se compreender, por meio das falas, quais aspectos motivaram a mudança de território destes indivíduos e dentre os possíveis fatores, quais deles foram preponderantes no processo. Desta forma, no caso dos processos de desterritorialização, assim

³ Convencionou-se a utilização do termo desterritorialização contrariando a ordem da sigla (T-D-R), ou seja, antes do termo territorialização; em função de considerar que o processo de desterritorialização com os moradores do Condomínio Residencial Irajá, tenha ocorrido em vários níveis, antes e durante o processo de mudança, quando os mesmos deixaram contexto de suas antigas residências, adentrando em um novo território, assim, desterritorializando-se, deixando o antigo território e perdendo suas referências materiais e simbólicas.

definidos como uma das metacategorias a serem utilizadas para análise, emergem do campo duas subcategorias, sendo estas: as motivações para a mudança (MPM) e as percepções dos indivíduos sobre a mudança (PSM).

A subcategoria de análise MPM surge a partir das falas dos sujeitos da pesquisa e simboliza os fatores que influenciaram na mudança dos indivíduos de suas antigas residências para o Residencial Irajá, significando assim, motivações para a mudança (MPM). A partir de tal categoria, identificam-se como formadores, os seguintes elementos textuais, oriundos da transcrição de relatos dos moradores entrevistados.

6.2.1.1 Motivações para a Mudança (MPM)

A partir das ideias centrais emergentes da pesquisa pode-se verificar a influência das dimensões territoriais nas motivações dos indivíduos. Acredita-se que a mudança não é apenas um processo simplificado, onde os indivíduos escolhem deixar um lugar e partir para outro. Devido ao estudo que culminou na definição das bases teóricas do presente trabalho, pautado pelos escritos acerca das perspectivas de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (T-D-R); do espaço e do espaço urbano, bem como da sua produção; e principalmente do território, a partir da consideração de que o mesmo possui dimensões variadas, que impactam em diversos níveis, tanto materiais quanto simbólicos, é possível vislumbrar o intercalar das dimensões simbólicas com as econômicas, no sentido de que, como mencionado anteriormente, existam dimensões simbólicas e materiais que coexistam e que se influenciam mutuamente.

Analisando a desterritorialização a partir das dimensões (E-P-C-N) do território, sugeridas por Vale, Saquet e Santos (2005), é possível compreender que no contexto do Condomínio Residencial Irajá, esta tenha se apresentado a partir de diversas matizes. Entende-se como natural o processo de identificação dos indivíduos com determinados territórios, devido à sua ligação com o mesmo, que o permite atribuir-lhe significados, que podem ser materiais e simbólicos. A partir disso, desterritorializar-se não é apenas sair de um determinado território, mas ter as referências atreladas a ele, desfeitas ou modificadas. Todavia, é necessário considerar também que a desterritorialização enquanto este processo de perda de um território, pode ocorrer em nível físico, sendo causado de forma deliberada pelos indivíduos, ou seja, quando os mesmos optam por modificarem o espaço onde vivem de acordo com a sua vontade, ou optam por deixa-lo em busca de novos territórios.

Rolnik (1988) cita que no início das civilizações, os indivíduos elegiam determinadas regiões como os arredores de lagos e rios, onde era possível o plantio e cultivo para a alimentação e assim, obter vantagens no que dizia respeito à sobrevivência. Apesar do desenvolvimento dos territórios e da urbanização pela qual estes passaram, a busca por vantagens ainda pode ser considerada como algo inerente à condição humana, onde por instinto ou mais recentemente pelo uso da razão, os indivíduos tendem a escolher o lugar onde habitam e constroem suas territorialidades, de acordo com a busca por segurança.

Neste contexto, pode-se considerar que a moradia enquanto território familiar, representa um espaço seguro no qual os mesmos podem conviver e coexistir com os demais indivíduos que ali residem, bem como com aqueles que estão no entorno, na vizinhança. O espaço ora denominado seguro estaria representado pelo conceito de espaço territorializado, de Raffestin (1993) e que, de acordo com Lefebvre (2000), estaria envolvido numa espécie de construção social que exerce uma influência no processo de produção do espaço. Uma vez que uma determinada sociedade se insere dentro de uma determinada lógica, tal lógica irá ser disseminada e reproduzida em variados âmbitos.

Em uma sociedade capitalista, por exemplo, ocorrendo a partir de uma produção histórica e cultural (Carlos, 2014), pode-se compreender que há a predominância de atitudes voltadas para o capital, enquanto objetivo. Assim, pode-se considerar que as motivações dos indivíduos não estariam dissociadas das questões inerentes ao capital, ainda que de maneira indireta.

A respeito disso, então, é possível refletir acerca das motivações dos indivíduos no que tange ao ato de escolher um ou outro território, de acordo com as suas características, ou seja, assim como na antiguidade, locais mais aptos e que apresentarem maiores vantagens obterão vantagem sobre os demais no momento da escolha. Todavia, o que parece algo simples a partir de uma visão igualmente simplista, deixa pontos encobertos que influem na “escolha” do local, mas podem passar despercebidos caso abdique-se de uma análise mais aprofundada.

Quando se aborda as vantagens para os mesmos, faz-se necessário considerar mais uma vez a questão dialética entre sociedade e indivíduo (CARLOS, 2014). Em uma sociedade onde a há a presença das questões capitalistas em contextos amplo e restrito é necessário compreender que nem tudo que se trata de vantagem estaria pautado na acumulação de capital. Assim, quando se fala em motivações para aquisição de vantagens, entende-se como

necessário compreender que, apesar da influência do capital, tais vantagens se apresentem em um sentido mais específico, de acordo com os indivíduos.

Ainda que não visem a acumulação do capital, este exerce influência sobre os indivíduos inseridos em uma determinada sociedade, ou seja, contribuem na formação suas concepções individuais e nas suas decisões acerca de si mesmos e da própria sociedade (LEFEBVRE, 2000).

Inseridos num contexto capitalista, os moradores entrevistados demonstram ter que lidar com questões inerentes ao capital, tais como os valores pagos ao condomínio, o valor que se paga de água ou na manutenção de ferramentas, os gastos incorridos na locomoção, entre outros. Melhor explicando, entende-se que no caso dos entrevistados na presente pesquisa, a questão capitalista venha a se apresentar de forma subjetiva e implícita, num contexto de melhores condições de vida; e objetivamente, quando se aborda as questões de economia decorrentes da mudança. Isso contribui e dá ensejo a uma análise multidimensionada das questões de apropriação do espaço e de formação dos territórios, onde serão utilizadas as dimensões (E-P-C-N) propostas por Vale, Saquet e Santos (2005).

Para melhor compreensão dos desdobramentos e dos demais fatores que constituem o processo de desterritorialização dos sujeitos da pesquisa, julga-se necessário desenvolver um breve compêndio acerca do desenvolvimento das cidades e das influências do capital no processo de produção do espaço urbano, que impactam inclusive no contexto do próprio objeto em questão, o Residencial Irajá.

Atualmente, não somente nos grandes centros, as questões ligadas à produção do espaço urbano e a disputa entre agentes por sua porção destes espaços (Corrêa, 2014), fazem com que o processo de “escolha” do local não se dê apenas pautando-se na livre seleção dos espaços para estabelecer o contexto vivencial, mas seja por si mesmo, parte da batalha pelo espaço.

Em analogia aos primórdios das cidades e das sociedades consideradas civilizadas (ROLNIK, 1988), passando pelo desenvolvimento do comércio, favorecido pelo advento das grandes navegações (Saquet, 2013), tem-se como fator a ser considerado como de relevante importância a existência do capital. A partir disso, considera-se que o capital enquanto sistema de troca de bens e serviços (capitalismo), ao se desenvolver em sociedades que participam ou, melhor dizendo, que se enquadram no regime que se estabelece sob a sua regulação, passa a exercer uma força homogeneizadora, ou seja, que conduza para o estabelecimento de um processo gradual de “homeostase”, cuja atuação implica na instalação

de um processo de manutenção do sistema capitalista, denominado reprodução do capital (LEFEBVRE, 2000).

Além disso, entende-se que para que sejam mais facilmente estabelecidos os processos de reprodução capitalista, faz-se necessário que as bases destas sociedades estejam igualmente estabelecidas a partir da premissa capitalista, em outras palavras, é preciso que “falem a mesma língua”, que passem a ser representadas pelas mesmas unidades de valoração, neste caso, o capital. Para tanto, não raro ocorrem processos de transformação do tecido social influenciados a partir do capital, que moldam o espaço e dão ensejo à produção capitalista do espaço. Proveniente deste estilo de produção espacial, figura a transformação do valor da terra que antes era de uso (no início das civilizações, utilizado como vantagem para sobrevivência) e que agora passa a ser de troca por valores ou outros bens (CARLOS, 2014; RIBEIRO, 2015).

Retomando a questão do Conjunto Irajá e os relatos extraídos das entrevistas realizadas com os indivíduos que nele residem, que por sua vez constituíram a categoria (MPM), pode-se verificar que o processo de “escolha” dos territórios não se manifeste de maneira simples e que dentro deste processo estejam contidos inúmeros fatores individuais e coletivos que influenciam em termos objetivos e subjetivos e que seguem uma espécie de escala de motivações que tem determinada preponderância, no que diz respeito à decisão de sair ou mudar um determinado território, que se traduzem e podem ser melhor exemplificadas e analisadas, se consideradas as diferentes dimensões dos próprios territórios, tendo como base, os que estão estabelecidos a partir da égide capitalista, mas que conservam significados distintos que não estão necessariamente ligados ao capital. Para tanto, utilizar-se-á da sugestão de Vale, Saquet e Santos (2005), já mencionada anteriormente, em sua proposição das dimensões (E-P-C-N) do território.

As dimensões (E) econômicas, (P) políticas, (C) culturais e (N) naturais do território, mais amplamente apresentadas e discutidas no capítulo 2 do presente trabalho, simbolizam as diferentes abordagens do território. De forma sucinta: a dimensão econômica (E) do território estaria relacionada às questões do capital e o território é visto como produto da divisão do trabalho dos indivíduos; na divisão política (P), o território está relacionado ao poder e controle exercidos pelo Estado; na divisão cultural (C), a ideia do território está atrelada às questões de atribuição de determinado valor simbólico ao mesmo; e por fim, a dimensão territorial natural (N) considera o território a partir de uma premissa relacionada ao solo e as questões climáticas (VALE, SAQUET E SANTOS, 2005; SAQUET, 2007).

Cada uma das dimensões representa resumidamente os aspectos materiais e simbólicos dos territórios, dispostos de tal forma intuito de abranger as diferentes abordagens das quais inúmeros autores se serviram para discutir o termo “território”. Comumente discutido por teóricos ligados à área da Geografia, o termo território é apresentado por intermédio das dimensões E-P-C-N por Vale, Saquet e Santos (2005), o que tem ensejado pesquisas de outras áreas do conhecimento, tal como a presente pesquisa.

Lançando mão da interpretação E-P-C-N, busca-se compreender o território em questão, ou seja, o Condomínio Residencial Irajá a partir das diversas dimensões apresentadas, o que se estende para as perspectivas de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (T-D-R).

A partir disso, destacam-se os seguintes fragmentos, extraídos dos indivíduos entrevistados no Conjunto Residencial Irajá, a serem analisados a partir da categoria MPM, estando dispostos em grupos e representados por unidades temáticas, que representam os trechos extraídos das falas de cada um dos sujeitos da pesquisa, conforme o método da análise interpretativa de dados qualitativos (FLORES, 1994).

GRUPO 1

.....
UNIDADE 1ª (Luan, 27 anos, Encarregado Operacional)

Foi a condição financeira dos meus pais... nunca tiveram uma casa própria.

GRUPO 2

.....
UNIDADE 2ª (Anderson, 33 anos, Mecânico)

Ahh, rapaz... a questão é de, até assim, financeira, né rapaz? Como aqui é mais barato, foi mais pra mulher, né... e... é isso aí, é mais questão financeiramente, né... aqui é mais barato, né? A gente não tem condição de comprar uma casa, nada, né? Aí sai um plano desse aí, a gente tem que tentar conseguir pegar.

UNIDADE 3ª (Joaquina, 32 anos, Trabalho externo)

Eu vim pra cá por outros motivos, né? Eu vim morar com a minha mãe. Fiquei um tempo morando com ela aí ficou esse apartamento aqui vago, porque o homem que morava morreu, eu acho, aí eu vim pra cá.

UNIDADE 4ª (Camila, 36 anos Trabalho externo)

Humm... a diferença é que aqui é meu, e onde eu morava, no fundo da casa da minha sogra, não era meu... então, a diferença é que eu tenho o que é meu agora e se for pra eu escolher entre onde eu morava e aqui, eu prefiro aqui. Aqui eu acho melhor.

GRUPO 3

UNIDADE 5ª (Paulo, 79 anos, Zelador)

Rapaz, eu poderia estar lá até hoje..., mas pra começar, eu estraguei a metade de um carro, um fusca que tinha na fazenda, estraguei uma Brasília que eu peguei depois e comecei a estragar esse daqui, que eu ganhei esse carro. Meu filho doou para mim. E eu não tinha, com o salário que eu estava lá e a despesa que eu tinha, não conseguia, por que eu tinha que me virar né, e eu ganhava aquele salariozinho só... salário mínimo, e eu tinha que me virar para ganhar um pouquinho mais, pra poder repor a despesa. Aí eu ganhei aqui e eu não podia rejeitar isso aqui pra ficar lá, então eu tive uma escolha, eu tinha uma escolha. Ficar lá isolado, sozinho só eu e a mulher, porque a menina, futuramente iria casar, como casou depois, né... e eu não podia ficar lá também, sozinho, um casal de velhos morando a nove quilômetros, numa estrada de chão, de barro... sozinho, então eu optei por morar aqui.

GRUPO 5

UNIDADE 6ª (Aparecida, 69 anos, Aposentada)

Um é que eu trazia minha filha caçula para estudar aqui a noite, no Rui Barbosa⁴, e lá da Estrada Centenário⁵ até aqui... muita gente falava pra mim “você é corajosa, você vai buscar sua filha, vem de noite e tal...” mas Deus cuida da gente, e precisa, a menina precisava estudar. Aí foi complicando [...] aí eu vim morar na cidade, na rua Chapecó, em 2005, eu pagava aluguel ali e pra gente era muita coisa, porque não estava acostumado com isso, mas eu vim por causa da minha menina e ficava longe pra vir trazer ela, e carro a gente não tinha.

⁴ Colégio Estadual localizado na região central de Iguatemi.

⁵ Região rural pertencente ao Município de Maringá, localizada a aproximadamente 4 km de distância do centro do distrito de Iguatemi.

UNIDADE 7ª (Nilton, 74 anos, Aposentado)

Eu queria ter uma casinha um dia, na verdade, eu preferia se fosse daquelas casinhas ali... mas saiu aqui pra mim, eu falei “tá bom”.

UNIDADE 8ª (Mauro, 81 anos, Aposentado)

É porque tinha que pagar aluguel e aqui era de graça né, pagava só uma prestaçõzinha. E aqui é nosso né, depois que a nos acabarmos de pagar...

UNIDADE 9ª (Joana, 74 anos, Dona de casa)

Ahh, paga menos né? A gente pagava muito caro...[...] porque aqui em Iguatemi o aluguel está muito caro. [...]. Foi melhor, porque agora a gente tá pagando o que é da gente. É mesma coisa, porque eu não sou aposentada, recebo esse tal de amparo.

UNIDADE 10ª (Luzia, 68 anos, Aposentada)

Porque eu alugava casa lá, né... e pra mim estava muito, muito apertado, porque eu sou sozinha, eu e meu filho só, ai eu estava, tipo assim, dependendo muito da minha filha, ela ajudava muito a gente, né... porque eu sou pensionista e a gente pagava um aluguel muito alto... minha filha ajudava também, e por isso a gente fez a inscrição aqui para ver se conseguia se livrar do aluguel.

UNIDADE 11ª (Gilda, 66 anos, Aposentada)

Eu tinha cadastro há bastante anos. Eu queria uma casinha, mas não consegui. Aí saiu aqui pra mim e eu peguei.

A partir das unidades acima, pode-se verificar os relatos que organizados em grupos, conforme procedimentos metodológicos dispostos no tópico anterior, em consonância com o método da análise interpretativa de dados qualitativos. Flores (1994), sugere a divisão em grupos e a partir disso, a realização das análises tendo como base as opiniões provenientes dos indivíduos entrevistados na pesquisa, a partir da extração das ideias centrais que emergiram dos relatos. Desta forma, analisando a categoria Motivações para a mudança (MPM), tem-se as seguintes ideias centrais, dispostas no quadro 9.

Quadro 9 - Categoria Motivações Para a Mudança (MPM)

UNIDADES	IDEIA CENTRAL
1, 2, 8, 9, e 10	Mudança motivada por questões financeiras, alto valor do aluguel
5, 6	Mudança motivada por questões de acesso aos serviços básicos
3	Mudança motivada pela aproximação de familiares
4, 7, 11	Mudança motivada pela aquisição da casa própria

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

A categoria (MPM), motivações para a mudança, evidenciou conforme aponta o quadro 9, quatro ideias centrais, sendo estas: *Mudança motivada por questões financeiras, valor de aluguel elevado; Mudança motivada por questões de acesso aos serviços básicos; Mudança motivada pela aproximação de familiares; e Mudança motivada pela aquisição da casa própria.*

A partir das ideias centrais, ao observar a disposição de unidades no quadro, pode-se vislumbrar que o fator impactante para a maioria dos entrevistados foi o das questões financeiras, seguido pelo desejo de adquirir a casa própria e das questões de acesso, ficando a aproximação de familiares como fator motivador em apenas um dos casos. Tal fato demonstra que, no que diz respeito às motivações para os indivíduos, há predominância da dimensão econômica (E) do território, todavia, não de forma exclusiva. Fatores culturais-simbólicos (C) e naturais (N) também estiveram presentes nos relatos dos indivíduos.

A análise das ideias centrais, corresponde a uma visão geral do contexto analisado (FLORES, 1994), contudo, não elimina a necessidade da análise pormenorizada de cada um dos indivíduos. Nos fragmentos abaixo, destacam-se além das opiniões sobre as motivações que levaram cada um dos indivíduos (que foi de ordem financeira) a mudarem-se para o Residencial Irajá, se mostram também, outros aspectos subjetivos que estão impregnados nos relatos e que exprimem outras informações e emoções que auxiliam na compreensão do contexto de cada um.

No fragmento da unidade 9 (Joana, 74 anos, Dona de casa) é perceptível a evidenciação do plano de fundo que envolve a dimensão econômica (E) território. Ou seja, melhor explicando, entende-se que a motivação para a mudança tenha sido a financeira, todavia, por trás disso, compreende-se que exista a influência de outros sentimentos e emoções que também contribuem para a decisão de desterritorializar-se, ou seja, de mudar-se para o Condomínio Irajá, ainda que esta tenha se dado objetivamente por motivos financeiros.

No caso de Joana, destaca-se a presença da dimensão cultural-simbólica do território (C) a partir do fato de que o sentimento de pagar o que é próprio é mais vantajoso do que pagar aluguel, pode ser verificado por meio do fragmento “*Foi melhor, porque agora a gente tá pagando o que é da gente*” é antecedido pelo fato de que em Iguatemi o aluguel está muito caro, representado pelo fragmento “*Ahh, paga menos né? A gente pagava muito caro...[...] porque aqui em Iguatemi o aluguel está muito caro. [...]*” Desta forma, a justificativa do motivo financeiro é evidenciada, uma vez que fica claro que é preferível pagar algo próprio e mais barato do que pagar mais caro em algo alugado.

Além disso, ao encontro do que foi exposto na apresentação dos sujeitos da pesquisa, Joana deixa transparecer o descontentamento a respeito do fato de não ser propriamente aposentada, ou seja, de receber apenas o amparo saúde, devido a considerar que tenha sido enganada por um sobrinho de seu falecido ex-marido. Assim, morar em algo que é próprio representa-lhe uma segurança maior, no que diz respeito ao futuro, uma vez que sua renda mensal, segundo ela, não sofre reajuste.

No caso da Unidade 10 (Luzia, 69 anos, Dona de casa), o que aparece como pano de fundo para a motivação financeira é a incômoda situação de dependência em relação a filha, que tinha o hábito de ajudar nas despesas já que o aluguel era de um valor alto e comprometia uma parte da renda de Luzia. Mais uma vez, pode-se perceber a influência da dimensão econômica (E) do território.

Tal incômodo está expresso no fragmento “*...pra mim estava muito, muito apertado, porque eu sou sozinha, eu e meu filho só, ai eu estava, tipo assim, dependendo muito da minha filha, ela ajudava muito a gente, né*”. Aliado a isso, os fatos de ser pensionista e de morar com um filho que possui necessidades especiais, contribui na decisão de mudar-se para o local. Em específico, o trecho “*...porque eu sou sozinha, eu e meu filho só*”, (ressalta-se a palavra “sozinha” do fragmento) deixa transparecer um aparente sentimento de solidão e de desproteção por parte de Luzia, que devido às necessidades do filho, sente-se sozinha.

Além das questões financeiras, a aquisição da casa própria foi outro fator motivador que se destacou nos relatos dos sujeitos da pesquisa. A respeito disso, entende-se como importante esclarecer que apesar das eventuais semelhanças entre esse fator e os fatores financeiros, ambos são distintos, uma vez que, quando se compreende o fator casa própria, busca-se desvinculá-lo do fator financeiro, ou seja, compreende-se o mesmo como sendo motivado por outros aspectos, como independência ou privacidade, por exemplo, os quais não estão ligados às questões financeiras.

Conforme o evidenciado acima, os relatos dizem respeito à problemática da casa própria como fator motivador para a mudança. Ainda que os fatores de ordem financeira não sejam o foco, não se está desconsiderando-os. Todavia, agrupa-se na ideia geral da motivação pela casa própria àqueles relatos extraídos das falas dos sujeitos que não deixam claro o fato de terem se mudado por questões financeiras e que apontam outros fatores, que podem ser entendidos como pertencentes à ideia central da aquisição da casa própria.

No trecho “...a diferença é que aqui é meu, e onde eu morava, no fundo da casa da minha sogra, não era meu... então, a diferença é que eu tenho o que é meu agora”, evidenciado no relato de Camila, é perceptível, além da ideia central da aquisição da casa própria, um certo incômodo ligado ao passado, no que diz respeito a experiência de ter morado com a sogra. Assim, por trás do desejo de possuir e residir em um imóvel próprio, pode-se considerar também, um fator que pode corresponder à uma emancipação no que corresponde ao desvincular-se de uma situação de dependência da sogra, adquirindo juntamente com o imóvel, a sensação de maior autonomia.

Nos trechos extraídos das entrevistas das unidades 7 e 11, que correspondem aos motivos para a mudança, quando analisados na íntegra, evidenciam perspectivas que causam impressões semelhantes. Em primeira análise, destaca-se a explícita preferência por unidades habitacionais em forma de casas e não de apartamentos, presentes em ambos os relatos, o que pode ser verificado a partir dos trechos “*Eu queria ter uma casinha um dia, na verdade, eu preferia se fosse daquelas casinhas ali...*” (Nilton, 79 anos, aposentado) e “*Eu queria uma casinha...*” (Gilda, 66 anos, aposentada). Todavia, além de Nilton e Gilda, outros indivíduos demonstraram opiniões similares quanto à preferência por determinados tipos de unidades habitacionais. Desta forma, acredita-se ser mais proveitoso para a pesquisa, proceder com uma análise mais específica e pormenorizada acerca destas preferências, reservando assim, um tópico exclusivo para as mesmas, na sequência do presente capítulo.

Além das opiniões sobre as unidades habitacionais, outro fator emergente dos relatos, que surge muito próximo a este, é o da aparente aceitação com o que lhes fora proporcionado. Em outras palavras, é possível verificar uma espécie de tom resignado na fala dos moradores no que diz respeito ao fato de terem sido contemplados para residir nos apartamentos e não em casas. Para melhor explicar tal contexto, entende-se como pertinente uma breve apresentação de um dos conjuntos vizinhos ao Residencial Irajá, o Conjunto Habitacional Albino Meneguetti.

Inaugurado em 16 de setembro de 2011, tendo sido entregue juntamente com o Irajá, o Conjunto Albino Meneguetti é formado por um complexo de 172 unidades habitacionais, construídas em forma de casas, que ficam localizadas ao lado do complexo de prédios que forma o Condomínio Residencial Irajá (MARINGÁ, 2011). Deste modo, quando os moradores se manifestam sobre a preferência por casas, ao invés dos apartamentos, grande maioria faz referência ao Conjunto Albino Meneguetti.

Assim, considerando as opiniões dos moradores é perceptível que os mesmos demonstram um sentimento de gratidão no que diz respeito ao fato de terem sido contemplados para residirem em algo que é seu. De certa forma, entende-se que os mesmos vejam tal fato como uma bênção divina. Assim, em suma, mesmo preferindo casas, eles demonstram que estão satisfeitos por terem conseguido um novo lar, mesmo que este seja num condomínio vertical.

Além das motivações financeiras e por um objetivo de ter uma casa própria, outros fatores também se fizeram presentes enquanto motivadores da mudança dos indivíduos. Dentre eles, o próximo a ser analisado gira em torno das questões de acesso aos serviços básicos.

Quando, no presente estudo, refere-se às questões de acesso, conceitua-se que o termo é compreendido como a mudança de um antigo local, onde os recursos e o acesso aos serviços básicos era mais difícil do que no atual cenário do Residencial Irajá. Ou seja, aqueles que tem as ideias centrais de seus relatos pautadas nas questões de acesso aos serviços básicos como fator motivador para a mudança, consideram que mudaram para um lugar onde esse acesso pode ser obtido de uma maneira mais simples, ou menos difícil, que no antigo lugar onde moram.

De acordo com o mapa apresentado na figura 2, que mostra a posição geográfica do Residencial Irajá – o que permite ter uma noção da localização do mesmo, em se comparando com o município de Maringá e com o próprio distrito de Iguatemi – é possível considerar que, tanto o Residencial Irajá quanto o Habitacional Albino Meneguetti ocupam uma posição segregada, afastada de Maringá e das regiões centrais de Iguatemi.

Assim, quando se aborda as questões de acesso entende-se como necessário considerar que as motivações dos indivíduos que se pautaram neste aspecto, sejam provenientes de um contexto anterior em que a localização das moradias dos indivíduos antes da mudança era ainda mais segregada, visto que residir no Irajá, representa ocupar uma posição mais próxima aos serviços básicos.

A respeito disso, pode-se verificar os conceitos de valor citados por Rodrigues (2011), ao se referir aos diferentes tipos de valor do território, onde este seria relativo de acordo com a finalidade. Um mesmo território, assim, teria valores distintos nas mãos de uma empreiteira, que o comercializaria; do que de uma família, que nele iria residir. Neste caso, pode-se apropriar da lógica para designar o valor do acesso aos serviços básicos, onde o Residencial Irajá, mesmo podendo ser considerado distante das regiões centrais, levaria vantagem em relação às antigas moradias dos indivíduos, uma vez que estes se localizam em regiões ainda mais distantes.

De acordo com o relato da Unidade 05 (Paulo, 76 anos, Zelador), as questões de acesso, se traduzem pelos trechos onde o mesmo destaca que *“eu estraguei a metade de um carro, um fusca que tinha na fazenda, estraguei uma Brasília que eu peguei depois e comecei a estragar esse daqui, que eu ganhei esse carro”* e que *“...eu não podia ficar lá também, sozinho, um casal de velhos morando a nove quilômetros, numa estrada de chão, de barro... sozinho, então eu optei por morar aqui”*. O primeiro trecho, onde Paulo se refere aos veículos que “estragou”, dizem respeito aos danos causados pelo terreno íngreme no qual o mesmo tinha que passar e o quanto impactavam na mecânica dos veículos. O segundo trecho, por sua vez, dá a entender que melhor traduza ou exprima as motivações de Paulo, onde o mesmo confessa que devido à distância (9 km) e as condições da estrada, bem como a sensação de isolamento e solidão de residir somente com a mulher em um lugar distante, o fizeram mudar para o Residencial Irajá.

Implícitos em ambos os relatos, estão outras questões que assim como nos trechos anteriores, contribuem para a decisão da mudança. Tais questões, no caso de Paulo, se traduzem a partir da influência das questões financeiras e de segurança devido ao local onde residia. Assim, destacam-se as dimensões econômicas (E) e naturais (N), do território, já que tanto a distância, quanto as intempéries do terreno, contribuíram para a mudança de Paulo.

Para o mesmo, o fato de morar num lugar distante onde o acesso se dá por meio de uma estrada de terra, além de atrapalhar nas questões financeiras por causar despesas com manutenção dos veículos, representa também um alerta à segurança devido ao isolamento do lugar, o que desfavorecia a possibilidade do lugar como residência para ele e a mulher e mais ainda, poderia representar um perigo à sua segurança, tanto por questões de violência quanto por questões de saúde.

No caso de Aparecida, a motivação para a mudança se deu pela preocupação com o perigo que ela e a filha corriam dado o fato de se locomoverem de onde moravam para o

distrito de Iguatemi, para que sua filha pudesse estudar. Aparecida não cita qual o tipo de preocupação, todavia, é possível de imaginar que esta estaria relacionada ao fato de que ambas vinham a pé, de sua residência, estando sujeitas, tanto ao risco de acidentes, quanto à algum tipo de violência, uma vez que, considera-se que o fato da filha estudar à noite, representa um fator agravante. Acredita que tal fato também esteja relacionado a dimensão natural (N) do território.

A partir dos fragmentos destacados, verifica-se em ambos os casos os indivíduos se pautaram em questões de localização e da precariedade das instalações em que viviam anteriormente. Todavia, como plano de fundo, as questões financeiras mais uma vez emergem, uma vez que é possível supor que estas tenham influenciado na decisão dos indivíduos de mudarem-se. Tal afirmação pode ser identificada no seguinte fragmento do relato de Paulo, que assinala que “...*tinha que me virar para ganhar um pouquinho mais, pra poder repor a despesa*”. Outro relato que sustenta tal posição é o da Unidade 07 (Aparecida, 67 anos, Aposentada), que assegura que “...*carro a gente não tinha*”. Desta forma, entende-se também, que a questão financeira aparece de modos distintos, entre Paulo e Aparecida.

No caso de Paulo, a questão financeira se mostra como algo presente e que lhe impactava no orçamento mensal, uma vez que as despesas com o carro causavam o arrocho financeiro no fim do mês. Já, no caso de Aparecida, de acordo com o relato, apesar de a família ter se beneficiado com a mudança por saírem do aluguel da antiga casa, a questão financeira era algo que não era sentido no orçamento, mas influenciava sobejamente na própria questão do deslocamento, uma vez que, por não ter carro, ambas enfrentavam o risco de se deslocarem à noite do sítio onde moravam, antes mesmo de virem morar no distrito de Iguatemi.

Assim, analisando o contexto exposto por Aparecida, entende-se que o processo de mudança tenha ocorrido em duas etapas, ou seja, a primeira delas, simbolizada pela mudança da residência no sítio para a casa da Rua Chapecó em Iguatemi; e a segunda, representada pela mudança da casa da Rua Chapecó, para o Irajá.

Além das questões financeiras, do desejo de ter uma casa própria e das questões de acesso, outro motivo integra a análise da categoria MPM, sendo este o da mudança motivada para estar próximo a familiares, o que pode ser verificado no relato de Joaquina, representada pela Unidade 3.

De acordo com Joaquina, sua mudança do local onde residia anteriormente foi motivada por outros motivos, onde justifica que veio morar com a sua mãe. A partir disso, é

possível verificar que Joaquina não apresenta perfil semelhante dos demais, no sentido de ligação com a moradia onde reside. Isso se justifica pelo fato de que ela, diferentemente dos demais entrevistados, não é proprietária do imóvel onde mora, tendo alugado a residência a partir da morte do proprietário. Esse fato contribui não somente para a análise da categoria MPM, mas para as próximas categorias, que virão na sequência do presente capítulo.

6.2.1.2 Percepções Sobre a Mudança (PSM)

Assim como a categoria MPM, os relatos dos indivíduos que participaram da pesquisa foram dispostos em fragmentos, os quais representam uma nova categoria, denominada Percepções Sobre a Mudança (PSM).

De acordo com Raffestin (1993) os indivíduos, ao aproximarem-se de um determinado território dão início aos processos de territorialização, ou seja, de apropriação deste, tanto em níveis materiais, quanto simbólicos. Todavia, este mecanismo ocorre a partir de um outro processo, decorrente da saída ou perda do território para estes indivíduos, a desterritorialização. A partir disso, para analisar a categoria PSM, imagina-se uma transição existente entre os estados, que podem ocorrer simultaneamente, ou seja, territorializando e desterritorializando territórios distintos ao mesmo tempo. Isso se dá, em função da necessidade de obter-se padrões de análise pautados nas experiências atuais e passadas, relacionadas à moradia dos sujeitos da pesquisa.

Em outras palavras, a categoria PSM está pautada na percepção dos seus indivíduos sobre o processo de mudança, portanto, a aquisição de novos territórios e a perda de outros, o que inclui, necessariamente, aspectos comparativos entre os mesmos. Além disso, compreende-se a categoria PSM como complementar à análise do tema desterritorialização, uma vez que, juntamente com a categoria MPM já discutida, visam expressar as opiniões dos indivíduos a esse respeito.

Acredita-se ser importante salientar que as opiniões sobre a mudança são distintas das ações que as motivaram. Deste modo, faz-se necessário compreender que as os indivíduos podem ter sido motivados por aspectos que não se apresentaram na prática, após o processo de mudança. Além disso, apesar da mudança ter sido motivada por variados fatores, pode-se compreender que não necessariamente ela tenha ocorrido de maneira agradável, nem mesmo ser considerada como melhor, a partir da comparação entre o local atual e o anterior.

A partir disso, a respeito das percepções dos indivíduos sobre a mudança (PSM), destacam-se as seguintes unidades:

GRUPO 1

.....
UNIDADE 1ª (Luan, 27 anos, Encarregado Operacional)

Pra mim, não. Pra eles (para os pais de Luan) sim, considerável pra eles sim. É a questão financeira, em relação do que você paga aqui e você pagava num alugue, dá um valor considerável no final do mês, para você ter.... pra mim, não mudou muito não [...] lá era melhor que aqui, eu acho. Lá era melhor que aqui [...] lá eram mais fáceis pra mim as coisas, tem banco, tem um atendimento melhor, nas coisas, no comércio.

GRUPO 2

.....
UNIDADE 2ª (Anderson, 33 anos, Mecânico)

Ahh, rapaz... questão de melhorar assim... mais é... mais, assim, você estar morando, assim... mais você, né? [...] piorar não piorou não... por mais que não seja daquelas grandes coisas, ainda melhorou um pouco... não tá ruim não, não tá ruim não... falar pra você que mais melhorou do que piorou. [...] não tá cem por cento, mas eu acho que muita gente que tá bem pior...

UNIDADE 3ª (Joaquina, 32 anos, Trabalho externo)

Mudou um monte de coisas... tudo, na verdade, eu acho. O padrão de vida que a gente consegue ter lá (em Portugal) é bem melhor do que aqui. É tudo muito caro, tudo muito absurdo, de se morar aqui no Brasil. Então, sei lá... era mais fácil em tudo. Mercado, lá tem um a cada esquina, fica aberto até final de semana... na verdade, acho que nunca fecha, exceto no natal. Ahh... carro! Lá eu tinha carro na porta, aqui não tem... (risos). Então isso me prejudicou bastante... eu estava habituada àquela realidade [...] sei lá, e muito diferente, sabe? Não dá nem pra ficar comparando, porque é muito diferente [...] Sobre o condomínio, eu não tenho nada a falar... até porque, eu vou me mudar pra lá de novo. Sobre o Brasil, eu não tenho muito o que esperar daqui, na verdade. Eu vou voltar (para Portugal) mês que vêm.

UNIDADE 4ª (Camila, 36 anos, Trabalho externo)

[...] se for pra eu escolher entre onde eu morava e aqui, eu prefiro aqui. Aqui eu acho melhor.

GRUPO 3

UNIDADE 5ª (Paulo, 79 anos, Zelador)

Lá eu não tinha nada, só tinha a casa precária... luz, eu ultimamente não pagava, água também não pagava, mas também era assim, né... saía pior do que paga, saía quase pior do que paga. E não pagava aluguel, aqui eu também não pago aluguel, mas tô pagando isso aqui, por que isso aqui, tem quem tome conta e aqui eu não faço nada. Se eu tivesse numa casa aqui, por exemplo, eu tinha que varrer, tinha que cuidar daqui, tinha que roçar essa grama, tinha que correr atrás de uma coisa ou de outra... graças à Deus, a gente paga uma taxa, mas (o condomínio) faz tudo. Paga o condomínio, porque em qualquer lugar que você for morar, você não tendo casa, tem que pagar aluguel, água você tem que pagar mesmo, luz, você tem que pagar mesmo, ônibus, você tem que pagar mesmo e por aí vai. [...] graças à Deus, eu não sinto falta de lá em nada.

GRUPO 4

UNIDADE 6ª (Aparecida, 69 anos, Aposentada)

A mudança, houve. Apesar dos pesares, houve. Por causa que eu saí do aluguel, a primeira coisa foi isso, né... eu saí fora do aluguel. Então, eu falo pra você que foi uma boa mudança. E outra mudança também, que eu me aposentei já aqui, depois de três anos que eu estava morando aqui. Coisa boa, porque a gente não precisava sair, trabalhar pra lá e pra cá. Então, é com esse dinheirinho que a gente ganha que a gente paga o condomínio, paga mensalidade, paga luz.

UNIDADE 7ª (Nilton, 74 anos, Aposentado)

O que tinha lá, tem aqui também, mesma coisa. A única coisa que aqui tem que não tinha lá é interfone, aqui já tem. Telefone eu tinha lá, aqui eu tenho. [...] vizinhança boa, gente boa. Bom demais, não tenho o que me queixar daqui.

UNIDADE 8ª (Mauro, 81 anos, Aposentado)

É mais ou menos igual, lá era sossegado, os vizinhos todos bons, aqui também é... vizinhança tudo boa, a gente conhece todo mundo aí, se tiver algum meio “ranhetinha”, a gente deixa eles meio pra lá [...] aqui, pra mim tá bom... sossegado aqui.

UNIDADE 9ª (Joana, 74 anos, Dona de casa)

Lá era melhor porque era tudo quietinho, mas do outro lado não era melhor, porque pagava aluguel, né? Aqui q gente tá pagando o que é da gente... dez anos pra acabar de pagar...

UNIDADE 10ª (Luzia, 68 anos, Aposentada)

O que eu acho que mudou é que agora a gente paga pouco, né? não tem aquela despesa toda, só é a água, a luz e o condomínio, né.. o apartamento, a gente paga pouco, né? Eu acho que eu vivo melhor aqui, porque, assim, eu não gasto todo o meu dinheiro em aluguel, que nem eu gastaria... porque eu pagava aluguel, eu pagava água, luz... eu tinha telefone na minha casa, mas muitos meses eu dependia da minha filha me ajudar também. [...] olha, pra mim, assim, eu to te falando, né... lá eu estava bem e tudo, porque eu estava perto da minha filha, mas com a ajuda que eu tinha dela, né. Aqui eu não preciso dela, graças à Deus. [...]. Eu gosto muito daqui. Quando eu quero ver meus filhos, eu vou pra lá, quando eles querem me ver, eles vem aqui, como hoje já vieram, a gente tá bem, graças à Deus.

UNIDADE 11ª (Gilda, 66 anos, Aposentada)

Mudou, mudou bastante. Mudou bastante e.... mesmo porque eu não aguento muito carregar compras nas costas. Então é assim, tipo, você vai comprar alguma coisa lá no mercado, não é tudo que o mercado traz, né... E eu gosto de comprar aqui [...] as vezes você compra um pé de alface, aqui custa um real, lá no outro custa dois, e não sei o quê... então vamos pegar lá embaixo e lá embaixo é meio longe pra mim... aí eu venho com a sacola... Eu queria um mercado aqui, que competisse com os de lá de baixo [...] Depois outra, que eu vou falar pra você: tem um ali pra alugar, mas ninguém aluga porque você vai pôr um mercado aqui pra você pagar aluguel? Se você vai pôr um mercado aqui pra você pagar aluguel, não adianta. Não dá futuro. [...] Aqui estamos melhor, vixe. Quando eu quero comprar alguma coisa lá de baixo, eu falo pra minha filha trazer isso, isso e isso, aí ela vai de carro. Se de repente, me der vontade de descer e ir lá pra baixo, eu volto de circular. Trago uma carne, um refrigerante... né... coisa pouca, aí eu venho. Mas se tivesse um mercado bom aqui pra nós aqui na frente, era melhor ainda... (risos).

Os relatos que deram origem à categoria PSM, assim como o ocorrido na categoria MPM, foram dispostos de acordo com o contexto de fala dos indivíduos, o que auxiliou na elaboração do quadro 8, que apresenta as seguintes ideias centrais:

Quadro 10 - Categoria Percepções Sobre a Mudança (PSM)

UNIDADES	IDEIA CENTRAL
2, 4, 5, 6, 7, 8,10, 11	Acreditam que a mudança foi positiva e não sentem falta da residência anterior
1, 9	Acreditam que a mudança foi negativa, mas pretendem ficar no local por outros fatores
3	Acreditam que a mudança foi negativa, demonstram insatisfação com o local e intenção de mudança

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

A partir do quadro acima é possível verificar que apesar das motivações para a mudança terem sido determinantes para que esta realmente acontecesse, não necessariamente esta ocorreu sem que houvesse algum tipo de rompimento relacionado à realidade dos indivíduos. Além disso, estar motivado a mudar não significa necessariamente que se possua a total ciência ou compreensão da nova realidade a ser enfrentada.

Destá maneira, ainda que de forma complementar ao item anterior, a categoria PSM tem seu contexto específico de forma independente da categoria MPM. Em suma, o que se pode notar na presente categoria, muitas vezes pode entrar em confronto com o que foi exposto na anterior, pois acredita-se que as motivações e opiniões tenham relações e até mesmo se cruzam em certo ponto, mas tendem a estabelecer, em muitas ocasiões, uma relação contraditória, assim como a razão e a emoção, por exemplo.

A respeito disso, Souza (2009) versa sobre o que denomina como territórios transitórios, onde apresenta que no contexto urbano é possível observar que as mesmas paisagens, os mesmos lugares, frequentemente tenham significados distintos para as pessoas, tanto em níveis individuais, como coletivos, ou seja, a partir da apropriação de locais por diversos grupos, a territorializarem o espaço em diferentes períodos e a conferirem-lhe conotações específicas e muito particulares.

Como exemplo, Souza (2009), utiliza a territorialização do espaço de uma praça, onde pela manhã, crianças brincam entre si e são supervisionadas pelos olhos atentos de suas mães; à tarde, o local é ponto de confraternização de idosos, que interagem entre si jogando cartas, por exemplo; e à noite, o local se torna menos populoso, todavia sendo ocupado por prostitutas e travestis, que utilizam o espaço como forma de trabalho. A partir do exemplo, pode-se conceber também o objeto de pesquisa do presente estudo, o Condomínio Residencial Irajá, como um local multifacetado e multiterritorializado, a partir das concepções que os seus moradores tem dele numa relação estabelecida a partir de constantes e distintas apropriações do mesmo, enquanto território.

Dentre os indivíduos que entendem como positiva a mudança, pode-se verificar o relato de Paulo, que ao afirmar que *“Lá eu não tinha nada, só tinha a casa precária... luz, eu ultimamente não pagava, água também não pagava, mas também era assim, né... saía pior do que paga, saía quase pior do que paga”* evidencia que mesmo morando no sítio, onde não lhe era cobrado aluguel, as condições de moradia eram difíceis, principalmente no que tange à questão da forma como eram obtidos os recursos como a água, por exemplo. Esse fato é mais uma vez abordado por Paulo, no trecho *“E não pagava aluguel, aqui eu também não pago aluguel, mas tô pagando isso aqui, por que isso aqui, tem quem tome conta e aqui eu não faço nada”*, onde o mesmo ressalta que em ambas as residências não pagava aluguel, porém, alerta para a comodidade obtida no Irajá, ao afirmar que não faz nada e que há quem tome conta do local para ele o que não havia na residência anterior.

Além disso, Paulo vai na contramão de outros moradores, que afirmam não considerar justa a taxa de condomínio, ao dizer que *“Se eu tivesse numa casa aqui, por exemplo, eu tinha que varrer, tinha que cuidar daqui, tinha que roçar essa grama, tinha que correr atrás de uma coisa ou de outra... graças à Deus, a gente paga uma taxa, mas (o condomínio) faz tudo”*, demonstrando compreender a importância da cobrança da taxa. Por fim, assinala que não sente falta da antiga casa em nenhum aspecto.

Paulo, por meio de seu relato, permite perceber que um ponto chave na decisão da mudança está ligado à precariedade de condições em que vivia no sítio onde morava com a esposa e a filha. Conforme pode ser observado, a situação de Paulo e de sua esposa se agravou ainda mais pela eminência do casamento da filha, que na época da mudança para o Irajá, se aproximava. Acredita-se que isso tenha pesado na motivação para a mudança, pois Paulo, ao ver que ficaria sozinho com a esposa nas condições de moradia que o sítio lhes oferecia, resolve mudar-se para uma região mais central do distrito de Iguatemi, onde teria uma vida mais tranquila, em face da idade e das condições do casal.

Ao analisar o impacto das dimensões E-P-C-N do território, pode-se compreender que, ainda que as questões financeiras tenham contribuído para a mudança de Paulo, estas não foram um fator determinante no que diz respeito à sua opinião sobre a mudança. Entende-se que para ele as condições naturais (N) do solo, a precariedade da moradia, bem como a distância dos serviços básicos obtidos nas regiões centrais, tenham ocupado posição determinante no processo de mudança.

Nos relatos de Mauro e de Nilton, pode-se perceber opiniões muito parecidas em alguns aspectos relacionados à moradia. Para ambos, aparentemente, a troca de suas antigas

casas pelo condomínio Irajá, não tiveram impacto muito significativo. Curiosamente, os atuais vizinhos no Residencial Irajá, poderiam ser considerados vizinhos também de suas moradias anteriores, uma vez que moravam na mesma rua no distrito de Iguatemi, a Rua Chapecó.

Imagem 3 - Rua Chapecó em Iguatemi (2018)



Fonte: Google Maps (2018), Adaptado pelo autor.

Pode-se considerar que o fato de morarem em lugares próximos, possa ter contribuído para a semelhança nos relatos de ambos.

Segundo Nilton “*O que tinha lá, tem aqui também, mesma coisa [...] vizinhança boa, gente boa. Bom demais, não tenho o que me queixar daqui*”. Já na concepção de Mauro “*É mais ou menos igual, lá era sossegado, os vizinhos todos bons, aqui também é [...] aqui, pra mim tá bom... sossegado aqui*”. A partir de ambos os relatos, pode-se compreender uma semelhança de opiniões que incluem a qualidade do local aliada ao relacionamento com vizinhos. Pode-se perceber que a tranquilidade do local, no que diz respeito ao relacionamento com os vizinhos, representa muito na opinião de ambos os aposentados, o que estaria relacionado com a questão simbólica do local (C).

Nas próximas seções do presente trabalho, discute-se os aspectos vinculados às perspectivas de territorialização e reterritorialização, onde as questões que abordam o relacionamento dos indivíduos com a vizinhança serão mais amplamente discutidas.

Já, nos relatos de Aparecida e Luzia é observada claramente a influência da questão econômica (E) evidenciada mais uma vez. Aparecida assinala que no seu caso, houve mudança no contexto vivencial ao se mudar para o Residencial Irajá, onde mesmo não apresentando as condições ideais de vida, de acordo com a sua opinião, evidenciada a partir do trecho “*A mudança, houve. Apesar dos pesares, houve*”; que a questão relacionada à casa própria, foi determinante para que Aparecida considerasse a mudança como boa. A mesma

justifica tal fato ao apontar que *“Por causa que eu saí do aluguel, a primeira coisa foi isso, né... eu saí fora do aluguel. Então, eu falo pra você que foi uma boa mudança”*. Além disso, segundo ela, foi no Irajá que a mesma conseguiu o benefício da aposentadoria, o que auxiliou nas questões financeiras, mesmo que aparentemente o fato de estar morando no Residencial Irajá, não tenha nenhuma relação aparente com esse fato.

Luzia, por sua vez, também assinala que a mudança foi boa, em função da melhora relacionada ao aspecto financeiro da casa. De acordo com o relato da moradora, que afirma que *“Eu acho que eu vivo melhor aqui, porque, assim, eu não gasto todo o meu dinheiro em aluguel, que nem eu gastaria...”*, pode-se perceber que a questão financeira fora determinante no processo de mudança, ao contrário do exemplo de Paulo, por exemplo, que como o já discutido, teve sua opinião pautada nas questões de acesso. Tal afirmação pode ser justificada a partir da análise do trecho *“[...] olha, pra mim, assim, eu to te falando, né... lá eu estava bem e tudo, porque eu estava perto da minha filha, mas com a ajuda que eu tinha dela, né. Aqui eu não preciso dela, graças à Deus”*.

De acordo com Luzia, a antiga moradia não poderia ser considerada um mal lugar para se morar, inclusive pela proximidade com a filha. Contudo, a entrevistada condiciona essa situação estável, ao fato de ser auxiliada financeiramente pela filha, algo que já apareceu no seu relato anterior, o das motivações para a mudança (MPM) e volta a aparecer em suas narrativas, dessa vez, estando vinculado à percepção que a mesma tem sobre a mudança.

Nota-se nos relatos de Luzia, que implicitamente existe uma preocupação com a filha e um incômodo relacionado a antiga situação de dependência para com a mesma. De acordo com o exposto nos seguintes relatos *“Eu gosto muito daqui”* e *“Quando eu quero ver meus filhos, eu vou pra lá, quando eles querem me ver, eles vem aqui, como hoje já vieram, a gente tá bem, graças à Deus”*, atualmente, Luzia se sente bem ao morar no Irajá, sendo possível relacionar isso ao fato de que exista uma aparente sensação de alívio, por ter algo que é seu, sem que necessite de auxílio financeiro por parte dos filhos.

Em seu relato, Anderson demonstra que teve sua opinião a respeito da mudança, influenciada por questões de privacidade, por estar morando no que é seu. Isso se justifica no trecho *“Ahh, rapaz... questão de melhorar assim... mais é... mais, assim, você estar morando, assim... mais você, né?”*, onde o mesmo considera a mudança como tendo sido boa, opinião que pode ser percebida pelos trechos *“piorar não piorou não...”*; *“não tá ruim não, não tá ruim não...”* e *“falar pra você que mais melhorou do que piorou”*.

Anderson, porém, deixa perceptíveis algumas ideias que evidenciam suas percepções sobre as limitações do local, o que pode ser observado nos trechos “*por mais que não seja daquelas grandes coisas, ainda melhorou um pouco...*” e “*não tá cem por cento, mas eu acho que muita gente que tá bem pior...*”. A partir disso, pode-se antever possíveis pontos de desacordo entre o entrevistado e determinados aspectos do condomínio, que serão abordados mais pormenorizadamente no presente estudo, à medida que eclodirem.

Dentre os que afirmaram que a mudança ocorreu de maneira positiva, Camila, não expressa, ou não deixa perceptíveis, maiores detalhes sobre sua opinião. Todavia, não apresentando razões que lhe fizeram considerar a mudança para o Irajá como boas, também não apresenta objeções, nem deixam perceptíveis desejos de voltar a morar na antiga casa, o que pode ser percebido por meio da análise de seus relatos.

Diferentemente dos relatos dos moradores que avaliam a mudança como positiva, apesar das desvantagens enfrentadas no contexto atual em relação ao anterior; existem opiniões que colocam em voga os aspectos negativos de seu contexto habitacional atual. Esse posicionamento mais crítico, pode considerar a permanência no local por outros fatores, mas deixa explícitos os descontentamentos com a sua situação atual.

Como exemplo disso, é possível analisar os fragmentos obtidos no relato de Luan e Joana, onde existem fortes contradições relacionadas às suas opiniões sobre o local onde mora.

De acordo com Luan, que morava anteriormente no município de Mandaguaçu, a mudança, condicionada pela questão financeira dos pais representa uma forte motivação para permanecer no local. Para Luan, porém, a vida na antiga casa era melhor em função da liberdade que possuía, no que diz respeito às questões de infraestrutura, que segundo ele, eram melhores do que as atuais. Tal afirmação pode ser verificada no trecho “*lá eram mais fáceis pra mim as coisas, tem banco, tem um atendimento melhor, nas coisas, no comércio.*”

Segundo Joana, mesmo tendo sido melhor devido à questão financeira, a mesma não gosta de morar no Condomínio Irajá, devido às questões de tranquilidade, como pode ser observado no fragmento “*Lá era melhor porque era tudo quietinho, mas do outro lado não era melhor, porque pagava aluguel, né? Aqui a gente tá pagando o que é da gente...*”. Desta forma, a moradora evidencia que na residência onde morava anteriormente, tinha mais tranquilidade, mas ressalta o peso da questão financeira, por estar pagando por algo que lhe é próprio.

Além dos indivíduos que demonstram descontentamento, mas que preferem continuar no local por outros fatores, emergem da pesquisa relatos como os de Joaquina, que deixa muito claro o seu descontentamento e assinala que pretende deixar o local o mais rápido o possível. Por ter passado um período em Portugal, Joaquina analisa as condições do Residencial Irajá, local onde mora atualmente, a partir das experiências obtidas no Brasil e no país europeu.

Segundo ela, as condições do cenário brasileiro como um todo, são muito inferiores às de Portugal. Especificamente no que diz respeito contexto habitacional, Joaquina assinala que não tem muitas perspectivas a respeito do local, pois deixa claro que pretende se mudar em breve, o que pode ser notado no trecho *“Sobre o condomínio, eu não tenho nada a falar... até porque, eu vou me mudar pra lá de novo. Sobre o Brasil, eu não tenho muito o que esperar daqui, na verdade. Eu vou voltar (para Portugal) mês que vêm”*. Como já mencionado, Joaquina vai além das comparações do local atual onde mora com o anterior. Ela compara os contextos que vivenciou em nível macro, se referindo não somente ao contexto local, mas pondera sobre a estrutura de dois países distintos, com realidades e culturas distintas.

No caso de Joaquina, a questão financeira também é notada, quando analisada pela entrevistada de forma conjunta às questões de infraestrutura. Tal afirmação justifica-se a partir do seguinte fragmento *“É tudo muito caro, tudo muito absurdo, de se morar aqui no Brasil. Então, sei lá... era mais fácil em tudo. Mercado, lá tem um a cada esquina, fica aberto até final de semana... na verdade, acho que nunca fecha, exceto no natal. Ahh... carro! Lá eu tinha carro na porta, aqui não tem... (risos)”*, onde é possível verificar que Joaquina critica duramente tanto os preços, quanto a infraestrutura, existentes no Brasil, quando comparado à realidade portuguesa.

Conforme foi possível notar a partir dos relatos de Joaquina e dos demais moradores entrevistados, o movimento de desterritorialização quando analisado de acordo com a proposta das dimensões econômicas, políticas, culturais-simbólicas e naturais (E-P-C-N), pode ser vislumbrado por meio das expressões, formas de falar e posturas dos indivíduos. No caso de Joaquina, além das questões econômicas figuram fortemente as questões culturais a partir de um processo de comparação e alinhamento, talvez feito de maneira inconsciente, em que ela analisa as experiências vivenciadas em dois países. É como se, ao expressar uma vontade de retornar à Portugal, carregada até mesmo de uma certa revolta, Joaquina demonstrasse insatisfação não somente com o Irajá, mas com a situação do país, até o ponto

de, em alguns momentos da entrevista dar a entender que possui um sentimento de quem sente-se envergonhada de ser brasileira.

A esse respeito, Haesbaert (2007b) cita a desterritorialização como perda de identidade nacional, onde a desterritorialização ocorre em nível simbólico, de maneira que o indivíduo perde sua identificação com determinados territórios ao adentrar em outros, em termos, inclusive de identidade nacional.

Como já discutido anteriormente, a desterritorialização representa uma perda de bases territoriais, as quais ficam muito evidentes nos relatos dos entrevistados. Todavia, acompanhada desse processo de desfazimento territorial (simbólico ou material), tem-se início um novo processo que, para alguns autores como Haesbaert (2007b), ocorre de maneira automática, denominado reterritorialização, ou seja, uma readaptação dos indivíduos ao um novo contexto territorial. Tais processos de readaptação, denominados reterritorialização, serão discutidos na próxima seção.

6.2.2 Reterritorialização

As questões de reterritorialização, tal como ocorre com as dimensões do território, podem ser consideradas a partir de seus aspectos objetivos e subjetivos, que atendem à proposta do dimensionamento territorial (E-P-C-N). A partir disso, tem-se como reterritorialização, segundo Haesbaert (2007b), o movimento que vem acompanhado da perda ou da modificação de significados de um ou mais territórios por parte dos indivíduos, o que pode ocorrer de forma individual e coletiva.

Como já mencionado anteriormente, a desterritorialização, da mesma forma que os próprios territórios, pode existir de maneira subjetiva, simbólica, cultural, não sendo relacionada somente à destruição física de lugares, mas a modificação de significados destes lugares para os indivíduos. Assim, as questões de identificação e perdas de bases territoriais, podem ser caracterizadas como formas de desterritorialização. Naturalmente, nas dimensões objetivas, onde a perda de um território ocorre de maneira física, a partir da mudança ou destruição de um determinado território, também são formas de desterritorialização (HAESBAERT, 2007b).

A partir disso, tanto de maneiras objetivas, físicas, quanto simbólicas, subjetivas, os mecanismos de reterritorialização entram em cena, a partir de um reconhecimento ou de uma

identificação de perda de um território, onde tem início uma lógica de readaptação, de reassimilação de um novo território, por parte dos indivíduos (HAESBAERT, 2007b).

Assim, poder-se-á aplicar a compreensão da reterritorialização a partir das dimensões E-P-C-N do território, ao analisar o caso dos indivíduos residentes no Condomínio Irajá e os seus processos de reterritorialização.

As questões de reterritorialização para os moradores do Irajá, poderão ocorrer de forma simbólica a partir das ideias a partir de um processo de readaptação dos indivíduos ao local onde passaram a morar. Algumas das ideias a respeito disso, estão implícitas em seções que antecederam o presente tópico, sendo este uma construção de ideias que se somaram e emergiram da pesquisa.

Desta maneira, as categorias definidas a partir da metacategoria reterritorialização, surgem para abordar especificamente questões que a partir do entendimento do pesquisador, deixam muito evidentes os impactos relacionados à questão da reterritorialização dos indivíduos. Para tanto, objetivou-se a elaboração de duas categorias para proceder com a análise da reterritorialização no Condomínio Irajá, sendo elas: as questões relacionadas *as Percepções Sobre o Relacionamento com a Vizinhança (RVZ)*; e a *Percepções Sobre os Serviços Básicos no Local (SRB)*;

6.2.2.1 Percepções Sobre de Relacionamento com a Vizinhança (RVZ)

As questões de reterritorialização, a partir de uma análise simbólica e material envolvem as percepções dos indivíduos sobre o território ao qual se inserem. Assim, segundo Sack (1986) a territorialidade perpassa condições estabelecidas tanto em níveis abrangentes, quanto em níveis individuais.

Os indivíduos podem possuir territorialidades específicas e individuais, sobre o mesmo espaço. Deste modo, ao abordar o relacionamento entre os entrevistados e os demais moradores da vizinhança, pode-se verificar que em muitas ocasiões, um mesmo território pode representar distintas visões de um mesmo local para cada um dos indivíduos, onde em um contexto geral podem ocorrer divergências que impactam no processo de reterritorialização.

Ao morarem em lugares onde a convivência com vizinhos era distinta da atual realidade no Irajá, construía-se territorialidades as quais eram pautadas no contexto vivencial destes indivíduos, podendo ser afetadas a partir do processo de mudança. Quando tal

mudança inclui ainda uma transformação estrutural como de casas para prédios, por exemplo, onde há necessidade da convivência em condomínio, pode haver um choque ainda maior a impactar na reterritorialização destes indivíduos. A respeito das opiniões dos indivíduos sobre as questões de relacionamento com a vizinhança, destacam-se os seguintes relatos:

GRUPO 1

.....

UNIDADE 1ª (Luan, 27 anos, Encarregado Operacional)

É bom... o vizinho de cima, é meio atrapalhado, derruba coisa no chão. Tem hora que é absurdo já, mas a gente não quer criar confusão, então a gente não reclama, não tem isso. Eu moro no terceiro andar e quem mora no último, não tem noção do que é viver com gente morando em cima.

GRUPO 2

.....

UNIDADE 2ª (Anderson, 33 anos, Mecânico)

Rapaz, graças a Deus é bom, é bom... assim, é um relacionamento bom... não vou falar pra você que é cem por cento, porque as vezes você mora com uma pessoa do lado, você não é amigo dela, é vizinho, né... mas... até agora, não tive problema não.

UNIDADE 3ª (Joaquina, 32 anos, Trabalho Externo)

Pra mim é tranquilo, até porque eu não tenho muito relacionamento com eles... é um bom dia, boa tarde e pouco mais que isso. Assim, em termos de barulho, não me incomoda. Como eu tenho uma criança, não posso me incomodar com isso, mas tem muitos que se incomodam e muito, porque acham que as crianças não deveriam existir.

UNIDADE 4ª (Camila, 36 anos, Trabalho Externo)

Eu não tenho nada a reclamar daqui. Só as pessoas idosas, que são menos tolerantes. Eles acham que as crianças não podem brincar... e você sabe que os parquinhos ficam entre os apartamentos, daí com tudo eles se incomodam. Porque dentro do seu apartamento, não passa tanto barulho, mas pra eles... é um barulho irritante. As crianças não podem falar, mas eles falam alto, batem a porta, mas eles não entendem... eles acham que só as crianças que incomodam. É só isso, assim, que eu tenho pra falar. Mas, do restante, da vizinhança,

não... eu converso com todo mundo, é claro, mas assim do seu bloco, porque eu trabalho fora. Mas assim, sobre a relação com as pessoas, não tenho o que falar. [...]

GRUPO 3

UNIDADE 5ª (Paulo, 75 anos, Zelador)

Pra mim, eu tenho amizade com todo mundo. Quem eu conheço, por exemplo, é bom dia!, boa tarde!, oi!, tudo legal?... não tenho o que dizer, eu me dou com todo mundo aí, todo mundo gosta de mim, eu não maltrato ninguém, trato todo mundo dentro do respeito possível, né? Quer dizer, se a pessoa tiver raiva de mim, aí o problema é dele! (risos) eu não tenho nada contra ninguém aqui.

GRUPO 4

UNIDADE 6ª (Aparecida, 69 anos, Aposentada)

Ahh, pra mim é igual, eles estão na casa deles e eu estou na minha. É bom dia, boa tarde e é assim. [...] Aqui do bloco eu, se eu vejo, é bom dia, boa tarde... se estão se pegando pra lá, pra lá ficam. A única coisa, que eu botei aqui, que eu falei para os meninos, é que eu fiz uma lei foi a de moleques que ficam aqui perturbando as ideias da gente. Então, até meu marido ficou doente, de coração meio fraco, porque vinha de muita raiva que passou aqui, daí, como eu sou do cras, eu anunciei no cras. Era falta de quem? das mães e dois pais, darem educação para os filhos. [...] eu catei uma folha e entreguei para o síndico e falei que, pra eu denunciar, era rapidinho. Que você goste, que não goste, queira ou não vai entrar as pessoas da lei aqui. Tanto é, que de vez em quando tem umas policinhas por aqui.

UNIDADE 7ª (Nilton, 74 anos, Aposentado)

Não tenho do que reclamar de vizinhança, tudo amigo, tudo é conhecido, tudo conhecido. Se tiver algum assim... né... a gente não dá bola e pronto, né? [...] é teve gente que mudou aqui, teve uns dois, três, que saiu daqui. Inclusive o cara até alugou, né... e alugou em outro lugar, foi três ou quatro. [...]

UNIDADE 8ª (Mauro, 81 anos, Aposentado)

É bom... barulhinho sempre sai, né... no meio de tanta gente, sempre tem algum barulho, né? Os vizinhos meus mesmo lá, são todos bons... as vezes a gente tá dormindo, cai alguma coisa no chão a gente acorda, mas aí dorme outra vez (risos).

UNIDADE 9ª (Joana, 74 anos, Dona de casa)

Ah, eu tenho amizade com todo mundo, né. Mas tem muita gente ignorante. Que fica falando besteira pra gente. Sei lá, eu não saio de dentro de casa, só pra colocar o lixo pra fora... não fico por ai, na casa dos outros.

UNIDADE 10ª (Luzia, 68 anos, Aposentada)

Graças à deus tudo bem... eu me dou muito bem com os meus vizinhos, graças à Deus, não tenho o que falar de ninguém. O povo daqui é muito bacana, tudo gente... é tudo unido, né?

UNIDADE 11ª (Gilda, 66 anos, Aposentada)

A molecada atormenta demais. Inclusive, o Sr. José tá indo embora por causa da molecada. Essa molecada não dá sossego pra ninguém! É muita bagunça. O Sr. José ó, o coitado está indo embora porque a mulher é doente, ela deitava lá na cama e deixava a janela aberta e os moleques jogavam pedra na cama da mulher... acertou até na cabeça dela, coitada! e eu não suporto isso... eu não suporto! [...] nós temos uma vizinhança aqui, que é fora do comum. A única coisa aqui que me perturba, é a molecada... só isso. Tirando o filho dela (referindo-se ao filho de Camila) que é "óh"!

Deste modo, a partir dos relatos dos moradores do Condomínio Irajá, pode-se construir o seguinte quadro, baseado nas ideias centrais dos mesmos:

Quadro 11 - Categoria Relacionamento com a Vizinhança (RVZ)

UNIDADES	IDEIA CENTRAL
1, 2, 4, 5, 7, 8, 10	Consideram que o relacionamento com os vizinhos é bom e não demonstram ressalvas
6, 11	Consideram que o relacionamento é bom, mas citam que já tiveram problemas com outros moradores
3, 9	Consideram o relacionamento bom, mas afirmam não ter contato com os vizinhos

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Considera-se que a vivência, em termos de territorialidade, passa por um estabelecimento e identificação do lugar como território. Essa identificação está também relacionada à constituição de uma sociedade, uma organização em nível micro. Melhor explicando: um bairro, uma rua, um condomínio, também podem ser considerados territórios

(ROLNIK, 1988; SOUZA, 2009), onde as dimensões E-P-C-N também surgem nesse contexto reduzido, mas que não pode ser desconsiderado.

Deste modo, o fato de morar em condomínio implica em uma mudança não somente territorial, mas social. Em outras palavras, ao mudar para um condomínio o indivíduo deve passar a conviver com diferentes pessoas, em sua maioria desconhecidas, o que se acredita que seja de grande impacto em termos de reterritorialização. Quando o “panorama” envolve a mudança de localidade, de acesso e da própria forma pela qual foi construída a unidade habitacional, sendo ela vertical ou horizontal, acredita-se que isso irá impactar no processo de identificação do indivíduo com o local na sua territorialidade.

Assim, a questão de relacionamento entre os vizinhos pode ocultar, por trás de uma aparente simplicidade, questões relacionadas as formas pelas quais o indivíduo vai adentrar a um novo território, não somente a partir de condições materiais (infraestrutura, acesso), mas principalmente em nível simbólico, por meio da relação em que o mesmo irá estabelecer com os outros indivíduos.

Acredita-se, portanto, que as opiniões sobre o relacionamento dos moradores do Condomínio Residencial Irajá servem como orientações que dão ensejo a reflexão sobre importantes questões sobre a reterritorialização dos mesmos em níveis simbólicos.

Desta forma, a partir dos trechos dos relatos acima pode-se verificar que o relacionamento dos indivíduos com a vizinhança aparenta ser bom. Todavia, ao examinar as particularidades de cada um dos moradores é possível verificar que mesmo sendo considerado bom, existe uma série de particularidades a serem consideradas, tais como a questão do barulho, fato que denota uma clara mudança de contexto ao se comparar uma vida em uma casa à de um apartamento.

No grupo de indivíduos que acreditam que o relacionamento com os vizinhos é bom, destacam-se os relatos de Luan, Anderson, Camila, Paulo, Nilton, Mauro e Luzia, no qual os mesmos afirmam possuir bom relacionamento com a vizinhança, independente de pequenos fatos ocorridos no dia-a-dia do condomínio

Anderson, na frase *“não vou falar pra você que é cem por cento, porque as vezes você mora com uma pessoa do lado, você não é amigo dela, é vizinho, né...”* deixa claro que, mantém um relacionamento cordial com dos demais moradores, mas não os caracteriza a todos como seus amigos.

No caso de Paulo, o trecho *“Quem eu conheço, por exemplo, é bom dia!, boa tarde!, oi!, tudo legal?...”*, dá a entender que o mesmo possui o mesmo tratamento com os vizinhos

que Anderson, ou seja, afirma cumprimentar os que tem maior proximidade e manter um bom relacionamento com os demais. Todavia, o trecho “e *“se a pessoa tiver raiva de mim, aí o problema é dele!”*”, demonstra que é possível que Paulo saiba que não é bem considerado por todos, deixando a cargo destes a imagem que fazem dele. Para Nilton, a situação é parecida, já que o mesmo afirma ser amigo de todos e àqueles que não conhece, o mesmo afirma não dar importância.

Para Luan e Mauro as questões de barulho são perceptíveis, já que segundo Mauro *“barulhinho sempre sai, né... no meio de tanta gente, sempre tem algum barulho, né?”*, mas não são consideradas incômodas, como pode ser verificado no trecho *“as vezes a gente tá dormindo, cai alguma coisa no chão a gente acorda, mas aí dorme outra vez (risos)”*. Para Luan, o problema do barulho ocorre devido ao descuido do morador residente no apartamento de cima, onde o mesmo cita que *“o vizinho de cima, é meio atrapalhado, derruba coisa no chão”*, o que causa incômodo e faz com que Luan considere como *“absurdo”*. Porém, segundo o entrevistado, *“a gente não quer criar confusão, então a gente não reclama, não tem isso”*, o que dá a entender que Luan não tenha levado a questão adiante, falando com o morador ou fazendo reclamações ao síndico.

Luzia, por sua vez, considera todos os indivíduos como *“gente unida”*, e afirma que se dá muito bem com seus vizinhos. No caso de Camila, a mesma afirma que não tem do que reclamar do local em termos de vizinhança. Porém, assinala que no condomínio a questão do barulho tem incomodado as pessoas idosas, apesar de não lhe incomodarem. Segundo Camila, *“as pessoas idosas, que são menos tolerantes”* e para elas, o barulho causado pela brincadeira das crianças é considerado irritante.

Camila, afirma acreditar que se trate mais de implicância dos idosos para com as crianças, do que um problema real. Na visão dela, os idosos pensam que *“as crianças não podem falar”*, mas por sua vez, *“eles falam alto, batem a porta, mas eles não entendem”*, o que justifica a ideia de implicância dos idosos para com a brincadeira das crianças.

Imagem 4 - Muro traseiro do Residencial Irajá “decorado por moradores”



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Dentro no grupo de indivíduos que consideram possuir um bom relacionamento com os vizinhos, mas que afirmam já terem tido problemas com outros moradores, destacam-se os relatos de Aparecida e Gilda. Para ambas a questão da bagunça aparenta atrapalhar muito. Nos relatos das mesmas, não fica claro se as reclamações são direcionadas a crianças, mas podem ser interpretadas como estando relacionadas às questões de segurança do local.

Para Aparecida, apesar de se dar bem com os demais moradores, a mesma afirma já ter reclamado para o síndico e ter “*feito uma lei*” sobre o problema dos “*moleques que ficam aqui perturbando as ideias da gente*”. Ao que Aparecida se refere quando cita ter “*feito uma lei*”, é a de ter feito uma cobrança ostensiva sobre o síndico, para que o mesmo tomasse providências quanto a solução do problema e também, de ter envolvido o Centro Regional de Assistência Social (CRAS), no sentido de respaldar o trabalho do síndico a partir do acionamento do conselho tutelar e das autoridades competentes.

De acordo com ela, o problema no local se dava pela falta de disciplina dadas aos jovens por parte dos pais. Por fim, a mesma afirma ter informado e notificado ao síndico do condomínio de que mesmo ele não concordando, em casos de necessidade, ela chamaria a polícia, o que para ela deu resultado, já que “*de vez em quando tem umas policinhas por aqui*”.

No caso de Gilda, a questão aparenta ser a mesma “*a molecada*”. De acordo com ela, um dos moradores do condomínio está deixando o local, graças à problemas enfrentados com a vizinhança e devido à uma pedra que houvera sido disparada por crianças, contra a sua mulher que se encontrava enferma, no leito. Desta forma, a entrevistada não afirma que pessoalmente tenha enfrentado problemas, mas considera o comportamento incômodo e “*insuportável*”.

Quanto aos demais moradores, Gilda considera um relacionamento bom, principalmente com aqueles com quem tem amizade, citando o exemplo do filho de Camila, que tem 14 anos e que segundo Gilda “*é um menino, não é um moleque*”, o que demonstra que as reclamações não são direcionadas a todas as crianças e jovens, somente àqueles que praticam atos que incomodam os demais moradores do local.

Sobre a questão do relacionamento com a vizinhança, mas também relacionada às questões de segurança a serem discutidas na próxima seção do presente capítulo, pode-se compreender que o fato de Aparecida se incomodar com a perturbação causada pelos demais moradores acionando a polícia, contribui para que o local esteja mais seguro.

Contudo, tal fato pode ser fruto de questões ligadas à segurança, como os exemplos de furtos ocorridos no local e muito citados pelos moradores na categoria PSS, a ser analisada na sequência do presente estudo.

Assim, a questão da “*bagunça*” e da “*molecada*” pode estar, tanto pautada num comportamento intolerante de idosos no que diz respeito à brincadeira de crianças (conforme afirma Camila), quanto relacionado à assuntos de maior gravidade como por exemplo os furtos já mencionados, ou até mesmo as questões de uso e venda de drogas (conforme cita Gilda, no item PSS, ao se referir a “*boca de fumo*” que existiria em um dos blocos).

Além dos relatos de moradores que consideram o local bom para se morar, existem aqueles que podem ser considerados positivos, mas com baixa frequência de relacionamento com os demais moradores do local. Dentre eles, pode-se citar os exemplos de Joaquina e Joana.

Joaquina, apesar de alegar não permanecer no local e não ter muito contato com a vizinhança, assinala que não se incomoda com as questões de barulho por ter uma criança em casa. Porém, segundo ela “*tem muitos que se incomodam e muito, porque acham que as crianças não deveriam existir*”, o que dá a entender que Joaquina possua uma linha de pensamento similar à de Camila, que caracteriza o incômodo da vizinhança com relação ao barulho, como implicância.

No caso de Joana, a questão da relação com os demais moradores se apresenta de maneira contraditória. Isso, porque a medida que afirma possuir “*amizade com todo mundo*”, Joana cita a existência de “*pessoas ignorantes*” e também que não tem muito contato com as pessoas do condomínio, ao passo que só sai de casa para colocar o lixo.

Assim, ao analisar o relato de Joana, percebe-se que a mesma, apesar de considerar o local como bom, dá a entender que já tenha tido ressentimentos e que como pode ser visto em outros trechos, discutidos em outras categorias do presente trabalho, já se sentiu ofendida por pessoas do local que ficam lhe dizendo “*besteiras*”. Apesar disso, a mesma dá a entender que salvo os desentendimentos ocorridos, considera ter um bom relacionamento com os vizinhos mesmo com o pouco contato que tem com eles.

6.2.2.2 Percepções sobre Serviços Básicos na Região (SBR)

A construção de empreendimentos do PMCMV, além de pôr em voga as questões de produção do espaço urbano e dar ensejo à reflexão dos impactos desta produção no contexto individual dos moradores, influenciando nos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização dos moradores do local, propicia discussões sobre temas igualmente relevantes, tais como as questões relacionadas a ideia da moradia, a segregação e as discussões em torno da periferização dos empreendimentos. Tudo isso, inclusive, analisado a partir do fato de que o PMCMV pode ser considerado como uma parceria entre os setores público e privado.

Neste contexto, as questões de segregação e periferização dos empreendimentos devem ser entendidas como a construção de unidades habitacionais vinculadas ao PMCMV, em regiões distantes dos grandes centros e, por conseguinte, distantes do acesso aos serviços básicos para os indivíduos.

Acredita-se ser importante considerar que no regulamento que delimita as diretrizes e condições básicas de construção de obras financiadas pelo Programa Minha Casa Minha Vida, existem exigências sobre as questões de estrutura, as quais devem ser seguidas pelas construtoras responsáveis pela obra e também, fiscalizadas pela prefeitura do município em que serão construídas as unidades habitacionais. A Caixa Econômica Federal (2018) delimita que:

Para empreendimentos a partir de 1.500 unidades: Concepção urbanística subsidiada por: - Mapa do município ou da região do município, com indicação de escala gráfica e norte, apresentando localização do empreendimento; malha urbana; sistema viário principal; principais centralidades de comércios e serviços; e pólos geradores de emprego; - Mapa de localização do empreendimento e do entorno imediato, conforme disposto no item 3 do Anexo IV, da Portaria no 168 MCidades, com indicação de escala gráfica e norte, apresentando: vias de acesso ao empreendimento; comércios e serviços relevantes; equipamentos de saúde e educação existentes; outros empreendimentos contratados, ou em contratação, no âmbito do PMCMV; e traçado das rotas de pedestre, do centro geométrico do empreendimento, aos equipamentos de educação e saúde e às paradas de transporte público, com as distâncias percorridas; mapa do entorno do empreendimento, conforme disposto no item 3 do Anexo IV da Portaria no 168 MCidades; Implantação do empreendimento, com indicação da escala gráfica, norte e curvas de nível, apresentando: hierarquia viária, indicando largura das vias e calçadas; distribuição e dimensionamento das áreas institucionais, comerciais e espaços livres previstos; Proposta para atendimento da Demanda e por Equipamentos e Serviços Públicos e Urbanos gerada pelo empreendimento (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2018).

Desta forma, verifica-se que há uma preocupação no que diz respeito ao acesso e a estrutura do local, em termos de serviços básicos, tais como saúde e educação, assim como questões de transporte público e rotas para pedestres, em empreendimentos acima de 1.500 unidades habitacionais. Além disso, atestados de qualificações técnicas inerentes a realização de obras em relação ao porte do empreendimento, projetos de acessibilidade, declaração de viabilidade de fornecimento de água, energia elétrica, coleta de esgoto e resíduos sólidos emitidas pelas concessionárias, também são exigidos no tocante aos empreendimentos (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2018).

Em consonância a estes pressupostos, o diretor de habitação do município de Maringá, Márcio Lorin, assinala que a CEF exige uma postura solidária do município no que diz respeito aos empreendimentos do PMCMV.

Segundo ele, as construtoras não podem “...chegar lá e dizer ‘eu quero fazer um conjunto habitacional’ sem a prerrogativa do Estado. Ele pode propor lá ‘eu quero fazer um edifício e essas unidades habitacionais vão se encaixar no MCMV’”. Além disso, o diretor aborda também as atribuições do município quanto ao relacionamento com o governo federal, representado pela CEF e a iniciativa privada, as construtoras.

De acordo com Lorin “o que resta ao município, são áreas onde o município estabelece uma determinada relação com o ente privado, e aí ele vai organizar as pessoas né, os ‘clientes’ desse agente privado já vão estar aqui na minha fila”. Fora isso, segundo ele, as questões de financiamento e as configurações são aprovadas pelo Ministério das Cidades. O

projeto então, seria enviado para a Caixa Econômica Federal e se não satisfizer as determinações normativas estabelecidas pelo Ministério das Cidades, não são aprovados.

No entanto, apesar do fato de que as questões de infraestrutura e de serviços básicos, estão previstas no regulamento do PMCMV, elas aparentam ser uma questão mais complexa. A partir disso, considera-se que, no que diz respeito a gestão da política habitacional a atuação governamental centralizada na união possa não atender a necessidades locais, as quais não estão sendo contempladas por cláusulas contidas no regulamento, por mais abrangentes que estas sejam.

A esse respeito, o diretor de habitação Márcio Lorin considera que o município vá “a reboque” de uma política que deixa de estar centrada num Plano Nacional de Habitação, passando a ser um elemento do PAC, ou seja, o mesmo assinala que o programa “deixa de ter uma diretriz de direito, que é a habitação e passa a ter uma diretriz econômica, é ‘Programa de Aceleração do Crescimento’, então ela muda de casa, né, muda de lócus, então a orientação ela é outra. ” Por fim, Lorin expressa a sua opinião, de que “o desenho dessa política habitacional fica muito a quem do que a gente pensaria de uma política adequada, né”.

Desta maneira, pode-se compreender que as questões de acesso a serviços básicos, estrutura dos locais onde serão instalados tais empreendimentos, deveriam ser de competência do município ou até mesmo serem instituídas de forma complementar ao regulamento pré-estabelecido pela CEF.

Acredita-se que isso poderia significar um maior planejamento e adequação de áreas para a construção de moradias populares a partir da exigência de que estas sejam edificadas em regiões que oferecem reais condições de acesso e acessibilidade, condições estas, que serão estabelecidas a partir de uma análise de viabilidade pautada em condições locais e específicas e cada região.

Possuir um maior planejamento, voltado ao bem-estar social e da população atendida poderia inclusive, minimizar os impactos provenientes de uma postura mercantilista de produção de habitações, onde em nome da maximização de lucros a partir da produção de unidades habitacionais, estas poderiam levadas para regiões que não atendem as condições adequadas de infraestrutura, o que impactaria nos processos de T-D-R e na vivência dos moradores.

A partir disso, buscar-se-á analisar os relatos dos moradores do Condomínio Residencial Irajá a respeito de suas perspectivas sobre as questões de estrutura urbana e acesso aos serviços básicos da comunidade, tais como postos de saúde, hospitais, distritos

policiais, mercados etc. Das entrevistas concedidas para a realização da presente pesquisa, foram extraídos os seguintes fragmentos:

GRUPO 1

.....
 UNIDADE 1ª (Luan, 27 anos, Encarregado Operacional)

Tranquilo, não tem problema... tem ponto aqui na frente. Eu trabalho lá perto do aeroporto e as vezes eu chegou mais rápido daqui lá, do que gente que mora no outro lado da cidade. Então, não é ruim.

GRUPO 2

.....
 UNIDADE 2ª (Anderson, 33 anos, Mecânico)

Ahh, nessa parte eu acho que tá bem legal essa parte... tá bem legal.

UNIDADE 3ª (Joaquina, 32 anos, Trabalho Externo)

Aqui é tudo muito caro, muito absurdo de morar aqui no Brasil [...] questão de mercado, lá tem um a cada esquina, fica aberto final de semana, na verdade, nunca fecha. Carro, lá tinha carro na porta, aqui não tem, isso me prejudicou bastante.

UNIDADE 4ª (Camila, 36 anos, Trabalho Externo)

Pelo local, até porque o ônibus, a circular é de frente ali, é tudo mais fácil, de trabalhar, o ônibus fica na frente de casa, você desce aqui na frente... então é tudo fácil. E onde eu trabalhava, era tudo mais difícil, era mais longe, o mercado era mais longe, tinha que pegar circular, andava mais de vinte minutos, quase vinte e cinco minutos a pé... e aqui é tudo na porta, é avenida, né... é tudo mais cômodo [...] Pra mim foi pra melhor, eu achei que foi pra melhor.

GRUPO 3

.....

UNIDADE 5ª (Paulo, 75 anos, Zelador)

Quando eu precisei, foi com meu carro..., mas aqui, eu vejo gente que precisa aí, vai ali fora e disca para 192 e eles aparecem imediatamente ai e já levam. Corpo de Bombeiros, Polícia... se precisar, já precisou umas duas três, vezes aí, por algum motivo meio banal, mas já precisou. Disca, já vem [...] tem o posto de saúde ali, é meio precário, mas tá atendendo bem, dentro das possibilidades. Tem algumas coisas, que em todo o lugar é assim, uma consulta mais especializada você tem que esperar... tem que esperar. Isso aí poderia melhorar. Isso depende da prefeitura e eu espero que com esse prefeito que está aí, dê uma melhoradiinha, né...

GRUPO 4

UNIDADE 6ª (Aparecida, 69 anos, Aposentada)

É bem melhor do que onde a gente morava. Tem ônibus aqui na frente, a hora que quer, tem o posto de saúde ali, a gente tem médico em Mandaguaçu, pega o Garcia ali embaixo... tudo assim de saída é favorável.

UNIDADE 7ª (Nilton, 74 anos, Aposentado)

Para mim não tem dificuldade nenhuma, se eu quiser sair a circular tá ai, direto. Precisou de uma ambulância, telefonou, já está aqui... é muito bom aqui, não tem o que reclamar não. Precisou, telefonou é cinco minutos a “bichinha” já está encostado.

UNIDADE 8ª (Mauro, 81 anos, Aposentado)

É boa... circular tem aí toda hora... ambulância tem aí, pra levar os doentes. Eu nunca fui porque nunca fiquei doente. Mercado, eles trazem as compras aqui, então tá beleza.

UNIDADE 9ª (Joana, 74 anos, Dona de casa)

Eu fiz aquele cartão dos idosos para andar na circular, mas eu ando mais a pé. As pessoas falam “a senhora é boba, fez o cartão e anda a pé?...”, mas é bom a gente andar a pé. Qualquer coisa, é dar um pulinho ali, já pega a circular só porque fez o cartão. Meu cartão está guardado, eu uso mais quando vou para Maringá, mas é difícil de eu ir para Maringá, também... Tem ambulância, tem o posto ai... mas esse posto aí é demorado pra sair uma consulta, viu. Amanhã tenho que ir lá, ver um negócio. Não, pra mim tá bom. A circular passa aí, pertinho pra pegar, não precisa ficar andando longe, né? Tá bom.

UNIDADE 10ª (Luzia, 68 anos, Aposentada)

Tem, tem. Não tem hospital, só tem postinho. Acho que precisa ter no mínimo, um hospital 24 horas. Tem ambulância, mas se a pessoa ficar doente, a ambulância precisa vir lá de Maringá para cá, aí atrapalha um pouco, né... muitas vezes atrapalha. Não é sempre que tem... tem criança, tem gente de idade e demorou pra socorrer, um pouco. Demorou, mas veio.

UNIDADE 11ª (Gilda, 66 anos, Aposentada)

Aqui estamos melhor, vixe. Quando eu quero comprar alguma coisa lá de baixo, eu falo pra minha filha trazer isso, isso e isso, aí ela vai de carro. Se de repente, me der vontade de descer e ir lá pra baixo, eu volto de circular. Trago uma carne, um refrigerante... né... coisa pouca, aí eu venho. Mas se tivesse um mercado bom aqui pra nós aqui na frente, era melhor ainda... (risos)

Com base nos relatos acima, pode-se construir o seguinte quadro, que aborda as ideias centrais acerca do acesso a serviços básicos na região:

Quadro 12 -Categoria Percepções Sobre o Acesso aos Serviços Básicos na Região (SBR)

UNIDADES	IDEIA CENTRAL
1, 2, 4, 6, 7, 8	Consideram o acesso aos serviços básicos excelente
5, 9, 10, 11	Consideram um bom acesso a serviços básicos, mas gostariam de melhorias
3	Consideram ruim o acesso aos serviços básicos

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Conforme o quadro acima, pode-se verificar que a maioria dos moradores consideram as questões de acesso a serviços básicos no local como excelente, ou bom ainda que precisem de melhorias. Somente um dos entrevistados afirmou que os serviços deixam a desejar.

Dentre os indivíduos que consideram a estrutura do local como excelente, um fato chamou bastante a atenção: o fato das questões acesso estar comumente relacionado à existência de um ponto de ônibus no local, o que os permite ir até Maringá.

O acesso as regiões centrais do distrito de Iguatemi e do município de Maringá se dá de forma rápida e prática, a partir da existência de um ponto de circulares na porta na frente do condomínio, conforme pode ser verificado nos relatos de Luan, “*Tranquilo, não tem problema... tem ponto aqui na frente*”; Camila “*é tudo mais fácil, de trabalhar, o ônibus fica*

na frente de casa, você desce aqui na frente”; Aparecida “Tem ônibus aqui na frente, a hora que quer”; Nilton “se eu quiser sair a circular tá ai, direto”; e também de Mauro “É boa... circular tem aí toda hora...”.

Imagem 5 - Ponto de ônibus em frente ao Condomínio Irajá



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Apesar disso, os moradores elencam outros fatores vinculados ao transporte coletivo, que também influenciam na concepção do lugar como acessível aos serviços básicos, tais como uma maior rapidez para chegar no trabalho, como no caso de Luan e Camila e a maior proximidade aos postos médicos no município de Mandaguçu⁶, no caso de Aparecida. No caso de Nilton e Mauro, tais questões se justificam a partir do fato de que o acesso aos serviços de saúde, por meio da ambulância é feito de maneira rápida e ágil. Mauro afirma que no caso aos serviços de alimentação e mercados, não há problema, porque estes fazem entregas em domicílio.

Para os moradores que acreditam que as questões de acesso são adequadas no local, mas que consideram que há melhorias possíveis de serem realizadas, destacam-se os relatos de Paulo, Joana, Luzia e Gilda.

Paulo, Joana e Luzia confirmam que há o acesso de ambulâncias no local, porém, segundo Luzia, estas demoram para chegar ao condomínio, uma vez que vêm de Maringá. Além disso, ambos apontam que no caso de necessidades básicas há um posto de saúde no distrito, mas que o mesmo não ofereceria serviços especializados e que na eminência de necessidades dos indivíduos, devem ser realizados em Maringá.

⁶ Município vizinho ao distrito de Iguatemi, localizado a uma distância de aproximadamente 5,5 Km do Condomínio Residencial Irajá (GOOGLE MAPS, 2018).

A partir disso, verifica-se que apesar de boa parte dos entrevistados considerar o Irajá como um local acessível, quando se comparado aos serviços básicos marcados no mapa (supermercados, unidades de saúde, distritos policiais, corpo de bombeiros, colégios etc.), pode-se concluir que o Residencial Irajá ocupe uma posição afastada da região central e, portanto, também afastada dos serviços básicos. A distância do Condomínio Irajá para a região central de Iguatemi é de aproximadamente 1,2 km, aumentando ainda mais, quando se comparado às regiões centrais de Maringá, onde a distância é de aproximados 14 km.

Com base nisso, entende-se que as questões de infraestrutura do PMCMV, ainda que reguladas pela CEF por meio de diretrizes gerais, não vai atender a população de forma completa. Ao se verificar que para ter acesso aos serviços básicos disponíveis no local os moradores tenham que se deslocar as regiões mais centrais de Iguatemi, pode-se refletir que mesmo tendo atendido as normativas impostas pela CEF, uma análise mais aprofundada das condições de habitabilidade do local poderia apontar que a infraestrutura não tenha de fato alcançado o local, estabelecendo uma contradição.

Após abordar a temática da reterritorialização, entende-se necessário conceituar as questões sobre os significados de territorialização. Territorializar, para Raffestin (1993) representa o processo de tornar familiar, conhecido a um novo território. Isso, contudo não ocorre de maneira simples, embora automática, na visão de alguns teóricos, em um contexto que seguindo o raciocínio do processo de desterritorialização, abarca do mesmo modo as suas dimensões objetivas e subjetivas do território.

Sobre as questões de territorialização, suas dimensões e a forma como os indivíduos residentes no Condomínio Residencial Irajá constroem sua territorialidade, ou seja, territorializam os novos espaços vivenciais, discutir-se-á na próxima seção da presente pesquisa.

6.2.3 Territorialização

De acordo com Raffestin (1993), territorializar-se significa criar vínculos, tornar conhecido, próprio, ou familiarizar-se com um determinado território. Assim, ao analisar o contexto da territorialização do Condomínio Residencial Irajá, faz-se necessário compreender sobre os conceitos de territorialidade.

A territorialidade, segundo Fuini (2014), está ligada à identidade territorial a partir da significação feita de um determinado território para os indivíduos. Em outras palavras,

territorialidade está relacionada à identidade de um território, construída por um ou mais indivíduos, isoladamente ou em grupos, que dão ao território determinada significação. A esse respeito, Sack (1986) trata as questões de territorialidade como sendo formas de controle de um determinado espaço pelos indivíduos. Além disso, sugere que essas territorialidades podem ser mutáveis, inconstantes e coexistirem entre si. Ou seja, assim como os significados do território, a territorialidade está ligada a aspectos de ordem material e imaterial.

Sendo a territorialidade uma identidade territorial, a territorialização por sua vez, representaria a apropriação dos indivíduos desta identidade territorial, a familiarização de um território por parte dos mesmos. Cabe salientar que ao citar a territorialização como processo de tornar um determinado território conhecido, identifica-se que este processo não venha a ocorrer de maneira unilateral, ou seja, de apenas uma das partes. No presente estudo, ao abordar a territorialização, considera-se a mesma como um mecanismo simbólico, espacial e histórico. Deste modo, entende-se que ao mesmo tempo que o indivíduo transforma um território em conhecido, também passa a influenciá-lo, a dar seus caracteres específicos, pessoais ao mesmo, ainda que não explicitamente.

Como exemplo, pode-se imaginar um novo funcionário de um determinado local que, ao chegar em seu posto de trabalho que fora ocupado por outros antes dele, passa por um processo de estranhamento, de adaptação a um novo território. O formato dos móveis, disposição espacial da mesa, instituídos e territorializados por outros são novas para ele. Todavia, com o passar do tempo o mesmo passa a se acostumar com a nova mesa, se adaptando e ao mesmo tempo, começa a dar toques pessoais na posição dos papéis, na organização das gavetas, etc., ou seja, territorializando o local e criando uma representação e um significado daquele local para si mesmo, uma territorialidade, o que, no próximo turno, será feito por um outro indivíduo que, sobre o mesmo local, constitui uma representação muito diversa e faz uma imagem distinta para si.

Desta forma, as noções de territorialidade e de territorialização demonstram no caso da territorialidade, como a mesma se constitui de maneira distinta para os indivíduos ainda que estejam baseadas em um mesmo local; e no caso da territorialização, que a mesma se desenvolve tanto via indivíduo/território, quanto no sentido território/indivíduo.

A partir disso, considerando as percepções acerca do local, motivações e opiniões dos indivíduos analisadas na seção anterior, buscar-se-á analisar como os indivíduos constroem suas territorialidades e como reagem, ou percebem os processos de territorialização nos quais se inserem. Para tanto, emergem da pesquisa quatro categorias, como representantes

do processo de territorialização e da definição de territorialidade, por parte dos indivíduos. São elas: *Percepções Sobre o Local (PSL)*; *Percepções Sobre a Estrutura (PSE)*; *Percepções Sobre a Segurança (PSS)*; e *Perspectivas Sobre o Futuro (PSF)*.

6.2.3.1 Percepções Sobre o Local (PSL)

A partir da concepção de que a territorialização se dá a partir da criação de um vínculo entre o território e os indivíduos que nele se inserem (HAESBAERT, 2007a), entende-se que as concepções sobre o território, partem da vivência dos indivíduos antes e durante o processo de territorialização, da ideia que estes fazem do território.

Deste modo, para a construção da territorialidade estão presentes as vivências destes indivíduos em outros contextos e lugares, bem como os aspectos ligados à historicidade. Observar-se-á na categoria PSL, uma série de relatos que evidenciam as percepções dos moradores do Residencial Irajá sobre o local.

Acredita-se ser importante salientar que a categoria PSL tem um caráter complementar às categorias estudadas anteriormente (MPM, PSM), uma vez que apresenta percepções sobre o local, o que vem a dar continuidade no raciocínio que engloba um estado de transição entre dois locais distintos. Desta forma, foram discutidos anteriormente as motivações para a mudança dos indivíduos (MPM), as suas percepções sobre essa mudança e dos aspectos que dela decorreram (PSM) e agora, serão apresentados e analisados fragmentos que demonstrem as perspectivas dos indivíduos sobre o local onde residem.

Como já explicado na seção anterior, as categorias MPM e PSM se diferenciam no sentido de que as opiniões podem apresentar perfis divergentes das motivações, uma vez que, determinados fatores motivadores para a mudança podem apresentar caráter hipotético, sendo ou não confirmados na prática. Além disso, estar motivado a mudar por um ou mais fatores não representa que esse processo tenha ocorrido de forma harmoniosa ou agradável e ainda, que as condições que sobrevieram o fato, podem ter alterado a significação do local para os indivíduos.

Em suma, mesmo tendo motivos os moradores não necessariamente gostaram da mudança e posteriormente, com as contribuições feitas por meio da vivência no condomínio, podem apresentar ou não, opiniões distintas da que os motivaram no momento da mudança, sendo estas positivas ou negativas. Desta forma, ao abordar as questões relacionadas à opinião dos moradores sobre o local, destacam-se os seguintes fragmentos:

GRUPO 1

UNIDADE 1ª (Luan, 27 anos, Encarregado Operacional)

Eu gosto. Não sei porque, simplesmente gosto. Não é ruim, acho que é a única opção que eu tenho, por enquanto. [...]. Mudar aqui? A administração, né... um novo síndico. Ele não dá tanta atenção aqui quanto o outro dava, no meu ponto de vista. Não é que o síndico tem que fazer tudo o que as outras pessoas querem, mas acho que ele tem que dar um pouco de atenção não só aonde ele mora, mas nos outros blocos.

GRUPO 2

UNIDADE 2ª (Anderson, 33 anos, Mecânico)

É bom... eu gosto por causa da questão de você estar morando no que é seu, né? Questão também de, por exemplo, é perto aqui da região, um lugar bem limpo, né... tem alguns, né, igual eu falei pra você, tem algumas coisas que... mas de resto, tá bom [...] a única coisa que eu acho que tinha mudar aqui é a parte de condomínio, né? [...] Eu acho que... eu acredito que aqui o condomínio é muito caro, por ser... umas pessoas que moram aqui são de classe mais baixa, né? Eu acho que está muito caro, não pelo governo, mas pela própria sindicância ai né... Não é que é elevado, eu acho que eles cobram uma taxa ai eu acho que devia ter... você paga tudo aqui né, então eu acho que não devia ser tanto, né...

UNIDADE 3ª (Joaquina, 32 anos, Trabalho externo)

Isso aqui não é meu, né... tá alugado. Só que eu acho que foi feito muito mal feito, sabe... as paredes, basicamente parecem que foram feitas de areia. É aquela roubalheira de sempre, né... começa de cima, até chegar na mão de quem deveria ganhar, é assim. [...] Minha mãe mora aqui, ela ganhou um apartamento em outro bloco. Aí quando eu vim pra cá, eu fiquei na casa dela. Aí esse aqui estava vago, acho que o homem que morava aqui morreu, ai a mulher estava alugando. Ai eu falei “ah, é uma boa morar aqui, perto da minha mãe”, ai estou aqui desde então. Sobre o condomínio, eu não tenho nada a falar, até porque eu vou me mudar pra lá, né. Sobre o Brasil, eu não tenho nada a esperar daqui. Mês que vem, estou voltando (para Portugal).

UNIDADE 4ª (Camila, 36 anos, Trabalho externo)

Se for pra eu escolher entre onde eu morava e aqui, eu prefiro aqui. Aqui eu acho melhor.

GRUPO 3

UNIDADE 5ª (Paulo, 75 anos, Zelador)

Não me arrependo de nada, graças à Deus estou aqui [...] Se eu não tivesse ganhado isso aqui, não sei se eu poderia estar lá, as vezes eu já teria até saído de lá, mas como eu ganhei isso aqui, me obrigou, me motivou, no momento, me obrigou a vir aqui, mesmo porque eu não poderia perder isso aqui, eu tinha que lutar para vir pra cá, né. Gosto... gosto de morar aqui. Circular ai na porta, sai aqui e pega a circular ai... as vezes eu vou trabalhar com o meu carro quando eu quero ir, né...

GRUPO 4

UNIDADE 6ª (Aparecida, 69 anos, Aposentada)

Se eu fosse embora para o sítio... porque lá o espaço é gostoso você tem suas criações, galinha, porco... você não precisa estar comprando as coisas, que nem, você está aqui, você está comprando, negócio de mandioca, mamão... o que tiver na roça, você tem, para você e para quem chegar na sua casa. Então, aqui, não. Você tem que saber que alguém vem na sua casa? Você tem que ir lá para o mercado fazer compra. Então, você gasta muito mais aqui do que eu no sítio. No sítio, você não gasta [...] A não ser que você comprava o que você não tinha lá, uma carne de boi, aí você vinha aqui e você comprava uns quilos de carne, mas porco, galinha... nada. [...]. Lá a gente não tinha geladeira, antigamente, depois que a gente comprou. Tinha feijão, então a gente comia feijão de todo o jeito, comia feijão verde, tinha feijão seco, comia feijão andu, você conhece feijão andu? [...] hoje a gente até passa vontade das coisas... é uma espiga de milho verde, você faz um curau... tudo isso. Você não passa necessidade no sítio, agora aqui, num lugar desse aqui, passa. Na rua lá embaixo, passa. Morou em cidade, passa, porque aqui, é só no dinheiro.

UNIDADE 7ª (Nilton, 74 anos, Aposentado)

Eu gosto, aqui é sossegado, né... Tudo que tem ai, é bom que continue assim, né... Aqui só tem uma coisa que pra mim, tanto faz como fez, mas tem uma coisa que eu acho errado. A Sanepar vem tirar a leitura da água no relógio aqui fora... tem pessoas aqui, porque, a água vem junto no valor do condomínio... tem pessoas aqui que não pagam condomínio e a gente tá pagando a água pra eles. É isso que eu acho errado, é a única coisa. Sei lá, tem muitos caras atrasados. Só que tem uma coisa, a Sanepar recebe o valor da água que passou aqui, só que aí eles dividem, pra quem tá pagando o condomínio, dividem o valor de água, e os caras que não estão pagando, nós pagamos a água pra eles... [...] Vamos supor, vem dois mil reais de água, a Sanepar vem aqui e só tira a leitura aqui. Aí ela vai dividir para quem tá certo no condomínio, sei lá. Eu falei pro rapaz que toma conta aqui, "você tem que ir lá na Sanepar... vai lá e conversa, pra cada apartamento desse ai ter um

relógio”. Manda a Sanepar entrar ali e tirar a leitura relógio por relógio, é o justo né? a Copel não entra, vai ali e tira relógio por relógio, e já deixa o papel pra gente?[...] Tem um rapaz ai, que já foi se informar lá, querendo fazer um poço artesiano né? ai a pessoa ia pagar o que gastasse de energia. Mas tá bom...

UNIDADE 8ª (Mauro, 81 anos, Aposentado)

Gosto... Vizinhança boa, gente boa. Bom demais, não tenho o que me queixar daqui.

UNIDADE 9ª (Joana, 74 anos, Dona de casa)

Eu não gosto de morar aqui não. Fica muita gente ignorante comigo.

UNIDADE 10ª (Luzia, 68 anos, Aposentada)

Eu acho que eu vivo melhor aqui, porque, assim, eu não gasto todo o meu dinheiro em aluguel, que nem eu gastaria... porque eu pagava aluguel, eu pagava água, luz...[...]. Eu gosto muito daqui. Quando eu quero ver meus filhos, eu vou pra lá, quando eles querem me ver, eles vem aqui, como hoje já vieram, a gente tá bem, graças à Deus.

UNIDADE 11ª (Gilda, 66 anos, Aposentada)

Eu tenho muito conforto aqui, graças à Deus... né? Porque essa luz aqui (externa) é nós que estamos pagando, aquela lá é nós que estamos pagando, e nós temos muito conforto aqui, graças à Deus, né? A gente sai daqui a gente toma o nosso banho, troca de roupa, ela trabalha ali, eu se eu quiser ir para Maringá, a circular passou ali agora há pouco graças à Deus, nós temos muito conforto... Graças à Deus, eu não posso reclamar de nada, de nada Nós temos uma vizinhança aqui, que é fora do comum. A única coisa aqui que me perturba, é a molecada... só isso. Tirando o filho dela (referindo-se ao filho de Camila) que é "óh"!

Quadro 13 - Categoria Percepções Sobre o Local (PSL)

UNIDADES	IDEIA CENTRAL
4, 5, 8, 10, 11	Gostam do local, considerando que o mesmo possui a estrutura adequada
1, 2, 7	Consideram um bom lugar para se viver, mas sugerem eventuais mudanças
6	Fazem uma boa imagem do local, mas preferiam a antiga residência
3, 9	Não gostam do local, questionando a qualidade do ambiente

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

No caso dos moradores que consideram a estrutura do local como adequada, Camila não apresenta posicionamento sobre quais motivos a levam a considerar a vivência no Condomínio Irajá como positiva, porém, assinala que gosta do local. Além dela, outros indivíduos demonstram que consideram o local como um bom lugar para se morar, evidenciando atributos do lugar que sustentam tais afirmações.

A partir do relato *“Gosto... gosto de morar aqui. Circular aí na porta, sai aqui e pega a circular ai... as vezes eu vou trabalhar com o meu carro quando eu quero ir, né...”* percebe-se que no caso de Paulo, a questão de acesso tem, mais uma vez em seus relatos, força de influenciar em suas concepções. O fato de no condomínio, haver um ponto de circular que lhes permite ter acesso ao centro de Iguatemi e as regiões centrais de Maringá, representa um considerável ponto positivo, se comparada à antiga situação de moradia de Paulo, onde o mesmo relata que tinha que se locomover por 9 quilômetros para ter acesso a serviços básicos.

A dificuldade na vivência de Paulo relacionada ao antigo local onde residia fica claramente evidenciada quando o mesmo afirma que *“Se eu não tivesse ganhado isso aqui, não sei se eu poderia estar lá, as vezes eu já teria até saído de lá...”*, ou seja, mesmo que Paulo não tivesse sido contemplado com um apartamento no Condomínio Residencial Irajá, a possibilidade de deixar a antiga moradia em busca de uma em melhores condições era eminente, o que constituiu elemento forte o bastante para que este se sentisse fortemente compelido a aceitar o apartamento no Irajá, no surgimento da oportunidade, o que Paulo demonstra no relato *“...mas como eu ganhei isso aqui, me obrigou, me motivou, no momento, me obrigou a vir aqui, mesmo porque eu não poderia perder isso aqui, eu tinha que lutar para vir pra cá, né”*.

Além de Paulo, Gilda também considera o local como positivo, citando as questões de acesso aos serviços básicos como motivações que embasam a construção de tal opinião. Segundo ela, o fato de haver um ponto de circular em frente do local onde reside, conta como um fator que proporciona conforto, conforme relato *“eu se eu quiser ir para Maringá, a circular passou ali agora há pouco graças à Deus, nós temos muito conforto...”* Outro fator elencado como responsável pela boa imagem do local, na concepção de Gilda é a boa vizinhança, apesar das ressalvas em relação à tranquilidade, devido ao fato das crianças causarem alvoroço, onde afirma que *“Nós temos uma vizinhança aqui, que é fora do comum. A única coisa aqui que me perturba, é a molecada... só isso”*.

As questões da vizinhança, inclusive, também são citadas por outro entrevistado – Mauro – que afirma não ter do que se queixar do local. De acordo com seu relato “*Vizinhança boa, gente boa. Bom demais, não tenho o que me queixar daqui*”, fica evidente que a vizinhança é considerada como algo bom para o entrevistado. Assim como outros pontos já mencionados em seções anteriores do presente trabalho, as questões ligadas ao relacionamento dos entrevistados com a vizinhança bem como de acesso aos serviços básicos da região, já foram discutidas em seções anteriores do presente capítulo, mas voltam a aparecer, porque além de representarem por si mesmas importantes pontos a serem analisados, no que diz respeito às percepções sobre o local, também exercem influência, sendo novamente discutidas enquanto fatores responsáveis pela construção das percepções dos indivíduos sobre o local.

No caso de Luzia, por sua vez, a mesma considera viver melhor no local em função da economia feita com o aluguel “*Eu acho que eu vivo melhor aqui, porque, assim, eu não gasto todo o meu dinheiro em aluguel, que nem eu gastaria... porque eu pagava aluguel, eu pagava água, luz...*” Além disso, deixa claro no relato “*Eu gosto muito daqui. Quando eu quero ver meus filhos, eu vou pra lá, quando eles querem me ver, eles vem aqui, como hoje já vieram, a gente tá bem, graças à Deus*”, que as questões de acesso não sofreram impactos significativos, uma vez que recebe a visita dos filhos e o fato de morar no Residencial Irajá, não interfere negativamente.

Mesmo considerando o local como bom, alguns moradores destacam pontos que poderiam ser melhorados no mesmo, sugerindo mudanças. Dentre estes, estão Luan, Anderson e Nilton, que mesmo gostando do local consideram existir pontos que devem, na sua opinião, ser melhorados.

De acordo com Luan, o condomínio não é um lugar ruim de se morar, todavia, o mesmo acredita que o atual síndico deveria dar mais atenção ao lugar como um todo e não somente privilegiar o bloco onde mora, deixando a desejar na administração do local. Tal afirmação pode ser visualizada no trecho “*Mudar aqui? A administração, né... um novo síndico. Ele não dá tanta atenção aqui quanto o outro dava, no meu ponto de vista. Não é que o síndico tem que fazer tudo o que as outras pessoas querem, mas acho que ele tem que dar um pouco de atenção não só aonde ele mora, mas nos outros blocos*”. Neste trecho pode-se perceber que Luan fala, até mesmo na troca do síndico do local.

Assim como Luan, Anderson também critica as questões relacionadas ao condomínio, todavia, não direciona suas críticas à figura do síndico, mas sobre o valor pago

no local justificando que por ser um condomínio voltado às classes mais baixas da população, que o condomínio teria um valor demasiadamente elevado, o que pode ser identificado no trecho “*a única coisa que eu acho que tinha que mudar aqui é a parte de condomínio, né? [...] Eu acho que... eu acredito que aqui o condomínio é muito caro, por ser.... umas pessoas que moram aqui são de classe mais baixa, né?*”. Além disso, no fragmento “*Eu acho que está muito caro, não pelo governo, mas pela própria sindicância ai né... Não é que é elevado, eu acho que eles cobram uma taxa ai eu acho que devia ter.... você paga tudo aqui né, então eu acho que não devia ser tanto, né...*”, Anderson assinala que acha o valor elevado em função de considerar que os serviços prestados pelo condomínio não justificam a cobrança de tais valores, uma vez que a maior parte das despesas fica a cargo dos moradores.

No caso de Nilton, a reivindicação é proveniente da cobrança de água que segundo ele encarece o condomínio. Segundo Nilton a reivindicação se pauta no fato de que, por ser cobrada juntamente no valor do condomínio, a tarifa de água é rateada pelo número de moradores pagantes o que permite aos inadimplentes terem seus débitos pagos pelos demais moradores.

Nilton sugere que seja adotado o sistema de relógios individuais, para cada um dos apartamentos, assim como ocorre no caso da energia elétrica, o que tornaria mais justa a questão da cobrança da água no condomínio. Tal afirmação, pode ser verificada no trecho “*Eu falei pro rapaz que toma conta aqui, “você tem que ir lá na Sanepar... vai lá e conversa, pra cada apartamento desse ai ter um relógio”. Manda a Sanepar entrar ali e tirar a leitura relógio por relógio, é o justo né? A Copel não entra, vai ali e tira relógio por relógio, e já deixa o papel pra gente? Além disso, Nilton cita que alternativas para tal fato já foram consideradas dentro do local, onde cita um poço artesiano – o que seria uma maneira de facilitar a questão da cobrança de água – o que pode ser visto no trecho “*Tem um rapaz aí, que já foi se informar lá, querendo fazer um poço artesiano né? Aí a pessoa ia pagar o que gastasse de energia. Mas, tá bom...*” Nesse ponto, chama-se a atenção para as palavras “*mas, tá bom*” no fim da frase, o que demonstra um conformismo apesar da reivindicação.*

Além daqueles que consideram positiva a mudança e que não exprimem desejo de voltar a passar pelas realidades enfrentadas em moradias anteriores, há aqueles que podem – mesmo considerando o Residencial Irajá como um bom lugar para se viver – demonstrar desejo de voltar para a antiga moradia, ou a preferência pelo contexto em que estavam envolvidos quando lá residiam, por fatores variados. Como exemplo disso, pode-se analisar os

fragmentos do relato de Aparecida, que apesar de considerar o Irajá com bom lugar para se morar não procura esconder a preferência pelos locais onde vivia anteriormente.

Segundo Aparecida, a mudança para o Irajá impactou financeiramente na renda da família, pois a saída do aluguel fez com que a família economizasse o valor referente ao aluguel, conforme o explicitado na categoria MPM. Contudo, na contramão desta afirmação, Aparecida afirma que morar na cidade tem um custo mais alto, pois no sítio há uma possibilidade maior de cultivo de vegetais e de criação de animais, o que não ocorre na cidade *“Ahh se eu fosse embora para o sítio... porque lá o espaço é gostoso, você tem suas criações, galinha, porco... você não precisa estar comprando as coisas”* e *“Então, você gasta muito mais aqui do que eu no sítio. No sítio, você não gasta [...] A não ser que você comprava o que você não tinha lá, uma carne de boi, aí você vinha aqui e você comprava uns quilos de carne, mas porco, galinha... nada”*.

Além disso, não só a questão financeira é citada, mas também a da variedade de alimentos, pois de acordo com Aparecida o fato de morar no Residencial Irajá faz com que a mesma sinta vontade de vários alimentos os quais cultivava no sítio e que atualmente não pode, por morar na cidade, conforme pode ser verificado nos relatos *“[...] hoje a gente até passa vontade das coisas... é uma espiga de milho verde, você faz um curau... tudo isso. Você não passa necessidade no sítio, agora aqui, num lugar desse aqui, passa”*.

É possível notar a relação entre morar na cidade e o enfrentamento de dificuldades a partir do fragmento *“Na rua lá embaixo, passa. Morou em cidade, passa, porque aqui, é só no dinheiro”*, onde relaciona ambos os fatos. Essa questão permite refletir que a influência financeira citada por Aparecida, se desenvolva em duas perspectivas distintas: a primeira delas, relacionada ao impacto financeiro decorrente da mudança do sítio para a cidade, o que reflete no aumento das despesas com alimentação; e o segundo, relacionado ao alívio financeiro decorrente da mudança da antiga casa, onde pagava aluguel, para uma moradia própria, para o Residencial Irajá, onde Aparecida paga menos em algo que é de sua propriedade.

Assim, pode-se verificar que a vontade de retornar ao sítio não está vinculada especificamente às condições enfrentadas pela entrevistada na atual moradia, mas que estão relacionadas ao contexto urbano. Todavia, mesmo assim, há preferência por morar na cidade devido às questões de acesso, ou seja, por estar mais próxima dos serviços básicos do que no sítio.

No caso daqueles moradores que questionam a qualidade do ambiente e afirmam não se sentirem bem no local, destacam-se os relatos de Joaquina e Joana. Joaquina, critica veementemente a estrutura do local, afirmando que “...*eu acho que foi feito muito mal feito, sabe... as paredes, basicamente parecem que foram feitas de areia.*” Além das críticas relacionadas à estrutura do local, Joaquina deixa explícitas as suas opiniões no que diz respeito ao programa governamental que instituiu o empreendimento, o que pode ser notado no fragmento “*É aquela roubalheira de sempre, né... começa de cima, até chegar na mão de quem deveria ganhar, é assim.*”

Outro ponto que chama a atenção no caso de Joaquina, são suas opiniões críticas sobre o empreendimento, que destoam dos demais, devido à sua posição radical ao apontar problemas no local. Acredita-se que tal disposição para um posicionamento crítico, se deve ao fato de que Joaquina não é proprietária do apartamento onde mora, conforme o afirmado por ela nos trechos “*Isso aqui não é meu, né... tá alugado*”, e “*Minha mãe mora aqui, ela ganhou um apartamento em outro bloco. Aí quando eu vim pra cá, eu fiquei na casa dela. Aí esse aqui estava vago, acho que o homem que morava aqui morreu, aí a mulher estava alugando. Ai eu falei “ah, é uma boa morar aqui, perto da minha mãe”, aí estou aqui desde então*”

No caso de Joana, o fato de a mesma não se sentir bem no local está relacionado com o comportamento dos vizinhos, os quais a mesma taxa como “*gente ignorante*”. É evidente o descontentamento de Joana a partir do trecho “*eu não gosto de morar aqui não. Fica muita gente ignorante comigo*”.

Tendo isso por base, pode-se verificar que as questões de tranquilidade têm influência do relacionamento com vizinhos, que tem causado desconforto em Joana, que afirma ter tido problemas a esse respeito e também em questões relacionadas à segurança, as quais serão discutidas na sequência do estudo.

Conforme o abordado em mais de um relato na categoria PSL, as condições sobre a estrutura do local figuram como parte importante na análise do processo de territorialização dos moradores no local. As opiniões dos mesmos a esse respeito podem evidenciar uma série de aspectos que, embora não elencados na categoria sobre as percepções sobre o local, tem um impacto significativo no contexto de vida destes indivíduos, inclusive, no contexto subjetivo. Desta forma, analisar-se-ão, as percepções dos moradores sobre a estrutura (PSE), na seção seguinte do presente trabalho.

6.2.3.2 Percepções Sobre a Estrutura (PSE)

De acordo com o mencionado acima, a categoria PSE, que corresponde às percepções dos entrevistados sobre a estrutura, podem demonstrar muito mais do que apenas as visões dos indivíduos sobre como foi construído o local, mas também quais são suas opiniões sobre a política habitacional que deu origem ao projeto e levou a cabo a construção do Condomínio Residencial Irajá.

Considera-se importante salientar que, na presente seção, considera-se como estrutura, a partir dos relatos dos indivíduos, a disposição dos prédios e blocos, suas características e principalmente, o estado de conservação do local e o material de fabricação.

Tendo como base a proposta E-P-C-N de análise do território, chama-se a atenção para a aplicação de tais dimensões no contexto dos indivíduos. Os destaques de tais dimensões, por sua vez, podem ser considerados como evidentes no analisar dos fragmentos que compõe os relatos dos indivíduos, quando questionados sobre as suas opiniões sobre a estrutura do local onde vivem, conforme pode ser verificado a partir dos seguintes trechos:

GRUPO 1

.....
UNIDADE 1ª (Luan, 27 anos, Encarregado Operacional)

Pra mim tá boa, pra mim tá. Já teve que fazer reformas no apartamento que eu moro, mas eu acho normal, pelo tempo que a gente está aqui. Foi bem no começo, mas aí foi o pessoal da construtora. Foi tudo agendado, eles vêm, cumprem tudo certinho.

GRUPO 2

.....
UNIDADE 2ª (Anderson, 33 anos, Mecânico)

A questão de manutenção, e infraestrutura que você falou aí tem a desejar, deve bastante sim. Parte de manutenção, algum defeito que aparece, eles não... você procura eles, eles ficam te empurrando assim... As vezes, nem tanto o síndico, porque as vezes, o síndico até cobra, né..., mas ele depende muito da Caixa, depende da construtora, entendeu? E as vezes, a construtora vai levando, vem aí, olha e fala que não tem nada a ver não, que isso aqui é normal, é isso aí que eu acho aqui. [...]. Vou falar pra você, eu não fiz, mas tinha que fazer... parte de janela, algumas rachaduras, vai ter que ser feito e pelo que eu fiquei sabendo, eles vão até fazer, mas

vai ser cobrado, né... vai vir dentro do condomínio. “Não, a gente vai fazer, mas... vai ser cobrado no condomínio”, né...[...] Esses prédios, geralmente eles têm um defeito, até não sei se você está percebendo, né... se olhar eles assim, tá vendo? Essas partes de esgoto, entendeu, diz que já foi afundado, já foi danificado, tá vendo, ó... aqui já afundou, tá vendo?... se você andar aqui atrás desse prédio, mesmo, você vê rachadura... Então... é assim, é uma questão de... eu não sei se eles acham que é normal, mas eles estão levando, estão enrolando...

UNIDADE 3ª (Joaquina, 32 anos, Trabalho Externo)

Isso aqui não é meu, né... tá alugado. Só que eu acho que foi feito muito mal feito, sabe... as paredes, basicamente são feitas de areia. É aquela roubalheira de sempre, né... começa de cima, até chegar na mão de quem deveria ganhar, é assim, mas tá bom né? Melhor do que nada. Não sei se dá pra ver, é que eles acabaram pintando, mas esse prédio estava todo remendado. Se você for bater algum prego, alguma coisa assim, você tem que tomar cuidado, se não ela desaba, porque acho que, basicamente foi feito de areia isso aí. As janelas, se der uma chuva forte, entra água dentro do seu apartamento inteiro. As luzes, basicamente, quem não arrumou ainda só está com aqueles fios pendurados, porque aquilo quebra com muita facilidade. Aliás, tudo ali dentro quebra com muita facilidade... então é isso. Não sou só eu, acho que a maioria aqui tem alguma reclamação pra fazer de onde mora, porque já foi chamada a empreiteira que fez isso aqui, isso aqui já foi tudo mexido por causa de fossa, isso aqui era pra ter rede de esgoto mais não tem... é uma coisa complicada.

UNIDADE 4ª (Camila, 36 anos, Trabalho Externo)

Eu acredito que, ao meu ver assim, eles deveriam ter usado... ao meu ver, eles economizaram bastante. Deveriam ter feito com uma qualidade melhor as coisas... as janelas [...] alguns reparos que ficaram, eles economizaram... e assim, só. Claro, se os apartamentos fossem um pouco maiores, né? é 43 m², dois quartos, sala cozinha juntos. Para três, que nem na minha casa, que são três, dá. Se fosse maiorzinho um pouco, né. Tem os apartamentos de deficientes, os banheiros são maiores, as portas dos quartos são um pouquinho maiores, a cozinha é meio separada. Agora a gente que não tem pessoas deficientes, então é normal o apartamento. Se todos fossem do tamanho desses de deficientes, ficaria melhor. [...]. Vieram umas pessoas ai de fora, fazer umas reformas, porque estava no contrato, na carência, fazer uns reparos. Só que é assim: meu esposo, não aceitou os reparos. Eles vinham aí fazer os reparos e faziam tudo de qualquer jeito. A gente mesmo arrumou, a gente mesmo. A gente preferiu não deixar entrar dentro do apartamento. [...] meu marido mesmo, que sabe mexer, acabou fazendo, chamou gente pra pintar, né... é isso.

GRUPO 3

UNIDADE 5ª (Paulo, 75 anos, Zelador)

Olha, o meu apartamento, alguns aí deu defeito, isso aqui já foi tudo arrumado. Teve apartamento aí que trincou por dentro, teve um apartamento aí, esse marrom aí, que estourou tudo. O meu, graças à Deus, só teve um reparinho por que ele mofou, que choveu muito. A estrutura disso aqui, na verdade é média. Então, se você vai [...]. Na verdade, esse reboco aí, não presta. É sujeito você por um armário aí, se você não souber por e se prevenir, é capaz de cair e te quebrar tudo. A estrutura em si, a base, a base é boa [...]. Então, o meu apartamento teve um rachadinho de nada, que não levou a nada, né. E teve essas duas infiltrações, que eu replanei e não mofou mais. Ai vieram aí e passaram uma tinta boa e não mofou mais, mas, provavelmente, vai mofar, se der muito temporal, porque não botaram o material necessário contra infiltração.

GRUPO 4

.....

UNIDADE 6ª (Aparecida, 69 anos, Aposentada)

É fraco. Fraco, porque isso aqui não foi feito por gente especial. Por exemplo, ali o meu apartamento foi revisto todinho, novamente. Veio umas pessoas que sabem mexer, pedreiros especiais, mandados pelo síndico. Que a gente chamou a atenção que quando chovia, água ia toda na parede e ficava tudo preto. Chamaram as pessoas especializadas que derrubaram a metade da parede e quando batiam a marreta, caía pura terra [...]. Está com um ano. Saiu do dinheiro do condomínio, porque a turma da construtora não quis saber de nada [...] a construtora não quis saber de nada não, filho. É cinco anos, mas fizeram tudo mal feito, eles tinham que... por exemplo, igual ali na casa da minha amiga, quando chove, olha que buraqueira que está ali no pé da casa. Ai chove, entra tudo pra dentro da casa dela.

UNIDADE 7ª (Nilton, 74 anos, Aposentado)

É boa, o meu, até hoje não deu problema nenhum. Nem chuveiro, nem patente, até hoje não deu problema nenhum.

UNIDADE 8ª (Mauro, 81 anos, Aposentado)

Teve uns aí que deu, bastante rachadura... mas vieram consertaram, agora tá bom. O meu nunca deu nada, nunca deu trabalho... nem janela, nem rachadura, nem vazamento...

UNIDADE 9ª (Joana, 74 anos, Dona de casa)

Não, não tem rachadura não... só o meu filho, que pagou para colocar a grade, que é mais seguro.

UNIDADE 10^a (Luzia, 68 anos, Aposentada)

Ahh aqui já teve muita coisa que a gente teve que quebrar a cabeça, já... no meu apartamento mesmo, já teve bastante remendo, quebrou... fez trinco, né, dentro. Já teve um monte de coisa, mas tá tudo bem. [...] até cinco anos, depois dos cinco anos, não mais. Mas esses problemas foram antes dos cinco anos, depois parou e eles arrumaram, tudo certinho.

UNIDADE 11^a (Gilda, 66 anos, Aposentada)

Tem rachadura... e tem... ali ó... se quiser vou te mostrar, tá até estragando meu guarda-roupa... infiltração, infiltração tá... Eu não sei... esse ano, eu vou ter que dar um jeito.

Quadro 14 - Categoria Opiniões Sobre a Estrutura (OSE)

UNIDADES	IDEIA CENTRAL
7, 9	Consideram a estrutura boa, sem a necessidade de fazer reformas
1, 5, 10, 11	Consideram a estrutura boa, mas afirmam que já fizeram ou tem a necessidade de fazer reformas
8	Afirmam que apesar das reformas em outros apartamentos, não terem reformado os seus próprios apartamentos
2, 3, 4, 6	Consideram a estrutura ruim e afirmam ter necessidade ou já terem feito reformas

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Considerando o quadro 10, pode-se perceber que se formam quatro ideias centrais, acerca da estrutura do local, na concepção dos indivíduos, sendo elas: os moradores que *consideram a estrutura boa, sem a necessidade de fazer reformas*; aqueles que *consideram a estrutura boa, mas afirmam que já fizeram ou tem a necessidade de fazer reformas*; os que *afirmam que apesar das reformas em outros apartamentos, não terem reformado os seus próprios apartamentos*; e por fim, os indivíduos que *consideram a estrutura ruim e afirmam ter necessidade ou já terem feito reformas*.

No primeiro grupo, destacam-se aqueles indivíduos que não percebem como necessárias reformas no local. Os relatos de Nilton e de Joana, demonstram que as questões de estrutura não estão presentes na totalidade do empreendimento, já que demonstram que no caso de ambos, não existem reclamações relacionadas a isso. Todavia, os relatos destes podem apresentar e ensejar outras discussões.

De acordo com Nilton, a partir do fragmento “*é boa, o meu, até hoje não deu problema nenhum. Nem chuveiro, nem patente, até hoje não deu problema nenhum*”, a sua

opinião sobre a estrutura do local pode ser considerada como favorável, já que o mesmo ressalta que não teve problema com nenhum aspecto da estrutura.

No caso de Joana, a crítica implícita aponta para outra direção que não a da estrutura, mas de aspectos que envolvem as questões de segurança, que a fizeram modificar a estrutura do apartamento onde reside, conforme demonstrado no relato “*Não, não tem rachadura não... só o meu filho, que pagou para colocar a grade, que é mais seguro*”. Além de ressaltar que o fato de colocar grades no apartamento o tornam mais seguro, Joana versa sobre um episódio que afetou sua opinião sobre o local, relacionado a um problema de segurança no local. As questões de segurança, por sua vez, serão abordadas na seção seguinte do presente trabalho.

Dentre os moradores que consideram a estrutura do local como sendo boa, destacam-se outros relatos, porém, estes apontam para o fato de que, apesar de opinarem positivamente quanto à estrutura, já efetuaram reformas na unidade onde moram.

De acordo com Luan, a estrutura é boa e mesmo havendo necessidade de reformas no local, este as considera como normais, se considerando o tempo que ele e a família moram no local. De acordo com Luan, o problema que exigiu reformas “*foi bem no começo, mas aí foi o pessoal da construtora. Foi tudo agendado, eles vêm, cumprem tudo certinho*”, o que demonstra que, no caso dele, as reformas foram logo que houve a sua mudança para o Irajá, sendo estas feitas pela construtora.

No caso de Paulo, a sua opinião sobre o local é considerada média, pois o mesmo define que a estrutura de fundação do prédio é boa, enquanto que a parte de reboco das paredes deixa a desejar, o que pode ser verificado no relato “*A estrutura disso aqui, na verdade é média. Então, se você vai [...]. Na verdade, esse reboco aí, não presta. É sujeito você por um armário aí, se você não souber por e se prevenir, é capaz de cair e te quebrar tudo. A estrutura em si, a base, a base é boa*”.

Além disso, Paulo claramente minimiza o problema enfrentado na estrutura de seu apartamento como “*só teve um reparinho*” e “*o meu apartamento teve um rachadinho de nada*”, o que passa a impressão de que o mesmo não queira dar uma maior dimensão ao problema. Paulo, contudo, explica que a construtora resolveu o problema de infiltração, mas que acredita que isso poderá se repetir em caso de um grande volume de chuvas, ou seja, deixa claro que não foi uma solução definitiva.

Para Luzia, as reformas foram várias. Segundo ela “*já teve muita coisa que a gente teve que quebrar a cabeça, já... no meu apartamento mesmo, já teve bastante remendo, quebrou... fez trinco, né, dentro. Já teve um monte de coisa, mas, tá tudo bem*”, o que

evidencia que, assim como Paulo, Luzia procurar minimizar o impacto dos problemas de estrutura enfrentados por ela, a partir do fragmento *“mas, tá tudo bem”*, o que dá a entender que as reformas feitas pela construtora resolveram os problemas que se apresentaram, o que se confirma no fragmento *“até cinco anos, depois dos cinco anos, não mais”*, onde Luzia se refere ao prazo em que, segundo ela e os demais moradores, a construtora se responsabiliza pela garantia no que diz respeito à manutenção e reparos na estrutura do condomínio; e no fragmento *“mas esses problemas foram antes dos cinco anos, depois parou e eles arrumaram, tudo certinho”*, que justifica o trecho onde a moradora afirma que está tudo bem, que se deve ao fato de não ter havido mais a necessidade de reformas no prédio.

O caso de Gilda também demonstra as questões de problemas de infraestrutura, principalmente no que diz respeito a rachaduras e infiltrações. De acordo com ela, os problemas na estrutura do prédio estão trazendo problemas com a mobília, ao citar que a infiltração estaria estragando seu guarda-roupa, conforme o fragmento *“Tem rachadura... e tem... ali ó... se quiser vou te mostrar, tá até estragando meu guarda-roupa... infiltração, infiltração tá...”*.

Gilda também demonstra que irá ter que consertar o problema, no fragmento *“esse ano, eu vou ter que dar um jeito”*, o que demonstra que, no caso dela, os problemas estruturais não foram resolvidos pela construtora dentro do prazo, ou se apresentaram após os cinco anos de garantia, dada pela mesma, diferentemente do caso de Luzia e de Luan. Assim como no caso de Paulo, o fato de os problemas não terem sido resolvidos de forma definitiva poderá representar um gasto para os mesmos, se atualmente estes quiserem efetuar as devidas reformas.

Dentre os indivíduos que julgam a estrutura do local como adequada, destaca-se também relato de Mauro. Por meio do fragmento *“O meu nunca deu nada, nunca deu trabalho... nem janela, nem rachadura, nem vazamento...”* Mauro afirma não ter tido problemas relacionados à estrutura em seu apartamento, porém, claramente demonstra conhecimento sobre problemas na estrutura de outros prédios, conforme o fragmento *“teve uns aí que deu bastante rachadura... mas vieram consertaram, agora tá bom”*. A partir disso, compreende-se que Mauro não nega a possibilidade de problemas estruturais, mas somente afirma que em seu apartamento, especificamente, não ocorreram problemas.

No grupo de indivíduos onde a ideia central é a de que a estrutura é considerada declaradamente ruim, sendo os motivos variados, indo desde a negligência da construtora até opiniões que questionam a seriedade do processo que deu ensejo a construção do local, bem

como a utilização de material barato na construção. Especificamente nestes relatos, tem-se o ensejo de verificar a possibilidade de aplicação na prática da ideia de que os empreendimentos feitos com predominância de entes privados, teriam uma característica de mercado, ou seja, seguiriam uma lógica mercadológica.

Para Anderson, a crítica principal está sobre a postura da construtora, que segundo ele não atende a solicitações relacionadas à estrutura, provenientes do condomínio, conforme demonstra o trecho *“você procura eles, eles ficam te empurrando assim...”* e mais especificamente no trecho *“as vezes, a construtora vai levando, vem aí, olha e fala que não tem nada a ver não, que isso aqui é normal, é isso aí que eu acho aqui”*. Tais relatos dão a nítida impressão de que o relacionamento do condomínio com a construtora, no que tange à questão das reformas (passados os cinco anos de garantia para reformas e manutenção), não agrada a Anderson, que pensa que a mesma ainda deveria responsabilizar por tais tipos de problemas. Além disso, Anderson expressa descontentamento ao afirmar que as reformas a serem feitas, serão descontadas dos moradores por meio do pagamento de condomínio. De maneira geral, o morador demonstra vários problemas enfrentados em termos de estrutura, elencando *“Essas partes de esgoto, entendeu, diz que já foi afundado, já foi danificado”, “se você andar aqui atrás desse prédio, mesmo, você vê rachadura”*.

Por fim, Anderson critica a postura da construtora, de achar a situação da estrutura *“normal”*, não tomando as devidas providências, que segundo ele, caberiam à mesma, e não aos moradores, mesmo tendo passado o tempo de garantia.

No caso de Joaquina, além das críticas à estrutura, tal como Anderson, a mesma critica outros aspectos relacionados ao contexto geral de construção do local. Dentre eles, destaca-se o fragmento *“É aquela roubalheira de sempre, né... começa de cima, até chegar na mão de quem deveria ganhar”* que revela um misto de indignação e descontentamento, ao destacar o que para ela significa um roubo em termos de aplicação de recursos, seguido por uma expressão de conformismo *“é assim, mas tá bom né? melhor do que nada”*, que diz respeito à questão da moradia.

Sobre isso, Medeiros (2007) versa sobre a compreensão da casa própria enquanto aconchego e lugar de abrigo e segurança, versus uma ideia de habitação como mercadoria, característica de conjuntos habitacionais promovidos pelo PMCMV. Essa dualidade pode vir a aclarar a compreensão sobre o sentimento implícito na fala de Joaquina, onde a mesma, ainda que não diga em termos, expressa revolta ao afirmar que exista uma *“roubalheira”* no processo, o que não necessariamente, estaria relacionada à desvios de verbas públicas ou a

atitudes ilícitas; mas à forma como se destinou recursos para a construção destes empreendimentos.

Cardoso, Aragão e Araújo (2011), ao afirmarem que uma lógica empresarial impacta na produção do espaço urbano, pois tal lógica mercantiliza o espaço urbano, fazendo com que estratégias empresariais para a maximização da lucratividade, aplicadas em outros setores da economia, sejam aplicadas em empreendimentos voltados para a habitação. Este processo, estabelecido desta forma pode ser considerado como prejudicial e nocivo aos interesses dos indivíduos, uma vez que, a maximização de lucros às custas de redução de custos em obras, na compra de materiais e no aprofundamento dos estudos de viabilidade de terrenos (os quais não podem ser previstos pelo regulamento governamental), tendem a prejudicar ou até mesmo a colocar em risco a integridade dos empreendimentos e até mesmo, dos moradores destes conjuntos e condomínios habitacionais.

Assim, pode-se melhor compreender que a “roubalheira” a qual se referia Joaquina, está relacionada à má utilização dos recursos, o que implica na estrutura dos edifícios, que segundo ela, faz com que as paredes pareçam ser “feitas de areia”. Além disso, Joaquina critica as luminárias, as janelas e recomenda tomar cuidado com a fragilidade das paredes e afirma que já foram feitos consertos em outras ocasiões.

Imagem 6 - Problemas na estrutura do condomínio



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Camila, por sua vez, também critica a alocação de recursos na construção do local, afirmando a respeito da construtora, que na opinião dela “*eles economizaram bastante. Deveriam ter feito com uma qualidade melhor as coisas... as janelas [...] alguns reparos que ficaram, eles economizaram... e assim, só*”. Além disso, Camila aponta para a questão da manutenção que, segundo ela, não era feita de maneira adequada, o que fez com que o seu esposo optasse por fazer por conta própria “*Vieram umas pessoas aí de fora, fazer umas reformas, porque estava no contrato, na carência, fazer uns reparos. Só que é assim: meu esposo, não aceitou os reparos. Eles vinham aí fazer os reparos e faziam tudo de qualquer jeito. A gente mesmo arrumou, a gente mesmo. A gente preferiu não deixar entrar dentro do apartamento. [...] meu marido mesmo, que sabe mexer, acabou fazendo, chamou gente pra pintar, né... é isso*”. A partir disso, pode-se perceber que, mesmo na carência – onde a empreiteira resguardava o direito de manutenção no condomínio – os serviços prestados não eram considerados de qualidade por Camila e pelo esposo, o que dá ensejo ao pensamento de que, em alguns casos, esta era mais uma medida protocolar do que uma questão pautada no comprometimento da construtora com os moradores do local.

Assim como Camila, Aparecida também questiona a qualidade dos serviços prestados pela construtora, ao afirmar que “*É fraco. Fraco, porque isso aqui não foi feito por gente especial*”. Segundo ela, no momento da manutenção, ocorrida após os cinco anos de carência, foram contratadas “*pessoas que sabem mexer, pedreiros especiais, mandados pelo síndico*”. A reclamação sobre a estrutura feita por Aparecida, é a de que quando chovia, haviam infiltrações na parede, assim como no caso de Paulo.

De acordo com ela, a participação da construtora foi mínima, uma vez que as reformas foram pagas pelo condomínio, no trecho “*Saiu do dinheiro do condomínio, porque a turma da construtora não quis saber de nada [...] a construtora não quis saber de nada não, filho*”, onde destaca o desinteresse da construtora em resolver o problema. Aparecida, por meio de seus relatos, dá a entender que acredita que devido ao serviço prestado pela construtora ser considerado “*mal feito*”, a mesma deveria prestar atendimento e providenciar manutenção após o prazo de carência, ou seja, após os cinco primeiros anos contados da data de entrega dos apartamentos.

Imagem 7 - Condomínio Residencial Irajá (reformas realizadas e em andamento)



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

O processo de elaboração de um conjunto habitacional custeado por políticas públicas, se dá a partir de alguns aspectos que seguem uma determinada sequência. A respeito disso, entrevistou-se o diretor de habitação do município de Maringá, Márcio Lorin, que versou sobre temas relacionados aos processos e a seleção, pelo qual passam os empreendimentos financiados pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

Entende-se que tais processos possam auxiliar na compreensão de aspectos inerentes à produção do espaço urbano no local e, conseqüentemente, auxiliar a elucidar e a proceder com análises mais completas sobre o empreendimento e o que todos esses processos podem impactar no contexto individual de cada um dos entrevistados, moradores destes conjuntos, especificamente, do Residencial Irajá.

Acerca da negociação que envolve o processo de construção de empreendimentos, Lorin assinala que o PMCMV tem como característica o protagonismo do setor privado. Segundo ele *“o município é um facilitador, o que acontece é uma relação econômica, onde o empreendedor vai produzir determinada mercadoria, que é a casa, no caso, e aí, o município é um facilitador, ele media essa relação e a participação dele é muito pequena”*. Ou seja, ao buscar compreender como se dá a formação dos conjuntos habitacionais, tal como o Irajá, por exemplo, nota-se que desde as suas bases, o PMCMV tem como protagonista o setor privado

e que a lógica privada pode ser considerada como predominante, uma vez que, segundo o diretor a casa seria considerada uma mercadoria. Além disso, a figura do ente público é colocada como coadjuvante no processo, uma vez que desempenha um papel de facilitador.

A esse respeito, segundo Lorin, tal posicionamento se daria em função das características do próprio programa, que não abririam espaço para a atuação dos municípios, uma vez que caberia à Caixa Econômica Federal (CEF), realizar as avaliações de acordo com os critérios definidos pelas políticas do governo federal, o que pode ser verificado no seguinte trecho *“a política habitacional, pautada no MCMV, primeiro ela centraliza no Governo Federal, ela deixa os municípios órfãos, quer dizer, deixa a população órfã de política habitacional local”*.

Partindo do pressuposto de que a política habitacional está pautada em escala nacional conforme diretrizes do PMCMV, admite-se que a gestão esteja centralizada no governo federal e tem-se margem para questionar sobre os efeitos desta centralização. Acredita-se que a política habitacional local, em função de uma maior proximidade aos locais de implantação destes empreendimentos, teria informações mais particulares e detalhadas sobre a situação habitacional atual e isso poderia fazer a diferença no momento da escolha e definição dos mesmos a partir das questões de infraestrutura, dentre outros.

Apesar disso, na atual conjuntura, as iniciativas locais ocupam lugar de coadjuvante, uma vez que participam apenas como facilitadoras de um processo que envolve a iniciativa privada, que em tese teria motivações não necessariamente pautadas no bem estar coletivo e o Governo Federal, que mesmo buscando zelar por uma condição digna e estruturada na construção das habitações, estaria sujeita a uma condição generalista, uma vez que se entende que seria muito inviável (se não impossível) perscrutar as dinamicidades e particularidades regionais a partir de regras gerais. Deste modo, acredita-se que a participação ativa dos governos municipais no direcionamento de políticas habitacionais locais é algo que faria grandemente a diferença, principalmente no que tange ao mote central da presente discussão: a questão da estrutura.

Para compreender os motivos pelos quais as questões de estrutura têm a ver com a definição de políticas habitacionais, entende-se que se possa relacionar as opiniões sobre a estrutura, provenientes dos indivíduos, com as afirmações sobre as características de desenvolvimento do programa. Ao verificar que a centralidade do programa está no setor privado e que a lógica se dá em torno de uma lógica de comércio, o que faz com que queira produzir mais com o menor consumo de recursos, pode-se no mínimo chegar a uma questão:

tais condições seriam viáveis também para a população atendida por estes programas sociais? Ou melhor dizendo, poderiam ser caracterizados como “sociais” programas que tem como características, tanto o cumprimento de diretrizes generalistas – que não necessariamente atendem as especificidades locais – mas, principalmente, que se dão por uma forma mercantilista de produção?

6.2.3.3 Percepções Sobre a Segurança (PSS)

Outro ponto relacionado às opiniões dos indivíduos, que tem figurado como relevante é a questão da segurança. Aliado à questão da estrutura, a segurança emerge nos relatos a partir de diferentes concepções de moradores que entendem o Condomínio Residencial Irajá, como um lugar seguro, ou não.

Chama-se a atenção, no caso de alguns relatos de moradores cuja opinião é de que o local é um lugar seguro para se viver, de que as questões de segurança podem estar influenciadas por uma perspectiva simbólica contida na estrutura conceitual que se faz da ideia de um condomínio fechado, composto por um conjunto de prédios. Em outras palavras, traz-se à tona a ideia de proteção da população nas eras medievais, elencadas por Rolnik (1988), onde a visão dos grandes muros que cercavam a cidade, transmitia aos seus moradores uma sensação de segurança.

Em contrapartida, àqueles que não consideram o Condomínio Irajá como um lugar seguro, podem estar influenciados por uma série de outras razões, que vão desde a questão de acesso ao local e a vizinhança (de dentro e fora do condomínio), assinalada por uma forte identificação com o território, sendo esta em nível de uma dimensão simbólica.

Antes de abordar a questão da segurança no presente estudo, julga-se importante tecer algumas considerações sobre as motivações relacionadas ao objeto de pesquisa, fortemente influenciadas por tais questões. De forma mais clara, como o mencionado na seção que trata dos procedimentos metodológicos da presente pesquisa, foram sucintamente elencadas as motivações que deram ensejo ao interesse de realizar a pesquisa tendo como objeto o Condomínio Residencial Irajá.

Tais motivações, tiveram nas questões de segurança um forte fator influenciador, uma vez que a ideia inicial da pesquisa, se pautava na percepção dos moradores sobre a segurança, uma vez que localmente esse assunto permanecia em voga. Posteriormente, teve-se o ensejo de expandir a pesquisa em torno de reflexões mais profundas e abrangentes que

abarcam as questões de produção do espaço urbano e principalmente, dos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (T-D-R), o que não fez com que a questão da segurança fosse menosprezada, mas ao contrário, vendo-a emergir da pesquisa a partir dos relatos dos moradores, sendo parte integrante de uma análise mais ampla.

Desta forma, a respeito das opiniões sobre as questões de segurança, destacam-se os seguintes fragmentos:

GRUPO 1

UNIDADE 1ª (Luan, 27 anos, Encarregado Operacional)

Eu acho (seguro). Já houve incidente com o meu pai. Meu pai tinha uma moto ali e ela estava no ultimo canto da vaga ali e roubaram o retrovisor dela, já roubaram umas duas vezes [...], mas, em relação a isso, você poderia ser roubado em qualquer lugar. De forma que você sabe que as pessoas te conhecem, elas acabam cuidando também, acabam sendo vizinhos solidários.

GRUPO 2

UNIDADE 2ª (Anderson, 33 anos, Mecânico)

Cara, a segurança aqui é o seguinte, velho... vou falar pra você... é um condomínio, né cara... tem câmera... aconteceu alguns fatos ai... pelo menos comigo, nunca aconteceu, né. [...] Aconteceu as vezes, roubo de bicicleta... aconteceu roubo de carro, de porta-malas, aqui mesmo, vizinho aqui, esse rapaz aqui, deste carro, acho que roubaram as ferramentas dele... aí você paga aquela câmera lá, e não conseguiu registrar nada, que nem funcionando ela está... e... essas questões aí... [...] Agora eu não sei assim, como é a questão de condomínio, né... se você paga ele, eu acho que deveria ter como se fosse um seguro, né? Você paga, acho que o condomínio, não assim... a falha deles foi não funcionar a câmera, se a câmera deles não... se o condomínio não está de dando segurança, eu acho que eles deveriam arcar com seu prejuízo, porque você está pagando... entendeu?

UNIDADE 3ª (Joaquina, 32 anos, Trabalho Externo)

Em termos de segurança, poderia ser mais seguro... por que já aconteceram coisas aqui que não deveriam ter acontecido. Pessoas pularem o muro e entrarem aqui dentro... alguém abrir a porta para pessoas estranhas. Isso eu acho que tinha que ter, não sei... pelo menos um muro bem maior.

UNIDADE 4ª (Camila, 36 anos, Trabalho Externo)

Eu não tenho medo de nada. Em meu ver, eu acho seguro, mais seguro. Sim, porque assim, as pessoas entram, é claro, as vezes as pessoas entram no bloco, mas eu... nunca me passou medo... pra mim não, não tenho medo de nada. Até porque, eu vou ser sincera, eu já deixei várias vezes minha porta aberta, assim, dormir e esquecer a porta aberta e no outro dia ver que tá só encostada. [...]. Os vizinhos, principalmente os senhores e as senhoras, eles cuidam de uma certa forma... assim, um cuida do outro. [...] O pessoal está sempre de olho. Eu acho aqui uma segurança maior que casa, porque aqui (apontando com a mão para o Conjunto Residencial Albino Meneguetti), está tendo bastante roubo, né... vários roubos. Porque aqui é assim, Iguatemi era bem pacato, bem quieto, bem sossegado, agora tá tendo bastante assalto. [...] porque a população aumentou, depois que surgiu essas casas, veio muitas pessoas de fora, né... não daqui de Iguatemi, então assim, tá surgindo bastante roubos... por isso que eu acho que aqui é mais seguro. [...] porque eu moro há dezessete anos aqui, mas eu moro há dezessete anos, mas eu tenho sogra aqui, meus avós eram daqui... então eu sou pioneira daqui há muitos e muitos anos, desde pequenininha eu vinha aqui. Aqui era uma “cidadezinha” pacata, você não via assim, quase, maconheiro, bandido, roubo. Agora, aumentou muito. Assim, é meio que direto, você vê assim, direto, porque aumentou a população, veio pessoas de fora, entendeu? [...] então os riscos... veio bastante “nóia” bastante gente que usa droga, enfim... tá tendo bastante roubo.

GRUPO 3

UNIDADE 5ª (Paulo, 75 anos, Zelador)

Olha, é mais ou menos. Vamos dizer, mais ou menos assim, porque nós ficamos aqui durante seis anos e nunca ninguém mexeu em nada. Então, a gente estava tranquilo. Agora, há dois meses atrás, uma magrela que tem aí embaixo, que já fuçou por Iguatemi inteiro, entrou dentro desse carro aqui, e não levou nada, porque também não tinha nada, só tem bagunça dentro desse carro. Tem ferramenta, tem uma porção de coisas aí que não cabe no apartamento e eu carrego no carro. Ela entrou e levou umas moedas que estavam no console e levou três cd's meus que tinha ali, de sertanejo, mas entrou e levou a bicicleta da menina ali, que estava na vaga desse carro, ela levou a bicicleta embora, e não sei se foi logo no mesmo dia ou em outro dia, ela entrou dentro do carro de um rapaz que mora no terceiro andar, acima de mim lá, levou uma plaina dela, acho que é elétrica, vale uns centro e poucos reais e levou o documento do carro que é o mais importante, ele deixou no carro.

GRUPO 4

UNIDADE 6ª (Aparecida, 69 anos, Aposentada)

Segurança aqui, não tem nenhuma! Segurança é só isso aí, essa grade, que a gente mandou fazer, ela também mandou fazer. A gente não é de estar passeando, não tem pra onde sair. Trancou a janelinha, pusemos o cadeado e pronto... É Deus que segura. Porque, segundo o que eu vejo, nos prédios chiques alí em Maringá, os ladrões estão invadindo. Eu fico pensando... como pode entrar num lugar daquele? Imagina nós aqui... só por Deus... então, é Deus que assegura a nós.

UNIDADE 7ª (Nilton, 74 anos, Aposentado)

É boa, aqui nunca teve problema não, não. Até hoje, não houve problema nenhum aqui não. [...]. Não é nem ladrão, era um bêbado. O cara entrar nesse portão aí, vamos supor, eu entro e deixo esse portão aí aberto, tem câmara, o pessoal sabe que fui em que deixei aberto. Tem uns “bebinhos” aí, mas a gente não dá nem bola pra eles, não oferece perigo.

UNIDADE 8ª (Mauro, 81 anos, Aposentado)

É boa hein, tranquilo aí ó... pode dormir tranquilo, nunca roubaram nada aqui... É roubaram uma bicicleta aí, de uma mulher, uma vez, mas nem ladrão não era, era um “bebinho” aí...

UNIDADE 9ª (Joana, 74 anos, Dona de casa)

Ahh, não é seguro não... é só Deus que assegura a nós. Aqui na minha casa, foi roubado..., mas foram dois moleques que moram aqui mesmo, um mora aqui... um rapazinho e outro, pra lá. Meu neto estava morando comigo ainda, aí naquela janela, pro lado de cima, no quarto, aí ele foi trabalhar e deixou dois aparelhos dele em cima da cama... eu esqueci o nome dos aparelhos... aí era umas oito horas, eu sentei um pouquinho aqui, não fazia nem cinco minutos que eu tava sentada aqui... Parece que Deus falou assim pra mim “Filha, entra lá dentro da sua casa, que está acontecendo uma coisa errada!...” Ai eu corri, fui direto lá no quarto, aí não estavam mais os aparelhos do meu neto em cima da cama. Dois moleques, um mora aqui, o outro, não sei se no barranco, roubaram pela janela, porque naquele tempo não tinha grade, meu filho não tinha posto grade, meu filho não morava comigo ainda... aí, no ano passado ele colocou grade, aí fica mais seguro, aí pode deixar a janela aberta e não tem perigo da molecada roubar nada.

UNIDADE 10ª (Luzia, 68 anos, Aposentada)

Aqui dentro? Não... aqui dentro, não.... Tem alguma coisinha assim, mas, é tudo daqui de dentro né? Já teve... assalto. Roubaram bicicleta daqui já, abriram carro... roubaram ferramenta de dentro de um carro. Mas isso foi um bêbado, eu acho. Liberaram... é gente fina, é gente boa... (risos)

UNIDADE 11ª (Gilda, 66 anos, Aposentada)

Aqui nós podemos dar graças à Deus. [...] Aqui tem boca de fumo, eu sei que tem, né... só que eu não posso falar, e também não quero saber [...] nunca me prejudicou, mas que tem boca de fumo aí pra cima, tem...

Conforme pode ser verificado nos fragmentos acima, as questões de segurança no Residencial Irajá envolvem cada um dos moradores de uma forma distinta. Há moradores que afirmam não terem conhecimento de problemas na segurança, outros por sua vez, afirmam não terem sido afetados por tais questões, porém, assinalam que já tiveram conhecimento de fatos relacionados a isso, que aconteceram no Irajá.

Outros moradores, porém, fazem uma análise neutra, mesmo tendo tido problemas relacionados à questão da segurança, considerando-os como questões pontuais ou da sociedade, não suficientes para serem caracterizadas como um problema do local e por fim, aqueles a quem as questões relacionadas saltam aos olhos e dão ensejo a críticas duras a respeito das mesmas. Tendo como base tais ideias centrais, elaborou-se o seguinte quadro:

Quadro 15 - Categoria Percepções Sobre a Segurança (PSS)

UNIDADES	IDEIA CENTRAL
4	Acham o local seguro e afirmam nunca terem tido conhecimento de incidentes relacionados à segurança
1, 7, 8, 10, 11	Acham o local seguro, mas afirmam que já houve incidente relacionado à segurança, dentro do condomínio
2, 3, 5	Não caracterizam como boa nem ruim, mas afirmam que a questão da segurança deixa a desejar e poderia melhorar
6, 9	Não acham seguro e afirmam ter enfrentado problemas relacionados à segurança

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Dentre todos os participantes da pesquisa, entrevistados e questionados sobre a problemática da segurança, apenas Camila não afirma ter tido notícias de problemas relacionados à violência/segurança no local.

De acordo com Camila, o local é tranquilo e a mesma afirma não ter medo de nada. De acordo com ela, a presença dos vizinhos é importante e proporciona uma sensação de segurança, pois os mesmos contribuem para uma espécie de “segurança informal” onde o apreço da vizinhança pelas pessoas, faz com que esta cuide dos bens alheios. Todavia, a questão da segurança, na percepção de Camila, não se desvela da mesma maneira fora dos portões do condomínio.

Ao apontar com o dedo para o conjunto vizinho, o Residencial Albino Meneguetti (obra, que assim como o Irajá, também é um empreendimento financiado pelo PMCMV), Camila cita a questão do aumento dos roubos no local. Segundo o trecho “...*Iguatemi era bem pacato, bem quieto, bem sossegado, agora tá tendo bastante assalto*”, Camila assinala que no passado o distrito de Iguatemi era considerado como tranquilo, mas conforme se pode verificar no trecho “[...] *porque a população aumentou, depois que surgiu essas casas, veio muitas pessoas de fora, né... não daqui de Iguatemi, então assim, tá surgindo bastante roubos...*”, a partir da chegada de novas pessoas que passaram a morar no local, advindas de cidades vizinhas, as taxas de roubos teriam aumentado.

A afirmação de Camila, de que o aumento dos roubos estaria diretamente relacionado à questão da chegada de novas pessoas ao local, em um primeiro momento, dá a entender que a mesma se refere à questão do aumento populacional no local, o que poderia causar um aumento proporcional na violência do local. Contudo, ao analisar a frase “*veio muitas pessoas de fora, né... não daqui de Iguatemi*”, percebe-se muito claramente um outro ponto: o de um preconceito implícito com as pessoas que são novas no local, a partir de um sentimento de pertencimento, que a faz considerar que a violência decorre das pessoas de fora de Iguatemi e que não haveria aumento na violência se o conjunto habitacional a que Camila se refere em sua fala, fosse ocupado por pessoas de Iguatemi.

Imagem 8 - Limites entre Conjuntos Residencial Irajá e Albino Meneguetti



Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Isso se explica a partir de uma análise a partir da apresentação de Camila, que se diz pioneira e afirma que tanto ela quanto a família, sempre foram moradores do distrito. Considera-se oportuno elucidar que tal ideia de Camila também é compartilhada por outras pessoas que possuem as mesmas impressões que ela. Em um artigo realizado para a conclusão de uma disciplina do curso de mestrado, o autor do presente estudo teve a oportunidade de

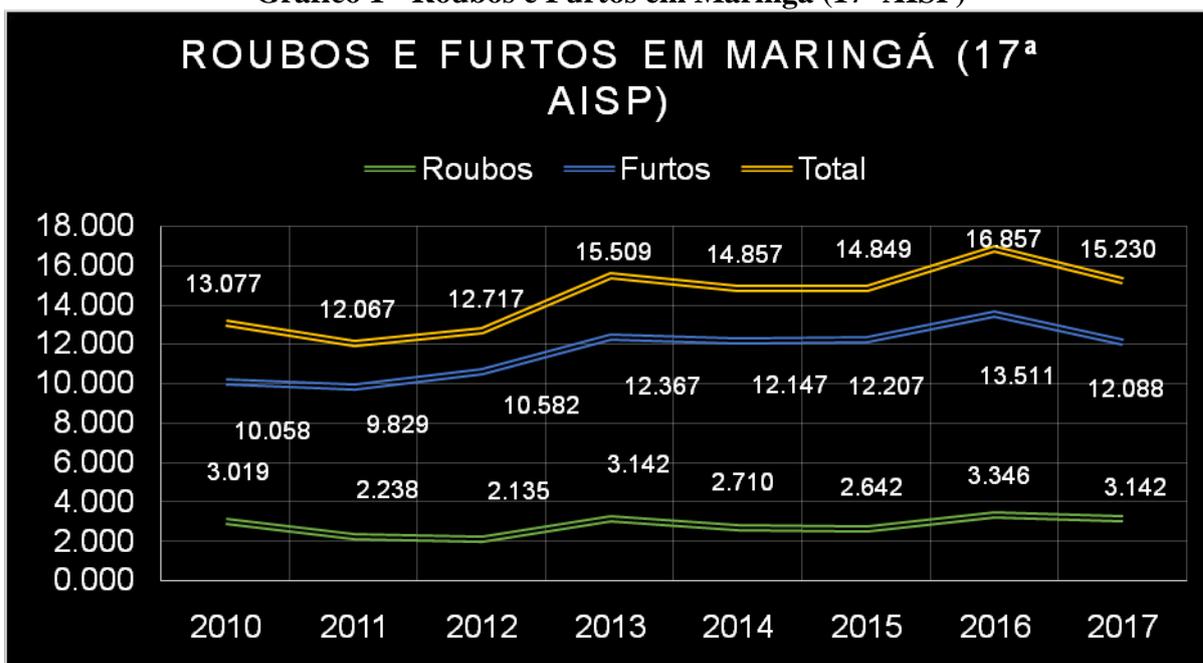
dialogar com moradores que residem nos arredores dos empreendimentos financiados pelo PMCMV em Iguatemi, onde opiniões similares à de Camila, aparecem nos relatos dos mesmos.

Ao contrário de Camila, os moradores da vizinhança externa ao condomínio, ou seja, dos arredores do Residencial Irajá em Albino Meneguetti, não fazem distinção entre ambos os conjuntos. Segundo os moradores mais antigos a violência no local começou a aumentar após a inauguração e entrega das unidades habitacionais, ocorridas em setembro de 2011, graças à “mistura da população local com pessoas de fora”.

Desta maneira, ao analisar o relato de Camila com relação à segurança no local, pode-se perceber que – mesmo morando em condições similares aos vizinhos e sendo também vítima de um preconceito da população tradicional, que mora a mais tempo do local – a mesma não deixou de conservar a ideia de que o problema está nas pessoas que vieram de outras cidades.

Não foram localizados dados que demonstrem de maneira segura, as questões relacionadas à criminalidade no distrito de Iguatemi, porém, obteve-se acesso a números que demonstram a evolução dos roubos e furtos no município de Maringá, no período de 2010 a 2017. Os dados foram tabulados e demonstrados por meio do gráfico 1.

Gráfico 1 - Roubos e Furtos em Maringá (17ª AISP)



Fonte: Secretaria da Segurança Pública e Administração Penitenciária de Estado do Paraná (adaptado pelo autor, 2018).

Conforme demonstra o gráfico acima, os números ligados a roubos e furtos em Maringá, registraram queda em 2011, tendo aumentado gradativamente após este período, nos anos subsequentes. Todavia, não há como definir nenhuma relação entre o aumento populacional no Irajá e a chegada de pessoas de outras localidades. Mesmo assim, o assunto não é novo no local, sendo discutido pelos demais moradores do distrito, principalmente os que ali residem por mais tempo.

Como já mencionado, a ideia de que as pessoas que provêm de outros lugares são responsáveis pelo aumento da violência no local, foi o fio condutor da presente pesquisa. A “má reputação” dos indivíduos que vieram de cidades vizinhas a partir da construção dos empreendimentos financiados pelo PMCMV foi noticiada através da Rádio CBN no dia 11 de novembro de 2011, sendo tema de uma entrevista realizada com o então secretário de habitação do município de Maringá, Gilberto Delgado (RÁDIO CBN).

De acordo com a reportagem os problemas surgem após a mudança dos indivíduos para as casas do Conjunto Habitacional Albino Meneguetti e para os apartamentos do Condomínio Residencial Irajá, os quais estariam incomodados com os furtos que estavam ocorrendo no local. Sobre isso, o entrevistado Gilberto Delgado, afirma que o fato já havia chegado ao conhecimento da administração municipal e que a prefeitura, por meio da Secretaria de Assistência Social e Cidadania de Maringá (SASC), estaria se organizando para realizar um diagnóstico nos locais para entender a situação (RÁDIO CBN)

Segundo Delgado, os responsáveis pelos pequenos furtos no local, seriam menores que possivelmente seriam dependentes químicos, ou “bagunceiros” que não teriam se adaptado ao novo contexto vivencial, o que estaria incomodando a população de Iguatemi. O secretário cita que, além da violência, o fato de que famílias numerosas e de outras localidades passaram a residir nos conjuntos, teria causado estranheza na população local que não estava acostumada com a situação (RÁDIO CBN).

O que chama a atenção na reportagem é que o número de ocorrências no Residencial Irajá seria menor, em função de que antes da entrega dos apartamentos, as famílias já teriam passado por uma análise da SASC, diferentemente do que haveria ocorrido com o Conjunto Residencial Albino Meneguetti, local onde existe o maior número de reclamações dos moradores. A partir disso, o secretário Gilberto Delgado reafirmou a necessidade e a importância de que todos os empreendimentos vinculados a programas habitacionais, obrigatoriamente, passassem por este tipo de diagnóstico; e que isso já era de conhecimento

do Ministério das Cidades (MCid), o que permitiria que os próximos condomínios a serem inaugurados, contassem com tal acompanhamento (RÁDIO CBN).

Diferentemente de Camila, nenhum dos demais moradores do local afirmou estar alheio à violência do local, ainda que não tivessem sido diretamente atingidos por ela. Dentre os que afirmam já terem tido notícias de incidentes que colocam em xeque a segurança do local, destacam-se os moradores que apesar disso, ainda consideram o local como seguro. Luan, Nilton, Mauro, Luzia e Gilda, apesar das mesmas opiniões sobre a segurança do local, os entrevistados evidenciam diferentes pontos de vista sobre a problemática da segurança e dão ensejo à reflexão sobre diferentes pontos, tais como: as questões de segurança fora do condomínio na atualidade, a convivência com os problemas internos e mais do que isso, de que maneira reagem os diferentes moradores, a respeito dos mesmos fatos.

Luan, por exemplo, deixa explícito em seu relato que a questão da segurança é algo que já lhe afetou diretamente. Segundo ele, já houve incidente com seu pai, onde o mesmo teria sido vítima de furtos, como pode ser visto no fragmento “*Já houve incidente com o meu pai. Meu pai tinha uma moto ali e ela estava no ultimo canto da vaga ali e roubaram o retrovisor dela, já roubaram umas duas vezes*”.

Mesmo assim, Luan não se sente morando em um local ruim e assinala que mesmo com os problemas de segurança, que o local é bom para se viver, como pode ser visto no trecho “*Eu acho (seguro)*” e “*De forma que você sabe que as pessoas te conhecem, elas acabam cuidando também, acabam sendo vizinhos solidários*”. Isso demonstra que o contato com vizinhos, assim como no caso de Camila, contribui para o aumento da tranquilidade no local, uma vez que os mesmos fazem papel de “guardas informais”.

Por fim, Luan versa sobre a questão da segurança fora dos portões do Residencial Irajá, no trecho “*...em relação a isso, você poderia ser roubado em qualquer lugar*”, o que indiretamente dá a entender que, à medida que a violência ocorre fora dos portões e é uma ameaça constante, a situação dentro do Irajá não deveria ser considerada problemática.

No caso de Nilton e Mauro, assim como em outras categorias da presente pesquisa, os dois tiveram relatos parecidos. Luzia também tem opinião semelhante à dos outros dois moradores a respeito da segurança. Para ambos, o local é tranquilo e os incidentes ocorridos, não podem ser considerados nada além de contratempos, provocados por alguém em estado de embriaguez.

Tal afirmação pode ser verificada nos trechos “*Tem uns “bebinhos” aí, mas a gente não dá nem bola pra eles, não oferece perigo*” na visão de Nilton, “*É roubaram uma bicicleta*

aí, de uma mulher, uma vez, mas nem ladrão não era, era um “bebinho” aí...” a partir da análise de Mauro e segundo Luzia que *“Roubaram bicicleta daqui já, abriram carro... roubaram ferramenta de dentro de um carro. Mas isso foi um bêbado, eu acho”*.

Entende-se que pelo fato de admitirem que há a violência no local, como no caso do roubo da bicicleta e do roubo das ferramentas, relativizam-se às suas concepções de acordo com suas experiências pessoais. Aparentemente, de acordo com Nilton, Mauro e Luzia, o que se pode compreender por violência ou problemas relacionados à segurança, deve se apresentar de modo constante e a partir de interferências externas, como pode ser verificado no relato de Luzia, que apresenta uma contradição na fala, ao ser perguntada a respeito da segurança.

Em um primeiro momento, a moradora afirma não ter havido nenhum incidente no local, mas em seguida confirma o contrário, mas tenta atenuar o fato justificando que era uma pessoa do local, conforme relato *“Aqui dentro? Não... aqui dentro, não... Tem alguma coisinha assim, mas, é tudo daqui de dentro né?”*. Ou seja, sendo algo esporádico e fruto de indivíduos residentes no local, o problema se apresenta minimizado. Além disso, o fato de estar embriagado a partir do termo *“bebinho”*, dito exatamente desta forma em ambos os relatos, e *“bêbado”* para Luzia, atenuaria a falta cometida pelo indivíduo. Luzia, inclusive, caracteriza o indivíduo como uma boa pessoa e afirma que o mesmo tenha sido liberado pelas autoridades, conforme se pode ver no trecho *“Liberaram... é gente fina, é gente boa... (risos)”*.

No caso de Gilda, as questões de segurança abarcam outro problema, até então não mencionado: o uso ou tráfico de drogas no local. Os demais moradores entrevistados, mesmo àqueles que fizeram severas críticas à segurança do local se referiam aos casos de furto e roubo no local. Gilda, por sua vez, cita as *“bocas de fumo”* as quais a mesma afirma existir no local.

A respeito disso, é visível que no relato da moradora há um esforço em esquivar-se de mais detalhes *“só que eu não posso falar, e também não quero saber [...] nunca me prejudicou, mas que tem boca de fumo aí pra cima, tem...”*. Tal fato, por sua vez, pode ter uma dupla interpretação. Gilda, aparentemente não quer se envolver com o tema por medo de represálias, todavia, o pouco detalhamento pode representar que a entrevistada não tem certeza absoluta do fato, permitindo-se levar por uma dedução, em afirmar que *“aqui tem boca de fumo, eu sei que tem, né...”*. Apesar disso, Gilda caracteriza como um lugar pelo qual os moradores podem *“...dar graças à Deus”*.

Outro grupo de moradores para os quais as problemáticas relacionadas à segurança não são novidades, são os moradores que não conceituam o local como bom ou ruim devido

às questões de segurança, mas contam as suas experiências e as situações por eles vivenciadas. De forma geral, os moradores possuem uma ideia geral neutra a respeito do local, mas assinalam que a segurança deixa a desejar.

Na visão de Anderson a política de segurança do local passa por uma melhor atuação do condomínio. De acordo com ele, o condomínio recebe valores mensais dos moradores para efetuar a manutenção do local e providenciar os serviços necessários, o que o caracterizaria como corresponsável por eventuais perdas sofridas por moradores, relacionadas a furtos. Conforme o trecho *“Aconteceu as vezes, roubo de bicicleta... aconteceu roubo de carro, de porta-malas, aqui mesmo, vizinho aqui, esse rapaz aqui, deste carro, acho que roubaram as ferramentas dele... aí você paga aquela câmera lá, e não conseguiu registrar nada, que nem funcionando ela está... e... essas questões aí...”*, Anderson expressa revolta por não ter as câmeras funcionando, apesar do pagamento do condomínio.

Na concepção do morador, o valor pago como taxa de condomínio representaria uma espécie de seguro no qual estariam garantidos os bens dentro das instalações do local. Nesse raciocínio, se algum bem for roubado sem que as câmeras consigam capturar as imagens para facilitar a identificação do eventual suspeito, o condomínio deveria ser responsabilizado, conforme pode ser observado no trecho *“... como é a questão de condomínio, né... se você paga ele, eu acho que deveria ter como se fosse um seguro, né?[...] a falha deles foi não funcionar a câmera [...] se o condomínio não está de dando segurança, eu acho que eles deveriam arcar com seu prejuízo, porque você está pagando... entendeu?”*

Imagem 9 - Vista interna do pátio e portões de acesso



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

No caso de Joaquina, por sua vez, o problema da segurança estaria relacionado à questão do fluxo de pessoas no local, o que representaria falhas no controle de acesso *“alguém abrir a porta para pessoas estranhas”* e da estrutura *“Pessoas pularem o muro e*

entrarem aqui dentro...". Segundo a mesma, um muro maior poderia auxiliar no que diz respeito à segurança, pois impediria que pessoas estranhas entrassem no local.

Outra coisa que chama a atenção a respeito do fluxo de pessoas não autorizadas no local é o de que em uma das visitas ao condomínio durante o processo de coleta, teve-se a oportunidade de verificar pessoalmente as questões de acesso ao local. Como mostra a imagem abaixo, a entrada do local é composta por dois portões com fechadura eletrônica, sendo a menor para a circulação de pessoas e a maior para a entrada e saída de veículos. Além disso, nota-se na que há uma espécie de guarita, onde ficaria reservado um espaço para a vigilância e controle de fluxo no condomínio.

Imagem 10 - Portões de entrada e guarita de vigilância



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Apesar dos portões eletrônicos e da guarita para aumentar a segurança, a situação encontrada no local no momento das visitas foi outra. Embora os portões sejam eletrônicos, qualquer pessoa pode “pegar uma carona” no momento da entrada ou saída dos carros, tendo à parte central do pátio, o que representa acesso total à entrada de todos os blocos, que na sua maioria, permanecem com suas portas abertas, o que, por sua vez, dá acesso direto aos apartamentos. Além disso, a guarita que serviria para a proteção dos moradores no controle do acesso não autorizado por meio dos portões ou por cima dos muros, permanece fechada, sem que não exista ninguém responsável para a atividade de vigilância.

Tais fatos, apesar de não serem considerados suficientes para o pagamento de uma indenização aos moradores, justificam a indignação de Anderson e Joaquina e podem ser considerados como questões que podem contribuir para a fragilidade da segurança no local.

Paulo, em seu relato, afirma que as coisas antigamente eram mais tranquilas, mas que recentemente o quadro haveria mudado. Segundo ele “*nós ficamos aqui durante seis anos e nunca ninguém mexeu em nada. Então, a gente estava tranquilo. Agora, há dois meses atrás, uma magrela que tem aí embaixo [...] entrou dentro desse carro aqui, e não levou nada, porque também não tinha nada, [...] ela entrou e levou umas moedas que estavam no console e levou três cd’s meus que tinha ali, de sertanejo...*”. A partir disso, Paulo evidencia que no seu caso, após um período de 6 anos residindo no local sem nenhum incidente que compromettesse sua segurança e de sua família, houve um incidente de furto, dentro de seu veículo. Apesar de, segundo ele, não terem sido bens de valor elevado, nem cifras significativas, o episódio serviu para que Paulo repensasse sobre a questão da segurança.

Não fica esclarecido se o autor do furto (uma mulher, segundo Paulo), era moradora ou não do condomínio, somente que a mesma já havia feito a mesma coisa em ocasião anterior “*que já fuçou por Iguatemi inteiro*”. Tal afirmação, aliada as de que “*ela levou a bicicleta embora e não sei se foi logo no mesmo dia ou em outro dia, ela entrou dentro do carro de um rapaz que mora no terceiro andar, acima de mim lá, levou uma plaina dele [...] e levou o documento do carro*”, auxiliam a compreender duas situações já citadas por outros moradores (o furto da bicicleta e das ferramentas), mas que permaneciam sem maiores detalhes.

A partir do acontecido com Paulo e os outros moradores, pode-se verificar que a questão do controle de acesso pode ter facilitado o acesso à pessoa acusada de furto, ao permiti-la ter acesso ao pátio do condomínio.

Além dos relatos de moradores que consideram o local seguro e os que não emitem opiniões a respeito, em face aos fatos acontecidos no local, existem moradores que exprimem severas críticas à questão da segurança no local e além disso, não o consideram como um local seguro. Como exemplo disso, analisar-se-ão os fragmentos extraídos dos relatos de Aparecida e Joana.

Segundo ambas, o condomínio não oferece segurança nenhuma, ficando à cargo da fé em Deus, a própria proteção. Por via das dúvidas, ambas colocaram grades de proteção em seus apartamentos para a prevenção contra invasões, conforme os relatos “*Segurança é só isso aí, essa grade, que a gente mandou fazer*”, no caso de Aparecida, e “*meu filho não tinha*

posto grade, meu filho não morava comigo ainda... aí, no ano passado ele colocou grade, aí fica mais seguro”, segundo Joana.

Na visão de Aparecida, assim como na de Luan, a parte externa nos dos muros do Irajá também possui violência e até mesmo “*os prédios chiques*” nas regiões centrais da cidade estão sendo vítimas da violência. Todavia, na concepção dela, isso não minimiza ou atenua o problema no local onde vive, nem faz com que o Residencial Irajá seja considerado seguro.

Joana, por sua vez, afirma que o local não é seguro pelo fato de já ter sido vítima de roubo. De acordo com ela, duas pessoas roubaram dois aparelhos do neto, enquanto o mesmo saía para trabalhar. Segundo ela, “*foram dois moleques que moram aqui mesmo, um mora aqui... um rapazinho e outro, pra lá*”, o que demonstra que a questão da segurança não é algo exclusivo de dentro ou de fora do condomínio, mas um conjunto de práticas que tem afetado a vivência dos moradores e os obrigado a darem suas alternativas próprias, a territorializarem, a ocuparem e modificarem o espaço onde vivem, para uma melhor condição.

6.2.3.4 Perspectivas Sobre o Futuro (PSF)

Quando se aborda o tema sobre as perspectivas de futuro, no que diz respeito ao contexto de habitação, o tema da ideologia da casa própria é evidenciado para auxiliar na compreensão de tais questões. De acordo com Arantes e Fix (2009) o pacote habitacional e a ideologia da casa própria surgem por meio de um contexto de ressarcimento e compensação de perdas de direitos políticos e arrocho salarial, no período do regime militar.

Arantes e Fix (2009, p. 6), assinalam que:

A casa própria, sobretudo para os trabalhadores que não tem como adquiri-la pelo salário, ao ser entregue pelo governo aparece como uma dádiva (ou um fetiche), um benefício que promove dividendos para todos os seus intermediários, dos empresários aos políticos (ARANTES; FIX, 2009, p. 6).

A partir disso, pode-se compreender que o desejo de crescer está no indivíduo e pode estar atrelado ao desejo de possuir uma casa própria, a partir de um sentimento de que a posse de uma casa própria estaria relacionada a mudança social. Deste modo, o “produto” casa própria seria então, explorado como instrumento de para o apaziguamento de revoltas sociais contra as estruturas do sistema (ARANTES; FIX, 2009).

Deste modo, não raro dentre os entrevistados na presente pesquisa é possível notar trechos que exaltam esta postura “dadivosa” do bem casa própria, o que se dá a entender que venha a impactar na maioria dos relatos das demais categorias até o presente momento. Em alguns casos, os relatos são extremamente positivos, em outros, porém – no caso de indivíduos que vivem em um mesmo contexto, mas que compreendem a realidade de outra maneira e que possuem experiências de vida distintas – surgem críticas que colocam em voga uma série de reflexões acerca da ideologia da casa própria.

Considera-se que a iniciativa de criar habitações para indivíduos desprovidos de recursos e que fazem parte dos números que compõe o déficit habitacional é louvável a partir da satisfação das necessidades da população, sobretudo aqueles que se encontram por longos períodos nos cadastros de habitação social. Contudo, entende-se que a vinculação de duas lógicas distintas, sendo estas, a criação de unidades habitacionais para os desfavorecidos e a lógica capitalista, atrelada principalmente no processo de produção das unidades habitacionais venha a causar impactos no contexto vivencial dos indivíduos.

Mesmo assim, apesar da presença da ciranda do capital, que continua a girar e a reproduzir ecos que impactam onde políticas públicas sólidas deveriam ser responsáveis, os cidadãos não devem ser considerados como desprovidos de atitude. Acredita-se que, por meio de seu senso crítico, os mesmos podem vislumbrar outras possibilidades e almejar outras formas de futuro, a partir das condições de vida atuais (HARVEY, 2015).

Assim, entende-se que as perspectivas de futuro dos cidadãos perpassem todas as dimensões E-P-C-N do território, as quais se pode-se considerar como estando ligadas ao contexto atual e das condições de T-D-R enfrentadas por eles, enquanto produtos de uma produção do espaço urbano pautada pela disputa (muitas vezes desigual) entre os agentes.

A partir disso, a respeito das perspectivas dos moradores do Condomínio Residencial Irajá a respeito do futuro, pode-se elencar os seguintes relatos:

GRUPO 1

.....
 UNIDADE 1ª (Luan, 27 anos, Encarregado Operacional)

Se eu achar alguma coisa, eu mudo. Se eu comprar uma casa, por exemplo, eu mudo daqui, mas... não tenho previsão de sair agora. Depende do que acontecer, a princípio vou ficar aqui mesmo.

GRUPO 2

.....

 UNIDADE 2ª (Anderson, 33 anos, Mecânico)

Rapaz, vou falar pra você... a intenção é de, mais pra frente se mudar daqui, não que aqui seja ruim... você quer sempre ir para uma casa, né? Casa é sempre melhor... casa é sempre melhor, se tiver uma casa mesmo, com quintal, né... a intenção é essa ai, não minto pra você não, a intenção, não que aqui seja ruim, mas se tiver condições de mudar para uma casa própria mesmo, a intenção é essa.

UNIDADE 3ª (Joaquina, 32 anos, Trabalho Externo)

Sobre o condomínio, eu não tenho nada a falar. Sobre aqui, no Brasil, eu não tenho muito o que esperar daqui. Mês que vem, estou voltando para Portugal.

UNIDADE 4ª (Camila, 36 anos, Trabalho Externo)

Para mim, por enquanto tá bom... Não sei como vai ser daqui pra frente, mas por enquanto, tá bom.

GRUPO 3

.....

 UNIDADE 5ª (Paulo, 75 anos, Zelador)

Eu falei pra mulher que estou pretendendo comprar um terreno ai... (risos) Então, não precisa nem dizer, né... (risos) Estou pretendendo comprar a prestação um terreninho ai, porque daqui, só para a sepultura, né? Não pretendo sair daqui. Eu acho que se você tivesse possibilidade, que não tem, mas pra Deus nada é impossível, de eu adquirir uma casa boa aí eu, talvez, daqui a alguns anos, né... eu não sei se tô vivo daqui a pouco, né (risos), mas o coração nunca envelhece... você tá morrendo, você está se acabando e o coração está pensando em coisas novas, tá pensando que você é eterno (risos).

GRUPO 4

.....

 UNIDADE 6ª (Aparecida, 69 anos, Aposentada)

Futuramente, quando terminarem os dez anos, e a gente ainda for vivo, pode fazer... a gente tem o documento daqui tudo certinho, pode fazer uma troca em uma casa...

UNIDADE 7ª (Nilton, 74 anos, Aposentado)

Ahh vou ficar, né? Daqui, só vou sair quando for lá para o parque, entendeu, né? (risos).

UNIDADE 8ª (Mauro, 81 anos, Aposentado)

Ahh, vou ficar aqui mesmo hein? Depois que vencer os dez anos diz que pode vender, mas eu não tenho a ideia de vender não. Vou ficar aqui mesmo, aqui tá bom.

UNIDADE 9ª (Joana, 74 anos, Dona de casa)

Sair daqui pra pagar aluguel também, né? Melhor ficar aqui até morrer... (risos). [...], mas, se desse certo, eu mudaria.

UNIDADE 10ª (Luzia, 68 anos, Aposentada)

Eu pretendo ficar aqui, se Deus quiser. Eu não tenho intenção de mudar não. Eu gosto.

UNIDADE 11ª (Gilda, 66 anos, Aposentada)

Antes era só eu, minha filha morava em Mandaguaçu e pagava aluguel. Ali eu trouxe ela pra cá, pra ela dar uma ajudinha pra mim também, né?... , tadinha, ela me ajuda... ela faz a parte dela, então tá bom.. [...] então eu tô bem aqui, graças à Deus.

A partir dos relatos acima, pode-se verificar que a respeito das perspectivas de futuro, formam-se as ideias gerais contidas no quadro 15:

Quadro 16 - Categoria Perspectivas Sobre o Futuro (PSF)

UNIDADES	IDEIA CENTRAL
4, 7, 8, 10, 11	Pretendem permanecer no local no futuro
1, 2, 5, 6, 9	Pretendem permanecer no local, mas tentam uma oportunidade de mudar para outro local
3	Não pretendem permanecer e já estão de saída do local

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

A partir das ideias gerais no quadro acima, pode-se verificar que dentre os moradores entrevistados, grande parte dos mesmos afirma pretender se manter no local. Mesmo assim, dentre eles, figuram os indivíduos que pretendem permanecer no local no futuro e não fazem planos de mudarem-se para outros locais e os que pretendem morar no local até conseguirem arranjar outra moradia.

Dentre os indivíduos que não pretendem deixar o local, há aqueles que alegam não ter perspectiva de mudança, uma vez que estes consideram a atual situação como boa, como no caso de Camila, que afirma que *“Não sei como vai ser daqui pra frente, mas por enquanto, tá bom”*, o que permite a interpretação de que uma eventual mudança não é algo que estes não desejam, mas que ainda não pararam para pensar a respeito.

Outros, no entanto, como no caso de Gilda, suscitam a ideia de que o fato de terem se consolidado como residentes no local e de ter trazido a filha, como no exemplo de Gilda, auxiliam na permanência da mesma no condomínio.

Alguns moradores, no entanto, como nos exemplos de Nilton e Mauro, afirmam não terem interesse de sair do local, só deixando o Condomínio Irajá, quando forem para *“o parque”* segundo Nilton, em uma clara alusão ao cemitério parque, em Maringá, dando a entender que pretende ficar no local até o fim de sua vida. Para Mauro, ainda que tenha se passado o prazo de 10 anos, o que permitiria que as unidades habitacionais sejam vendidas pelos moradores, ele não pretende deixar o local, assim como Luzia, que afirma gostar do local e não pretender se mudar do mesmo.

Ao contrário dos moradores cujos relatos foram citados acima, outros indivíduos entrevistados afirmam que, mesmo gostando do local, gostariam de morar fora do Condomínio Irajá. Os motivos para isso podem ser considerados variados, tais como a aquisição de possibilidades para a compra de uma nova casa, como nos casos de Luan e Anderson, ou como no caso de Paulo, que pretende juntar dinheiro para adquirir um novo imóvel, como pode ser verificado no trecho *“Eu acho que se você tivesse possibilidade, que não tem, mas pra Deus nada é impossível, de eu adquirir uma casa boa aí eu, talvez, daqui a alguns anos, né...”*.

A esse respeito nota-se que a figura divina é inserida e ocupa um lugar na frase, que representa um aparente distanciamento da realidade, ao qual o morador consideraria que a compra de uma nova propriedade só seria possível a partir da intervenção divina. Uma posição utópica o diálogo com Paulo, pode ser verificada também, no trecho, *“mas o coração nunca envelhece... você tá morrendo, você está se acabando e o coração está pensando em*

coisas novas, tá pensando que você é eterno". Todavia, Paulo afirma que, caso não consiga comprar o terreno à prestação, pretende permanecer no local.

Aparecida, por sua vez, também demonstra vontade de sair do local e adquirir uma casa. Segundo ela, após o período de dez anos, a moradora pretende negociar o apartamento em que mora, na troca de uma casa. Diferentemente de Paulo, que pretende adquirir um outro imóvel, mas quer permanecer como proprietário do apartamento onde mora; Aparecida não pretende adquirir outra propriedade e se manter com o apartamento no Irajá, mas como já mencionado, pretende envolvê-lo na troca por outra propriedade.

O que chama a atenção nos relatos de Paulo e Aparecida é que a idade é mencionada como fator limitante, como pode ser observado na frase *"eu não sei se tô vivo daqui a pouco, né"* dita por Paulo e *"quando terminarem os dez anos, e a gente ainda for vivo"*, afirmada por Aparecida, deixa evidente que ambos levam em consideração o fator tempo de vida para as suas escolhas. Paulo tem 75 anos de idade e Aparecida, 69 anos.

Joana, a seu turno, tal como Paulo, compreende a situação de mudança do local como sendo utópica, ao passo que não evidencia nenhum tipo de programação que a possibilite sair do Irajá e ir morar em outro lugar. Além disso, dá a entender um conformismo relacionado à questão da mudança ao refletir que no caso de sua saída estaria sujeita ao pagamento de aluguel, como pode ser verificado no fragmento *"Sair daqui pra pagar aluguel também, né? Melhor ficar aqui até morrer..."*.

A partir disso, pode-se verificar que ainda que exista um desejo em Joana, no sentido de viver em um local que lhe proporcionasse melhores condições de vida, tais aspirações esbarram nas perspectivas de futuro que consideram a situação real do mercado imobiliário local, que segundo relatos de Joana (transcritos em outras seções do presente estudo), possuem valor muito elevado, o que impossibilitaria sua saída. Além disso, percebe-se que Joana leva em consideração suas experiências passadas, onde pagava aluguel, o que permite admitir a possibilidade de que exista um condicionamento em termos de perspectivas.

De acordo com os relatos da pesquisa é possível verificar que a única entrevistada que deixa explícita a possibilidade e o desejo de mudança para outra cidade, é Joaquina, que por sinal, pretende mudar de país. Segundo Joaquina, não há nada a ser dito sobre o condomínio. É muito evidente o profundo desconforto pelo qual a entrevistada passa, em residir no Irajá. Assim como os demais moradores do local, Joaquina foi motivada a morar no Condomínio Irajá por motivos particulares, no caso dela, vinculados à necessidade de estar próxima de sua mãe. Ao alugar um apartamento no local, Joaquina deixa muito evidente o

descontentamento com a situação onde vive. Tal descontentamento, que inclusive ficou muito evidente em grande parte das categorias do presente estudo, dá a entender a sua posição em termos de futuro: o retorno à Portugal, local onde a mesma afirma ter encontrado as condições adequadas para viver.

Imagem 11 - Condomínio Residencial Irajá (entrada) 2011/2018



Fonte: Google Earth Pro (2011); Dados da pesquisa (2018). Adaptado pelo autor.

6.3 UMA SÍNTESE ANALÍTICA: O PMCMV E AS PERSPECTIVAS DE T-D-R DOS MORADORES DO CONDOMÍNIO RESIDENCIAL IRAJÁ

Os programas habitacionais, enquanto iniciativas governamentais de provisão de moradias, atendem a indivíduos cadastrados nos bancos de dados do Estado, os quais serão contemplados assim que surgirem novas unidades disponíveis para serem ocupadas. Esse número, que no caso do Brasil pode ser considerado elevado, corresponde ao déficit habitacional e diz respeito à quantidade de indivíduos que necessitam de moradias (LIMA NETO: FURTADO: KRAUSE, 2013).

O PMCMV, como iniciativa habitacional, tem como uma das suas premissas a de viabilizar novas unidades habitacionais, visando à diminuição do déficit habitacional. Todavia, da forma como se materializa, o programa tem aliado questões relacionadas ao atendimento do déficit habitacional e a geração de empregos na construção civil (ROLNIK: NAKANO, 2009), uma vez que o programa se dá a partir de parcerias público privadas, que seguem diretrizes estabelecidas pela Caixa Econômica Federal (CEF) para a sua implantação. O diretor de habitação do município de Maringá confirma tal fato, à medida que conceitua o PMCMV como sendo um programa que “*coloca como protagonista a iniciativa privada*”.

Além disso, o diretor Márcio Lorin, afirma que a política do PMCMV é centralizada com o governo federal, assinalando que isso deixa os municípios órfãos de políticas

habitacionais locais. Para Márcio “*o que acontece é uma relação econômica, onde o empreendedor vai produzir determinada mercadoria, que é a casa, no caso, e aí, o município é um facilitador, ele media essa relação e a participação dele é muito pequena*”.

Ao identificar que a centralidade do programa é nacional, pode-se verificar que os critérios definidos pela CEF, ainda que tenham o intuito de definir diretrizes mínimas para a implantação de obras financiadas pelo PMCMV, não sendo locais, não poderão verificar questões específicas de cada região, ou seja, pode-se compreender que a partir de diretrizes generalistas, podem ser negligenciadas especificidades e particularidades locais, que não passariam despercebidas num contexto onde a política habitacional se desse a partir de iniciativas definidas localmente, com uma maior autonomia dos municípios.

Desta forma, ao abordar o tema que trata de políticas habitacionais, entende-se como necessário considerar os pontos acima discutidos a ainda, a influência da natureza mercantilista do programa. A esse respeito, Rolnik e Nakano (2009, p. 1) assinalam que a mistura de duas iniciativas distintas vem “confundindo política habitacional com política de geração de empregos na indústria da construção”. Em outras palavras, na busca de atender a dois setores distintos da sociedade, o PMCMV tem mais atendido a empresas de construção civil e gerado empregos nesse setor, do que necessariamente zelado pelo verdadeiro foco das políticas habitacionais: as questões habitacionais.

Acredita-se que, ao misturar dois focos em um mesmo programa, naturalmente há uma tendência de prevalência de um sobre o outro, o que caracteriza um conflito e poderá ter impactos, quando se considera as questões relacionadas ao capital e à produção do espaço urbano. Conforme assinala Corrêa (2014) a produção do espaço não ocorre de maneira igualitária, ou seja, é permeada por questões individuais e específicas de acordo com a atuação dos agentes (inclusive de clientelismo entre eles). Ao se levar em conta as disposições existentes em sociedades capitalistas, pode-se compreender que, nesse caso prevalecerão os objetivos vinculados à geração de renda, enquanto reprodução e maximização de capital.

Isso representaria, conforme Cardoso, Aragão e Araújo (2011), que as estratégias de maximização do capital proveniente de empreendimentos habitacionais financiados com os recursos do PMCMV, seguiriam uma lógica empresarial, ou seja, a do aumento dos lucros a partir da padronização dos serviços e da redução dos custos de produção das unidades habitacionais, principalmente àqueles vinculados à faixa 1 do programa.

Considerando ainda a figura do Estado como agente possuidor de maior autonomia e a dos empreendedores imobiliários, nas figuras das construtoras que fazem da moradia um

comércio, entende-se que o PMCMV estaria pautado em um contexto mercantilista e que teria a vantagem de estar chancelado e amparado por políticas de governo, o que permite aos empreendedores imobiliários maximizarem seus lucros, em detrimento de outros fatores, tais como as questões de infraestrutura.

Nesse contexto, surgem as discussões à respeito da segregação decorrentes do fato de que empreendimentos são levados para as periferias das cidades, onde o valor da terra é mais baixo, porém, onde a infraestrutura do local também é deficitária, causando um choque de ideias que vêm de duas fontes distintas: os setores público e privado. A partir do momento em que tais lógicas distintas se chocam e que o capital enquanto sistema de troca passa a valorar questões que seriam de ordem pública, tem-se evidenciados os efeitos da segregação pautada em ditames de maximização de lucro e da produtividade (TATAGIBA et. al., 2014).

Conforme o mencionado anteriormente, a política habitacional no Brasil tendo em vista a redução do déficit habitacional, segundo Rolnik e Nakano (2009, p. 2) concentrou-se “...na oferta de subsídios e créditos individualizados para a obtenção da propriedade privada. Entretanto, as necessidades habitacionais da população de baixíssima renda não são atendidas desse modo. ” Por esta afirmação, considera-se pertinente iniciar a análise dos relatos dos indivíduos residentes no Condomínio Residencial Irajá, com relação às preferências habitacionais, tendo como base a questão pela qual se entende como principal: a condição de possuir uma moradia própria.

Alguns dos indivíduos entrevistados demonstram variadas concepções a respeito das próprias preferências habitacionais, todavia, o fato de morarem em apartamentos, ou seja, uma unidade habitacional na qual os mesmos não estavam acostumados, representou uma mudança significativa. Além das diferenças entre casa e apartamento, há também as questões relacionadas ao tamanho e disposição dos cômodos, a relação com os vizinhos e o condomínio, que se traduzem num processo de reterritorialização constante dos moradores do Residencial Irajá.

Independentemente da forma da unidade habitacional foi construída (vertical ou horizontalmente), o que entra em cena é também a ideia de moradia, de lar que tais indivíduos fazem. Assim, quando se fala em preferências habitacionais individuais, a questão se desdobra e vai muito além da forma dos prédios, mas da concepção do local como lar.

Segundo Arantes e Fix (2009) a casa própria representa uma segurança em tempos de crise e mais ainda, uma garantia de uma velhice tranquila. A partir disso, analisando os dados da presente pesquisa, pode-se identificar que muitos dos relatos dos indivíduos, possam estar

influenciados por estas questões. Assim, naturalmente pode-se compreender que o ato de fazer críticas, ainda que construtivas, pode representar uma espécie de mal comportamento frente ao bem recebido, ou seja, o imóvel.

De certa forma, é como se aqueles que tiveram que enfrentar penosas condições de moradia antes de serem contemplados, costumam se mostrar mais condescendentes e menos exigentes, frente às limitações do local onde vivem. Desta forma, pode-se refletir acerca dos impactos no senso crítico e na ideia de lar dos indivíduos, a partir de suas experiências pessoais.

A partir dos fragmentos dos relatos dos indivíduos entrevistados na presente pesquisa, foi possível verificar um emaranhado complexo de significados os quais tem relação com as políticas habitacionais em âmbito local, as questões econômicas, simbólicas e principalmente, como se intercalam as condições objetivas e subjetivas relacionadas ao território e as questões de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, vinculadas às questões de produção do espaço urbano em Maringá.

Conforme os procedimentos metodológicos descritos no capítulo anterior, pautando-se na análise interpretativa de dados qualitativos (FLORES, 1994), utilizou-se o sistema de metacategorias baseadas em aspectos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (T-D-R), relacionadas dos moradores do Condomínio Residencial Irajá, no distrito de Iguatemi e que foram entrevistados para a presente pesquisa.

Inseridas nesta metacategorização, emergiram categorias de análise a serem discutidas no presente capítulo, visando a formação de conceitos que pudessem ampliar a compreensão sobre as vivências dos moradores. Além disso, tais entrevistados foram agrupados a partir de suas idades e suas ocupações, tendo em vista a absorção e evidenciação de possíveis tendências comportamentais baseadas nesses quesitos.

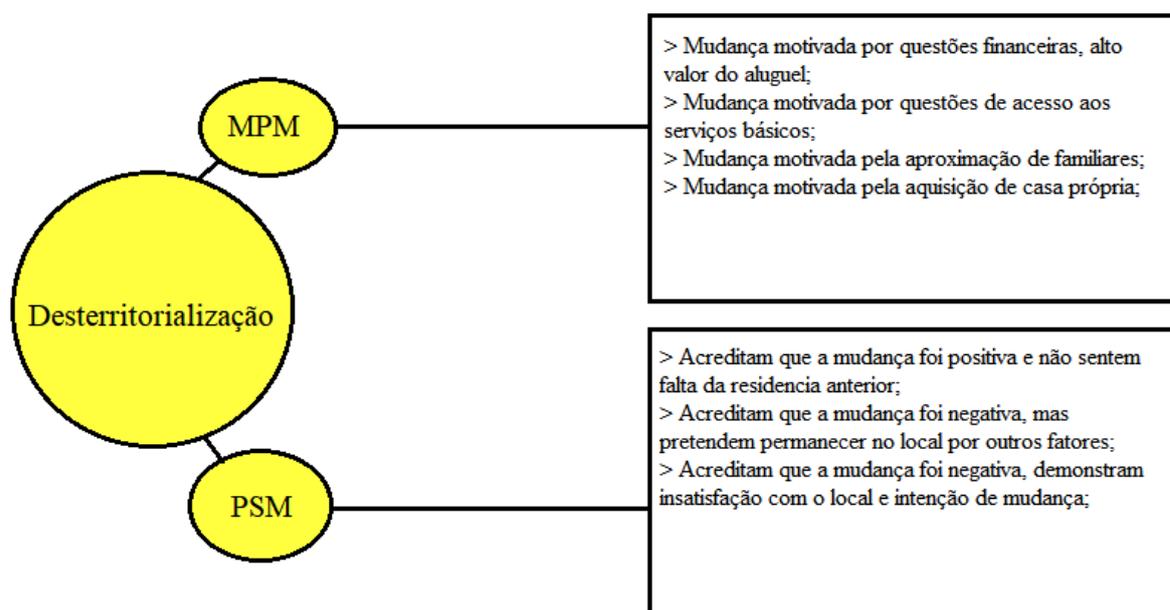
É importante citar que a presente pesquisa não tem como objetivo criar definições generalizantes a serem replicadas à caráter de fórmulas, em outros empreendimentos financiados pelo PMCMV, mas simplesmente de viabilizar o processo de análise e de interpretação dos dados, a partir de fatores que proporcionam uma maior compreensão sobre os seus comportamentos, sendo estes jovens, idosos, permanecendo ou não no condomínio.

Em cada uma das categorias analisadas no presente capítulo, fora elaborado um quadro que trazia as informações acerca das ideias gerais de cada um dos indivíduos entrevistados. A partir disso, deu-se o desenvolvimento das análises a respeito das percepções dos indivíduos sobre variadas questões como estrutura, segurança, o relacionamento com os

vizinhos, o acesso aos serviços básicos, dentre outros. Como já mencionado, tais categorias emergem da pesquisa, a partir das questões de T-D-R, definidas como metacategorias.

Desta forma, ao analisar tais questões, surgem os seguintes direcionamentos, que podem ser verificados na figura 6, no que diz respeito à metacategoria **Desterritorialização**, tem-se as seguintes ideias gerais, que compõem as categorias **MPM** e **PSM**:

Figura 6 - Metacategoria Desterritorialização



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

A partir disso, pode-se estabelecer uma análise entre as ideias gerais que figuram nas duas categorias, que por sua vez, integram a metacategoria desterritorialização. Como já mencionado na análise individual de cada uma das categorias, estas se apresentam de forma complementar, onde uma análise entre os aspectos emergentes dos relatos dos indivíduos pode proporcionar um melhor entendimento acerca do significado da metacategoria desterritorialização para os indivíduos do Condomínio Residencial Irajá.

As categorias sobre as motivações para a mudança (MPM) e as percepções sobre a mudança (PSM) são diferentes, porém, possuem similaridades que auxiliam na compreensão de significados a partir de uma relação causa e efeito, ao lançar luz sobre o processo de mudança entre os territórios.

Ao analisar as questões de desterritorialização a partir dos relatos dos indivíduos entrevistados, pode-se perceber que o principal fator motivador deriva das questões financeiras, onde os indivíduos sentem-se inclinados a mudarem-se para o novo local, tendo em vista a oportunidade de deixar de pagar aluguéis. Ainda que a aquisição da casa própria seja outro fator preponderante para parte dos entrevistados, este se diferencia das questões financeiras por outros fatores, tais como a liberdade individual e independência conquistados em uma nova condição de moradia, o que justifica a escolha pela troca entre os locais. Aproximação de familiares e acesso aos serviços básicos também foram fatores preponderantes, principalmente porque alguns destes indivíduos residiam em regiões distantes do centro urbano do distrito e também do município de Maringá.

No que diz respeito à relação entre motivações e percepções dos indivíduos a respeito da mudança, identifica-se que os fatores motivacionais não são necessariamente suficientes para proporcionar um bem-estar “pós mudança” para os indivíduos, ou seja, houve a mudança em função de uma busca destes indivíduos por melhores condições de habitação, todavia, estas não necessariamente foram encontradas na prática. Além disso, percebe-se que a preponderância do motivo para a mudança sobre as percepções dos indivíduos, uma vez que a partir da equação imprevisibilidade da realidade a ser enfrentada *versus* a necessidade que motiva, faz com que esta última seja preponderante.

Tal fato, porém, não significa que os depoimentos dos indivíduos apontaram para um mal-estar generalizado ou uma decepção a respeito do processo de mudança para o Condomínio Irajá, pelo contrário, grande parte dos moradores a avaliou como sendo uma mudança positiva.

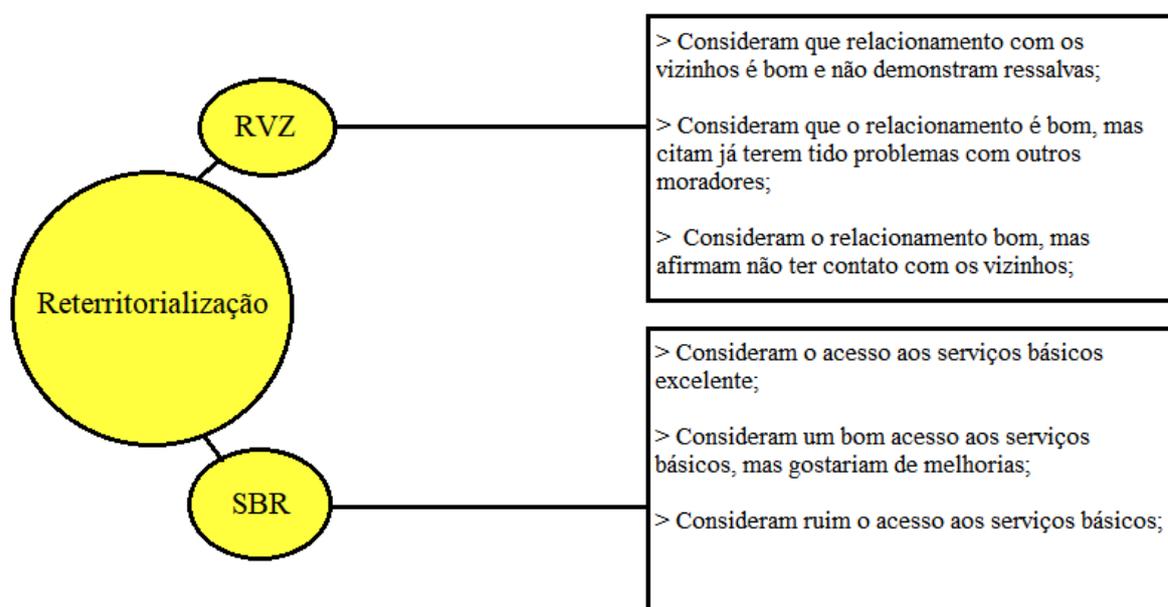
De acordo com a categorização dos indivíduos a partir da faixa de idade e pela ocupação, objetivando compreender possíveis tendências baseadas em tais fatores, verificou-se que as opiniões positivas e negativas dos entrevistados foi de indivíduos que estão categorizados nos quatro grupos. Desta forma, não foi possível encontrar possíveis tendências que auxiliassem na compreensão das respostas, pautando-se no agrupamento realizado. Salienta-se, inclusive, que tal categorização tem aspiração somente de servir como instrumento de enriquecimento de percepções por parte do pesquisador, o que poderia contribuir para a melhoria das análises a partir da identificação de eventuais comportamentos inerentes a uma ou outra categoria.

Isso significa também, que os relatos dos indivíduos foram analisados a partir de sua própria riqueza de detalhes, não sendo, em hipótese alguma, agrupados tendo em vista

aspirações de generalização ou de replicabilidade em outros contextos, o que se acredita que demandaria uma análise pormenorizada e específica dos locais e indivíduos participantes da pesquisa.

A respeito das questões sobre a metacategoria **Reterritorialização**, tem-se duas categorias que versam sobre o relacionamento dos indivíduos com os vizinhos (**RVZ**) e as perspectivas dos indivíduos sobre o acesso aos serviços básicos na região (**SBR**) as quais as ideias gerais podem ser observadas na figura 7:

Figura 7 - Metacategoria Reterritorialização



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Estabelecendo relações entre as categorias, pode-se verificar que ambas denotam processos de adaptação dos moradores a um novo território. O relacionamento com os vizinhos e as questões inerentes ao acesso aos serviços básicos da região representam importantes pontos de vista dos mesmos, que dão uma noção de como ocorre o processo de reterritorialização destes moradores.

Ao analisar as questões de relacionamento com a vizinhança, compreende-se que isso se traduza em uma readaptação, tanto ao convívio com outros indivíduos quanto a outras formas de convívio. Entende-se que residir em um condomínio exija do morador uma readaptação ao um novo contexto vivencial. A proximidade com os demais vizinhos,

relacionada à própria disposição das unidades habitacionais em apartamentos, vem a impactar e a transformar a relação entre indivíduos que residem em um mesmo local, porém, com maior proximidade do que em unidades habitacionais horizontais. Desta forma, questões como o barulho e a agitação provocada por indivíduos que residem em apartamentos vizinhos, tendem a impactar mais significativamente nestas condições.

A partir disso, verificou-se por meio das ideias gerais dos indivíduos, que todos os entrevistados na presente pesquisa consideram o relacionamento com os vizinhos como sendo bom, contudo, apresentando algumas diferenças no que diz respeito a particularidades que envolvem o relacionamento individual entre os moradores, ou seja, mesmo caracterizando o relacionamento com a vizinhança como bom de um modo geral, alguns entrevistados assinalaram já ter tido problemas com outros moradores ou alegam não se relacionarem o suficiente com os demais moradores para formular uma opinião específica.

A questão do barulho, embora não tenha a mesma dimensão para todos os moradores é comumente assinalada pelos mesmos. A diferença consiste no fato de que alguns indivíduos consideram a questão do barulho como algo insuportável, responsável por um grande incômodo e outros, por sua vez, entendem o barulho como sendo algo natural em uma vida em condomínio, não o apresentando como fator que cause grandes problemas.

Nota-se também, que a problemática do barulho está atrelada na maioria dos casos, às crianças residentes no condomínio que a partir da recreação causam alvoroço que é citado em parte dos relatos que afirma se incomodar com a questão e também de moradores que possuem filhos na fase da infância, que convivem com as reclamações feitas por vizinhos. Naturalmente, as posições dos indivíduos em relação ao caso são antagônicas, à medida que os pais das crianças tendem a defender os próprios filhos, minimizando o fato; e os moradores incomodados, tendem por sua vez, a dar uma dimensão mais dramática ao caso.

Além disso, observa-se uma relação entre a tranquilidade do local com as questões de segurança, já que, segundo uma das entrevistadas, foram a algazarra e o transtorno causado pelos vizinhos que fizeram com que a mesma procurasse os órgãos competentes, que cuidam do acompanhamento e da segurança da população no local, neste caso, representados pelo CRAS e pela Polícia. A partir disso, tem-se o ensejo de refletir que, além do barulho, outras questões possam estar vindo à baila, quando abordada a questão do relacionamento com a vizinhança, sendo estas relacionadas às questões de segurança, mais especificamente abordadas em categoria específica.

No que diz respeito ao acesso dos moradores aos serviços básicos no local, entende-se que tais questões reflitam as perspectivas dos indivíduos sobre as questões de acesso aos serviços básicos, onde uma análise entre os relatos e o contexto original e territorial em termos de acesso, enseje novas discussões sobre o que pode ser considerado acesso a serviços básicos, uma vez que tal conceito estaria sujeito à percepção dos moradores.

De certa forma, entende-se que o acesso aos serviços básicos represente um dos aspectos da realização dos objetivos pelos quais alguns moradores optaram por se mudarem para o Condomínio Irajá, em especial aqueles que objetivaram ter maior acesso aos serviços básicos da comunidade por residirem em locais que podem ser considerados distantes dos centros.

Diante das concepções formadas pelos indivíduos, identifica-se que a questão de acesso para os mesmos, estaria mormente relacionada a condição de ter acesso, ou seja, de chegar em determinados locais (mercados, escolas, locais de trabalho) e de serem atendidos no local onde vivem (ambulâncias, polícia), do que por fatores de infraestrutura do local.

Em função das respostas dos entrevistados, verificou-se que o fato de haver um ponto de ônibus em frente ao local onde residem, fez com que a maior parte dos mesmos considerem que o acesso aos serviços básicos é bom ou excelente. Notou-se, além disso, que a distância para o centro do distrito de Iguatemi, apesar de ser de aproximadamente 1,4 km, não faz com que os indivíduos se considerassem segregados. Apenas um dos entrevistados apontou que a infraestrutura do local seria melhor, caso houvesse um mercado mais próximo do local.

Ao visitar o local, porém, pode-se verificar que a questão de acesso aos serviços no que diz respeito à infraestrutura e aparelhagem urbana não é, necessariamente como descrevem os moradores. Ao contrário, pode-se perceber que nas imediações do condomínio (durante as épocas em que as visitas foram realizadas), não há um aparato urbano que possa ser considerado adequado. Como pode ser notado no mapa do local, disposto na figura 4 do presente trabalho, não existem, na região em que o condomínio está instalado, farmácias, unidades de saúde, mercearias, postos policiais e do corpo de bombeiros.

Destá forma, tem-se o ensejo de analisar que no que diz respeito ao contexto de acesso aos serviços básicos e infraestrutura urbana do local, as concepções dos moradores não levam em conta a estrutura urbana do local, mas o quão significativo é estarem residindo mais próximos destes serviços do que estavam nas moradias anteriores à mudança para o Irajá.

Desta forma, pode-se verificar que as experiências de vida de cada um dos moradores, pode ter influenciado sobremaneira nos relatos dos mesmos.

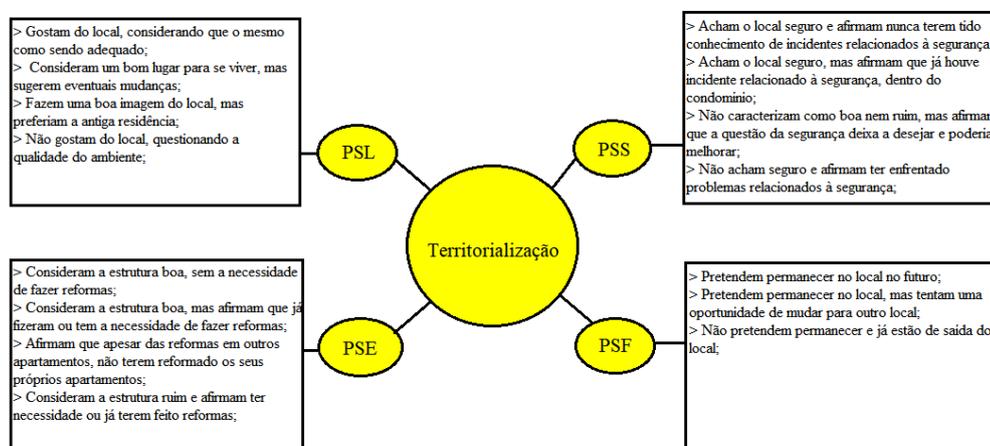
Além disso, analisando a partir do agrupamento realizado, assim como o ocorrido nas análises das categorias que constituíam a metacategoria Desterritorialização, no caso da metacategoria Reterritorialização, pôde-se identificar que não houve uma tendência a qual pode ter sido fruto da influência da idade ou da ocupação dos indivíduos entrevistados, dado ao fato de que relatos similares foram provenientes de indivíduos que se inseriam em diferentes grupos.

No que se relaciona aos indivíduos que afirmaram ter tido problemas com os demais devido às questões de barulho no condomínio, verifica-se que todos os relatos pertencem ao grupo 4, ou seja, dos *indivíduos com idade acima de 60 anos, que não possuem ocupação externa e moram com a família*. Todavia, o problema relacionado à idade dos moradores, uma vez que também é evidenciado por outros moradores, de outros grupos, que possuem opinião distinta. Além disso, outros moradores integrantes do grupo 4, afirmaram que percebem o barulho, mas não se sentem incomodados, proporcionando a compreensão de que nem todos os indivíduos idosos se incomodam com o barulho provocado pelas crianças do local, sendo a opinião dos indivíduos, fruto de suas concepções e experiências pessoais no condomínio.

Com relação aos serviços básicos, compreende-se que as concepções dos indivíduos, estão relacionadas mais com as suas concepções sobre o que pode ser considerado segregado ou não, e do que é composto o conceito de acesso aos serviços básicos. Indivíduos inseridos em diferentes grupos emitiram opiniões similares sobre tal questão, possuindo diferentes ocupações e faixas etárias.

No que diz respeito às questões sobre a metacategoria **Territorialização**, entram em discussão questões que versam também, sobre a questão de territorialidade. A partir destas, tem-se quatro categorias, que versam sobre as percepções dos indivíduos sobre o local (**PSL**), as percepções sobre a estrutura do condomínio (**PSE**), as percepções sobre a segurança (**PSS**), e por fim, as perspectivas dos entrevistados acerca do futuro (**PSF**). Tais categorias, por sua vez, proporcionaram a partir dos relatos dos moradores, as seguintes ideias gerais que podem ser observadas na figura 8:

Figura 8 - Metacategoria Territorialização



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Ao analisar o contexto em que se inserem as categorias acima, verifica-se que nesta pesquisa, o processo de territorialização, bem como o de construção da territorialidade por parte dos indivíduos passa por mecanismos de desterritorialização, que significa a perda ou saída de um determinado território e posteriormente, de reterritorialização, que representam a readaptação dos indivíduos nestes novos territórios. Assim, considera-se que a territorialização se dê como processo final, onde os indivíduos já passaram se mudaram do local onde residiam, se adaptaram (ou ainda estão se adaptando) ao novo contexto e por fim, iniciam o processo de territorialização do local onde residem atualmente.

Importa salientar que, quando se aborda a questão da desterritorialização e reterritorialização anteriormente ao conceito de territorialização, isto se dê em função das características da pesquisa, onde analisando o caso dos moradores do Condomínio Irajá, entende-se que esta seja a sequência analítica mais lógica a ser adotada como fio condutor para a presente pesquisa. Além disso, consideram-se as questões de T-D-R como não estáticas e exatas, ou seja, as mesmas têm origem a partir das experiências dos indivíduos, ocorrendo assim, com cada um dos entrevistados em momentos e de maneiras distintas.

Deste modo, ao analisar as questões relacionadas à territorialização, especificamente no que diz respeito às percepções dos indivíduos sobre o local, pode-se compreender que as mesmas estão fortemente relacionadas com as outras categorias analisadas, uma vez que a percepção dos indivíduos sobre o local, em grande parte dos relatos, se baseia nas questões de

acesso e de vizinhança. Tais categorias, já exploradas no presente estudo, aparecem mais uma vez, agora com influência secundária sobre as percepções gerais dos indivíduos sobre o local.

A esse respeito, o que já chamava a atenção ao se analisar a categoria Perspectivas Sobre os Serviços Básicos na região (SBR), chama ainda mais na categoria que versa sobre as perspectivas dos indivíduos sobre o local (PSL), uma vez que a existência de um ponto de ônibus em frente ao condomínio, já responsável por influenciar a opinião dos moradores a respeito das questões de acesso, influencia também na opinião geral dos mesmos, sobre o lugar.

De acordo com a análise dos relatos, verificou-se que os moradores consideram a questão de acesso aos serviços como um fator importante no que diz respeito às ideias gerais que fazem do local. Assim, a existência do ponto de ônibus em frente ao local, permite interpretar que aparentemente as questões de acessibilidade estariam relacionadas ao mesmo. Em outras palavras, o ponto de ônibus evita que os mesmos se sentissem segregados, apesar do local estar em uma localização que pode ser considerada como distante dos serviços básicos.

Todavia, a partir desta afirmação pode-se verificar que, se o fato de haver um ponto de ônibus no local pode significar que para os moradores não exista segregação, por outro lado pode-se argumentar também que isso se dê devido à distância do local dos demais serviços da comunidade, ou seja, se o local estivesse inserido num contexto urbano que permitisse aos moradores acessar os serviços e equipamentos públicos livremente, não seria necessária a existência de um ponto de ônibus no local.

Além das questões de acesso, outro ponto já discutido que também chama a atenção por exercer influência na concepção dos indivíduos sobre o local, são as questões de relacionamento com os vizinhos, analisadas na categoria RVZ. De acordo com os relatos analisados, a presença de bons vizinhos no local contribui para que a imagem do local, feita pelos indivíduos fosse considerada boa.

Porém, críticas sobre o local também surgiram. Dentre elas, as que se destacam estão relacionadas tanto ao trabalho e atuação do síndico no local e a cobrança do valor de água de forma embutida no valor do condomínio, o que o torna mais elevado. De acordo com sugestões dos moradores, a água não deveria ser cobrada juntamente com o valor pago ao condomínio, abrindo-se a possibilidade de que cada residência tivesse disponível um medidor de consumo próprio, assim como ocorre com a energia elétrica. Tal reclamação, como o mencionado nos relatos e descrito na análise, consiste na ideia de que o rateio do valor total

do condomínio é dividido entre os moradores em igual valor, independentemente do consumo de cada um. Assim, o valor não pago por outros moradores, segundo os entrevistados, sairia do condomínio, já que a tarifa, caso não fosse paga, acarretaria na suspensão do fornecimento para todo o condomínio.

Ao analisar tal questão, tem-se a oportunidade de refletir acerca de duas importantes concepções: a primeira delas se dá a partir da imagem da questão econômica (E) do território. Entende-se como importante salientar que, em um condomínio onde existem 108 apartamentos, que abrigam em média 3 pessoas (MARINGÁ, 2017), o consumo de água de forma coletiva representaria um valor em metros cúbicos muito maior do que se cobrado individualmente.

Entraria em cena o contexto das tarifas especiais, vinculadas tanto ao consumo mínimo, quanto ao consumo direcionado a pessoas cadastradas em programas sociais e enquadradas no regime de baixa renda. Na atual análise não se dispõe de demonstrativos dos valores pagos pelos condôminos, o que poderia informar e lançar luz sobre a razão dos valores cobrados pela água no pagamento do condomínio e se, de fato, estes representam um alto percentual do total. Assim, poder-se-ia também analisar os valores mínimos pagos individualmente por pessoas com medidores independentes e a partir disso, obter-se uma posição mais aclarada a esse respeito.

O regime de tarifa social prevê descontos para indivíduos que habitam em imóveis com fins residenciais de até 70 m² de área, onde o consumo mensal de água não exceda o total de 10 m³ e a renda dos indivíduos não ultrapasse a meio salário mínimo por pessoa (R\$ 477,00 com base no atual salário de mínimo de R\$ 957,00) ou dois salários mínimos (R\$ 1.908,00) em residências com até quatro pessoas (COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ – SANEPAR, 2018)

Se levados em consideração os benefícios fornecidos pela tarifa social, entende-se que a justificativa dos moradores no que diz respeito à separação de valores de condomínio e água poderia de fato fazer diferença em termos econômicos.

Em 2016, foi sancionada a Lei de nº 13.312, que veio alterar a Lei nº 11.445, de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. Nela, são estabelecidas novas diretrizes que determinam que a partir do ano de 2021, todos os condomínios construídos no Brasil, deverão adotar padrões de sustentabilidade, o que inclui por exemplo, a medição individualizada de água nas unidades imobiliárias. O tempo de cinco anos para o início da vigência da lei se justifica pela necessidade de adequação de projetos já existentes,

mas que ainda não foram inaugurados. A lei não vale para condomínios já construídos (RESK, 2016).

A partir de tal definição, acredita-se que a discussão em torno da questão do valor da água por parte dos indivíduos pode ser considerada fundamentada, visto que a legislação brasileira já prevê que os novos condomínios, construídos à partir de 2021, deverão disponibilizar a estrutura necessária para a instalação de medidores de consumo de água de forma individual.

Considera-se que a dimensão econômica do território (E) esteja presente nos variados relatos dos indivíduos entrevistados a partir de questões como os valores pagos pelo consumo de água, pela taxa de condomínio, mas também e principalmente, pelo valor de aluguel do qual os moradores do condomínio deixaram de pagar ao se mudarem para o local. Nas narrativas dos moradores, as questões financeiras são abordadas e auxiliam a compreender o posicionamento de cada um sobre o local, mesmo naqueles indivíduos que afirmam preferir a antiga moradia.

A respeito das preferências dos moradores, inclusive, é possível verificar que outras questões além do contexto atual do Condomínio Irajá entram em cena no que diz respeito à percepção dos indivíduos sobre o local. No caso de uma das moradoras entrevistadas, que residira anteriormente em Portugal, percebe-se que as suas opiniões sobre o lugar levam em consideração não somente o contexto local, mas ao contexto brasileiro como um todo, uma vez que seu posicionamento ao longo de todas as categorias figurou como o mais crítico dentre os sujeitos de pesquisa.

Além disso, entende-se que o fato de ser moradora de aluguel e não proprietária do apartamento aonde mora, venha a favorecer que a mesma explicita suas opiniões, uma vez que em muitos outros relatos, percebeu-se certa resistência dos entrevistados no tocante às críticas, como se houvesse um pudor em torno de reclamações, que na maioria dos casos passaram a surgir após algum tempo de conversa e uma certa aquisição de confiança da parte dos mesmos para com o pesquisador.

Sobre as questões de estrutura (PSE), verificou-se que grande parte dos indivíduos já teve necessidade de fazer reformas em seus apartamentos, independentemente de considerarem-no boa ou ruim. Além disso, as opiniões dos indivíduos sobre os problemas relacionados à estrutura são variam entre àqueles que a consideram problemática e outros que a consideram normal. De forma geral, as principais reclamações consistem na má qualidade dos materiais usados e serviços prestados, o que posteriormente se converteu em rachaduras.

Neste contexto, ressalta-se novamente a influência do capital na produção do espaço urbano, uma vez que a partir de uma ótica mercantilista de maximização de lucros e redução de custos, são executados serviços que deixam a desejar e que se convertem em obras com estruturas que apresentam problemas, a demandarem novos reparos no futuro (CARDOSO; ARAGÃO; ARAÚJO, 2011).

Ao longo do presente estudo, verifica-se a interligação e a constante relação entre as categorias, uma vez que é possível perceber que as questões discutidas em cada uma delas tendem a influenciar as concepções a respeito das demais. No que se refere às perspectivas dos indivíduos sobre a segurança (PSS), isso não deixa de ocorrer.

Nessa categoria, mais de um morador afirma que o relacionamento com a vizinhança influencia na questão da segurança por meio de um contexto que pode ser definido como uma espécie de segurança informal, onde a presença dos vizinhos auxilia no cuidado dos demais apartamentos.

Dentre os entrevistados, somente um caracteriza a questão da segurança como boa e afirma nunca ter enfrentado problemas a esse respeito. O relato desta moradora, no entanto, suscita outras discussões pertinentes à questão. Apesar de alegar não ter tido que lidar com problemas de segurança no local, a entrevistada afirma ter conhecimento de que fora dos muros do condomínio a violência tem crescido.

Um primeiro ponto chama a atenção a respeito da compreensão da moradora de que o condomínio lhe ofereceria menor liberdade, mas mais segurança. Desta forma, verifica-se que ao menos em um primeiro momento, a questão da segurança aparentemente exerce uma força mais significativa do que as questões de liberdade. Além disso, outro detalhe que proporciona reflexões está em torno da concepção de que a violência no local surge, ou tem aumentado, graças à presença de pessoas que se mudaram para o local recentemente.

Antes do período da realização da pesquisa, obteve-se a oportunidade de ter conversas informais com moradores do distrito de Iguatemi, que evidenciavam o aumento da violência no local a partir da ocupação dos empreendimentos do PMCMV, por moradores provenientes de outras localidades, o que fez com que surgisse o questionamento se havia ou não preconceito dos antigos moradores do local para com os novos moradores, ou se existiam motivos para que os mesmos se sentissem inclinados a este raciocínio. Ou ainda, se ambos os fatores entravam em contexto, na construção da opinião das pessoas sobre o local.

A partir desta concepção, tem-se ensejo de retomar uma discussão a qual pode ser caracterizada por um dos fatores motivadores da presente pesquisa: o aumento da violência no

distrito de Iguatemi condicionado pela chegada de novos moradores, provenientes de outras localidades, que se instalaram no local em função da construção de empreendimentos habitacionais vinculados ao PMCMV.

Ao analisar os demonstrativos relacionados às questões de segurança em Maringá e ao aumento dos furtos e roubos (problemas comumente relatados), não se conseguiu obter números exclusivamente relacionados ao distrito de Iguatemi, todavia, ao se analisar o município de Maringá como um todo, não foi possível determinar nenhuma relação entre a construção de empreendimentos populares do PMCMV e o aumento da violência.

Apesar disso, como foi discutido na análise, houve ocorrências no local que justificavam uma compreensão de que o aumento populacional poderia ter influenciado no aumento da violência. Porém, uma análise simplista, poderia desconsiderar outros fatores que jazem implícitos nas falas dos indivíduos.

Tendo por base os relatos dos indivíduos, bem como o desenvolvimento da análise, pode-se verificar que as questões territoriais, além da constatação objetiva dos fatos, também têm influenciado a concepção dos indivíduos a respeito dos novos moradores da região. Melhor explicando, a questão está na forma como são apresentados os motivos da violência, onde os moradores mais antigos do distrito tendem a reputar as questões de violência aos novos moradores a partir de um ponto de vista que dá a entender que, caso os indivíduos que residissem no local fossem provenientes exclusivamente do distrito de Iguatemi, a violência não teria aumentado, ou seja, caracterizam os moradores recém chegados de outras localidades como responsáveis pelo aumento da violência.

A esse respeito, no relato da moradora do Condomínio Irajá, nota-se esse sentimento de uma espécie de tradicionalismo ligado à população local. Todavia, a contradição consiste no fato de que a mesma, apesar disso, ao mesmo tempo que atribui aos moradores do Conjunto Albino Meneguetti a responsabilidade pelo aumento da taxa de violência, enquanto residente do Condomínio Irajá, não considera que a população de fora dos muros possa ter o mesmo pensamento sobre ela, já que ambos os conjuntos foram inaugurados simultaneamente.

Sobre a questão da violência, como o descrito na análise da categoria PSS, o então secretário de habitação de Maringá, Gilberto Delgado, em entrevista à Rádio CBN, assinala que na prática existiram pequenas diferenças entre o Condomínio Irajá e o Conjunto Albino Meneguetti, em termos de ocupação e acompanhamento. Segundo ele, os habitantes do

condomínio vertical tiveram um maior acompanhamento do setor de assistência social, o que não aconteceu no Conjunto Albino Meneguetti.

De acordo com o então secretário, em função disso, poucas informações sobre os indivíduos foram obtidas pelo poder público, o que inviabilizou um processo de conhecimento das famílias que estavam se mudando para o Conjunto Albino Meneguetti, fato que indiretamente pode ter impactado em termos do aumento da violência na região.

Ainda sobre as questões de segurança, outros entrevistados assinalam opiniões divergentes sobre o caso. Há aqueles que compreendem as questões de violência no local como sendo problemas comuns e que poderiam acontecer em outros locais, ainda que possuíssem maior estrutura. Porém, o relato de uma das moradoras entrevistadas sugere um novo problema no local: o das drogas. Notadamente, a moradora não deu informações concretas sobre a questão, ainda que perguntada, por não querer se envolver e por alegar que, apesar da existência do que ela caracteriza como “boca de fumo” no local, nunca lhe fora feito mal nenhum.

Entende-se que a categoria PSS tenha sido, no presente trabalho, a categoria com maior diversidade de relatos individuais e rica em experiências provenientes das concepções dos indivíduos entrevistados. De um lado, moradores que percebem a questão da violência dos portões para fora, de outro, indivíduos que afirmam conviver com furtos e pontos de consumo de drogas, mesmo dentro dos portões.

Para alguns, a situação reflete a realidade atual e não é exclusivamente uma característica do Conjunto Irajá. Outros moradores não caracterizam os fatos ocorridos como violência, procurando “apequenar” fatos acontecidos no local, ainda que tenham impactado a vida de outras pessoas. Outros ainda, clamam por uma participação mais ativa do condomínio no que diz respeito à vigilância, monitoramento e demonstram querer fazer valer o valor investido no condomínio a partir de investimentos na área de segurança.

Por fim, as ideias centrais da categoria PSF dão uma ideia geral das concepções dos indivíduos acerca do futuro. A grande maioria dos entrevistados afirma que pretende continuar morando no Conjunto Irajá, contudo, as perspectivas de futuro são distintas. A ideia de adquirir um novo imóvel que lhes permita uma vida de maior conforto é comum na maioria dos relatos. Assim, tais indivíduos exprimem a ideia de que pretendem morar no local, mas somente até conseguirem uma melhor condição de vida que lhes possibilite adquirir um outro imóvel, inclusive, negociando o próprio apartamento, no momento da compra de uma nova casa.

Assim, pode-se perceber que, ainda que exista a intenção de permanecer no local, esta permanência estaria condicionada ao aumento da renda e à melhoria das condições financeiras dos mesmos, ou seja, poderia ser qualificada como transitória. Além disso, um fato recorrente nos relatos dos indivíduos é a preferência declarada por casas. A distinção feita entre os apartamentos e as casas torna-se evidente à medida que as questões suscitam o desenvolvimento de ideias sobre a liberdade dos indivíduos.

De acordo com os relatos, o que se pode perceber direta ou indiretamente é que a vivência em um edifício impacta na liberdade dos moradores. Esta liberdade pode, por sua vez, ser traduzida por questões da limitação tamanho do apartamento, pela impossibilidade de fazer churrascos convidando os amigos, lavar carros, ou até mesmo, na produção de ruídos por vizinhos ou por eles mesmos, que se sentiriam incomodados por atrapalhar os vizinhos.

Desta forma, a proximidade de possuir vizinhos nos apartamentos aos lados e nos andares inferior e superior, pode influenciar num aumento da proximidade com os vizinhos, dado o estreitamento dos vínculos afetivos, mas também, causar incômodo por questões de privacidade e ruídos. A partir disso, compreende-se também a preferência declarada por andares térreos, evidenciadas por mais de um morador entrevistado. Na ausência de uma casa, entende-se que alguns dos moradores busquem evitar os andares mais altos, tendo em vista as questões de praticidade.

Apenas uma das entrevistadas assinalou que não permanecerá no condomínio. Segundo a moradora Joaquina, assim que possível a mesma irá retornar para Portugal, lugar onde morou por cinco anos. Casada com um Português, Joaquina compreende o contexto brasileiro como muito atrasado em relação ao nível europeu, fato que deixou muito claro ao longo de suas falas em toda a pesquisa. Sobre o contexto atual do Irajá, Joaquina apresenta uma opinião distinta dos outros moradores, com um posicionamento muito mais crítico sobre as condições de moradia e o contexto vivencial no local.

Acredita-se que o fato de Joaquina residir no local, mas não ser proprietária do apartamento, a permite uma visão mais objetiva a respeito do mesmo, uma vez que em muitos relatos de outros entrevistados, foi perceptível uma postura até certo ponto complacente com as condições do local, o que se justifica a partir da existência de um sentimento de gratidão por terem sido contemplados, ainda que de forma inconsciente.

Analisadas as categorias, referentes às questões de Territorialização, verificou-se que a partir do agrupamento realizado a partir da idade e ocupação dos mesmos, não houve

interferência nos relatos, nem tendências a serem destacadas em nenhuma das categorias analisadas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como objetivo geral da pesquisa o de compreender como ocorreram os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (T-D-R) dos moradores, a partir da produção do espaço urbano ocasionada por investimentos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), no Condomínio Residencial Irajá no distrito de Iguatemi, no município de Maringá-PR, realizou-se a análise dos dados coletados junto aos moradores do conjunto Irajá, tendo como base teórica a análise dos escritos relacionados ao espaço, à produção do espaço urbano, os territórios e as perspectivas, aliados ao emprego do método de análise interpretativa de dados qualitativos.

A partir do objetivo geral, desdobraram-se outros dois objetivos específicos, sendo estes: o de compreender de que maneira os investimentos do Programa Minha Casa Minha Vida, influenciaram na vivência dos moradores do Condomínio Residencial Irajá, no distrito de Iguatemi; e o de analisar de que forma os residentes do Conjunto Residencial Irajá, estão construindo os movimentos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, a partir da produção do espaço urbano no local.

Ao analisar os relatos dos indivíduos entrevistados na pesquisa, pode-se compreender que as diferentes dimensões do território, a partir do binômio materialidade e imaterialidade, expressos por meio das dimensões econômica (E), política (P), cultural-simbólica (C) e natural (N), são refletidas e vivenciadas na prática pelos indivíduos residentes no Condomínio Residencial Irajá, uma vez que, assim como o território, as perspectivas de territorialização, desterritorialização e reterritorialização abarcam tais dimensões.

No que se refere ao processo de mudança, discutido na metacategoria desterritorialização, pode-se verificar que as motivações dos indivíduos quanto ao processo de mudança não necessariamente se encontram em alinhamento com as suas percepções sobre tal processo, ou seja, influenciados por questões financeiras, ligadas à economia mensal, grande parte dos moradores opta por adquirir sua casa própria, porém, alguns deles não se sentem contentes com o processo de mudança e preferem as antigas residências. Além disso, não somente as questões financeiras foram motivadoras, mas também a própria ideia de casa própria, vinculada ao processo de pertencimento dos indivíduos em relação a algo que estes consideram de sua posse e que lhes traria maior segurança.

No que diz respeito aos processos de reterritorialização, compreende-se que exista um processo de readaptação por parte dos indivíduos residentes no Condomínio Irajá. O

próprio fato de residir em apartamento mostra-se relevante, uma vez que parte das problemáticas apresentadas no presente trabalho, tal como a dificuldade no relacionamento, as queixas em relação ao comportamento dos vizinhos são oriundas da vida em condomínio. Outro fato que corrobora para esta a afirmação é o de que grande parte dos entrevistados tem preferência por casas, e que somente aceitaram os apartamentos para não perderem a oportunidade de conquistar a sua casa própria.

Em relação às preferências habitacionais dos indivíduos, percebe-se que o nível de aceitação e/ou de adaptação por parte dos indivíduos à nova estrutura varia de morador para morador. Para alguns, o fato de residir em um condomínio construído verticalmente, impacta pouco.

Ao analisar o fato sob a ótica capitalista de produção do espaço urbano, pode-se compreender que o empreendimento foi realizado em um terreno de dimensões menores que as do Conjunto Albino Meneguetti, mas que a diferença entre o número de unidades habitacionais que é de 108 no Residencial Irajá contra 172 unidades no Conjunto Albino Meneguetti, não é considerável, denota uma possível estratégia de aproveitamento do espaço, onde um grande número de apartamentos foi construído em um espaço reduzido.

A esse respeito, abordam-se também as considerações sobre a estrutura do local, onde são direcionadas críticas ao poder público pela condução do processo de construção do condomínio e blocos que compõe o condomínio. A partir dos relatos dos moradores de que ocorreram vários casos de unidades habitacionais que precisaram de reformas, e de que o próprio serviço de manutenção oferecido pela construtora não apresenta boa qualidade, pode-se compreender que no caso do Condomínio Irajá, não houve uma preocupação em termos da qualidade dos materiais utilizados na construção, nem nos serviços prestados. Assim, compreende-se que na busca pela maximização de lucros, a partir da produção de unidades habitacionais em larga escala, podem ser sentidos reflexos na estrutura das unidades habitacionais que influenciam na forma como os indivíduos constroem suas territorialidades no local.

No que diz respeito às questões relacionadas à territorialização e a construção da territorialidade dos indivíduos no local, pode-se compreender que a infraestrutura e o acesso aos serviços básicos, são considerados por maior parte dos entrevistados como sendo adequado, onde os mesmos assinalam ter fácil acesso aos aparelhos públicos e ao comércio, fato que inclusive auxilia na compreensão de alguns fatores que motivaram a mudança de alguns dos indivíduos.

Grande parte dos moradores entrevistados assinalou como uma preocupação o fato de estarem morando longe do acesso aos serviços básicos em suas antigas residências e que, com a mudança para o Condomínio Irajá, o problema foi amenizado ou até mesmo resolvido.

Ao analisar a configuração territorial do local onde fora construído o Condomínio Irajá, pode-se perceber que o mesmo está localizado a uma distância de aproximados 14 km da cidade de Maringá e por volta de 1,2 km de qualquer serviço público em Iguatemi, o que pode ser considerado como segregado em relação às regiões mais centralizadas do distrito e do município. Porém, acredita-se que o fato de tais moradores residirem anteriormente em áreas ainda mais distantes dos grandes centros do que o Residencial Irajá e necessitarem se locomover grandes distâncias para a utilização dos serviços públicos, contribui para a formação da concepção de que o local não ocupe uma posição marginalizada.

Considerando a crescente valorização do espaço urbano na cidade de Maringá, pode-se estabelecer a possibilidade de que a justificativa para a escolha pelo local de construção dos empreendimentos esteja ligada às questões de maximização de lucros, já que a produção de unidade habitacionais em regiões distantes dos grandes centros é mais barata se comparada às regiões já dotadas de maior infraestrutura. Todavia, em outra análise é possível refletir que tais áreas teriam o seu preço pautado na capacidade e aparelhagem pública disponível, invertendo a lógica de argumentação, no sentido de que tais locais possuem lotes de terras mais baratos devido à baixa infraestrutura de serviços e equipamentos públicos no local.

Assim, pode-se concluir a esse respeito, que ainda que os empreendimentos financiados pelo PMCMV estejam de acordo com os protocolos estabelecidos e regulamentados pela Caixa Econômica Federal, não existem garantias de que o atendimento a tais exigências represente as reais condições e necessidades dos locais. A partir disso, considera-se pertinente a elaboração de políticas habitacionais reguladas e produzidas a partir de iniciativas locais, onde se acredita que exista uma maior probabilidade de compreensão das reais necessidades dos indivíduos a serem contemplados bem como as especificidades de cada um dos territórios.

No que diz respeito às perspectivas de futuro, verifica-se que os moradores do Residencial Irajá, em sua maioria, não pretendem deixar o local para residirem em outras regiões, todavia, assinalam que isso não é algo totalmente descartado de seu imaginário. A partir da ideia de que tais condomínios são direcionados a uma parcela da população dotada de menores condições financeiras, pode-se compreender como fatores limitantes à saída

destes indivíduos do local, o fato de que suas condições financeiras não o permitem, e assim como se configurou como fator motivador para a chegada dos mesmos ao local, contribui também para a sua permanência.

Desta forma, em resposta aos objetivos da pesquisa, verificou-se que os investimentos do Programa Minha Casa Minha Vida, por meio de um posicionamento no qual a iniciativa privada é beneficiada pelo poder público, ao terem como premissas a maximização de lucros e a redução de custos, podem impactar severamente no contexto vivencial dos indivíduos.

Considera-se que a construção de políticas públicas voltadas ao atendimento de necessidades da esfera social, ao primar por uma ótica de mercado venha sofrer uma descaracterização, onde os interesses do público ao qual são direcionadas as políticas públicas, são negligenciados em detrimento do beneficiamento de outros agentes, o que no presente estudo, impacta nos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização dos indivíduos.

Na presente pesquisa, foram encontradas limitações que se desenvolveram a partir da reflexão de temas que surgiram no decorrer do processo de análise. A primeira delas está relacionada ao acesso às informações em torno do valor pago pelos entrevistados, como prestações mensais pela propriedade e ao condomínio. Entende-se que possuir tais informações auxiliaria na compreensão de algumas reivindicações feitas pelos moradores ao longo do trabalho, que abordaram a temática do aluguel.

Outro aspecto que pode ser elencado como uma possível limitação, foi o de não ter ouvido nenhum representante da construtora, que pudesse fornecer informações mais acertadas a respeito do processo de escolha do lote e sobre os investimentos feitos na construção do empreendimento.

No decorrer da pesquisa, buscando a construção de maiores discussões sobre o distrito de Iguatemi, buscou-se documentos oficiais que retratavam de forma detalhada a história local, porém, não foram encontrados registros que atendessem às expectativas. Em razão disso, a escassez de material histórico oficial sobre o local foi inicialmente considerada como sendo uma limitação; porém, ao longo da pesquisa foi possível perceber que tal ausência pode ser traduzida como um silenciamento intencional do local e de sua população, principalmente no que diz respeito à perspectiva futura de emancipação do local, significando desta forma, uma contribuição do presente trabalho no sentido de compreender aspectos subjetivos na relação entre o distrito de Iguatemi e o município de Maringá.

Como contribuições do presente artigo à área dos Estudos Organizacionais, pode-se citar que o presente trabalho busca a ampliação da compreensão a respeito da cidade a partir de variados conceitos distintos, sendo estes: os estudos sobre o espaço e a produção do espaço; os estudos que abordam os territórios e as suas relações com os indivíduos, denominadas territorialização, desterritorialização e reterritorialização; e as discussões em torno de políticas públicas no contexto habitacional.

Desta forma, entende-se que o presente trabalho avança com as discussões sobre a cidade enquanto produto da intervenção do espaço, portanto um território, porém, de uma perspectiva que abarca não somente as influências dos agentes produtores do espaço no contexto urbano, mas fazendo o mecanismo inverso, procura demonstrar por meio das discussões relacionadas às perspectivas de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, como os indivíduos são influenciados pelo processo de produção do espaço urbano.

Além disso, o trabalho procurou demonstrar por meio dos relatos dos moradores as influências das políticas públicas no contexto dos indivíduos, dando ensejo a reflexões por parte dos administradores e gestores públicos, a respeito sobre a maneira como são definidas as políticas habitacionais a partir da compreensão de que tais políticas impactam direta ou indiretamente no contexto dos indivíduos, tanto em níveis materiais, quanto simbólicos.

Em relação ao estudo das perspectivas de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (T-D-R) nos Estudos Organizacionais, compreende-se que exista ainda um vastíssimo campo de estudos a ser explorado, onde se considera que as análises realizadas de maneira interdisciplinar e multidisciplinar, venham a favorecer novas e mais profundas reflexões sobre a relação dos indivíduos com determinados territórios, ora considerados como organizações.

Apresentando uma nova forma de analisar os conceitos relacionados às questões de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, considera-se que a presente pesquisa avança no sentido de auxiliar a compreensão destes processos como flexíveis, onde mesmo interligados podem ser analisados de acordo com o que melhor se adequa ao objeto de pesquisa. Ao analisar as perspectivas de desterritorialização, reterritorialização e por fim territorialização, julgou-se possível compreender os processos enfrentados pelos moradores entrevistados antes e no decorrer do processo de mudança para o local.

Como contribuição à área dos Estudos Organizacionais, pode-se citar o entendimento dos diferentes níveis organizacionais, tal como a cidade e o contexto vivencial dos moradores

entrevistados. A partir disso, pode-se compreender a relação entre ambos, a partir da reflexão sobre como as políticas públicas impactam na vivência dos indivíduos. Além disso, a partir dos relatos dos moradores, faz-se possível entender tais impactos a partir das experiências dos moradores, retratadas por eles mesmos.

No que diz respeito ao campo da Administração Pública, acredita-se que a compreensão da cidade como território, onde entram em jogo diversos agentes sociais, possa auxiliar na análise de medidas mais equitativas, que levem em consideração as particularidades locais e principalmente, as necessidades dos indivíduos em suas dimensões materiais e imateriais.

REFERÊNCIAS

ACERVO MARINGÁ HISTÓRICA. **Pioneiro: Antônio Labiak e a rara fachada da CTNP.** Maringá. 2015. Disponível em: <http://www.maringahistorica.com.br/2015/07/pioneiro-antonio-labiak.html>. Acesso em: 25/09/2017.

AMORE, Caio Santo. “Minha Casa Minha Vida” para iniciantes. AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz. **Minha casa... e a cidade? Avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

ARANTES, Pedro Fiori; FIX, Mariana. Como o governo Lula pretende resolver o problema da habitação. **Caros amigos**, p. 1-25, 2009.

BONDUKI, Nabil. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. **Revista eletrônica de Arquitetura e Urbanismo**, v. 1, n. 1, p. 70-104, 2008.

_____. Do projeto moradia ao programa minha casa minha vida. **Teoria e debate**, v. 82, n. May/June, p. 8-14, 2009. Disponível em: < <https://marialuizalevi.files.wordpress.com/2015/05/nabil-2009.pdf> > Acesso em 14/10/2017.

BORGES, William Antonio; SELA, Vilma Meurer. Cooperação intergovernamental e produção do espaço urbano: o alinhamento entre mercado, financiamento público, política eleitoral e obras públicas na cidade de Maringá. In: ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 37., 2013, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2013. 1 CD-ROM.

BRASIL. Plataforma de Indicadores do Governo Federal. **Plataforma de Indicadores em Desenvolvimento.** Disponível em: http://pgi.gov.br/pgi/indicador/pesquisar/filtrar?textoLivre=&numeroPaginaCorrente=1&campoOrdenacao=&abaSelecionada=0&hiddenTematica=4&hiddenClassificacao=204867&esconderIndicadores=false&esconderPaineis=false&enableColArvoreFiltros=&enableColCesto=&dat_indicador_ultimaatualizacao=&dsc_indicador_primeirareferencia=#. Acesso em: 06/08/2017.

CARDOSO, Adauto Lucio; ARAGÃO, Thêmis Amorim; ARAUJO, Flávia de Sousa. Habitação de interesse social: política ou mercado? Reflexos sobre a construção do espaço metropolitano. **Xiv Encontro Nacional da Anpur.** Rio de Janeiro: 2011.

CARDOSO, Adauto Lúcio; MELLO, Irene de Queiroz e; JAENISCH, Samuel Thomas. A implementação do Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: agentes, processos e contradições. In: AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz. **Minha casa... e a cidade? Avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

_____. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In. CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2014.

CARVALHO, Aline Werneck Barbosa; STEPHAN, Italo Itamar Caixeiro. Eficácia social do Programa Minha Casa Minha Vida: discussão conceitual e reflexões a partir de um caso empírico. **Cadernos Metrópole**, v. 18, n. 35, p. 283-307, 2016.

CHAGAS, Priscilla Borgonhoni; CARVALHO, Cristina Amélia; FREITAS SCHILLING MARQUESAN, Fábio. Desenvolvimento e dependência no Brasil nas contradições do Programa de Aceleração do Crescimento. **Organizações & Sociedade**, v. 22, n. 73, 2015.

COIMBRA, K. E. R.; SARAIVA, L. A. S. Territorialidade em uma organização-cidade: O movimento quarteirão do soul. **Gestão & Regionalidade**, v. 29, n. 86, p. 34-46, 2013.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ – SANEPAR. Disponível em: <http://site.sanepar.com.br/clientes/tarifa-social-da-sanepar>. Acesso em 12/04/2018.

CORRÊA, R. L. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In. CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2014.

DA SILVA, Fábio Marques et al. O processo de territorialização a partir de uma política pública: o caso dos moradores contemplados pelo PMCMV no Conjunto Habitacional Pioneiro José de Oliveira no distrito de Florianópolis-PR. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais**. 2016.

DAMASIO FILHO, Marco Antonio; KITAZAWA, Hugo Minoru; KLICHOWSKI, Renan Carlos; SILVA, Fábio Marques da; CHAGAS, Priscilla Borgonhoni. Avanços dos Estudos de Espaço e Território Nos Estudos Organizacionais: Uma Análise no Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais (CBE0). **Caderno de Administração** 25.1 (2017): 121-135.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Orgs.) **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DO RIO CALDEIRA, Teresa Pires. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 47, p. 155-76, 1997.

ENGELMAN, Selda; PERRONE, Cláudia Maria. Interdisciplinaridade nos Estudos Organizacionais: um novo paradigma. **Global Manager**, ano 7, n. 11, p. 105-115, dez. 2006. Disponível em: <ojs.fsg.br/index.php/global/article/download/515/424>. Acesso em: 01/08/2017.

FLORES, Javier Gil. **Análisis de datos cualitativos: aplicaciones a la investigación educativa**. 1994. Tese de Doutorado. Universidad de Sevilla, Facultad de Filosofía y Ciencias de la Educación.

FUINI, Lucas Labigalini. Territórios e territorialidades da Música: Uma representação de cotidianos e lugares. **GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)**, v. 18, n. 1, p. 97-112, 2014

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In BAUER, M. W.; GASKELL, G.; (ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis. Ed. Vozes, 2002.

HAESBAERT, Rogério. Des-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. **Território e Desenvolvimento: Diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

_____. Concepções de território para entender a desterritorialização. In SANTOS, Milton; BECKER, Bertha K. (Orgs.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

_____. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, ano IX, n. 17, p. 19-46, 2007.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. In: HARVEY, David et al. **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. Boitempo Editorial, 2015.

HONORATO, B. E. F.; SARAIVA, L. A. S. Cidade, população em situação de rua e estudos organizacionais. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 14, n. 36, p. 158-186, out./dez. 2016.

IBARRA-COLADO, Eduardo. Organization studies and epistemic coloniality in Latin America: thinking otherness from the margins. **Organization**, London, v. 13, p. 463-488, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. 4. ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

_____. **Espaço e política** (tradução de Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins). UFMG, 2008.

LIMA NETO, Vicente Correia; FURTADO, Bernardo Alves; KRAUSE, Cleandro. **Estimativas do déficit habitacional brasileiro (PNAD 2007-2012)**. 2013.

LOPES, Rodrigo. **A cidade intencional: o planejamento estratégico de cidades**. Mauad Editora Ltda, 1998.

MAC-ALLISTER, Mônica. A Cidade no Campo dos Estudos Organizacionais. **O&S. Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 11, p. 171-181, 2004.

MARICATO, Ermínia. **O Ministério das Cidades e a política nacional de desenvolvimento urbano**. 2006.

_____. Informalidade urbana no Brasil: a lógica da cidade fraturada. In: WANDERLEY, Luiz Eduardo W.; RAICHELIS, Raquel. **A cidade de São Paulo: relações internacionais e gestão pública**. EDUC, 2009.

MARINGÁ. **Prefeitura e Caixa Econômica entregam 280 unidades habitacionais em Iguatemi, 2011.** Disponível em: <<http://www2.maringa.pr.gov.br/site/index.php?sessao=7cc990e904557c&id=14461>> Acesso em: 28/07/2017.

_____. Censo 2010. **Portal Geomaringá.** Disponível em: <<http://geoproc.maringa.pr.gov.br:8090/PORTALCIDADAO/>> Acesso em: 07/08/2017.

MEDEIROS, Sara Raquel Fernandes Queiroz de. **A casa própria: sonho ou realidade?: um olhar sobre os conjuntos habitacionais em Natal.** 2007. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Habitação-cidades. **O Programa.** Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/habitacao-cidades/programa-minha-casa-minha-vida-pmcmv/o-que-e> Acesso em: 20/12/2016.

_____. Habitação-cidades. **Programa Minha Casa Minha Vida.** Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/habitacao-cidades/programa-minha-casa-minha-vida-pmcmv/o-ue-e/230-snh-secretaria-nacional/minha-casa-minha-vida> Acesso em: 20/12/2016.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. Infraestrutura Social e Urbana. **Minha Casa, Minha Vida.** Disponível em: <http://www.pac.gov.br/infraestrutura-social-e-urbana/minha-casa-minha-vida> Acesso em: 21/12/2016.

_____. **Sobre o PAC.** Disponível em: <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac> Acesso em: 21/12/2016.

MOREIRA, Vinícius de Souza; SILVEIRA, Suely de Joana Ramos. Indicadores de desempenho do Programa Minha Casa, Minha Vida: avaliação com base na satisfação dos beneficiários. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 20, n. 66, Jan./Jun. 2015.

MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da Administração: potencial e desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 4, p. 731-747, 2011.

PANORAMIO. **Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná.** Maringá, 2011. Disponível em: <https://www.panoramio.com/photo/54170389>. Acesso em: 25/09/2017.

PARANÁ. Relatório Estatístico. **Secretaria de Segurança Pública.** Curitiba. 2010. Disponível em: <http://www.seguranca.pr.gov.br/arquivos/File/RELATORIOANUAL2010Errata.pdf>. Acesso em: 23/03/2018.

_____. Relatório Estatístico. **Secretaria de Segurança Pública**. Curitiba. 2011. Disponível em: http://www.seguranca.pr.gov.br/arquivos/File/RELATORIOANUAL2011_Errata2.pdf. Acesso em: 23/03/2018.

_____. Relatório Estatístico. **Secretaria de Segurança Pública**. Curitiba. 2012. Disponível em: <http://www.seguranca.pr.gov.br/arquivos/File/RELATORIOANUAL2012Errata.pdf>. Acesso em: 23/03/2018.

_____. Relatório Estatístico. **Secretaria de Segurança Pública**. Curitiba. 2013. Disponível em: http://www.seguranca.pr.gov.br/arquivos/File/Relatorio_Modelo_Novo_2013.pdf. Acesso em: 23/03/2018.

_____. Relatório Estatístico. **Secretaria de Segurança Pública**. Curitiba. 2014. Disponível em: http://www.seguranca.pr.gov.br/arquivos/File/Relatorio_Estatistico_2014_VALE.pdf. Acesso em: 23/03/2018.

_____. Relatório Estatístico. **Secretaria de Segurança Pública**. Curitiba. 2015. Disponível em: http://www.seguranca.pr.gov.br/arquivos/File/Relatorio_Estatistico_4Trimestre_2015.pdf. Acesso em: 23/03/2018.

_____. Relatório Estatístico. **Secretaria de Segurança Pública**. Curitiba. 2016. Disponível em: http://www.seguranca.pr.gov.br/arquivos/File/Relatorio_Estatistico_4Trimestre_2016.pdf. Acesso em: 23/03/2018.

_____. Relatório Estatístico. **Secretaria de Segurança Pública**. Curitiba. 2017. Disponível em: http://www.seguranca.pr.gov.br/arquivos/File/Relatorio_Estatistico_4Trimestre_2017.pdf. Acesso em: 23/03/2018.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, v. 27, n. 53, p. 11-23, 2007.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In. LANDER, Edgardo (Org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227-278.

RÁDIO CBN. **Prefeitura de Maringá prepara um diagnóstico sobre problemas habitações do Minha Casa Minha Vida**. Disponível em <http://www.cbnmaringa.com.br/page/noticias_detalhe.asp?cod=208441>. Acesso em 25/03/2018.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. SP: ed. Ática, 1993.

RAMOS, Felipe. **A produção de habitações de interesse social em Maringá**. 2015. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Paraná, 2015. Disponível em: <<http://sites.uem.br/pge/documentos-para-publicacao/teses/teses-2015-pdfs/FelipeRamos.pdf>>. Acesso em: 2016-30-07.

RÊGO, Renato Leão et al. Reconstruindo a forma urbana: uma análise do desenho das principais cidades da Companhia de Terras Norte do Paraná. **Acta Scientiarum**, v. 26, n. 2, p. 141-150, 2004.

RESK, Felipe. Temer sanciona lei que obriga medição individual de água em condomínios. **O Estado de São Paulo**. Brasil, 2016. Disponível em: <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,temer-sanciona-lei-que-obriga-medicao-individual-de-agua-em-condominios,10000062529>. Acesso em 12/04/2018.

RIBEIRO, Fabiana Valdoski. Produção contraditória do espaço urbano e resistências. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.) **Crise urbana**. São Paulo: Contexto, 2015.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Desigualdades socioespaciais – a luta pelo direito à cidade. **Cidades**, v. 4, n. 6, 2011.

RODRIGUES, Ana Lúcia.; CORDOVIL, Fabíola, Castelo de Souza. O protagonismo do mercado imobiliário na produção do espaço urbano do polo da região metropolitana de Maringá, Pr. In: BONASTRA, Quim; VASCONCELOS P. JUNIOR, Magno; TAPIA, Maricarmen (eds.). **Actas del XIII Coloquio Internacional de Geocrítica: El control del espacio y los espacios de control**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2014. Disponível em:< <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2014/Ana%20Lucia%20Rodrigues.pdf>>. Acesso em: 2016-07-31.

RODRIGUES, Ana Lúcia; SOUZA, Paulo Roberto de. Introdução. In: **Maringá: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrôpoles, 2015.

RODRIGUES, Lucas Pazolini Dias; MOREIRA, Vinícius de Souza. Habitação e políticas públicas: o que se tem pesquisado a respeito?. urbe. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 8, n. 2, 2016.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

ROLNIK, Raquel; NAKANO, Kazuo. As armadilhas do pacote habitacional. **Le monde diplomatique Brasil**, v. 5, n. 3, p. 09, 2009.

SACK, R. **Human territoriality: its theory and history**. Cambridge, Cambrigde University Press, 1986.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SAQUET, Marcos Aurelio. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i) materialidade. **Geosul**, v. 22, n. 43, p. 55-76, 2007.

_____. **Abordagens e concepções sobre território**. 3. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SARAIVA, LAS. **Mercantilização da cultura e dinâmica simbólica local: a indústria cultural em Itabira, Minas Gerais**. 2009. 333 f. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

SARAIVA, Luiz Alex Silva; CARRIERI, Alexandre de Pádua. Organização-cidade: proposta de avanço conceitual a partir da análise de um caso. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 2, p. 547-576, 2012.

SHIMBO, Lúcia Zanin. Métodos e escalas de análise. In: AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz. **Minha casa... e a cidade? Avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

SILVA, Beatriz Fleury e. **A recente produção imobiliária no aglomerado metropolitano Paiçandu-Maringá-Sarandi: novos arranjos, velha lógica**. 2015. Tese (Doutorado em Habitat) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16137/tde-03102015-100011/>>. Acesso em: 30/07/2016.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e. Cidades pequenas e médias: Reflexões teóricas e aplicadas. In. LOPES, Diva Maria Ferlin; HENRIQUE, Wendel. **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: Sei, 2010. Série estudos e pesquisas, v. 87.

SILVA, William Ribeiro da. **Para além das cidades: centralidade e estruturação urbana: Londrina e Maringá**. 2006. 280 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2006. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/105082>>. Acesso em: 09/07/2017.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS. **Editorial**. Disponível em: <<http://www.sbeo.org.br/sbeo/editorial/>>. Acesso em 06 de outubro de 2016.

_____. Sobre o **SBEO**. Disponível em: <<http://www.sbeo.org.br/sbeo/sobre/>>. Acesso em 06 de outubro de 2016.

SOUZA, Marcelo Lopes de. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In. SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu S. (Orgs.) **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

TATAGIBA, Luciana et al. Inovações participativas nas políticas habitacionais para população de baixa renda. Um estudo de caso sobre o Programa Minha Casa Minha Vida-Entidades. **Crítica y Emancipación. Revista Latinoamericana deficiencias sociales**, v. 6, n. 11, p. 215-287, 2014.

TEODORO, Pacelli Henrique Martins; AMORIM, Margarete Cristiane de Costa Trindade. As múltiplas leituras sobre a produção do espaço urbano em Maringá/PR. **GEOGRAFIA (Londrina)**, v. 19, n. 1, p. 143-164, 2010.

TORRES, Haroldo da Gama et al. Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. **Estudos avançados**, v. 17, n. 47, p. 97-128, 2003.

TOWS, Ricardo Luiz. **Grandes projetos urbanos como reprodução da lógica do capital em Maringá (PR)**. 2015. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Paraná, 2015. Disponível em: <<http://sites.uem.br/pge/documentos-para-publicacao/teses/teses-2015-pdfs/RicardoTows.pdf>>. Acesso em: 2016-31-07.

VALE, Ana Lia Farias; SAQUET, Marcos Aurélio; SANTOS, Roseli Alves dos. O território: diferentes abordagens e conceito-chave para a compreensão da migração. **Revista Faz Ciência**, v. 7, n. 1, p. 11, 2005.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. A utilização dos agentes sociais nos estudos da geografia urbana: avanço ou recuo? In. CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2014.

VIEGAS, Glauce Cristine Ferreira Santos; SARAIVA, Luiz Alex Silva. Discursos, Práticas Organizativas e Pichação em Belo Horizonte. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 16, n. 5, p. 68, 2015.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. Por uma boa pesquisa (qualitativa) em administração. In. VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. (Orgs.) **Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. Studio nobel, 1998.

ANEXO 1

ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM OS MORADORES DO CONDOMÍNIO RESIDENCIAL IRAJÁ

Territorialização

1. Onde residia anteriormente?
2. Por quanto tempo morou no local?
3. Você gostava de morar lá? Porque?

Desterritorialização

4. Como ficou sabendo do Condomínio Irajá?
5. Houve algum tipo de consulta realizada previamente com os moradores, a respeito do local em que iriam morar?
6. Quais os motivos que fizeram com que você viesse morar no Condomínio Irajá?
7. O que mudou na sua vida com a sua mudança para o Condomínio Irajá?

Reterritorialização

8. Quais prós e contras que você percebeu quando você mudou para o Condomínio Irajá?
(O que tinha lá que aqui e não tem/o que tem aqui que lá não tinha)
9. Você gosta de morar no Condomínio Irajá? Porque?
10. Como é o seu relacionamento com os demais moradores?
11. O que você gostaria que continuasse da mesma forma aqui no Condomínio Irajá?
12. O que você gostaria que mudasse?
13. Você pretende permanecer morando no Condomínio Irajá daqui para frente, ou pretende se mudar no futuro? Por que?

ANEXO 2**ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O DIRETOR DE HABITAÇÃO DE MARINGÁ
(CELSO MÁRCIO LORIN)**

1. Como se deu a origem das políticas habitacionais em Maringá?
2. Qual a relação entre o desenvolvimento da política habitacional, com a influência do mercado e do empresariado local?
3. Como se deram as negociações feitas junto ao governo, no momento do planejamento da construção dos conjuntos habitacionais construídos a partir do PMCMV?
4. Existe algum tipo de estudo de viabilidade dos locais, que leva em consideração fatores como acessibilidade aos serviços básicos, infraestrutura, mobilidade urbana, etc.?
5. Existe algum tipo de triagem, ou de critério preponderante na seleção dos moradores (dentro de uma mesma faixa) a serem contemplados com as unidades habitacionais, ou seja, há algum grupo prioritário, na designação das casas?
6. Qual o papel da prefeitura no processo de negociação, definição, organização e planejamento na construção de empreendimentos do PMCMV?